

Rodrigo Sabino Teixeira Borges

**AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NA ÁREA  
DE INFLUÊNCIA DA RODOVIA GO-060, NO  
OESTE GOIANO**

Dissertação apresentada ao programa de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Área de concentração:** Natureza e Apropriação do Espaço no Cerrado.

**Linha de Pesquisa:** Formação Regional: Política, Economia e Cultura.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira.

Goiânia

2001

RODRIGO SABINO TEIXEIRA BORGES

**AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA  
DA RODOVIA GO-060, NO OESTE GOIANO.**

Dissertação defendida e aprovada, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de  
\_\_\_\_\_, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Ana Maria Marques Camargo Marangoni -  
USP (Membro)

---

Prof. Dr. Manoel Calaça – IESA/UFG (Membro)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira -  
IESA/UFG (Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Lana de Souza Cavalcanti -  
IESA/UFG (Suplente)

***A meus pais, Moisés e Maria Helena,  
pelo muito que sempre me ensinaram.***

***A Neide, por tudo o que estamos  
aprendendo juntos.***

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, por tudo.

À professora Dr.<sup>a</sup> Celene Cunha M. A. Barreira, pela orientação segura, serena, estimuladora, competente e extremamente amiga. Gostaria de agradecer-lhe especial e sinceramente pela compreensão e apoio, e por suportar, pacientemente, os meus altos e baixos.

Aos meus pais, Maria Helena e Moisés, pelo apoio incondicional, pela autoconfiança que me transmitiram e por acreditarem sempre em mim, mesmo nos momentos de maior incerteza e angústia.

À Neide, por não ter medido esforços para auxiliar-me nas várias etapas da pesquisa, e cuja participação foi decisiva para a finalização do trabalho. Devo ainda agradecer-lhe por suportar os meus humores durante o período mais crítico da realização do trabalho.

À Coordenação do Mestrado, na pessoa das professoras doutoras Selma Simões de Castro e Lana de Souza Cavalcanti, pela disponibilização de recursos necessários ao desenvolvimento da pesquisa, principalmente para cobrir os gastos nos diversos trabalhos de campo realizados a área de estudo.

Aos funcionários do Mestrado - Jairo Rabelo, Fátima, Stella, Rosane, Marta Célia e Mônica - pela forma prestativa com que freqüentemente disponibilizaram seus serviços.

À CAPES, pela concessão de bolsa.

À professora Vanilda Aleixo, do Laboratório de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto do IESA/UFMG, por disponibilizar as imagens de satélite.

Ao Leonardo, pela digitação de parte dos manuscritos e pela confecção dos mapas.

Aos colegas do Mestrado pelo auxílio e pelas sugestões na finalização do trabalho: ao Wagner Pedro e a Eliana Marta pela digitação de parte das tabelas e pela cessão da impressora; à Wagneide pela finalização dos mapas; à Marta pelo constante apoio; ao Elson pela leitura do texto e pela agradável companhia nos trabalhos de campo.

Aos professores Dr. Roberto Lobato e Dr.<sup>a</sup> Maria Geralda pelas sugestões oferecidas no exame de Qualificação.

Aos companheiros do Mestrado por dividirem suas incertezas, angústias e também alegrias, e pela excelente convivência: Wagner Pedro, Wagneide, Auristela, Rildo, Maria Ivete, Iversen, José Antônio, Loçandra, Álik, Elson, Marta.

Aos funcionários dos diversos órgãos que percorri em busca de informações e que, com boa vontade, fizeram o que estava ao alcance para me servir. E as diversas pessoas que encontrei ao longo das cidades percorridas na área em estudo e que, de bom grado, se dispuseram a falar sobre sua vida e sobre os lugares onde habitam ou habitaram.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	ix
LISTA DE FIGURAS.....	xi
LISTA DE FOTOGRAFIAS.....	xii
RESUMO.....	xiii
ABSTRACT.....	xiv
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I	
<b>SURTIU A RODOVIA.....</b>	<b>22</b>
1 – O MOVIMENTO DE INTEGRAÇÃO DA PORÇÃO MERIDIONAL DE GOIÁS À DINÂMICA PRODUTIVA DO CENTRO-SUL.....	23
1.1 – A Expansão do Sistema Viário em Goiás a Partir de 1930.....	31
1.2 – Objetos Técnicos e Estruturação Territorial.....	49
2 – A INCORPORAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA RODOVIA GO-060	58
2.1 – O Movimento de Ocupação Anterior à Rodovia.....	58
CAPÍTULO II	
<b>A FRONTEIRA SE EXPANDIU.....</b>	<b>78</b>
1 – O MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA GO-060 POSTERIOR À IMPLANTAÇÃO DA RODOVIA.....	79
2 – A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.....	103
2.1 – Um Olhar Sobre a Configuração Territorial ao Longo da Rodovia GO-060.....	104
3 – A FORMA DO ESPAÇO NATURAL.....	117
3.1 – Ocupação do Espaço e Alterações Ambientais.....	130
4 – TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL.....	135
4.1 – Estrutura Fundiária.....	136
4.2 – Utilização das Terras.....	147

4.3 – Agricultura.....	149
4.4 – Pecuária.....	157
4.5 – População.....	162
CAPÍTULO III	
<b>O ESPAÇO SE REORGANIZOU.....</b>	<b>171</b>
1 – A PECUARIZAÇÃO: ALGUNS REFLEXOS NA ORGANIZAÇÃO ATUAL DO ESPAÇO.....	172
2 – A ORGANIZAÇÃO ATUAL DO ESPAÇO EM SÃO LUIZ DE MONTES BELOS: UM EXEMPLO DE REFUNCIONALIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA.....	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	200
FONTES.....	211
GLOSSÁRIO.....	214
ANEXOS.....	216
Anexo I: Entrevista.....	217
Anexo II: Entrevista.....	218
Anexo III: Documentos.....	224
Anexo IV: Tabelas.....	227

## LISTA DE TABELAS

01 - Goiás: Rede Rodoviária (1930-1999).....	34
02 - Goiás: Evolução da Rede Rodoviária Pavimentada (1964-1998).....	46
03 - Utilização das Terras nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996).....	228
04 - Efetivos da Pecuária Bovina nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996).....	234
05 - Percentual de Arrecadação de ICMS nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1973, 1983 e 1993).....	235
06 - Estrutura Fundiária por Grupos de Área nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996), Conforme IBGE.....	236
07 - Estrutura Fundiária por Grupos de Área nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1992 e 1998), Conforme INCRA.....	243
08 - Finalidade do Rebanho Bovino nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1970-1996).....	245
09 - Uso de Inseminação Artificial e Ordenha Mecânica nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1980, 1985 e 1996).....	247
10 - Utilização de Assistência Técnica nos Estabelecimentos dos Municípios da Área da GO-060 e do Estado de Goiás (1985 e 1996).....	248
11 - Classes de Atividade Econômica nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996).....	250
12 - Produção de Arroz em Casca nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996).....	252
13 - Produção de Milho em Grão nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996).....	254
14 - Produção de Feijão em Grão nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996).....	256
15 - Produção de Mandioca nos Municípios da Área da GO-060 e Estado de Goiás (1950-1996).....	258
16 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Grupos de Área de Lavoura (1950-1996).....	260

17 - Uso de Fertilizantes, Defensivos e Práticas de Conservação do Solo nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1960-1996).....	261
18 - Estabelecimentos que Utilizam Máquinas e Instrumentos Agrícolas nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996).....	263
19 - Estabelecimentos que Obtiveram Financiamento nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1960-1996).....	264
20 - Índice de Gini nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1998).....	266
21 - População Rural, Urbana e Total nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-2000).....	267
22 - Taxa de Incremento Percentual da População Rural, Urbana e Total nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-2000).....	268
23 - Pessoas não Naturais do Município Onde Residem por Lugar de Domicílio Anterior nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1960-1991).....	269
24 - Taxa de Incremento da População Total e Migrante nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1970, 1980 e 1991).....	271
25 - População Economicamente Ativa por Setor de Atividade nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1991).....	272
26 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Pessoal Ocupado em Atividades Agropecuárias nos Estabelecimentos (1950-1996).....	273
27 - São Luiz de Montes Belos: Principais Empresas (1998).....	182
28 - Laticínios Morrinhos: Rede de Coleta de Leite de Vaca da Unidade Industrial de São Luiz de Montes Belos (2000).....	184
29 - Laticínios: <i>Ranking</i> das Empresas no Brasil (1997-1999).....	186
30 - São Luiz de Montes Belos: Produção de Leite de Vaca por Grupos de Área Total (1996).....	190
31 - São Luiz de Montes Belos: Produção de Leite de Vaca Segundo a Finalidade do Rebanho (1996).....	191
32 - São Luiz de Montes Belos: Rebanho Bovino Total, Vacas Ordenhadas e Leite Produzido (1993-1998).....	192

## LISTA DE FIGURAS

01 – Área de Influência da Rodovia GO-060: Localização e Vias de Acesso....	21
02 – Goiás: Estradas de Rodagem – 1920.....	32
03 – Planos Rodoviários do Estado de Goiás - 1946.....	38
04 – Goiás: Áreas Onde Predominam as Terras Devolutas no Estado (Situação em 1949) .....	74
05 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Interligação Espacial em 1950.....	77
06 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Evolução da Malha Municipal.....	86
07 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Utilização da Terra – 1966.....	92
08 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Utilização da Terra – 1993.....	101
09 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Circulação Intermunicipal de Ônibus.....	106
10 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Geomorfologia.....	121
11 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Solos.....	124
12 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Vegetação.....	128
13 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Preço Médio do Hectare – 1980..	143

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

01 - Córrego do Ouro: antiga estrada para Goiás, vendo-se ao fundo a serra Dourada.....	110
02 - Nazário: antiga máquina de beneficiar arroz, construída no início da década de 1940.....	110
03 - Anicuns: aspecto da avenida Tocantins, principal artéria comercial da cidade.....	111
04 - São Luiz de Montes Belos: rodovia GO-060, no perímetro urbano da cidade, vendo-se a direita a sede industrial da Laticínios Morrinhos.....	111
05 - Jaupaci: núcleo urbano; em destaque, antigo estabelecimento comercial desativado.....	115
06 - Iporá: vista geral do centro urbano. A direita, em primeiro plano, agência do Banco do Estado de Goiás; ao fundo, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário.....	115
07 - Piranhas: avenida Brasil Central, principal via comercial da cidade.....	116
08 - Aragarças: Hospital Regional Getúlio Vargas, construído pela Fundação Brasil Central na década de 1940.....	116

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo buscar a compreensão das alterações espaciais materializadas na área de influência do eixo viário da rodovia GO-060 a partir do início de sua implantação, deflagrada na segunda metade da década de 1940. A análise norteia-se na estruturação da principal atividade econômica desenvolvida nesse espaço, a agropecuária. O estudo se propõe a esclarecer algumas questões relacionadas à implantação da rodovia e a sua influência na ocupação e desenvolvimento econômico do espaço agrário, entre as quais entender como o surgimento do eixo viário vinculou-se ao processo de organização do espaço regional e estadual; investigar como tal processo impôs a reestruturação dos espaços anteriormente ocupados, alterando a estrutura sócio-econômica preexistente; apreender o papel desempenhado pelos fatores naturais no processo de ocupação regional; e identificar as perspectivas atuais de configuração do espaço em função da atividade agropecuária.

A área em estudo localiza-se na porção oeste do Estado de Goiás, abrangendo 24 municípios, dentre os quais Anicuns, Iporá e São Luiz de Montes Belos. Sua delimitação foi norteada em trabalho desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional (INDUR) em 1980.

A implantação do eixo viário da GO-060 carregou consigo a transformação do espaço como fator de causa e efeito no processo de incorporação de novos territórios ao processo produtivo e sua incorporação a economia estadual e nacional. Este processo revelou-se dinâmico, trazendo a reboque um grande afluxo populacional que promoveu o surgimento de estabelecimentos rurais, o nascimento de novas cidades e o consumo intenso dos recursos naturais.

**Palavras Chave:** sistema rodoviário, expansão da fronteira, ocupação do território, pecuária.

## ABSTRACT

The goal of the present study is to explain the physical changes brought about by the GO-060 freeway since the beginning of its construction in the mid-forties. It will highlight the reality of the main economic activities in this region namely agriculture and cattle-raising; explain some topics related to the construction of the highway mentioned above and its influence in the settling and the economic development of this rural region; help one understand how the appearing of this highway was linked to the process of organization of the regional and state area: try and find out how this demanded deep changes in the lands formerly settled and how it altered the pre-existing socio-economic structure of the region; approach the role played by the environment in the settling of the land; and identify the current views on the adapting of the land for agriculture and the cattle-raising.

The area researched is located in the western part of the State of Goiás, covering 24 municipalities. Among them are Anicuns, Iporá and São Luiz de Montes Belos. The outlining of the researched area was made in a study by the Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional (INDUR) – Institute of Urban and Regional Development – in 1980.

The construction of the GO-060 freeway brought about on the one hand the transformation of the land (due to a cause-effect circumstance) with the incorporation of the new territories to the means of production; and on the other hand its integration into the state and national economy. This is a dynamic process, unleashing a great populational migratory wave, which stimulated the appearing of rural settlements, the birth of new cities, and an intense consumption of natural resources.

**Key Words:** freeway system, border expansion, settlement, cattle-raising.

## INTRODUÇÃO

No decurso da década de 1930 verificou-se no Brasil o rompimento do modelo primário exportador, esboçando-se uma nova divisão territorial do trabalho no país, que implicou na criação de mecanismos que favorecessem um novo padrão de acumulação de capital de base urbano-industrial, o que se efetivou com a implementação de uma base industrial no Sudeste, a ampliação do mercado interno brasileiro e a formação de uma base de apoio dos Estados periféricos ao polo dinamizador – São Paulo.

Neste contexto, a porção meridional de Goiás enquadra-se no processo de valorização de partes preferenciais do espaço nacional, posto em marcha na década de 1940, beneficiando-se da transferência de parte da produção primária da região Sudeste, sobretudo no caso da atividade agropecuária, e consolidando sua posição como periferia produtora de matérias-primas, bem como polo de absorção de contingentes migratórios oriundos, em sua maioria, de Minas Gerais e do Nordeste do país.

Com intuito de viabilizar o processo de expansão territorial - caracterizado pela expansão horizontal da produção de excedentes e motivada pela posse transitória da terra por pequenos produtores e trabalhadores rurais - o Estado promoveu uma série de ações, consubstanciadas a partir da égide nacionalista emanada da "Marcha para o Oeste", dentre as quais devem ser elencadas a construção de Goiânia, o estabelecimento de projetos de colonização agrícola e o planejamento de uma infra-estrutura viária a fim de viabilizar a comercialização em nível interestadual.

Materializando as novas relações entre centro e periferia, a construção de rodovias - base do sistema viário a partir de então - procurava articular o centro dinâmico ao restante do território nacional, afirmando a divisão interna do trabalho.

Buscando estar em consonância com as diretrizes federais, em Goiás verificou-se o estabelecimento de diversos eixos viários radiais, objetivando integrar o território goiano e, principalmente, atender as necessidades de crescimento do mercado do Centro-Sul do país. Dessa forma, durante o Governo

Jeronymo Coimbra Bueno, no período 1947 – 1950, iniciou-se a construção das rodovias GO-3 (atual GO-060), GO-4, GO-13, GO-14, GO-32 e GO-33.

A proposta de trabalho objetiva a compreensão das alterações espaciais que se processaram na área de influência de uma dessas rodovias, a GO-060, a partir de sua implantação, tendo como base de análise sua estruturação econômica, assentada na atividade agropecuária.

Como escopo geral do trabalho buscou-se esclarecer algumas questões, vinculadas à implantação da rodovia e ao seu impacto na ocupação e desenvolvimento econômico do espaço agrário, entre as quais entender como o surgimento da rodovia relaciona-se ao processo de organização do espaço regional e estadual; investigar como tal processo impôs a reestruturação dos espaços anteriormente ocupados, alterando a estrutura sócio-econômica preexistente; apreender o papel desempenhado pelos fatores naturais no processo de ocupação regional; e identificar as tendências atuais de configuração do espaço em função da atividade agropecuária, considerando as novas formas assumidas pelo capital.

A área em estudo localiza-se na porção oeste do Estado de Goiás, estendendo-se latitudinalmente no sentido centro-oeste, entre os limites administrativos dos municípios de Santa Bárbara de Goiás e Aragarças, às margens do rio Araguaia, como pode ser visto por meio da figura 01. Engloba 24 municípios, somando uma superfície total de 18.973,5km<sup>2</sup>. Sua delimitação foi norteada por um estudo realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional – INDUR – em 1980. O trabalho, intitulado “Caracterização das Áreas Polarizadas do Estado de Goiás”, definiu áreas de influência direta e indireta dos principais eixos rodoviários do Estado. A área delimitada pelo INDUR como polarizada pela rodovia GO-060 sofreu algumas modificações neste estudo: houve a inclusão dos municípios de Arenópolis e Fazenda Nova e a exclusão dos municípios de Trindade e Barra do Garças, este último situado no vizinho Estado do Mato Grosso. Embora no decorrer da análise tenha-se constatado que a influência do referido eixo rodoviário extrapole atualmente os limites definidos, as alterações resumem-se àquelas antepostas, em virtude de uma análise completa, neste sentido, ultrapassar o alcance deste trabalho.

A área de influência direta corresponde aos municípios cujos limites territoriais abrigaram a implantação do traçado da rodovia GO-060, sendo, portanto, diretamente afetados pelos fluxos mediatizados pela mesma<sup>1</sup>. Abrange os limites territoriais de Santa Bárbara de Goiás, Nazário, Turvânia, Firminópolis, São Luiz de Montes Belos, Moiporá, Israelândia, Iporá, Arenópolis e Piranhas. Ressalta-se que, embora o supracitado eixo viário abranja o município de Trindade, este foi excluído do presente estudo, considerando-se a especificidade local (função religiosa), bem como a influência da cidade de Goiânia. O município de Arenópolis, incluso neste estudo, foi criado em 1982, posteriormente ao estudo da Fundação INDUR, realizado em 1980, a partir do desmembrado de parte da superfície de Piranhas.

A área de influência indireta corresponde aos municípios cujo acesso à rodovia GO-060 faz-se por intermédio de ramais rodoviários, sendo eles indiretamente afetados pelos fluxos mediatizados pela mesma. Abrange os limites territoriais de Anicuns, Avelinópolis, Sanclerlândia, Aurilândia, Córrego do Ouro, Cachoeira de Goiás, Ivollândia, Amarinópolis, Jaupací, Fazenda Nova, Diorama, Bom Jardim de Goiás, Baliza e Aragarças. O município de Fazenda Nova foi incluído na área em razão de ter-se constatado que o asfaltamento de sua ligação rodoviária à GO-060, realizada após o término do estudo da Fundação INDUR, reordenou a dinâmica de fluxos. Embora os município de Barra do Garças, no Estado de Mato Grosso, receba influência indireta da rodovia, considerou-se pertinente não incluí-lo na análise, devido ao mesmo ser servido diretamente pelos fluxos mediatizados pelas rodovias federais BR-158 e BR-070.

O pressuposto básico que norteia o desenvolvimento do trabalho é o de que a porção do espaço regional atualmente influenciada pela rodovia GO-060 foi objeto de apropriação efetiva a partir da década de 1950, quando é implantado o eixo inicial – estrada pioneira – ligando Goiânia a Aragarças. Até então, a ocupação da área realizava-se de forma intermitente, por núcleos que interligavam-se no contexto econômico basicamente à cidade de Goiás, antiga capital do Estado, e, tenuemente, aos núcleos dinâmicos da porção meridional do sul de Goiás.

---

1 - Exceção feita a Aurilândia. Neste município a excentricidade do trajeto da rodovia em relação aos seus limites territoriais minimizou seu impacto.

A implantação do eixo viário traz consigo a transformação do espaço com fator de causa e efeito no processo de incorporação de novos territórios ao processo produtivo e sua incorporação à economia estadual e nacional. Tal processo revela-se dinâmico, trazendo em seu bojo um grande fluxo populacional que vai motivar o surgimento de novas cidades e estabelecimentos rurais e provocar o consumo intenso dos recursos naturais.

No primeiro capítulo inicialmente serão tecidas considerações sobre as principais alterações processuais postas em curso a partir da década de 1930, que culminaram com inserção da porção meridional de Goiás à dinâmica econômica nacional. Será abordada a implantação do sistema de transportes rodoviários em função da organização do território goiano. Segue-se uma breve discussão teórica acerca do significado e da natureza dos objetos técnicos sobre a conformação do espaço. Finalmente, discorre-se sobre o movimento de ocupação e povoamento do espaço configurado como área de influência da rodovia GO-060, anteriormente à implantação do referido eixo viário.

No segundo capítulo objetiva-se, inicialmente, demonstrar o processo de ocupação da área em estudo a partir da implantação da rodovia GO-060. Em seguida busca-se descrever a dinâmica atual do espaço estudado. Posteriormente é abordado, de forma sucinta, o espaço natural e as possibilidades oferecidas aos homens que dele fizeram uso. No último item desse capítulo discorre-se sobre algumas transformações que se processaram na estrutura produtiva da área em estudo posteriormente à implantação do eixo viário em epígrafe.

No terceiro capítulo examinar-se-á, a luz das alterações motivadas pela implantação da rodovia, as repercussões da expansão da atividade pecuária sobre a organização do espaço, vistas a partir do município de São Luiz de Montes Belos.

Para a realização da pesquisa empírica considerou-se pertinente o contato com a realidade da área em estudo, uma situação de proximidade com a paisagem, "*ponto de partida*" para a pesquisa geográfica conforme ensina SANTOS (1996:30). A "*leitura*" dos "*marcos*" dos vários tempos presentes na paisagem<sup>2</sup> –

---

2 - De acordo com Milton SANTOS (1985:55), "*o estudo da paisagem pode ser assimilado a uma escavação arqueológica. Em qualquer ponto do tempo, a paisagem consiste em camadas de*

e, no limite, no espaço – foi potencializado por recursos diversos: cartas topográficas, imagens de satélite, documentos cartográficos, informações sistematizadas, bibliografia de valor histórico, fotografias, entrevistas.

Para subsidiar a compreensão do processo de formação da paisagem mediatizada pelo eixo viário da rodovia GO-060<sup>3</sup>, a pesquisa foi organizada em torno de dois eixos, a pesquisa estatística e documental, e a pesquisa direta na área em estudo.

A pesquisa estatística e documental compreendeu a coleta, organização e análise<sup>4</sup> de documentos de valor histórico, informações sistematizadas e material cartográfico, disponibilizados por diversos órgãos públicos situados na capital do Estado de Goiás, dentre os quais o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN), Secretaria de Estado da Fazenda, Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Goiás (DER-GO), Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas (AGETOP), Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), Agência Rural e Banco do Brasil. No Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e no Arquivo Histórico do Estado de Goiás foram compulsadas informações sobre a estruturação do sistema rodoviário estadual, constantes em planos de governo, exemplares do Diário Oficial e em jornais de circulação diária.

Na tentativa de retrair a ocupação espacial e o estado da cobertura vegetal natural em momentos distintos, foram utilizadas folhas topográficas na escala 1:250.000 e imagens de satélite Landsat, estas últimas interpretadas pelo Laboratório de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Estes documentos

---

*formas provenientes de seus tempos progressos, embora estes apareçam integrados ao sistema social presente, pelas funções e valores que podem ter sofrido mudanças drásticas. Desse modo, as formas devem ser "lidas" horizontalmente, como um sistema que representa e serve às atuais estruturas e funções. Além disso, cumpre efetuar uma leitura vertical para datar cada forma pela sua forma e origem e delinear na paisagem as diversas acumulações ao longo da história."*

3 - "A geografia não pode contentar-se em descrever a paisagem concreta; ela procura compreender e reconstituir o mecanismo que conduz à formação da paisagem e provoca a sua evolução. Nem todos os elementos desse [sic] mecanismo são visíveis aos nossos olhos, mas já se acham à disposição da nossa curiosidade crítica." (Pierre MONBEIG, 1957:236).

cartográficos e as imagens de satélite cobrem um período de 27 anos (1966-1993)<sup>5</sup>. *A*

Visando auxiliar a análise das transformações espaciais vinculadas a implantação do eixo viário da GO-060 e a estruturação da atividade agropecuária ao longo do período enfocado, as informações sistematizadas e os dados estatísticos e cadastrais foram organizados de modo a subsidiar o entendimento dos processos gerais de formação do território e de evolução dos aspectos técnico-econômicos da produção.

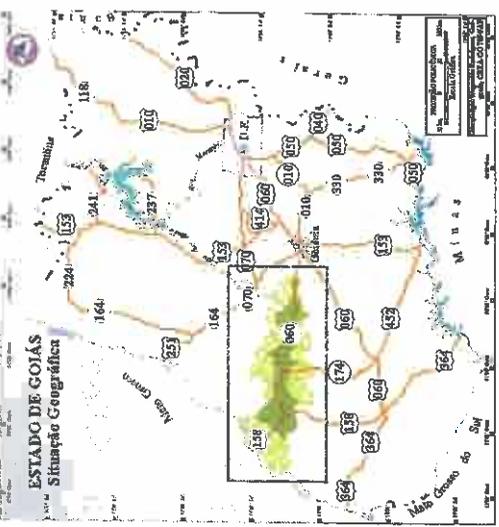
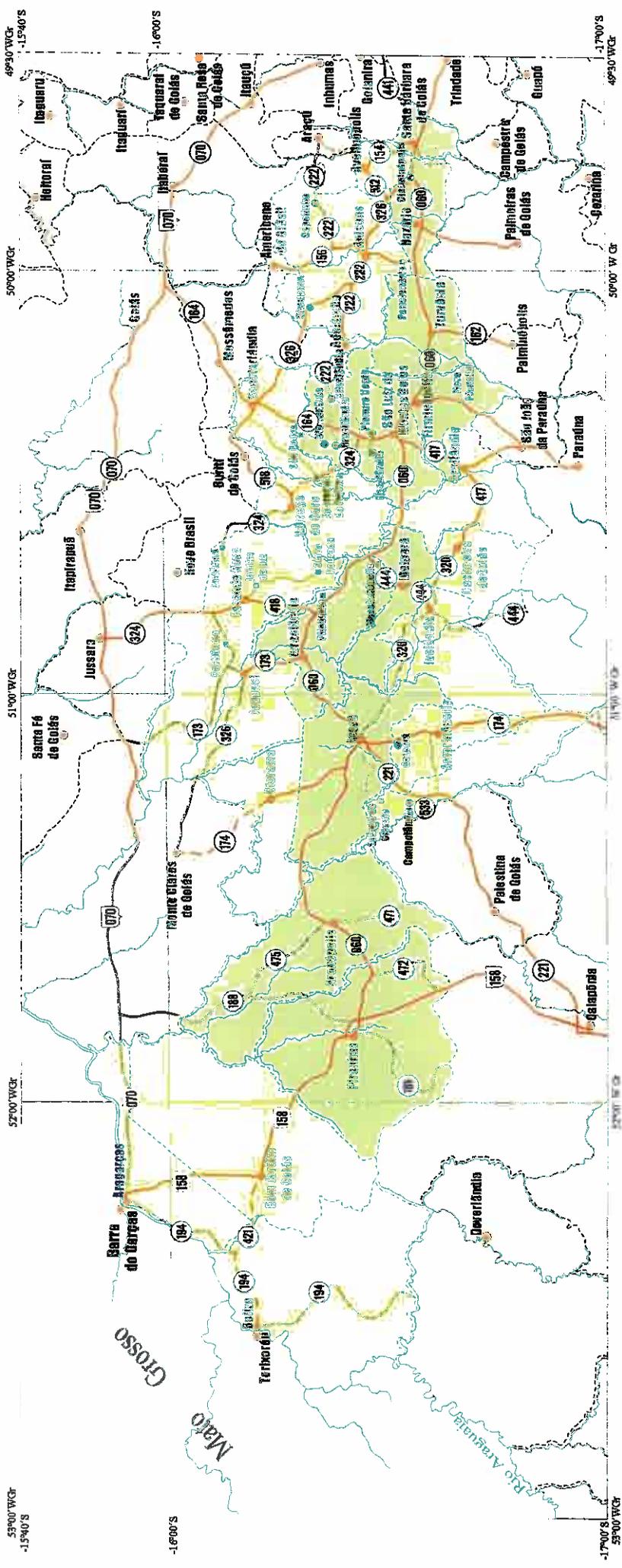
Realizaram-se diversos trabalhos de campo na área em estudo, tendo em vista a aquisição de informações em nível local. Dessa forma, foram visitadas Prefeituras Municipais, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, postos de atendimento da Empresa de Assistência Técnica Rural de Goiás (EMATER-GO) e do Instituto Goiano de Apoio a Pecuária (IGAP), postos de fiscalização da Receita Estadual, terminais rodoviários e empresas privadas. Foram ainda realizadas diversas entrevistas não diretivas formais e informais. Aliás, vale ser destacado que foram os depoimentos colhidos junto a moradores e pioneiros que contribuíram sobremaneira para a percepção dos movimentos visíveis e dos imperceptíveis presentes nas formas da paisagem.

---

4 - "O documento apresenta-se como um precioso intermediário entre o investigador e uma certa realidade a descobrir. Não é a realidade; transcreve-a ou reflete-a. Como tal deve ser interpretado." (Armand FRÉMONT, [19\_\_]: 97).

5 - Sobre a importância da utilização de documentos cartográficos nos estudos geográficos, vale ressaltar a asserção de Pierre GEORGE (1968:20): "A carta é alternadamente instrumento de conhecimento e instrumento de expressão. Instrumento de conhecimento na medida em que localiza os diversos elementos de um estado e de uma perspectiva, uns em relação aos outros (...). Instrumento de expressão, ela serve para mostrar, através de construções apropriadas as relações de causalidade comprovadas pelas diversas ordens de pesquisa de competência do geógrafo (...). É então carta de síntese e pode ser também carta de movimento, instrumento de perspectiva ou de prospectiva. (...)".

# ÁREA DE INFLUÊNCIA DA RODOVIA GO-060: LOCALIZAÇÃO E VIAS DE ACESSO



CONVENÇÕES	
	Área de influência direta da rodovia GO-060
	Área de influência indireta da rodovia GO-060
	Sede municipal
	Vila
	Outras localidades
	Capital estadual
	Curso fluvial
	Rodovia pavimentada
	Rodovia em pavimentação
	Rodovia sem pavimentação
	Rodovia planejada
	Rodovia federal
	Rodovia estadual
	Rodovia municipal
	Límite inter-estadual
	Límite inter-municipal

20 Km 0 20 40 60 80 Km

PROJEÇÃO POLICÔNICA

ESCALA GRÁFICA

**FONTE:**  
GOIÁS, Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DER-GO), 1999. *Mapa Rodoviário Estadual 1999*. Esc. 1:1.000.000.

**ORGANIZAÇÃO:**  
Rodrigo Borges.

**ELABORAÇÃO DIGITAL:**  
Leonardo Sabino.

**LOCAL / DATA:**  
Goiânia / julho de 2001.

Figura 01 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Localização e Vias de Acesso

# CAPÍTULO I

*Sur,*

*...*

*Sergiu a rodoria...*

## 1 - O MOVIMENTO DE INTEGRAÇÃO DA PORÇÃO MERIDIONAL DE GOIÁS À DINÂMICA PRODUTIVA DO CENTRO-SUL

No intuito de buscar as origens da realidade hoje apresentada na área em estudo, parece-nos fundamental remetermo-nos às transformações ocorridas em Goiás nas primeiras décadas do século XX, materializadas na articulação da porção meridional do Estado ao centro dinâmico da economia nacional.

A partir do último decênio do século XIX são verificados indícios de transformação econômica na porção austral de Goiás, através do florescimento, ainda que tímido, de lavouras de excedente e da criação de gado. Atendendo a demanda engendrada pelo modelo primário exportador cafeicultor, este movimento iria ser condicionado pela possibilidade de escoamento da produção agrícola, tornando-se factível com o ingresso da estrada de ferro em território goiano em 1913, e o surgimento das primeiras estradas de rodagem durante a década de 1910, convergindo em direção a pontos coligados à ferrovia.

Na passagem da década de 1930 verifica-se a transferência gradual do eixo de acumulação capitalista nacional, até então pautado na monocultura cafeeira, para o setor industrial. Buscando mecanismos capazes de integrar o mercado nacional, viabilizando condições favoráveis a reprodução do capital de base urbano-industrial, esboça-se outra nova divisão territorial do trabalho no país, conduzida a partir do pólo propulsor paulista.

Este núcleo dinâmico redefiniria funções, distribuindo espacialmente atividades econômicas complementares às áreas circunvizinhas – norte do Paraná, Triângulo Mineiro, e sul de Goiás e Mato Grosso - capazes de serem integradas subsidiariamente ao “capitalismo paulista” por intermédio do setor agrícola<sup>6</sup>.

Inserido neste processo, Goiás integra-se ao processo de valorização de partes preferenciais do espaço nacional, reafirmando sua posição de área de expansão da fronteira agrícola<sup>7</sup>. O movimento de expansão das atividades de

---

6 - Conforme Wilson CANO (1985).

7 - De acordo com DOLES (1978:31) “a expansão da agricultura goiana respondeu a necessidade de terras novas e grandes espaços por parte do setor agrário e da formação de uma periferia, produtora de produtos primários. Estas necessidades eram próprias do capitalismo em expansão no centro-sul, à semelhança do que ocorria com o capitalismo industrial internacional em relação às áreas subdesenvolvidas”.

lavoura e criação de gado instalado em sua porção meridional intensificar-se-ia a partir da efetiva articulação mercantil ao Centro-Sul, viabilizada pelo estabelecimento de vias de transporte.

Neste contexto, viabilizou-se em Goiás a abertura de novos espaços à expansão agrícola, recrudescendo o movimento anteriormente instalado em sua porção meridional, cuja funcionalidade estava alicerçada *"na necessidade de deslocamento geográfico da produção de alimentos e matérias-primas para consumo interno, na criação de um mercado consumidor de manufaturados e no aumento da fronteira agrícola, com o fim de receber excedentes populacionais."*<sup>8</sup>

Este processo de integração do mercado nacional foi fortemente impulsionado pelo Estado Nacional, sendo consubstanciado pela política nacionalista de Vargas, emanada sob a égide da "Marcha para o Oeste". Em Goiás, a política oficial de incorporação de novos territórios ao processo produtivo corporifica-se na fundação de Goiânia, além de iniciativas como a implantação da Colônia Agrícola Nacional (CANG), a criação da Fundação Brasil Central e o planejamento de uma infra-estrutura viária a fim de viabilizar a comercialização em nível interestadual.

As transformações econômicas ocorridas em Goiás nas três primeiras décadas do século XX inicialmente atingiram o Sudeste do Estado, com a construção da estrada de ferro, expandindo-se de forma contígua para o Sul e o Sudoeste com a implantação das primeiras rodovias<sup>9</sup>.

Posteriormente, a incorporação de novas áreas direcionar-se-ia à porção Centro-Sul do Estado, voltando-se para a ocupação das matas e solos férteis do "Mato Grosso de Goiás", recebendo forte impulso com a extensão dos trilhos da ferrovia até Anápolis (1935), a construção de Goiânia<sup>10</sup> e a implementação de diretrizes oficializadas pelo poder público.

Nesta estratégia de integração de novos espaços à dinâmica econômica, a edificação da nova capital goiana, signo dileto do ideário público federal e estadual, iria representar, a um só tempo, um marco inicial na conquista

8 - BARREIRA (1997a:20).

9 - Além do contexto histórico, contribuíram de forma decisiva para a inserção inicial da referida área na dinâmica econômica nacional sua proximidade geográfica ao eixo econômico do Sudeste Brasileiro, as condições naturais propícias e a disponibilidade de terras.

do Oeste brasileiro<sup>11</sup> e também a consolidação do processo de ocupação do “Mato Grosso de Goiás”, com sua conseqüente inserção à economia de mercado. De acordo com ESTEVAN (1998:119):

*“A construção de Goiânia foi uma arrojada aposta a longo prazo, tomando-se uma “possibilidade geográfica” futura, mas permitindo, de imediato, amplas possibilidades de negócios, investimentos públicos com seus efeitos multiplicadores e acarretando, portanto, elementos potenciais para futura transformação regional”*

A década de 1940 é marcada por grandes transformações na estrutura sócio-econômica de Goiás, impulsionadas basicamente por estratégias institucionais deliberadas pelo setor público – projetos de colonização, abertura de estradas e loteamentos de terras devolutas – que ensejaram um grande afluxo migratório, no esteio de uma proposta política de ocupar regiões isoladas e interligar economicamente novas áreas, no sentido de viabilizar um processo de produção e consumo.

Implementado por projetos oficiais, como a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a mudança da capital, ou por fluxos espontâneos, este movimento demográfico direcionou-se para as manchas de mata ainda não ocupadas ao longo da região da Estrada de Ferro, para as pastagens naturais e áreas de solos férteis do Sudoeste, a Vertente Goiana do Paranaíba e, sobretudo, para as áreas florestais da região do “Mato Grosso de Goiás”, constituindo frentes de ocupação espacialmente descontínuas. Dessa forma, tal porção do Estado assiste na década de 1940, e também na década de 1950, uma ampliação do surto migratório que já se fazia elevado na década anterior, constituído em sua maior parte por pessoas oriundas de Estados limítrofes a Goiás, principalmente Minas Gerais e Bahia.<sup>12</sup>

10 - Em 24 de outubro de 1933 ocorreu o lançamento da pedra fundamental de Goiânia. Entre 1935 e 1937 consumou-se a mudança provisória da estrutura administrativa. Sua inauguração oficial realizou-se em julho de 1942 na ocasião do “batismo cultural”.

11 - No discurso pronunciado por Vargas em 1940 definiu-se o sentido da política de interiorização da expansão capitalista em sua busca de novas frações do território nacional: “Toma-se imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura. Do alto dos nossos chapadões infindáveis, onde estarão, amanhã, grandes celeiros do país, deverá descer a onda civilizadora para as planícies do Oeste e Nordeste” (In: A Nova Política do Brasil, 1948, apud DOLES, 1978:31).

12 - Em função da cristalização precoce dos apossamentos fundiários nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, e do fim das áreas de mata em Minas Gerais, as áreas inexploradas de Goiás, sobretudo do “Mato Grosso de Goiás”, tiveram o sentido de “terra prometida” para milhares de

No âmbito das ações deflagradas pelo poder público na década de 1940 devem ser salientados os projetos de colonização conduzidos pelo governo federal, representados pela Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG – e pela Fundação Brasil Central<sup>13</sup>, cujos efeitos foram importantes em termos de abertura e integração de algumas áreas do território goiano.

Além da colonização dirigida, o Estado foi contemplado com o reforço da infra-estrutura de comunicação, com intuito de possibilitar indiretamente a expansão em direção à Amazônia e fortalecer sua articulação ao centro econômico do país. Por intermédio de ações dos governos federal e, principalmente, estadual, implementadas a partir da segunda metade da década de 1940, houve o início de uma efetiva articulação da rede rodoviária estadual, partindo de Goiânia e demandando às regiões mais dinâmicas do Estado, com o início da construção de diversas estradas, dentre as quais a ligação entre a capital e a cidade de Aragarças.

A expansão da produção agropecuária neste período deu-se no sentido horizontal, por intermédio da incorporação de novos espaços ao processo produtivo, aproximadamente 5 milhões de hectares apenas na década de 1940<sup>14</sup>, processo facultado pela disponibilidade de terras e mão-de-obra, e pelo papel do poder público - através da construção de vias de penetração, escolas agrícolas, regulamentação de terras devolutas e viabilização do contingente povoador.

Dessa forma, conforme explica BARREIRA (1997a:23),

---

migrantes que vagavam em busca de terra pelo país. A construção de Goiânia, tendo na retaguarda a propaganda do governo estadual, ressaltando a potencialidade econômica de Goiás e a aprovação de leis que favoreciam a vinda de migrantes na década de 1930 – destacando-se a Lei n.º 52 de 13 de dezembro de 1935, prevendo a doação de lotes de terras devolutas (25 ha) a famílias carentes, e que, apesar de não ter sido regulamentada, *“atraiu migrantes de diferentes partes do país, interessados na ocupação dessas terras”*. (DUARTE, 1999:252) – contribuíram decisivamente para alavancar o movimento migratório.

13 - A Colônia Agrícola Nacional foi criada pelo Decreto-Lei n.º 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, que regulamentou a criação de colonizações dirigidas, tendo como uma das principais propostas o direcionamento das correntes migratórias, oferecendo oportunidades de acesso a terra, e minorando as tensões existentes nas áreas urbanas. A CANG foi estabelecida às margens do rio das Almas, no Vale do São Patrício, porção setentrional do “Mato Grosso de Goiás”. A Fundação Brasil Central foi criada pelo Decreto-Lei n.º 5.878 de 4 de outubro de 1943, tendo por objetivo implementar um programa de desenvolvimento e colonização das regiões do Centro-Oeste, e o estabelecimento de bases para estudo e aproveitamento de rios rumo à Amazônia, visando reforçar a interligação norte-sul (DOLES, *op.cit.*). O centro de atividades da Fundação Brasil Central foi assentado em Aragarças, atual limite ocidental da área de influência da rodovia GO-060.

14 - Valor obtido através dos Censos Agrícolas de Goiás de 1940 e 1950, realizados pelo IBGE (1952, 1956a).

*“até 1952, o conjunto dos movimentos fecha praticamente a fronteira em quase todo o Sul do território do Estado de Goiás (abaixo do Paralelo 16), delineando-se a penetração em forma de cunha para o norte, através do Vale do São Patrício. Este fechamento se fez pela ocupação no sentido clássico, ou seja, não havia mais terras novas para ser incorporadas ao processo produtivo, uma vez que, no desenrolar do processo, se deu, concomitantemente, a regulamentação fundiária, o que por si só não é o suficiente para fechar a fronteira. Convém ressaltar que houve, também, a intensificação da produção e uma integração a mercados mais amplos.”*

Na segunda metade da década de 1950, sob o efeito de ações conduzidas pelo governo federal visando ocupar os vazios econômicos demográficos do país, localizados especialmente no Centro-Oeste e na Amazônia, ocorreu novo estímulo à organização do território goiano. Tais iniciativas tinham por objetivo maior consolidar o processo de acumulação de capital de base industrial, agora mais dependente do capital estatal e externo, pela produção de bens duráveis, tomando necessária a formação de bases de apoio dentro do território nacional<sup>15</sup>.

Neste contexto, configurou-se o segundo grande objetivo do “Plano de Metas” do Governo Juscelino Kubitschek (1957-1960), a transferência da capital para o interior do país, ponto de partida para a conversão dos imensos espaços geográficos ociosos em espaços produtivos. Concomitantemente à construção de Brasília houve a montagem de uma ampla infra-estrutura rodoviária capaz de assegurar sua interligação nacional, assentando bases mais efetivas para integrar áreas produtoras de matérias-primas, centro industriais, pontos e mercados de consumo. Posicionada estrategicamente *“em todas as periferias, [a nova capital] representou uma verdadeira ponta de lança do “centro” estimulando tanto o avanço da frente pioneira, quanto as ligações econômicas com São Paulo.”*<sup>16</sup>

Essas ações relacionadas a infra-estrutura<sup>17</sup>, notadamente o aprimoramento do sistema de transportes, repercutiram imediatamente sobre a

---

15 - Com a concentração da produção industrial na região Sudeste, sobretudo no Estado de São Paulo, base sobre o qual ocorreu a formação e a consolidação do mercado interno no país, houve o ajustamento da estrutura produtiva das demais regiões brasileiras, com a divisão inter-regional do trabalho sendo definida como base complementar à produção paulista ou ainda a partir de atividades em que possuíam vantagens comparativas.

16 - BECKER E EGLER (1995:22).

17 - Além do mencionado sistema de transportes terrestres, a implantação da nova capital federal demandou a construção de uma usina hidrelétrica no rio Paranaíba, inaugurada em sua primeira

economia goiana e, conseqüentemente, sobre sua estrutura social e territorial. Assim, em função de Brasília, Goiás foi servido por uma rede de vias transportes que

*"pela primeira vez em sua história criavam uma base eficiente de comercialização com as outras regiões brasileiras, ligando-o aos principais centros econômicos do país, e permitiam a integração de extensas porções do Estado, até então marginalizadas pelo isolamento"<sup>18</sup>,*

caso específico das regiões Médio Norte e Norte do Estado (no atual Estado do Tocantins), que só foram "capturadas" pela dinâmica capitalista com a abertura e a construção da rodovia Belém-Brasília.

Nesta conjuntura, a região Centro-Oeste e, principalmente, Goiás experimentam uma vertiginosa expansão na produção agropecuária e na população. Estes fatos correlacionam-se às políticas de incorporação do território<sup>19</sup> postas em curso na década de 1940 e retomadas com o "Plano de Metas", imbuídas do propósito de consolidar um entorno para produzir excedentes de alimentos e matérias-primas e consumir produtos industrializados, bem como absorver fluxos migratórios de outros Estados.

Além da implantação de infra-estruturas de circulação, as manifestações espaciais mais visíveis dessa estruturação territorial podem ser vislumbradas no intenso processo de incorporação de terras e criação de municípios. De fato, na década de 1950 o território goiano fragmenta-se substancialmente, passando de 77 municípios no ano de 1950 para 179 no ano

---

etapa em 1959, servindo Brasília e parte do Centro-Sul de Goiás com energia elétrica, embora com volume insuficiente. Neste período foi ainda construída pelo governo estadual a Usina de Rochedo.

18 - DOLES (op.cit.:61).

19 - De acordo com ANDRADE (1995:19-20) o "conceito de território está vinculado a idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área"; e deve ser ligado a idéia de poder, seja este público, estatal ou das grandes empresas multinacionais, cuja ação ignora as fronteiras políticas. Para se pensar o problema do território no Brasil, tem-se que considerar as "relações existentes entre o espaço delimitado geográfica e administrativamente pelas fronteiras e o território verdadeiramente ocupado". Dessa forma, a transformação do grande espaço nacional em território, por meio do exercício de sua gestão, só veio a iniciar-se a partir de meados do século XX, quando o Governo Vargas, no Estado Novo, criou a Fundação Brasil Central e deflagrou a "Marcha para o Oeste", visando expandir a área de ação e de domínio do Estado; este processo teve seguimento com a política de "interiorização" do Estado desenvolvida por Juscelino Kubitschek, que culminou com a construção de Brasília e a abertura de estradas ligando-a aos diversos pontos do país, e prosseguiu com as políticas de "integração nacional" desenvolvidas pelos governos militares.

de 1960<sup>20</sup>. Concorrendo para esse desdobramento territorial houve o alargamento do espaço rural, associado a alterações na estrutura agrária em função do povoamento<sup>21</sup>. Contudo, este processo, espacialmente, concentrou-se na porção sul de Goiás, sobretudo na região do "Mato Grosso de Goiás"<sup>22</sup>, enquanto a porção norte iria sofrer intervenções mais contundentes nas décadas posteriores, culminando com a divisão do território goiano e a criação do Estado do Tocantins em 1988<sup>23</sup>.

As estratégias desenvolvimentistas assumidas pelo Estado nacional a partir de 1964, baseadas na política de "integração nacional", refletiram-se na intensificação do processo de organização do território goiano, no qual o setor agropecuário torna-se peça fundamental, e reafirmaram o papel do Estado como área periférica do sistema. Por um lado, houve o engajamento dos espaços não integrados aos movimentos anteriores de expansão da fronteira econômica. Por outro, houve uma rearticulação das áreas já integradas, através da intensificação das atividades sob formas de produção mais capitalistas, balizadas pela "modernização conservadora" do campo. Este processo se deu de forma

---

20 - Segundo assevera CIGOLINI (2000), durante a vigência da Constituição de 1946 foi o período em que mais se criaram municípios no Brasil: em um período de menos de 20 anos o número de municípios mais que dobrou, caracterizando uma intensa fragmentação territorial. Além do caráter descentralizador dessa carta magna, as razões para o intenso desdobramento podem ser entendidas no sistema de tributos partilhados, que distribuía cotas iguais para todos os municípios por intermédio do Fundo de Participação dos Municípios, estimulando assim os governos estaduais a criarem novos municípios para atrair mais recursos federais. Porém o autor destacou que a explicação desse fenômeno passa pela sua particularização em cada Estado.

21 - De acordo com dados dos Censos Agrícolas realizados pelo IBGE (1952, 1956a, 1961a) referentes aos anos de 1940, 1950 e 1960, enquanto no decênio de 1940 houve o acréscimo de aproximadamente 8.000 estabelecimentos, mobilizados 5.000.000 de hectares de novas áreas em Goiás, no decênio de 1950 os novos estabelecimentos foram além de 48.000, incorporando apenas mais 4.300.000 hectares de área no Estado. Esse processo de parcelamento agrário foi seguido de elevação na área agricultada, que passou de 352.000 hectares em 1940 para 464.000 em 1950, e atingiu 988.000 hectares em 1960. A seu turno houve um incremento demográfico no campo da ordem de 40% nos decênios de 1940 e 1950. A magnitude do processo de expansão em Goiás pode ser melhor dimensionada ao se considerar que no período 1950-60 "a área rural goiana respondeu por mais de 24% da expansão brasileira total" (BERTRAN, 1988:119).

22 - Como consequência do elevado índice de concentração de moradores no centro sul e do incremento comercial, houve uma substancial multiplicação de municípios no Mato Grosso de Goiás, parcela do Estado que registrou maior crescimento no período, que de apenas 7 em 1920, passaram para 17 em 1950, desdobrando-se em 44 no ano de 1960. (ESTEVAN, *op. cit.*)

23 - Historicamente a porção setentrional de Goiás, localizada ao norte do paralelo 13, foi negligenciada em termos de investimentos em infra-estrutura. Um estudo comparativo efetuado por COSTA (1987) concluiu que, embora compreendesse aproximadamente 43,0% do então território goiano, esta percebia apenas 11,31% da infra-estrutura econômica existente no Estado em 1985; no tocante à densidade rodoviária, os dados indicaram que em 1984 existia uma proporção 3 vezes menor no norte em relação à porção sul; e se examinada apenas a malha

diferenciada no âmbito intra-regional e esteve concentrado territorialmente na parte meridional de Goiás, com destaque para a região Sudoeste, que experimentou um grande impulso da produção agropecuária, implementada sobre bases empresariais e atrelada à agroindústria.

Alguns dos reflexos espaciais mais visíveis das políticas econômico-territoriais deliberadas pelos governos militares entre 1964 e 1985 em Goiás podem ser lidos a partir da incorporação de novas áreas, da criação de infra-estruturas econômicas (rodovias, equipamentos urbanos, armazenagem, energia, linhas de crédito, etc.), com a conseqüente modernização e elevação da produção agrícola, e o deslocamento espacial da população rural para as cidades, bem como a atração de fluxos demográficos de outros Estados brasileiros<sup>24</sup>.

Fundamental à reestruturação recente do território goiano – incluindo a área de influência da rodovia GO-060 – a intervenção estatal realizou-se de forma dirigida,

*“através de programas e projetos especialmente orientados para Goiás e áreas de Cerrado e Amazônia, ou, indiretamente, através de políticas públicas aplicadas para o conjunto das cidades brasileiras, que fizeram parte de amplo projeto de criação de infraestrutura no Brasil.”<sup>25</sup>*

Dentre os Programas implementados em Goiás neste período devem ser salientados o PRODECER, o PROGRAMA ESPECIAL DA REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA e o POLOCENTRO, destacando-se o último em relação ao alcance de seus resultados. Baseado na concepção de pólos de crescimento, o POLOCENTRO beneficiou 12 áreas de Cerrado com alguma infra-estrutura e bom potencial agrícola; o Estado de Goiás foi o maior beneficiário regional, incorporando 42,3% da área total<sup>26</sup> – *“voltadas na sua maioria para a atividade pecuária e, fundamentalmente, para a expansão da lavoura de soja”<sup>27</sup>* –

---

pavimentada, o norte detinha apenas 5,45%. Certamente esse desnível concorreu decisivamente para que houvesse sua emancipação política e a criação do Estado do Tocantins.

24 - As informações censitárias do IBGE (1961a, 1961b, 1991a, 1996b) indicam que no período 1960-1985 houve em Goiás um incremento da ordem de 18% no número de estabelecimentos rurais e de 25% na área ocupada pelos mesmos. Indicando um processo de concentração fundiária, vinculado a modernização da atividade agropecuária, tal fato motivou o deslocamento espacial da população do campo para as áreas urbanas: entre 1960 e 1991 a população rural sofre um decréscimo de 44% (passando de 1.355.458 para 759.580 habitantes); a seu turno a população urbana eleva-se em 437% (passando de 599.404 para 3.219.936 habitantes).

25 - BARREIRA (1997b:177).

26 - Aguiar (1988, *apud* GALINDO e SANTOS 1995).

27 - GALINDO e SANTOS (1995:163).

e 31,3% dos investimentos<sup>28</sup>, ou seja, aproximadamente 180 milhões de dólares entre 1975 e 1983, período de vigência do Programa. As áreas beneficiadas foram Rio Verde (a de maior volume de recursos) Paranã, Pirineus e Piranhas.

### 1.1- A Expansão do Sistema Viário em Goiás a Partir de 1930

A partir da década de 1930, com a tentativa de rompimento do modelo primário-exportador no Brasil, criam-se bases institucionais para o surgimento de uma estrutura produtiva de base urbano industrial, bem como para a expansão de atividades vinculadas ao mercado interno, o que iria demandar a implantação de uma infra-estrutura viária que viesse permitir a circulação da produção e de contingentes demográficos, impulsionando a modificação das bases estruturais do sistema de transportes.

O sistema de transportes até então caracterizava-se pela orientação espacial das ferrovias que, longe de visar integrar o país, atendia ao direcionamento do comércio agro-exportador. De qualquer forma, foi somente com a extensão dos trilhos da estrada de ferro em Goiás, o que se deu apenas em 1913, que teve início a integração da economia goiana à dinâmica nacional, ainda que de forma tímida.

Concomitantemente à implantação da linha férrea houve a construção das primeiras estradas de rodagem convergindo para o Sudeste do Estado, em busca do terminal da ferrovia<sup>29</sup>. Assim, os principais troncos direcionavam-se para Santa Rita do Paranaíba (atual Itumbiara), Ipamerí e Porto do Roncador – conforme pode ser visto na figura 02, referente ao mapa de estradas de rodagem do Estado de Goiás de 1920, elaborado por DAYRELL (1974).

---

28 - BARREIRA (1997b).

29 - Neste período, efetivou-se a entrada do primeiro automóvel em território goiano, realizada, segundo relata Toledo FRANÇA (1979), por intermédio do comerciante Ronan Rodrigues Borges, que adquiriu em São Paulo um Ford 1916, modelo T, *Double Phaethon*, transportado por estrada de ferro até Uberabinha (atual Uberlândia) e daí por carro de boi até Santa Rita do Paranaíba (atual Itumbiara); a chegada do automóvel no norte do Estado (atual Tocantins) foi realizada apenas em 1929, por obra do Dr. Francisco Aires da Silva, médico e Deputado Federal, que partiu do Rio de Janeiro em 16 de outubro de 1928, chegando a Porto Nacional em 16 de fevereiro de 1929.

# GOIÁS: ESTRADAS DE RODAGEM - 1920

06°00' Sul

08°00' Sul

10°00' Sul

12°00' Sul

14°00' Sul

16°00' Sul

18°00' Sul

20°00' Sul

**CONVENÇÕES**

- Núcleo urbano
- Capital estadual
- - - Limite inter-estadual
- ~ Curso fluvial
- Rodovia

**PROJEÇÃO POLICÔNICA**

60 Km 0 60 120 Km

ESCALA GRÁFICA

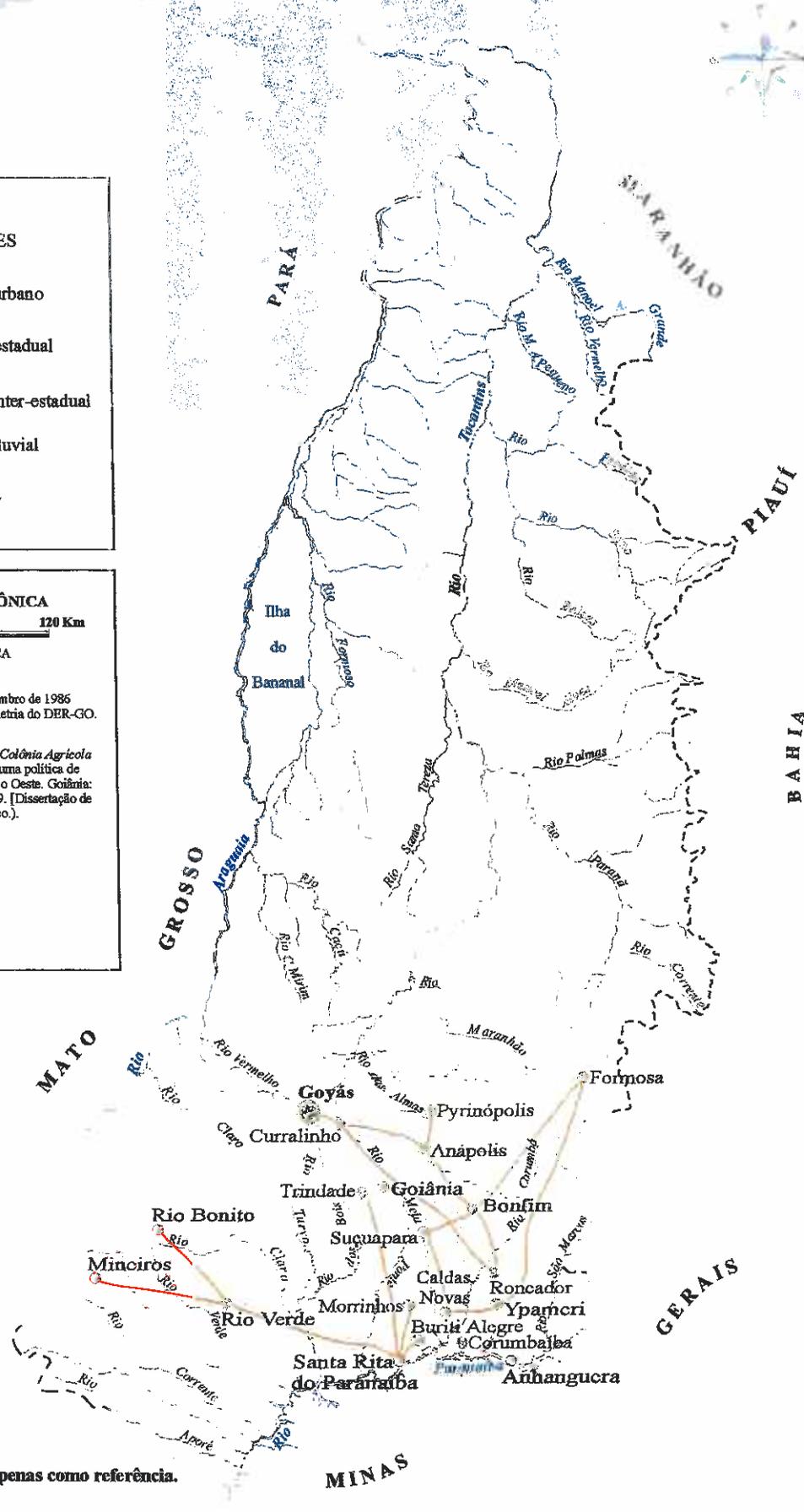
Mapa base:  
5a. Edição atualizada até novembro de 1986 pelo Serviço de Aerofotogrametria do DER-GO.

Fonte Histórica:  
DAYRELL, Eliane Garcia. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste*. Goiânia: ICHL/UFV, 1974. 165 p. p. 59. [Dissertação de Mestrado em História]. (mimeo.).

Organização:  
Rodrigo Borges.

Elaboração Digital:  
Leonardo Sabino  
Wagneide Rodrigues.

Local / Data:  
Goiânia / julho de 2001.



Observação: Goiânia aparece apenas como referência.

54°00' Oeste

52°00' Oeste

50°00' Oeste

48°00' Oeste

46°00' Oeste

Figura 02 - Goiás: Estradas de Rodagem - 1920

A construção, conservação e exploração da quase totalidade das rodovias goianas nesta época ficou sob responsabilidade de empresas privadas, mediante concessão e subsídios do Governo Estadual. Tal expediente teve início em 1917, com a organização da primeira Companhia Rodoviária, denominada Auto Viação Goiana, a qual teve o privilégio de explorar uma estrada de automóveis para o transporte de passageiros e mercadorias, partindo de Roncador, terminal da estrada de ferro, até Goiás, Capital do Estado (NUNES, 1984). Posteriormente outras Companhias Rodoviárias foram formadas e tornaram-se comuns atos oficiais do governo estadual visando a constituição de novas sociedades<sup>30</sup>. Em 1920 a rede de estradas de rodagens perfazia aproximadamente 1200 quilômetros<sup>31</sup>. Em 1927 somava 3500 quilômetros, sendo que em sua grande parte eram de domínio da iniciativa particular<sup>32</sup>.

Com a construção de Goiânia e a transferência da capital na década de 30, um dos marcos do início do processo de interiorização capitalista no país e ponto de convergência das atenções políticas, econômicas e sociais do Estado, houve a necessidade de ampliação do incipiente sistema viário de Goiás – que, na medida em que é expandido, articula-se espacialmente em função da nova capital<sup>33</sup>.

No período compreendido entre 1930 e 1939, o Interventor Pedro Ludovico Teixeira relatou ter construído ou recuperado, de acordo com MELO NETO (1987), as rodovias Goiânia-Rio Verde, com 288 Km; Goiânia-São Geraldo (atual Goianira), com 36 Km; Goiânia-Leopoldo de Bulhões, com 72 Km; Goiás-

30 - Um artigo manuscrito em 1921 de autoria do jornalista Moisés SANTANA relata, de certa maneira, as vicissitudes do sistema de transporte goiano naquele momento: *"A falta de recursos rodoviários, deliberaram habitantes de várias regiões goianas valerem-se do automóvel, para o transporte de passageiros e mercadorias. Para isso, a partir de 1917, a despeito dos elevados preços dos automóveis, auto caminhões, acessórios, gasolinas e óleos lubrificantes criaram-se várias empresas que exploravam o serviço de transporte automobilístico. É um processo "caro, deslocador de capitais por se alimentar de avultada importação de produtos americanos", "essa era e é o recurso das contingências do Brasil Central. (...)"*

31 - NUNES (1984).

32 - Em um total de 27 estradas, elencadas por GODOI (1927, *apud* Toledo FRANÇA, 1979), 2 foram construídas pelo Estado: Goiás-Itaberaí e Goiás-Leopoldina, e 1 foi construída pela União: Itaberaí-Caldas Novas; os demais foram construídas por particulares, parte com subvenções do Estado. Segundo informou o geógrafo e historiador Zoroastro ARTIAGA (1961), a rodovia ligando Goiás a Itaberaí foi a primeira construída pelo Estado.

33 - A articulação de Goiânia com o pólo dinâmico do país efetivou-se desde o início de sua construção. O geógrafo Pierre MONBEIG (1940:82) ao visitar a cidade testemunhou: *"desde logo, convém notar que a nova cidade só vive de São Paulo: os materiais de construção, os gêneros alimentícios, as fazendas, as ferramentas para o trabalho, tudo o que é necessário à vida cotidiana procede de São Paulo."*

Uvã, com 54 Km; Trindade-Nazário, com 54 Km; São José do Tocantins-Santana, com 90 Km, Santa Luzia (atual Luziânia)-Formosa com 132 Km; e Goiás-Leopoldina (atual Aruanã), com 180 Km. A abertura da primeira rodovia, entre Goiânia e Anápolis foi feita entre 1936 e 1939<sup>34</sup>.

Entretanto, o crescimento da malha viária efetivou-se basicamente através da abertura de estradas vicinais, principalmente na porção meridional de Goiás, repercutindo sobre a abertura e à expansão sucessiva de frentes pioneiras em regiões como o "Mato Grosso de Goiás" e o Sudoeste. Em um período de apenas 9 anos a rede rodoviária mais que triplicou em Goiás (vide tabela 01); porém, diante da carência de recursos financeiros e técnicos para a construção e conservação de estradas, estas eram muito rústicas, sendo praticáveis apenas na estiagem<sup>35</sup>. MONBEIG (1940:82) em 1940 enfatizou: *"as estradas de rodagem não são boas; em tempo de chuva, o motorista de caminhão, novo tipo de homem que encontrará algum dia o seu romancista, realiza verdadeiras proezas esportivas"*.

Nessa época os serviços de construção e reparação rodoviária eram efetuados quase que exclusivamente pela força humana<sup>36</sup>. Os primeiros equipamentos mecânicos destinados a esta tarefa foram adquiridos pelo Governo Estadual no triênio 1940/42<sup>37</sup>.

No contexto das ações deflagradas pelo Governo Vargas na década de 1940 visando integrar novas áreas ao território nacional, foram realizadas obras de infra-estrutura de transporte e comunicações, que tinham por objetivo interligar determinadas áreas de Goiás ao centro econômico do Brasil e possibilitar

34 - A construção desta rodovia contou com dotação financeira auxiliar do Governo Federal, segundo FRANÇA (1985).

35 - Após percorrer, entre 1946 e 1948, grande parte das estradas de rodagem da extensa região do "Mato Grosso de Goiás", somando 2500 quilômetros apenas no ano de 1947, o geógrafo Speridião FAISSOL (1952:20) concluiu: *"A distribuição das chuvas também tem uma grande importância nos transportes, pois ela praticamente condiciona o tráfego de certas estradas de rodagem, ao período da seca [sic]. Além disso, mesmo na construção de estradas se nota esta influência : em algumas zonas, onde o tráfego é pequeno são construídas estradas utilizáveis apenas na estação seca [sic], ao passo que em outras elas o são para suportar intenso tráfego durante o ano."*

36 - Conforme NUNES (*op. cit.*), em virtude da ausência de engenheiros especializados ou máquinas apropriadas evitava-se, sempre que possível, quaisquer obras sofisticadas que necessitassem de técnicas avançadas e grandes recursos financeiros. Para os encargos de reparação rodoviária, segundo explicou NOGUEIRA (1980), a Secretaria de Obras Públicas do Estado utilizava grades de madeira, que eram arrastadas por 8 a 10 parrelhas de bois de carro, dirigidas por um homem e um menino, e que executavam, simultaneamente, os serviços de capina, manutenção do abaulamento e das valetas, raspagem e compressão das estradas.

37 - FRANÇA (1985).

indiretamente a ocupação e colonização da Amazônia. Estas obras foram efetivadas através de projetos de colonização oficial dirigida, especificamente a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a Fundação Brasil Central.

Tabela 01

RODOVIAS (km)		GOIÁS: EXTENSÃO DA REDE RODOVIÁRIA (1930-1999)							
		ANO							
TOTAL		1930	1939	1949	1960	1970	1980 <sup>2</sup>	1990 <sup>3</sup>	1999 <sup>3</sup>
TOTAL		4.420,8	15.800,0	20.585,0	42.800,0	42.500,0	110.492,0	101.617,3	105.322,7
Pavimentadas	Federal	-	-	-	582,0	583,0	3.185,0	2.712,8	3.014,9
	Estadual	-	-	-	67,0	638,0	1.050,0	3.599,0	6.130,0
	Est.Trans. <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	163,0	1.013,7	1.416,9
	Municipal	-	-	-	-	-	60,0	60,0	60,0
	Subtotal	-	-	-	649,0	1.121,0	4.458,5	7.385,3	10.621,9
Não Pavimentadas	Federal	-	-	-	2.148,0	2.638,0	3.549,0	1.338,7	1.039,8
	Estadual	-	-	-	10.003,0	13.161,0	19.415,5	10.304,0	10.849,0
	Est.Trans. <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	1.930,0	679,8	280,0
	Municipal	-	-	-	30.000,0	25.480,0	80.769,0	80.769,0	80.769,0
	Subtotal	-	-	-	42.151,0	41.279,0	105.663,0	93.019,5	92.937,8
Em Pavimentação	Federal	-	-	-	-	-	209,0	210,9	197,0
	Estadual	-	-	-	-	-	108,0	683,0	138,7
	Est.Trans. <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	53,0	246,6	179,0
	Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	-	-	-	370,0	1.140,5	1.763,0

Observações: 1 – Est. Trans. <sup>1</sup> = Estadual Transitória;  
2 – Os dados sobre rodovias municipais, não incluem a rede planejada;  
3 – Dados sobre rodovias municipais de 1980.

Fontes: SILVA, 1949 (1930, 1939, 1949); GOIÁS, 1961 (1960); DER-GO, *apud* MALHEIROS, 1997 (1970); DER-GO, 2000 (1980, 1990, 1999).

Organização: Rodrigo Borges, 2001.

A primeira medida concreta para a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás tomada após sua criação, em 1941, foi o início das obras de construção da rodovia federal entre Anápolis e sítio escolhido para sede de sua administração, às margens do Rio das Almas, no atual município de Ceres. Concluída em 1944, com uma extensão de 142 quilômetros, essa estrada, permitiu, por um lado, grande afluência de agricultores ao projeto de colonização e a abertura de outras áreas para a expansão agrícola; e, por outro lado, a crescente projeção da influência da cidade de Anápolis no centro-norte do Estado. A continuação desta rodovia federal – que na década seguinte seria estendida até Belém do Pará, sendo posteriormente conhecida como Belém-Brasília – da sede

da Colônia Agrícola (Ceres) até Santana (atual município de Uruaçu) que teve início em 1944, possibilitou a abertura das primeiras áreas do centro-norte à ocupação agrícola, ultrapassando os limites das matas do "Mato Grosso de Goiás" (França, 1985).

A construção da estrada definitiva entre Caiapônia e Aragarças, na divisa dos Estados de Goiás e Mato Grosso, foi uma obra concretizada sob as diretrizes consignadas à Fundação Brasil Central. Tal empreendimento (estrada) possibilitou a articulação espacial entre a região de Aragarças, na bacia do Araguaia, com o Sudoeste Goiano e Triângulo Mineiro.

Finalmente, a relação de investimentos federais em infra-estrutura rodoviária em Goiás na década de 1940 completa-se com a elaboração do Primeiro Plano Rodoviário Nacional, no ano de 1943. Sua proposta contemplava a construção de grandes eixos rodoviários troncais, buscando integrar os espaços sócio-econômicos nacionais, sendo compostos por linhas longitudinais (sentido norte-sul) e transversais (sentido leste-oeste) e ligações entre pontos principais de duas ou mais rodovias de maior importância. Neste escopo, destaca-se a rodovia Transbrasiliana, projetada para interligar Belém do Pará a Santana do Livramento no Rio Grande do Sul, atravessando a faixa central do país<sup>38</sup>. Segundo FRANÇA (1985), a construção da Transbrasiliana, denominada também BR-14, foi iniciada em meados da década de 1940 ligando Anápolis-Corumbá-Niquelândia<sup>39</sup>; no final do mesmo decênio procedeu-se a ligação do trecho Anápolis-Goiânia ao município de Frutal, no Triângulo Mineiro.

Em termos de ações desenvolvidas pelo governo estadual, inicialmente deve ser destacada a criação da Comissão de Estradas de Rodagem de Goiás<sup>40</sup>,

38 - Este trecho foi concluído em 1949, conforme assinalou DOLES (*op. cit.*).

39 - Além da BR-14, denominada Rodovia Transbrasiliana, o Plano Rodoviário Federal previa a construção em Goiás das rodovias BR-28, que deveria cortar o norte do Estado (atualmente Estado do Tocantins), entre a Ilha do Bananal, na divisa com o Estado da Bahia; a BR-31, no sudoeste goiano, ligando Alto Araguaia a divisa com o Estado de Minas, passando por Mineiros-Jataí-Rio Verde; e a BR-54 que ligaria a BR-14 ao Sudoeste do Estado, cujo percurso seria Goiânia-Rio Verde-Jataí (vide figura 03). A BR-28 jamais saiu do papel; as demais foram concluídas em fins da década seguinte.

40 - A Comissão de Estradas de Rodagem de Goiás (C.E.R.G.) foi criada pelo decreto-lei n.º 512 de 31 de agosto de 1946, baixada pelo Interventor Federal em Goiás, Xavier de Barros, como decorrência da Lei Federal que criou o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, dispondo sobre doação aos Estados de uma parte do Fundo Rodoviário. Posteriormente, pela Lei n.º 1.370 de 9 de novembro de 1956, decretada pelo Governador José Ludovico de Almeida, reorganiza-se a administração pública estadual e a C.E.R.G. passa a denominar-se Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DER-GO), sendo transformada em uma autarquia.

no ano de 1946, esboçando de forma definitiva o planejamento da efetiva articulação espacial da rede rodoviária estadual.

Contando com dotações orçamentárias provenientes do Fundo Rodoviário Nacional, imposto rodoviário e verbas estaduais, coube à Comissão de Estradas de Rodagem de Goiás a elaboração do Primeiro Plano Rodoviário de Goiás, que tinha como princípio básico a criação de uma rede de rodovias básicas, irradiando-se da capital e demandando às regiões geoeconômicas de maior potencial agropecuário<sup>41</sup> - vide figura 03. Há de ser salientado que, além do planejamento, construção e manutenção da malha rodoviária viária do Estado, à Comissão de Estradas de Rodagem de Goiás caberia a incumbência de montar a infra-estrutura operacional necessária<sup>42</sup>.

O programa de trabalho da Comissão de Estradas de Rodagem no governo Coimbra Bueno (1947-1950)<sup>43</sup>, cuja política destacou-se pelo apoio à infra-estrutura de comunicação do Estado, previa a execução de diversas obras, dentre as quais a construção definitiva das rodovias São Paulo-Rio Preto-Goiânia (trecho Goiânia-Grimpas), Goiânia-Goiás (trecho Goiânia-Inhumas), Goiânia-Aragarças (trecho, Goiânia-Trindade), e Goiânia-Anápolis; a construção de estradas de penetração, Firminópolis-Iporá<sup>44</sup>, Ceres-Itapaci, Tocantínia-C.T.Santos, Uruaçu-Rio das Almas, Anápolis-Luziânia, Cristalina-Paracatú, Colônia Agrícola-Goianésia (ramal da estrada Anápolis-Colônia Agrícola), Firminópolis-Marilândia; e o melhoramento e conservação das pistas existentes,

41 - O Plano Rodoviário esboçado pela Comissão de Estradas de Rodagem de Goiás em 1946 propunha a estruturação da rede rodoviária estadual em linhas tronco, que serviriam de suporte a malha secundária e a malha municipal. Utilizando-se parte das estradas já existentes foram planejadas 28 rodovias estaduais, que se articulariam à rede federal. Parte das rodovias planejadas jamais foram construídas, a exemplo da GO-2, que ligaria Goiânia a Caiapônia.

42 - Em mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em sua Sessão Ordinária de 1948, pelo Governador Jeronymo Coimbra Bueno, este destacou: *"No período compreendido entre os anos de 1930 e 1946, pouco ou quase nada se fez quanto às estradas de rodagem no Estado. Nenhuma de nossas estradas oferecia condições técnicas satisfatórias e, não existindo normas racionais para execução ou planejamento bem estudado, os traçados obedeciam mais aos caprichos políticos e interesses pessoais, do que às necessidades da produção. O estabelecimento de um Plano Rodoviário no Estado teria, portanto, que partir do marco zero, para formação de um quadro de pessoal especializado e capaz, aquisição de máquinas; estudos e projetos de reconstrução e recuperação, retificação, conservação e, quanto possível, uniformização das estradas existentes - que variam de 4 a 11 metros de largura, com rampas de 20% e curvas de raios até mesmo de 20 metros"* (Goiás. Diário Oficial do Estado. Goiânia, ano 111, n.º 5.620, 3 mai. 1948. p. 17).

43 - Goiás. Diário Oficial do Estado. Comissão de Estradas de Rodagem. Programa de trabalho para o ano de 1947. Goiânia, ano 110, n.º 5.390, 17 abr. 1947. p. 8.

44 - Este trecho faz parte da rodovia Goiânia-Aragarças.

# PLANOS RODOVIÁRIOS DO ESTADO DE GOIÁS - 1946

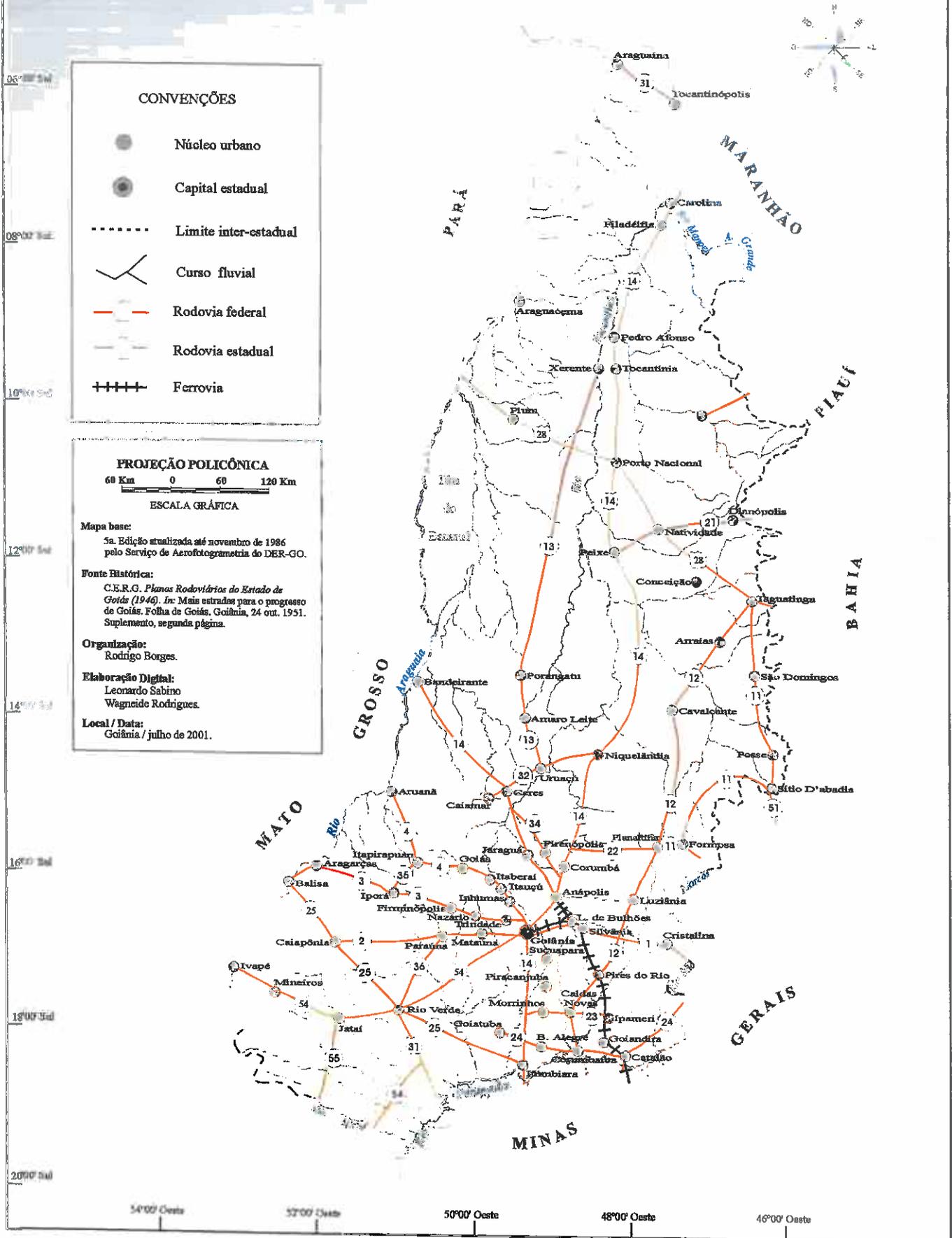


Figura 03 - Planos Rodoviários do Estado de Goiás - 1946

Goiânia-Goiás, Goiânia-Rio Verde, Goiânia-Buriti Alegre, Goiânia-Leopoldo de Bulhões, Anápolis-Corumbá (Transbrasiliiana), Luziânia-Planaltina e Formosa-Sítio D'Abadia.

As diretrizes principais da gestão Coimbra Bueno estavam alicerçadas no desenvolvimento do setor agropecuário, bem como na expansão da infraestrutura de comunicações<sup>45</sup>. Assim, a política viária tinha o cunho de possibilitar a expansão da fronteira agrícola em Goiás, ao mesmo tempo em que buscava integrar o Estado aos pólos mais desenvolvidos do país. No atinente à rodovia GO-3 (futura GO-060), afirmou o então mandatário goiano:

*"A construção da estrada de penetração Goiânia-Aragarças, de imprevisível futuro para a economia do Estado, dada a circunstância de atravessar, em mais de 90% de seu percurso, a chamada "Zona Mato Grosso de Goyas" a mais fértil e uma das melhores do Brasil, teve seus trabalhos desenvolvidos até à margem esquerda do rio São Domingos".*<sup>46</sup>

Entretanto, a exiguidade de recursos financeiros disponíveis ao Estado, agravada pelo esgotamento das reservas cambiais no país durante o governo Dutra<sup>47</sup>, comprometeu a expansão da malha viária em Goiás, a exemplo da projetada ampliação da rede ferroviária nacional – que se faria através da Estrada de Ferro Central do Brasil, ligando o ramal de Pirapora em Minas Gerais a Formosa, e da conclusão da linha entre Leopoldo de Bulhões e Goiânia, esta última efetivada.

Embora a implantação da linha férrea tenha repercutido direta e indiretamente na organização sócio-econômica de Goiás, essa ação foi, até certo ponto, obliterada em razão do lento e descontínuo trabalho de construção da estrada no território goiano, refletindo o papel secundário reservado às ferrovias no país, mormente a partir da década de 1930<sup>48</sup>.

45 - Em termos de infra-estrutura viária, além das mencionadas ações de implementação da rede rodoviária, na gestão Coimbra Bueno foi iniciada a construção do Aeroporto Internacional de Goiânia e concretizada a extensão dos trilhos da estrada de ferro à capital.

46 - GOIÁS. Diário Oficial do Estado. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em sua sessão ordinária de 1948, pelo Governador Jeronymo Coimbra Bueno*. Goiânia, ano 111, n.º 5.620, 3 mai. 1948. p. 17.

47 - DOLES (*op. cit.*).

48 - A implantação do sistema ferroviário no Brasil teve início da segunda metade do século XIX, sendo fortemente subordinada à expansão da produção cafeeira no país, sobretudo no território paulista. Assumindo a forma de "bacias de drenagem", orientando-se no sentido de integrar as áreas produtoras aos grandes portos marítimos, sua interiorização vai-se realizar somente no início do século XX, "quando as regiões Centro-Sul e Centro-Oeste, sob o influxo da expansão

As obras da via ferroviária foram iniciadas em 1910. Em 1915 os trabalhos foram interrompidos em Roncador, à margem esquerda do Rio Corumbá, reiniciando-se somente em 1921, após a encampação da estrada de ferro pelo governo federal<sup>49</sup>. Somente em 1935, ou seja, duas décadas após ser iniciada, a ferrovia alcança Anápolis - o que contribui para transformar Anápolis no maior centro comercial do Estado naquele período, conforme afirmou França (1985), chegando à capital no ano de 1950. Com o projeto da construção de Brasília, na década de 1950, é implantado um ramal do Sudeste de Goiás (Pires do Rio) até a futura capital federal, derradeira obra ferroviária no território goiano desde então.<sup>50</sup>

No governo Pedro Ludovico Teixeira (1951 - 1954) - também enfrentando condições financeiras adversas - o programa rodoviário estadual recebeu algumas modificações, mantendo, no entanto, as diretrizes gerais traçadas pelo Plano Rodoviário do governo Coimbra Bueno. Conforme o Plano Rodoviário Estadual<sup>51</sup>, aprovado para execução em 1951, seriam executadas as seguintes obras: rodovia GO-3, com extensão aproximada de 350 km, tendo como principais pontos de passagem Goiânia, Trindade, Nazário, Firminópolis, Iporá e Aragarças; rodovia GO-4, com extensão aproximada de 330 km, tendo como pontos de passagem Goiânia, Goianira, Inhumas, Itauçu, Itaberaí, Goiás, Itapirapuã e Aruanã; rodovia GO-13, com 630 km, tendo como pontos de

---

*cafeeira , se interligaram através da ferrovia" (NUNES, op.cit. :37), embora de forma um tanto quanto incipiente. As alterações na divisão internacional do trabalho verificadas ao fim da Primeira Guerra Mundial, momento em que os capitais norte-americanos suplantam os ingleses, responsáveis pelos investimentos ferroviários, repercutem diretamente nas bases estruturais do sistema de transporte brasileiro. Paulatinamente expande-se o sistema de transporte baseado na utilização de veículos automotores impulsionados por derivados de petróleo, produtos de que os Estados Unidos detinham a liderança na produção, enquanto o setor ferroviário assiste a desativação de várias linhas, tomando-se, cada vez mais obsoleto pela morosidade no reaparelhamento das leis existentes. Segundo LUCARELLI, INNOCENCIO & FREDRICH (1989), o Plano Geral de Viação Nacional de 1934, o primeiro a ser aprovado oficialmente no Brasil, vai refletir a projeção assumida pelo rodoviarismo no país, concedendo ao transporte rodoviário a mesma ênfase do ferroviário. No Plano Nacional de Viação de 1946 o transporte rodoviário assume definitivamente a primazia, tomando-se o responsável pela função pioneira de integrar áreas fracamente povoadas e de escassa produção.*

49 - Com a diminuição do interesse do capital inglês pelos investimentos ferroviários no Brasil, o governo federal foi obrigado a encampar vários projetos há muito iniciados, incluindo entre estes a Estrada de Ferro Goiás.

50 - A rede ferroviária em tráfego no território goiano somava 676 quilômetros de extensão em 1977, segundo dados do IBGE (1990).

51 - GOIÁS. Diário Oficial do Estado. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária da segunda legislatura pelo senhor Pedro Ludovico Teixeira*. Goiânia, ano 115, n.º 6.649, 19 mai. 1952, p. 13.

passagem Uruaçu, Amaro Leite, Porangatu e Miracema do Norte; rodovia GO-14, com 370 km, tendo como pontos de passagem Anápolis, Jaraguá, Rialma, Ceres e Bandeirante, às margens do rio Araguaia; rodovia GO-32, com 254 km, interligando Pedro Afonso a divisa com o Estado do Maranhão; e rodovia GO-33, com 240 km, interligando Niquelândia, Uruaçu, Ceres, Rubiataba e Caiamar.

No Plano Rodoviário Federal (1951)<sup>52</sup> foram planejadas para Goiás as rodovias BR-14 (rodovia Transbrasiliana), estando em construção os trechos Goiânia-Itumbiara e Anápolis-Niquelândia; BR-31 (rodovia São Paulo-Cuiabá), que teria como pontos de passagem os municípios goianos de São Simão, Rio Verde, Jataí, Mineiros e Ivapé, compreendendo 544 km em território goiano, tendo sido iniciada a construção do trecho Jataí-Mineiros; rodovia BR-28, que cortaria o Estado de Goiás<sup>53</sup> no sentido leste-oeste, interligando Taguatinga, na divisa com a Bahia, à Ilha do Bananal, fronteira com o Estado de Mato Grosso; e a rodovia BR-54 (rodovia Goiânia-Rio Verde), cuja obra não foi iniciada naquele mandato.

As ações e políticas deflagradas pelo poder central na segunda metade da década de 1950, visando estreitar as ligações entre o centro dinâmico e as diversas regiões do país, refletiram-se no impulso à implantação e ao aprimoramento da infra-estrutura viária nacional. A interiorização da capital federal, buscando centralizar geograficamente a estrutura político-administrativa, delineou a reestruturação do sistema viário, tendo em vista conectar o novo centro do poder político - Brasília - aos centros do poder econômico e integrar territorialmente as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

O setor de transportes recebeu 30% dos investimentos do Plano de Metas<sup>54</sup>, privilegiando o sistema rodoviário<sup>55</sup>, principalmente os eixos em escala

52 - GOIÁS. Diário Oficial do Estado. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária da segunda legislatura pelo senhor Pedro Ludovico Teixeira. Goiânia, ano 115, n.º 6.649, 19 mai. 1952. p. 13.0

53 - A área que seria atravessada pela planejada rodovia BR-28 atualmente faz parte do território do Estado do Tocantins.

54 - RIBEIRO e ALMEIDA (1995).

55 - A clara "opção rodoviária" assumida pelo Governo Kubitschek (1956-1961) correlacionou-se à implantação da indústria de bens duráveis, especificamente a indústria automobilística no país, implementada por intermédio de capitais produtivos externos. Numa relação direta com a política rodoviarista, o setor automobilístico iria apresentar um exponencial crescimento, tomando-se provedor hegemônico para o sistema de transportes de cargas e passageiros no Brasil. Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) revelam que a produção de veículos automotores em 1957 totalizou 30.542 unidades, saltando para 133.041 em 1960, 416.047 em 1970 e 1.162.720 em 1980; enquanto a rede rodoviária brasileira perfazia 455.374 km de extensão no ano de 1957, 476.938 km em 1960 (sendo 13.357 km asfaltados),

nacional, capazes de promover a integração dos espaços econômicos do país de forma abrangente. Foram construídos entre 1956 e 1960 cerca de 11.801 km de rodovias federais, das quais foram pavimentados 6.643 km<sup>56</sup> - um crescimento notável, considerando que a malha rodoviária federal passou de 22.250 km em 1955 para 35.419 km em 1961.

A transferência da capital federal para o Planalto Central iria repercutir sobre a configuração das relações inter-regionais, sendo o território goiano beneficiado pela construção de uma malha viária que, irradiando-se a partir de Brasília, direcionava-se às demais regiões do país. Embora o sistema rodoviário não tenha sido projetado com a função específica de integrar o Estado de Goiás, este beneficiou-se diretamente por sua posição geográfica.

Concomitantemente à construção de Brasília foram iniciadas as rodovias BR-010 (rumo ao Nordeste goiano), BR-020 (Brasília-Formosa na direção de Fortaleza), BR-040 (rumo à região do Sudeste brasileiro), BR-050 (visando encurtar a distância de Brasília a São Paulo), BR-060 (convergindo em direção ao Mato Grosso e Paraguai), BR-153 (antiga BR-14, atravessando Goiás no sentido Norte-Sul, sendo denominada Belém-Brasília), BR-452 (em conexão com o Sudoeste goiano e Triângulo Mineiro), e a BR-364 (rumando ao Mato Grosso através do Sudoeste goiano)<sup>57</sup> - ao ser inaugurada a nova capital já estavam concluídas as rodovias Belém-Brasília (BR-153) e Belo Horizonte-Brasília (BR-040). Assim, de 489 km de rodovias federais no ano de 1955, sendo apenas 4 km pavimentados, Goiás passou a ostentar, em 1960, 2.730 km, dos quais 582 pavimentados<sup>58</sup>.

A construção dessas rodovias federais facilitou o processo de integração intra e inter-regional de Goiás, possibilitando o intercâmbio com as diversas regiões do país, e contribuindo para o desenvolvimento do setor econômico. Nesse aspecto, foi importante para o Estado a ligação Brasília-São

---

1.039.779 km no ano de 1970 (49.263 km asfaltados) e 1.360.000 km em 1980 (79.422 km asfaltados) de acordo com IBGE (1990).

56 - IBGE (1990).

57 - Conforme nomenclatura rodoviária atual, definida pela Lei n.º 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprovou o Plano Nacional de Viação. A redefinição da nomenclatura das rodovias estaduais foi efetivada pelo Decreto n.º 38, de 08 de março de 1974, que aprovou o Plano Rodoviário de Goiás.

58 - GOIÁS. Governo Mauro Borges Teixeira. *Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás II. Diretrizes para 1961-65*. Goiânia, 1961. 134 p.

Paulo feita por intermédio da BR-116 (atual BR-050) que corta o Triângulo Mineiro, que revigorou o grau de articulação mercantil com a economia paulista<sup>59</sup>. Parte integrante da então ligação Brasília-Acre, a BR-060 interligou o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia e também as cidades de Rio Verde e Jataí no Sudoeste goiano: a demanda de suprimentos para a capital federal permitiu o fortalecimento de Goiânia e Anápolis enquanto centros mercantis concorrentes de Uberlândia e Uberaba<sup>60</sup>.

Porém a obra de maior impacto na integração intra-espacial do Estado de Goiás foi a construção da rodovia BR-14. Atravessando longitudinalmente todo o território goiano, a rodovia Belém-Brasília viabilizou a abertura de canais de mercado, redefinindo o quadro sócio-econômico das regiões setentrionais goianas, até então isoladas do restante do Estado<sup>61</sup>. Ao mesmo tempo em que ocasionou a captura do norte goiano, sudoeste do Maranhão e parte do sul do Pará a dinâmica capitalista, a abertura da rodovia Belém-Brasília desencadeou o fluxo de frentes pioneiras oriundas (ou expulsas) de outros Estados<sup>62</sup>.

Os efeitos da transferência da capital federal e da implantação das estradas federais exigiram por parte dos governos estaduais a complementação das rodovias estaduais, possibilitando o acesso aos eixos principais. Em pronunciamento oficial assim expressou-se o governador José Ludovico de Almeida (1955-1959):

*"Os meios de transportes constituem evidentemente outro elemento essencial ao desenvolvimento econômico, e por isto, o meu governo acima de outras medidas, cuidará de intensificar a execução do novo plano rodoviário, providenciando, simultaneamente, na conformidade dos recursos disponíveis, abertura de outras estradas de comprovado valor econômico, com que o Estado contará, muito em breve, de uma rede de rodovias*

59 - ESTEVAN (op. cit).

60 - ESTEVAN (op. cit).

61 - Com a implantação do eixo viário da BR-14 houve um deslocamento do eixo de circulação econômica da porção norte de Goiás (hoje Estado do Tocantins), antes mediatizado pelo rio Tocantins, para a rodovia. As cidades situadas às margens do rio estagnaram-se, enquanto junto a Belém-Brasília surgiram novos núcleos urbanos.

62 - "A construção da BR-14 abriu os grandes mercados do Sudeste à região de Porangatu; por isso, antes mesmo que a rodovia lá chegasse, iniciou-se um tremendo fluxo de população para a cidade, (...), bem como para a áreas florestais das vizinhanças, (...). Aí chegaram povoadores de duas categorias sociais: posseiros, vindos de regiões pobres e em crise social, especialmente do Piauí e Maranhão, para abrir roça e iniciarem nova vida; fazendeiros, acompanhados de mateiros, empregados e jagunços, para abrirem invernadas. Os choques não se fizeram esperar. (...)" (VALVERDE e DIAS, 1967:276).

*altamente eficiente e capaz de atender às necessidades de todo o seu território .*

*No setor rodoviário, por exemplo, baixei instruções ao órgão competente para a construção das seguintes estradas:*

- 1 – Jataí-Aporé.*
- 2 – Jaraguá-Goianésia-Uruaçu.*
- 3 – Itaberaí-Crixás.*
- 4 – Baunilha-Crixás-Bandeirante.*
- 5 – Goiânia-Nerópolis.*
- 6 – Formosa-Posse.*
- 7 – Rede do Norte (Veadeiros, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás, Arraias, Taguatinga, São Domingos).*

*Todas essas rodovias revestem-se de grande importância econômica, porque vão servir a regiões ricas e das que mais estão progredindo ultimamente, devendo-se ainda, entre elas incluir as que se destinarão a ligar os municípios de Caçu e Itarumã a fronteira de Mato Grosso, na região do Aporé<sup>63</sup>.*

Mesmo contando com um orçamento limitado, face às prementes necessidades de infra-estrutura viária, os governos estaduais do decênio de 1950 buscaram ser consonantes às políticas formuladas pelo poder central. Dessa forma, manteve-se o ritmo de expansão da malha viária, como pode ser visto na tabela 01.

A implementação do sistema viário, no vácuo da construção de Brasília, veio refletir-se no deslocamento da fronteira humana e econômica para diversas áreas do território goiano. O fenômeno foi relativamente tênue nas áreas do Norte, cuja incorporação, ainda tardia, fez-se sobre o rastro da rodovia Belém-Brasília. As regiões Centro-Sul, Sudoeste e mesmo o Médio Norte tiveram expansão: nessas áreas o sistema viário engendrado pelo governo federal permitiu e acelerou a efetiva integração de Goiás à dinâmica do mercado interno brasileiro, assim como viabilizou a montagem de um sistema comercial vigoroso no eixo Anápolis-Goiânia. A região Sudeste decaiu, em termos de urbanização e agricultura, a partir do decênio de 1940; dentre outras circunstâncias, a estagnação do transporte ferroviário contribuiu para tal fato.

Os governos militares que assumiram o poder na década de 1960 sustentaram o ritmo de investimentos no setor rodoviário. Sob a estratégia da “integração nacional” foram concluídos grandes eixos rodoviários nacionais,

---

63 - *DISCURSO do Excelentíssimo Governador José Ludovico de Almeida. O Popular, Goiânia, 9 jan. 1956. p. 7-8.*

intentando interligar econômica e politicamente o Centro-Sul às regiões Centro-Oeste e Amazônica<sup>64</sup>.

Neste quadro, foi levado a efeito o aparelhamento da malha rodoviária federal sobre o território goiano, tendo, no decorrer do decênio de 1960, prosseguido a construção do traçado viário articulado em decorrência da transferência da capital para o Planalto Central.

O processo de expansão da rede viária federal em Goiás foi revigorado na década subsequente, sobretudo no decurso do governo Médici (1969-1974), momento em que o rodoviarismo alcançou o apogeu, sendo abertos grandes eixos rodoviários nas regiões Norte e Centro-Oeste. Porém o maior destaque ficou por conta dos investimentos em capeamento asfáltico, dentre os quais o asfaltamento total da rodovia Belém-Brasília, e que multiplicaram em mais de cinco vezes a extensão das rodovias goianas pavimentadas<sup>65</sup> - refletindo uma preocupação governamental em aumentar a velocidade e a segurança dos transportes rodoviários e em diminuir o tempo de percurso dos fluxos de bens.

A partir da década de 1980, houve uma grande redução nos investimentos no sistema rodoviário federal em Goiás, em decorrência da conjuntura econômica adversa. Os recursos para o sistema de transportes passaram a ser alocados para pavimentação e, sobretudo, conservação das vias.

As ações implementadas no âmbito estadual após 1964 foram inspiradas e respaldadas nas estratégias de organização territorial formuladas pelos governos militares, que objetivaram expandir a "fronteira econômica" a partir do Centro-Sul, na direção do Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste.

Sob essa perspectiva, a implantação da infra-estrutura viária no território goiano teve o sentido de articular espacial e economicamente as diversas regiões do país, consolidando definitivamente o papel do Estado

---

64 - *"Sempre que um poder procura implantar-se em uma região nova, traça e constrói aí uma estrada"* (BRUNHES, 1962:136).

65 - Foram também pavimentadas as rodovias BR-050, trecho Cristalina-Catalão, com 219 km de extensão; BR-060, trecho Goiânia-Jataí, com 300 km; BR-364, trecho Jataí-Mineiros-Santa Rita do Araguaia, com 200 km; e BR-452, trecho Itumbiara-Rio Verde, com 180 km. Estas ações foram implementadas através das estratégias articuladas pelo programa PRODOESTE, voltado para investimentos em armazenagem, instalação de frigoríficos e, prioritariamente, infra-estrutura viária. Além da pavimentação das supracitadas rodovias, o programa previu a construção de um sistema de estradas vicinais, ligando as zonas produtoras aos eixos rodoviários. Por sua vez a rodovia Belém-Brasília foi pavimentada com recursos oriundos do PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste).

enquanto base subsidiária do capitalismo nacional. Esse panorama pode ser vislumbrado na política rodoviária do governo Otávio Lage (1966-1971), enunciada em ALBUQUERQUE (1967:12):

*“O DER-GO, cuja política rodoviária tem como maior objetivo alargar as perspectivas econômicas e sociais de Goiás, vem desenvolvendo um esforço quase inaudito não só para resolver os problemas específicos do Estado, mas formar vias de carreamento das produções dos Estados vizinhos ao território goiano e, aqui, transportar as riquezas produzidas aos centros consumidores do País.”*

Esta nova rearticulação do território goiano à dinâmica capitalista nacional iria ensejar uma integração mais efetiva das suas diversas frações espaciais, tornando necessária a ampliação dos investimentos em infra-estrutura viária. Grosso modo, expandir e reaparelhar o sistema rodoviário proporcionaria, por um lado, melhores condições de acesso às áreas produtoras ou potencialmente produtoras; e por outro, uma redução no tempo e nos gastos com o transporte de mercadorias e pessoas, além de oferecer maior segurança. A soma destes fatores implicaria em um maior intercâmbio comercial, refletindo-se em um incentivo à produção, sobretudo do setor agropecuário.

Assim, em termos de infra-estrutura econômica, o setor de Transportes firmou-se como a principal prioridade de investimentos do Estado de Goiás, envolvendo em média gastos da ordem de 15,8% dos orçamentos estaduais, entre 1968 e 1984, conforme analisou COSTA (1987)<sup>66</sup>. Em fins da década de 1970, face a crescentes imperativos de fluidez para a circulação de pessoas, produtos, idéias e mensagens no território, verificou-se um grande incremento em investimentos no reaparelhamento do sistema viário<sup>67</sup>, direcionados principalmente para obras de pavimentação asfáltica, como pode ser visto na tabela 02.

66 - Houve casos em que esse valor esteve bem acima da média, a exemplo do que ocorreu em 1977 (Governo Irapuã Costa Júnior), quando elevou-se a 25,5% da despesa, tendo chegado a 30% entre 1985 e 1986 (Governo Íris Rezende) segundo estimativas de COSTA (*op.cit.*)

67 - De acordo com WOLKOWITSCH (1973), a organização do espaço agrícola não é independente das técnicas de transporte, especialmente quando as ligações com o mercado tomam-se essenciais.

Tabela 02

GOIÁS: EVOLUÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA ESTADUAL PAVIMENTADA (1964-1998)	
Período/Governo	Extensão (km)
- Anterior a 1964	157
- (1966 a 1971) Governo Otávio Lage	539
- (1971 a 1975) Governo Leonino Caiado	36
- (1975 a 1978) Governo Irapuã Costa Júnior	238
- (1979 a 1982) Governo Ary Ribeiro Valadão	518
- (1983 a 1986) Governo Iris Rezende Machado	3.023
Acessos/vias urbanas	400
- (1987 a 1990) Governo Henrique Santillo	441
Acessos/vias urbanas	1.074
- (1991 a 1994) Governo Iris Rezende Machado/Agenor	1.561
Acessos/vias urbanas	152
- (1995 a 1998) Governo Maguito Vilela	1792
Acessos/vias urbanas	148
TOTAL – RODOVIAS	8.305
TOTAL – ACESSOS/VIAS URBANAS	1.774

Organização: Rodrigo Borges (2001).

Fonte: DER-GO (1999).

De forma geral, as intervenções no setor de transportes, foram subjacentes às políticas de expansão e modernização do setor agropecuário<sup>68</sup>. No governo Otávio Lage (1966-1971) as ações no sistema de transportes voltaram-se *“principalmente para a dotação de uma infra-estrutura viária, que permitisse o tráfego de veículos de 20 a 40 toneladas a velocidade elevada, melhorando as vias de escoamento da produção do Estado”*<sup>69</sup>. A melhoria nas condições de circulação refletiu-se no início das obras de pavimentação de alguns dos principais eixos da rede rodoviária estadual, dentre as quais as GO-3 (atual GO-060, no trecho entre Santa Bárbara de Goiás e Iporá), GO-4 (atual GO-070, no trecho entre Goiânia e Aruanã), e GO-5 (atual GO-080, no trecho entre Goiânia e Goianésia); e também no prolongamento de novos trechos, destacando-se a

68 - O desenvolvimento do sistema de transportes e comunicações reflete-se na conseqüente redução dos custos de transporte para cada mercadoria. Esse aspecto foi abordado por MARX (1991:155): *“O modo capitalista de produção diminui os custos de transporte para cada mercadoria com o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, com a concentração (a magnitude de escala) do transporte. Aumenta a parte do trabalho social vivo e materializado, aplicada no transporte de mercadorias, primeiro transformando a grande maioria dos produtos em mercadorias e segundo substituindo mercados locais por mercados longínquos”*.

69 - DOLES (op.cit.:77).

extensão da GO-4 (atual GO-070) que, partindo da cidade de Goiás, chegava até São Miguel do Araguaia<sup>70</sup>.

O governo Leonino Caiado (1971-1975) centrou o programa de obras na construção de rodovias, pouco investindo em pavimentação (vide tabela 02). Por outro lado os investimentos concentraram-se especialmente na porção austral do Estado. Incorporando 501 km de estradas ao sistema viário, o programa de obras incluía as seguintes estradas: GO-2 (trecho Goiânia-Bela Vista, com 37 km), GO-12 (trecho São Gabriel-Terezinha, com 209 km), GO-19 (trecho BR-60-Paraúna, com 88 km), GO-34 (trecho BR-60-Palmeiras de Goiás, com 29 km), GO-44 (trecho Ipameri-Catalão, com 66 km), GO-59 (trecho GO-4-Aruanã, com 58 km), ramal 114 (trecho GO-5-Damolândia, com 14km) e GO-3 (*“trecho Iporá-Piranhas: Todas as obras de arte Especiais num total de 24, entre pontes e bueiros celulares de concreto armado, em mais ou menos 600 metros lineares”*)<sup>71</sup>.

A partir de 1980 registra-se um crescimento exponencial da rede rodoviária estadual, sobretudo no tocante a malha pavimentada. Viabilizada por empréstimos externos intermediados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), apenas no período compreendido entre 1980 a 1986, as rodovias estaduais asfaltadas são acrescidas em 222,7% na sua extensão, passando de 1050,5 para 3.390 quilômetros<sup>72</sup>. Nota-se que os investimentos na melhoria das condições de circulação, com a pavimentação, nas rodovias estaduais goianas começam a ser dinamizados tardiamente – décadas de 1980 e 1990, como pode ser visto nas tabelas 01 e 02 – em relação ao sistema viário nacional, que passa por esse processo nas décadas de 1960 e 1970. De certa forma esse fato exprime o caráter periférico da integração do território goiano ao centro dinâmico nacional.

70 - Posteriormente esse prolongamento passaria a ser denominado Estrada do Boi, pertencendo atualmente à rodovia GO-164, e proporcionará uma efetiva integração regional da região da Estrada do Boi, situada na porção noroeste do Estado de Goiás. Sobre o processo de ocupação desta região ver BARREIRA (1997a).

71 - MONTEIRO (1972:17).

72 - De acordo com dados do DER-GO (1986).

## 1.2 – Objetos Técnicos e Estruturação Territorial

Buscar a compreensão das alterações espaciais processadas a partir da implantação de uma rodovia em uma porção do território significa indagar, ainda que superficialmente, o significado e a natureza dos objetos técnicos sobre a conformação do espaço.

Segundo explica SANTOS (1996), com o desenvolver da história e o conseqüente desenvolvimento das técnicas<sup>73</sup> o meio natural, formado por objetos naturais, paulatinamente vai sendo substituído por objetos humanos – objetos fabricados, técnicos, mais recentemente mecanizados, e, depois, cibernéticos – tornando-se cada vez mais artificializado. Por meio da presença dos grandes objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de ferro, estradas de rodagem, cidades, articuladas entre si em sistemas, e bases da produção e do intercâmbio, a configuração territorial adquire um conteúdo extremamente técnico, definindo por sua vez o próprio território. Essa difusão e reprodução de grandes objetos, que neste século ocorreu a uma escala global, responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico.

Em se tratando da acepção geográfica de objeto, SANTOS (1996:54) define que os objetos são um instrumento material da vida humana, correspondendo a toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou; assim, os sistemas naturais, *“quando utilizados pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos”*.

Os objetos que constituem o espaço geográfico são obrigatoriamente contínuos, e o enfoque geográfico supõe sua existência como sistemas, posto que na medida em que o tempo passa os objetos se tornam cada vez mais objetos técnicos, funcionando sistematicamente e se inserindo num sistema mais amplo, o sistema de objetos. Trata-se, no seu conjunto, de sistemas técnicos. Esse é o exemplo de uma grande fábrica, dos armazéns, dos portos ou da rede rodoviária.

---

73 - As técnicas podem ser definidas como *“um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e ao mesmo tempo cria espaço”* (SANTOS, 1996:25).

O espaço é formado de objetos, ou melhor, por sistemas de objetos. Mas em realidade quem determina o objeto é o espaço – pois os objetos em si mesmo não têm conteúdo social –, visto como um sistema de objetos organizados e utilizados seguindo uma lógica imposta por sistemas de ações que os comandam e lhes impõem uma temporalidade<sup>74</sup>. Essa ordem de organização das coisas e de realização das ações é imbricada a ordem da história, à qual o espaço assegura continuidade.

A periodização possibilita dar valor às coisas. A partir do enfoque do fenômeno técnico pode-se entender a um só tempo os objetos, as formas de ação e de organização e as normas, elementos que constituem o espaço geográfico. Conforme enfatiza SANTOS (1996:40):

*“Na realidade, toda técnica é história embutida. Através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas e geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram sua operação”.*

Os sistemas técnicos, isto é, técnicas funcionando como sistemas, são conjuntos de instrumentos de trabalho que, após serem o resultado, se tornam a condição do desenvolvimento social e técnico<sup>75</sup>. Contudo, é o lugar que redefine os elementos técnicos, que chegam como fragmentos, camadas de funcionalidade e temporalidade diversas superpondo-se irregularmente. Cada objeto e/ou ação que se instala, entrelaça-se com elementos de outro tempo, inserindo-se num tecido preexistente manejado por grupos sociais portadores de técnicas socioculturais diversas. Sua presença também altera os valores preexistentes. E o seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto<sup>76</sup>. Essa superposição irregular de fragmentos de técnicas forma a estrutura do lugar.

74 - SANTOS (1994,1996,1997,1999).

75 - SILVEIRA (1999).

76 - Deve-se considerar ainda que o valor dos objetos varia de conformidade com seu significado. No decorrer da evolução do processo de trabalho, das relações sociais e também do espaço geográfico, os objetos sofrem modificações morfológicas e funcionais: assim, todo período histórico se afirma com um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos e formas de ação. Porém, como um “lugar se define como um ponto onde se reúnem feixes de relações, o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar, pois cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas também funcional”; desse modo, “junto aos novos objetos, criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função” (SANTOS, 1996:77-78).

O surgimento de um modo de produção global vincula-se a uma combinação de conteúdos de técnica, ciência e informação com a emergência de um novo sistema técnico. A partir desse sistema técnico as transformações sócio-espaciais atuais podem ser entendidas com base em três dados constitutivos do período presente: a unicidade técnica, com a universalidade das técnicas; a convergência dos momentos, com a percepção universal da simultaneidade; e a unidade do motor da vida social com a universalização da mais valia<sup>77</sup>. Estes dados contribuem para definir, singularmente, a modernidade do território.

Partindo da idéia de que meio geográfico é conectado à noção de sistema técnico, SANTOS (1996) denomina-o atualmente de meio técnico-científico-informacional<sup>78</sup>, onde a ciência e a tecnologia associadas à informação, estão na base do sistema produtivo, que se toma mundial. Nesse processo, um destaque especial deve ser dado à informação, presente não apenas nos objetos técnicos que formam o espaço, como também necessária aos atores hegemônicos que controlam a ação realizada sobre tais objetos<sup>79</sup>.

Os sistemas de objetos técnicos mais atuais se definem inicialmente pela universalidade e onipresença, isto é, estão implantados em todos os quadrantes do planeta e tendem a ter uma mesma composição: sua presença, ainda que pontual, marca a totalidade do espaço. Este funcionamento global concorre para que os novos sistemas técnicos necessitem, cada vez mais, de uma unidade de comando, subordinando-se às lógicas globais. Outro ponto importante é que os objetos são criados para responder a finalidades precisas, estabelecidas pelos atores hegemônicos da política e da economia, e com

---

77 - SANTOS (1999).

78 - Conforme discorre o autor, a história do meio geográfico pode ser, grosso modo, dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. Na primeira etapa (meio natural) as condições naturais, sem grandes modificações constituem a base material da existência humana. O meio técnico tem início em fins do século XVIII com a mecanização do espaço, crescentemente acrescido de objetos técnicos, onde os subespaços passam a distinguir-se em função da extensão e densidade de substituição dos objetos naturais e culturais por objetos técnicos, embora o fenômeno tenha um alcance limitado. O período atual (meio-técnico-científico-informacional) começa no pós-guerra, afirmando-se na década de 1970, sendo marcado pela profunda interação entre técnica e ciência, união esta comandada pelo mercado, que graças a ambos, torna-se global.

79 - Os objetos técnicos atuais são informacionais porque, desde sua concepção, realizada cientificamente, são criados para realizar um trabalho preciso, que é uma informação; por outro lado funcionam a partir de informações específicas, através de um sistema de ações subordinadas ao capital hegemônico (SANTOS, 1996).

intencionalidade mercantil, o que vai redefinir o sistema espacial: cada objeto vai ser localizado de maneira a produzir os resultados que dele se espera.

Obedecendo a uma ordem imposta pela mais-valia global, a difusão dos novos objetos técnicos não se faz de forma homogênea, privilegiando áreas onde a produção de determinados itens é mais vantajosa.<sup>80</sup> Um contexto de grandes avanços científicos e universalização das técnicas possibilita produzir-se mais, em tempo e superfície menores, sobretudo no campo. Em conseqüência, reduz-se o espaço reservado ao processo direto da produção, que tende a se efetivar através de especializações produtivas, realizadas em áreas separadas, determinadas por vantagens locais; por outro lado aumenta a necessidade de intercâmbio, que agora vai dar-se em espaços cada vez mais amplos. Como causa e efeito desse processo tem-se uma elevação constante na fluidez da circulação de ordens (informações) e produtos, assegurando o ritmo e a mobilidade da produção.

O estabelecimento de condições para a produção da fluidez é um empreendimento conjunto do poder público e do setor privado, cabendo ao primeiro, diretamente ou por concessão, prover os diferentes pontos do território de objetos técnicos destinados a favorecer a fluidez (oleodutos, canais, aeroportos, rodovias expressas, sistemas de telecomunicações, etc.). O setor privado estabelece redes particulares, cuja espacialização e funcionalidade atendem ao seu interesse mercantil, e por onde circulam dados especializados e ordens que estruturam a produção. A forma como são organizados os arranjos de objetos técnicos que compõem e definem o território é decisiva para que algumas áreas sejam mais aptas que outras para o exercício de determinadas atividades e não de outras. Assim, conforme explica SANTOS (1994:4),

*“existe uma ordem territorial que é dada, primeiramente, pelo modo como os objetos estão distribuídos; conseqüentemente, o território é também uma norma, na medida em que condiciona a produtividade de uma dada atividade, graças as condições próprias ao lugar”.*

---

80 - Os novos subespaços são valorizados segundo os critérios de eficiência e racionalidade que norteiam o processo técnico-científico-informacional. Respondendo a exigência de maior rentabilidade aos capitais, os lugares especializam-se sobretudo em decorrência da densidade dos processos técnicos e dos suportes geográficos da informação, e também de suas virtualidades naturais e vantagens de ordem social.

Percebe-se que a realidade espacial gerada pela "evolução das esferas de produção", na qual as inovações técnico-científicas-informacionais são responsáveis pela lógica global de organização e estruturação, proporcionou a construção de vários espaços, subespaços ou regiões com funções específicas. Cada um dos diferentes subespaços é particularizado por uma combinação específica de materialidade e organização, manifestando uma imbricação conjunta entre forças antagônicas como o Estado e o mercado, o externo e o interno, a inovação e o preexistente (SANTOS, 1985); ou entre uma ordem local e uma ordem universal (SANTOS, 1996).

Os sistemas técnicos e as ações que proporcionam essa realidade mista de globalidade e localidade podem ser entendidos a partir da idéia e realidade das redes. *"As redes são um vínculo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e de outra parte, confronta lugar ao território tomado como um todo"*<sup>81</sup>.

Fenômeno antigo, admite-se, grosso modo, três momentos na produção das redes, de certa forma justapostos a história dos sistemas técnicos. O sistema técnico-científico-informacional marca o terceiro momento dessa evolução, que deu suporte ao aprofundamento da divisão territorial do trabalho em uma escala crescentemente mundializada e permitiu um redimensionamento das noções de espaço e tempo. MOREIRA (1998:02), discorre sobre este contexto:

*"É a ordem da rede, que surge como a forma nova e positiva de organização geográfica das sociedades com o desenvolvimento da técnica e do mercado, uma vez que é ela a arquitetura das conexões que dão suporte às relações avançadas da produção e do mercado. Em particular a rede dos transportes e das comunicações, característica essencial da organização espacial da sociedade moderna, uma sociedade umbelicalmente ligada à evolução da técnica, à aceleração das interligações e movimentação das pessoas, objetos e capitais sobre os territórios, ao aumento da densidade e da escala da circulação".*

As redes podem ser definidas como *"estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentre da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos*

---

81 - SANTOS (1996:215).

códigos de comunicação”<sup>82</sup> e cuja “função fundamental é assegurar ligações, nos seus diversos aspectos”<sup>83</sup>. São instrumentos apropriados

*“para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; (...) e para uma organização espacial que vise a suplantação do espaço e a invalidação do tempo. (...) A convergência da evolução social e das tecnologias da informação criou um nova base material para o desempenho das atividades em toda estrutura social. Essa base material construída em redes define os processos sociais predominantes, consequentemente dando forma à própria estrutura social”<sup>84</sup>.*

Realidades materiais cada vez mais dotadas de uma intencionalidade extrema, como todo e qualquer objeto técnico, as redes também podem ser vistas como infra-estruturas que permitem a circulação de fluxos materiais e imateriais a pontos específicos interconectados ao território. Conforme explica SANTOS (1994, 1996), graças ao desenvolvimento contínuo das técnicas e a ordem econômica atual, as redes tendem a ser globais, funcionando como instrumento de uma produção, circulação e informação mundializados. Encarregam-se de transportar o universo ao local, unindo diferentes pontos ou regiões numa mesma lógica produtiva, configurando o recorte vertical do território. As redes também são locais, na medida em que cada subespaço aglutina as condições técnicas do trabalho direto e acolhe, através de sua estrutura, frações maiores ou menores das redes globais – definindo o funcionamento horizontal do espaço.<sup>85</sup>

Há de se ressaltar as novas referências do espaço demandadas pelas redes, onde certas noções, como as de contiguidade e continuidade, se analisadas em separado, tomam-se incapazes de apreender a realidade das relações espaciais. Surgem novas referências, como as de nodosidades, “realidade espacial em que pode-se estar em mesma contiguidade, mas não encontrar-se no mesmo espaço”, como define MOREIRA (1999:3).

82 - CASTELLS (1999:498).

83 - SANTOS (1999:14). Uma rede de comunicações pode, a um só tempo, assegurar uma comunicação em grande escala e impedir outras ligações menores. Esse é o exemplo de rodovias que alteram o tráfego de passagem no perímetro de pequenas cidades.

84 - CASTELLS (*op. cit.*: 498-499).

85 - Referindo-se a um exemplo de MACHADO (1993), sobre o funcionamento das redes – que precisam da fixação de objetos técnicos nos lugares (depósitos, postos de abastecimento, maquinários) ao mesmo tempo que exigem formas de assegurarem a negação dessa localidade (estradas, ferrovias, dutos, sinalização, cabos, radares) – SILVEIRA (*op. cit.*:131) afirma que a modernização reticular revela, igualmente, “uma contradição, a de impôr a globalização afirmando a força dos lugares.”

Altera-se, desse modo, a hierarquização da rede urbana, que realiza-se na medida da relação das nodosidades, onde a inserção eqüivale a inclusão e a não inserção eqüivale a exclusão. Para CORRÊA (1989:48), a

*“rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho. É um reflexo à medida que, em razão das vantagens locacionais diferenciadas, verificam-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional definidoras de uma complexa tipologia de centros urbanos.”*

RAFFESTIN (1993:158) afirma que as redes criam interfaces de poder: *“toda rede revela, da mesma forma que as tessituras e a implantação de pontos, um certo domínio do espaço, um domínio do quadro espaço-temporal, em realidade”*. Para o referido autor toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos, conduz a um sistema de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território; esses sistemas de superfícies, nós e redes, organizados funcional e hierarquicamente, contribuem para ordenar o território de acordo com as diretrizes traçadas pelos atores dominantes, permitindo impor e manter uma ou várias ordens, afirmando o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído.

Assegurando a mobilidade dos modos de produção, dos quais são inseparáveis, as redes de comunicação e transporte contribuem decisivamente para *“modelar o quadro-espaço-temporal que é todo o território”*<sup>86</sup>. Os sistemas de transporte intervêm como importante fator nas condições de ocupação e organização do espaço em todas as escalas: *“a mais modesta instalação humana é acompanhada de sinais visíveis de circulação, sob a forma de pequenas áreas ou trilhos pisoteados”*<sup>87</sup>. Segundo DOLFUSS (1973:68), *“a densidade e a diversidade das redes revelam a organização espacial de uma sociedade”*.

O sistema rodoviário, historicamente, configurou-se como o principal instrumento de integração territorial do Brasil. A topologia e o caráter técnico das rodovias facilitam a inserção de novos pontos de acesso<sup>88</sup> a rede viária e também

86 - RAFFESTIN (op.cit.:204).

87 - BRUNHES (op.cit.:94).

88 - No caso de rodovias comuns, as quais apresentam via de regra sentido bidirecional, a acessibilidade se manifesta ao longo de toda a rede. Embora sejam aparentemente de mesma natureza, as auto-estradas diferenciam-se das rodovias comuns em decorrência de seu acesso

a circulação de fluxos materiais e imateriais, o que facultou a separação entre a administração das vias (geridas pelo Estado) e dos meios de transporte (de propriedade privada). Ensina GEIGER (1999) que sua topologia caracteriza-se pela forma seqüencial das ligações, nas quais os entroncamentos aparecem como “nós”, oferecendo possibilidades para maior centralidade - o que ocorre, por exemplo, nos municípios de Iporá e São Luiz de Montes Belos. Também os extremos das vias de transporte, as “pontas”, tornaram-se locais estratégicos para as atividades comerciais; rememorando MONBEIG (1957:57): “*quem diz mercado, diz estrada*”. É interessante ressaltar que o reaparelhamento e a modernização do sistema viário, traduzidos sobretudo na retificação e asfaltamento das rodovias, aliado a uma crescente popularização de meios de transporte automotores individuais, criaram uma nova topologia na rede de lugares relacionada às condições de acessibilidade e fluidez<sup>89</sup>.

Todavia, os impactos causados pelo sistema de transporte necessitam de uma análise específica para não se cair em generalização. Como já mencionado anteriormente, as características particulares a estrutura interna de cada subespaço contribuem decisivamente para que o mesmo objeto e/ou ação externa repercuta especificamente, conforme as condições locais em que tenha sido inserida, embora estas estruturas não sejam independentes de leis gerais. A implantação de uma rodovia ou seu reaparelhamento, dotando ou ampliando a acessibilidade física de uma área, podem viabilizar impactos distintos. Por exemplo, podem permitir uma ampliação dos mercados, trazendo novas atividades e realçando o desenvolvimento econômico; ou, em sentido inverso, servir como veículos de drenagem de recursos humanos e materiais para áreas economicamente mais dinâmicas, face ao maior contato com vetores externos. Entretanto, pode-se certamente afirmar que, apesar de normalmente possibilitarem o aumento nas interações espaciais<sup>90</sup> entre as áreas

---

ser possível apenas em pontos determinados e mediante pagamento de pedágio, introduzindo um diferencial em relação aos fluxos que percorrem-nas.

89 - “*A propensão para reduzir as distâncias, ou seja, a tendência para estabelecer a maior continuidade no tempo mais curto, estando na base do progresso verificado nas comunicações é elemento fundamental na organização do espaço*”. (SALGUEIRO, 1988:48).

90 - Segundo CORRÊA (1997:279-280), as interações espaciais – constituídas por um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de fluxos materiais e imateriais sobre o espaço geográfico – são parte integrante da existência e reprodução social, refletindo “*as diferenças dos lugares face às necessidades historicamente identificadas*”; e também do processo de transformação social,

interconectadas, os impactos causados pelo desenvolvimento dos sistemas viários sobre a organização do espaço guardam vínculo estreito com a estrutura territorial subjacente.

De acordo com WOLKOWITSCH (1973), a conquista e organização de um espaço geográfico é diretamente vinculada às possibilidades de circulação. O desenvolvimento de um sistema de transporte alarga o horizonte de trocas em uma região; estas se fazem acompanhar por mutações econômicas: certas atividades expandem-se em decorrência da abertura de novos mercados, enquanto outras entram em crise devido a concorrência de produtos vindos do exterior; desenvolvem-se novos equilíbrios; este processo é acompanhado por alterações na demanda por transporte (volume e direção), impondo novos investimentos no sistema de circulação. Por conseguinte, amplia-se a circulação de objetos e mercadorias, pessoas, idéias e ordens.<sup>91</sup>

Em relação ao espaço agrário, ainda segundo WOLKOWITSCH (*op.cit.*), a construção de uma via, sem distinção de técnica, facilita o aumento do valor agrícola nas terras virgens, enquanto nas áreas de ocupação antiga a implementação do sistema de transportes oferece a possibilidade de evolução nos sistemas de culturas. *"A terra é mais ou menos valorizada, de acôrdo [sic] com as facilidades de acesso ou de escoamento dos produtos. Os tipos de propriedade também sofrem a influência dos meios de comunicação."*<sup>92</sup>

Tratando-se de uma área dotada de potencial agropecuário – desconsiderando a estrutura sócio-econômica preexistente – a implantação ou reaparelhamento da rede rodoviária, genericamente, pode viabilizar maior proximidade aos mercados consumidores, dado o impulso proporcionado às condições de circulação. Este fator é capaz de atrair fluxos de capital, mão-de-obra e mentalidade empresarial, intensificar a incorporação de novas terras ao processo produtivo e, conseqüentemente, acelerar a expansão econômica local.

---

caracterizando-se principalmente por relações assimétricas entre os lugares, ampliando as diferenças já existentes.

91 - Cumpre ressaltar a existência de uma complexa articulação, recíproca e constante, entre os espaços e as sociedades, locais e globais. As alterações decorrentes da implantação de um grande objeto técnico, como uma rodovia, se impõe não apenas em termos da estrutura econômico territorial, mas também em termos socioculturais, ou seja, podem fomentar a introdução de novos hábitos, novos costumes e novas mentalidades entre as populações, com grande velocidade. Devido a sua complexidade tais alterações extrapolam o alcance deste trabalho.

92 - MONBEIG (1957:148).

Contudo, a introdução de novos capitais e novas técnicas agropecuárias oriundas de áreas mais ricas e modernas pode tornar-se um elemento de desestruturação da vida social, sobretudo em áreas pobres e marginalizadas. Os camponeses tradicionais – posseiros, agregados ou pequenos proprietários – *“são substituídos por migrantes colonizadores mais aptos para trabalhar economicamente a terra. O processo de substituição (para não dizer expulsão) de culturas e hábitos é inevitável”*<sup>93</sup>.

## 2 - A INCORPORAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA RODOVIA GO-060

### 2.1- O Movimento de Ocupação Anterior à Rodovia

O espaço configurado como área de influência da rodovia GO-060, onde atualmente desenvolve-se intensa atividade pecuária, começou a ser desvendado no século XVIII, na esteira da busca de minerais preciosos (ouro e diamante) que se fazia nas terras goianas. Embora seu povoamento e ocupação tenham sido iniciados por volta da década de 1730<sup>94</sup> não se pode afirmar que houve, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, efetivamente um movimento organizado de ocupação espacial ou integração territorial da área. Em realidade o que existiu nesse período foram esparsos e precários núcleos de povoamento urbano, tenuemente interligados a Vila Boa (atual Cidade de Goiás, antiga capital estadual). Somente no transcorrer do século XX que a referida área iria registrar um processo de ocupação e povoamento mais sólido – sendo objeto de uma articulação territorial efetiva apenas a partir da década de 1950, com a implantação da rodovia GO-060.

93 - GOMES & TEIXEIRA NETO (1993:65).

94 - Esta datação refere-se a expansão da colonização portuguesa, pois a área em estudo não constituía-se, no início do século XVIII, em um vazio demográfico, sendo habitada por diversas nações indígenas, com destaque para os grupos Kayapó e Boróro. Os primeiros ocuparam a porção oriental da área em estudo e também o vale do rio Araguaia; já na década de 1780 sua população havia sido bastante reduzida, tendo os remanescentes sido *pacificados* (BERTRAN, 1978; GOMES e TEIXEIRA NETO, 1993), enquanto os grupos arredios foram empurrados em direção ao Mato Grosso. Os Boróro ocuparam o vale do rio Araguaia, em um perímetro que compreendia aproximadamente os atuais municípios de Aragarças, Bom Jardim de Goiás e Baliza; sua presença foi registrada nesta área ainda na década de 1910, por intermédio de ataques a fazendeiros (IBGE, 1958). Posteriormente foram expulsos para a margem oposta do rio Araguaia.

Voltando ao século XVIII, registra-se que a descoberta de diamantes às margens dos rios Claro e Pilões, por volta de 1730, determinou a fundação do Arraial de Pilões<sup>95</sup>. A atividade mineradora motivou a primeira medida oficial de ocupação da área, a instalação de guarnições avançadas do Exército Real Português pelo governo português (1748) visando garantir um contrato de exploração de diamantes pela Coroa Portuguesa a particulares.<sup>96</sup>

A mineração foi mais expressiva em toda a porção situada entre os rios Claro e Araguaia. A natureza esparsa das ocorrências minerais<sup>97</sup> e o uso de técnicas rudimentares, sem instalações permanentes, determinou o surgimento e o caso de pequenos núcleos, que gravitavam totalmente em função do rodar das bateias. Este fenômeno, como se verá adiante, daria origem, no século XX, a diversos núcleos urbanos na porção ocidental da área em estudo. Uma redução acentuada na produção das minas em todo o território goiano a partir de fins da década de 1770 promoveu o arrefecimento do já incipiente processo de povoamento da área em estudo. Como resultante, à medida em que a produção mineradora atrofiava, assistiu-se a uma ruralização econômica e demográfica; a população remanescente passou a desenvolver atividades agrícolas próximo às minas, engendrando uma economia de auto-consumo. Apenas a descoberta tardia de ouro em 1809, com o surgimento do arraial de Anicuns, iria abrir um parêntese a este quadro; no entanto, rapidamente a produção esvaiu-se, e em 1820 a mineração em Anicuns consistia apenas vaga lembrança do que fora

---

95 - Apesar de denominado inicialmente arraial de Pilões, este localizava-se as margens do rio Claro, sendo oficializado como arraial do Rio Claro somente durante o Império, segundo informou o historiador GOMES (1996a). Em fins da década de 1930 foi realizada sua transferência para as margens do córrego Tamanduá, o que deu origem a atual cidade de Iporá. Com o desmembramento de Iporá na década de 1950 para a criação de novos municípios, as ruínas do antigo arraial do Rio Claro ficaram situadas no município de Israelândia.

96 - As referidas guarnições militares tinham como objetivo principal impedir a exploração de diamantes, privilégio exclusivo da Coroa, em um perímetro previamente demarcado ao longo da bacia dos rios Claro e Caiapó, denominado "Sítio Diamantino do Rio Claro". Os quartéis estavam instalados em pontos estratégicos situados nos municípios de Córrego do Ouro, Ivólândia, Amarinópolis, Iporá, Jaupaci e Fazenda Nova. A exploração mineral somente era permitida por intermédio de contrato com o governo de Portugal, embora fontes históricas afirmem que "essa vigilância não impediu a garimpagem clandestina" (GOMES, 1996a:6). Tal regimento foi abolido em 1801.

97 - PRADO JÚNIOR (1974:60) explica que a maior parte das ocorrências auríferas no país são de aluvião, sendo encontradas "sobretudo no leito dos cursos d'água e nas suas margens mais próximas. Ele resulta de um processo geológico milenar em que a água, tendo atacado as rochas matrizes onde se concentrava o metal, o espalhou por uma área superficial extensa. Daí a pequena concentração em que foi encontrado e o esgotamento rápido dos depósitos, mesmo os mais importantes (...)".

inicialmente.<sup>98</sup> Os núcleos de povoamento urbano, sofrem um refluxo populacional e tornam-se dependentes da economia agrária<sup>99</sup>.

A natureza extensiva e o caráter de subsistência das práticas produtivas e as grandes dificuldades de comunicação em nível intra e inter-regional em Goiás, delinearam um quadro de povoamento espacialmente esparso e descontínuo na área em estudo durante todo o século XIX e nas décadas iniciais do século XX. A ocupação e a apropriação pioneira do espaço, realizada em ritmo lento, foi efetivada por meio da fazenda tradicional, também denominada latifúndio colonial. Nesta, as atividades produtivas básicas eram configuradas pela criação de gado bovino nos campos abertos com pastagens naturais e por lavouras para consumo próprio<sup>100</sup>. Esse fenômeno permitiu a ocupação embrionária de áreas situadas nos atuais municípios de Iporá por volta da década de 1830, São Luiz de Montes Belos, Fazenda Nova, Anicuns e Nazário, na década de 1850, aproximadamente, Cachoeira de Goiás na década de 1890, Aragarças e Santa Bárbara de Goiás na década de 1900; e Bom Jardim de Goiás e Baliza na década de 1910<sup>101</sup>.

Comunicavam-se estes interstícios povoados por caminhos não muito precisos, cujos roteiros principais interligavam Vila Boa às províncias de Mato

98 - De qualquer forma, a economia aurífera não proporcionou a manutenção de núcleos urbanos expressivos em toda a área em estudo. Em um relato do viajante austríaco POHL (1978:148), que percorreu o arraial de Anicuns em 1818, encontra-se a seguinte descrição: "O lugar conta 250 cabanas de barro, espalhadas em redor da mina, e uma Igrejinha construída à moda do País. As cabanas são em parte cobertas de palha e (uma raridade no Brasil) ervas da altura de um homem vicejam nos intervalos entre as casas; o conjunto é emoldurado pela imponente massa de escura selva de "mato grosso". Na cidadezinha reina tamanha pobreza que só através de urgente requisição o comandante nos conseguiu a necessária provisão de sal e farinha de milho. Todos os víveres são extremamente caros."

99 - Embora durante o século XIX a estrutura econômica e social de Goiás tenha sido norteadas em função da pecuária, a extração mineral prosseguiu de forma intermitente em todo o território. Assim em 1828 praticava-se a mineração em Anicuns e Rio Claro durante "a estação seca, otimizando em certos casos a mão de obra empregada em outro período na agropecuária"; e na "década de 1860 experimenta-se ainda tardiamente certo sucesso nas lavras diamantíferas do Rio Claro" (BERTRAN, 1978: 66-9).

100 - Em decorrência das condições oferecidas pelo meio natural as atividades de exploração foram instauradas preferencialmente nas áreas de Cerrado. Entretanto, nas áreas de mata do "Mato Grosso de Goiás" foram instaladas grandes fazendas onde, apesar do desenvolvimento agrícola incipiente, se "cultivavam fumo e cana de açúcar, cujos excedentes da produção alimentavam os fluxos comerciais local e intra-regional. Na medida em que o solo se esgotava, as clareiras abertas pelas lavouras nobres e gêneros de subsistência transformavam-se em pastagens, com predominância do capim jaraguá. Assegurava-se, na retaguarda da lavoura, a exploração mais lucrativa representada pela criação de gado" (FRANÇA, 1985:7).

101 - Conforme assinalam IBGE (1958), FRANÇA (1975), BERTRAN (1978), GOMES e TEIXEIRA NETO (op. cit.), e SILVA (1997).

Grosso e Minas Gerais, e que, malgrado suas péssimas condições de trânsito,<sup>102</sup> viabilizaram uma articulação espacial embrionária a área. Nesse aspecto três vias merecem referências. Inicialmente, a trilha aberta em 1728 pelo governo de São Paulo<sup>103</sup>, interligando Vila Boa (na época denominada Arraial de Sant'Ana) a Cuiabá, a qual passava pelo Arraial de Pilões. A construção de uma estrada entre Vila Boa e Santa Rita do Paranaíba (atual município de Itumbiara, fronteira com Minas Gerais) em 1824, por iniciativa do governo Cunha Matos, marca o segundo fato digno de nota. Denominada "Estrada do Sul", seu traçado acessava Anicuns, Nazário<sup>104</sup>, Alemão (atual Palmeiras de Goiás) e Morrinhos; conforme especula BERTRAN (1978) provavelmente permitiu a fluxos migratórios provenientes de Minas Gerais ocuparem em fins do século XIX as faixas de terras de campo e cerrado existentes em seu eixo. Finalmente, cita-se a abertura da "Estrada do Sal" pelo Governo Couto Magalhães em 1863. Saindo de Vila Boa, passando por Rio Claro, atravessava o rio Araguaia à altura do atual município de Baliza, até Coxim, no Mato Grosso. Tal percurso ligava-se a Rio Bonito (atual Caiapônia), no que representou a articulação inicial entre a área em estudo e o Sudoeste Goiano.

Embora tenha se constituído em fator de estímulo a ocupação inicial de parcelas do território goiano, a atividade pecuária, no contexto econômico do século XIX, não proporcionou a estruturação de bases consistentes de povoamento na área em estudo. Subordinados a ocupação rural do espaço, o surgimento de novos povoados, Nazário e Cachoeira da Fumaça (atualmente Cachoeira de Goiás), ocorrem somente nas últimas décadas do século XIX<sup>105</sup>. A

102 - Durante o século XIX, entre 1818 e 1840, passaram pela área em estudo quatro viajantes europeus: D'Alincourt (1818), Pohl (1819), Saint-Hilaire (1819) e Gardner (1840). Em seus relatos, um ponto comum, as dificuldades de comunicação no território goiano. A despeito da carga de "preconceito" de um olhar europeu percorrendo a realidade brasileira, vale lançar mão dos relatos. Ao percorrer a estrada entre Vila Boa e o arraial do Rio Claro, POHL (1976:158-159) relatou: "*O caminho lavava-nos alternadamente por entre campos e matas virgens. (...), a Natureza poderia prender nossa atenção não fossem os incômodos e os perigos que apresentavam a continuação de nossa viagem; aliás tão agradável sob outros aspectos. Cheios de água, os buracos cavados pelos aguaceiros dos dias anteriores e especialmente pelos burros de viajantes que nos precederam não tinham secado e nem poderiam por causa das chuvas constantes, interrompidas apenas temporariamente; e o caminho esburacado aumentava, naturalmente, as dificuldades da marcha. A todo momento os animais caçam e só com grande esforço podiam ser levantados.*"

103 - Até 1744 Goiás fez parte da Capitania de São Paulo.

104 - O povoado de Nazário surgiu após a construção da "Estrada do Sul", por volta da década de 1880.

105 - A incipiência do movimento povoador na área em estudo durante os séculos XVIII e XIX não estimulou a ascendência dos núcleos de povoamento urbano a categoria de cidade. Em nível administrativo registra-se, neste ínterim, apenas a criação dos distritos de Rio Claro (1833), Anicuns (1841) e, já no século XX, Cachoeira da Fumaça (1901).

única iniciativa oficial efetivada no transcurso do século XIX visando incentivar o povoamento e a colonização da atual área de influência da rodovia GO-060, foi configurada pela instalação do Colônia Militar da Macedina no ano de 1882<sup>106</sup>, as margens do rio Araguaia<sup>107</sup>.

No decorrer da década de 1920 duas ordens de fatores concorrem para motivar a instauração de movimentos de ocupação espontânea na área em questão: o início do desbravamento efetivo das matas do “Mato Grosso de Goiás” e a descoberta de novos depósitos de diamantes nas margens do rio Araguaia.

Em termos de delimitação espacial, o movimento de desbravamento das áreas florestais e com solos de boa qualidade do “Mato Grosso de Goiás” estabeleceu-se inicialmente entre os altos curso dos rios dos Bois e Meia Ponte, tributários das margem direita do Rio Paranaíba<sup>108</sup>. Essa amplitude espacial, fração mais densa da mata, correspondia a porção oriental da área em estudo, precisamente aos limites do município de Anicuns<sup>109</sup>. Subseqüentemente, a expansão dos cultivos, da criação e da urbanização, por desdobramento, transformou o espaço onde se nucleou o desbravamento em suporte aos movimentos de deslocamento da fronteira agrícola para o norte e o oeste das florestas do “Mato Grosso de Goiás”. Acredita-se que este movimento migratório tenha sido contingenciado pela edificação das bases iniciais de penetração e assentamento às famílias migrantes, efetivando-se à medida em que, lentamente, avançaram as obras de construção da ferrovia em território goiano e abriram-se as primeiras estradas no “Mato Grosso de Goiás”. Na década de 1930 o movimento demográfico espontâneo sobre as áreas florestais recebeu grande impulso com a chegada da ferrovia até as bordas da mata, no município de

---

106 - Conforme informou TIBALLI (1991).

107 - A instalação da Colônia Militar da Macedina fez parte da política de fundação de presídios implementada em Goiás a partir de 1850. Os presídios eram guarnições militares avançadas localizadas em pontos estratégicos nos rios Araguaia e Tocantins, objetivando proporcionar apoio à navegação, a ocupação por colonos civis, e dar proteção contra ataques indígenas; deveriam funcionar como embriões de povoamento. O Presídio da Macedina foi criado com intuito de combater a ação belicosa dos grupos indígenas Kayapó, tendo sido instalado a aproximadamente 20 quilômetros do núcleo urbano atual de Aragarças, segundo informou Zélia Diniz (comunicação pessoal, 1999).

108 - Conforme indicou FRANÇA (1985).

109 - Além de Anicuns, elevado a condição de município em 1911, este perímetro também correspondia, na área em estudo, aos atuais municípios de Nazário, Santa Bárbara de Goiás e Avelinópolis, criados posteriormente. Englobava ainda, em parte ou totalmente, os atuais municípios de Goiânia, Anápolis, Nerópolis, Petrolina de Goiás, São Francisco de Goiás, Inhumas, Itauçu, Trindade e Guapó – todos estes elevados a condição de município por volta de 1950.

Anápolis, e a construção da nova capital, situada às margens do rio Meia Ponte. Por um lado, estes fatores confluíram para a valorização das terras e, numa extensão que excedeu aos limites geográficos do “Mato Grosso de Goiás”, para a expansão das forças produtivas agrícolas; por outro, engendraram as relações sociais (e de produção) necessárias à implantação do núcleo inicial da frente pioneira<sup>110</sup>, deflagrando o início da incorporação do subespaço compreendido entre os rios dos Bois e Meia Ponte à economia de mercado.

Há de se ressaltar que no período anterior à década de 1930, marcado pela exploração e ocupação preliminar dos espaços florestais da porção leste do “Mato Grosso de Goiás”, em função da precariedade de recursos, a vida econômica estruturou-se primordialmente enquanto “economia do excedente”<sup>111</sup>, difundindo-se acentuadamente a agricultura de subsistência. Esta prática realizou-se através do “uso privado de terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria”<sup>112</sup>, o que configurou a formação da frente de expansão. As relações de troca dessa frente de expansão<sup>113</sup> com o núcleo capitalista da região Sudeste são instauradas na proporção em que evoluem as precárias condições de circulação: o início e o avanço da construção da linha férrea pelo território goiano são marcos importantes desse processo. Fundamental à implantação da frente pioneira no decurso da década de 1930, no subespaço em questão, foi o fato do mesmo ter a maior parte de suas terras praticamente apropriadas por grandes fazendas já em 1910<sup>114</sup>. Assim, a aproximação das vias de transporte ferroviário, e também rodoviário, como já foi referenciado anteriormente, viabilizou o movimento migratório<sup>115</sup> e promoveu a

110 - Segundo José de Souza MARTINS (1975:47), “o ponto chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. (...). Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas ações sociais”. Nessa perspectiva pode-se pressupor um fechamento para a “frente de expansão”, não tanto pela inexistência de terras a ocupar, mas, fundamentalmente, pela propriedade da terra impor-se enquanto condição de ocupação.

111 - Na economia de excedentes “os participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente a troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem suas próprias necessidades” (MARTINS, 1975:45).

112 - MARTINS (1975:46).

113 - “A frente de expansão se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadoria na economia de mercado” (MARTINS, 1975:46).

114 - FRANÇA (1985).

115 - Em função do intenso movimento migratório, segundo dados do IBGE (1952), o município de Anicuns registrou, entre 1920 e 1940, um aumento percentual de 275% em seu contingente

valorização das terras<sup>116</sup>, o que motivou a abertura do mercado de terras através do parcelamento dos antigos latifúndios<sup>117</sup>.

No final da década de 1930 verificou-se um deslocamento gradual da fronteira agrícola e, por conseqüência, da frente pioneira, para as porções norte e oeste das matas do "Mato Grosso de Goiás". Em relação à atual área de influência da rodovia GO-060, o avanço da frente agrícola assinalou, por volta de 1938, a existência de dois novos núcleos: Firminópolis e Córrego do Ouro<sup>118</sup>. Todavia, foi no transcurso da década de 1940 que o movimento migratório sobre novos espaços dinamizou-se, sendo impulsionado por fatores estruturais, conjunturais e por estratégias institucionais implementadas pelo setor público. Dentre estes fatores podem ser inicialmente elencados a expansão do mercado urbano no país, capitaneada pelo crescimento exponencial das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo a partir de 1940; e a elevação dos preços dos produtos agrícolas<sup>119</sup>, no período da Segunda Guerra Mundial. As iniciativas conduzidas pelo Estado em Goiás, delineadas sob o prisma ideológico da "Marcha Para o Oeste", tiveram o sentido de ocupar e integrar economicamente frações isoladas do território. Nestes termos, o Estado induziu a expansão da fronteira agrícola e demográfica, com a melhoria da infra-estrutura viária, tendo dado início a construção de diversas rodovias, dentre estas a estrada interligando Goiânia a Aragarças; do loteamento de terras devolutas, que ganhou maior expressão com a reestruturação da Divisão Estadual de Terras e Colonização, em 1947; e a

---

populacional, que passou de 4.137 para 15.156 habitantes, na sua maior parte (85%) residentes na zona rural.

116 - O conceito de "valor da terra deriva principalmente (...) dos fatores seguintes: capacidade de produção, proximidade de vias de comunicação e facilidade de colocação dos produtos" (SOUZA, 1949:161).

117 - De acordo com dados preliminares levantados nos arquivos do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), no município de Anicuns, entre os anos de 1906 e 1940, foram registrados vários loteamentos individuais de terras devolutas, somando cerca de 24.052 hectares; há também registro do Patrimônio de Nazário (então pertencente a Anicuns), datado de 1939, e que perfazia 1.116 hectares. Acredita-se que a maior parcela destas requisições tenham partido dos antigos ocupantes de terras públicas, especificamente os grandes latifundiários, e visavam a regularização de terrenos apossados para a formação de grandes fazendas.

118 - Conforme indicou FAISSOL (1952).

119 - O geógrafo alemão Leo WAIBEL (1979:170), que estudou, em 1946, o movimento de ocupação do "Mato Grosso de Goiás" explicou: "Os altos preços alcançados pelo arroz durante e depois da guerra foram da maior significação para o desenvolvimento da zona fronteira, no sul de Goiás. O arroz – o chamado arroz de sequeiro, naturalmente – cresce bem nas roças, onde a floresta foi devastada recentemente. Desta forma, os crescentes preços do arroz fizeram com que muitos fazendeiros fossem derrubar as matas e deixassem de criar gado para se dedicarem a agricultura. Os imigrantes seguiram-lhes o exemplo, e assim começou o movimento pioneiro (...)".

implantação de projetos de colonização oficial dirigida, com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG)<sup>120</sup>, empreendimento responsável pelo avanço de significativo contingente populacional sobre o quadrante setentrional do “Mato Grosso de Goiás”.

Além dos fatores aludidos no parágrafo anterior, a disponibilidade de terras concorreu decisivamente para impelir o avanço horizontal e sucessivo da frente pioneira agrícola sobre as frações setentrional e ocidental do “Mato Grosso de Goiás”. Usualmente, as técnicas de exploração agrícola resumiam-se a *“derrubar e queimar as matas, usar a terra durante alguns anos e depois mudar-se para outra mata, a fim de recomeçar o mesmo ciclo”*<sup>121</sup>; cessado o ciclo agrícola, o proprietário rural *“na maioria dos casos, semeia capim jaraguá, formando invernadas para o gado”*<sup>122</sup>. Desta forma, a expansão quantitativa da produção atrelava-se à incorporação gradativa de novas terras e, por extensão, ao envolvimento de maior volume de mão-de-obra. Por outro lado, à medida em que se impunha a apropriação privada da terra, a insuficiência de recursos impelia lavradores sem terra a migrar para extensões ainda não apoderadas, tornando-se ocupantes ou posseiros<sup>123</sup>.

FAISSOL (*op.cit.*:43) apontou que, na década de 1940, um percentual superior a 50% da população do “Mato Grosso de Goiás” era constituída por migrantes, *“e dentre estes a maioria é de mineiros, provenientes, principalmente da região oeste de Minas, e em menor escala o sul de Minas”*.

Se a existência de largas faixas de terras férteis e matas, até então inexploradas, constituiu atrativo real para dar início, na década de 1920, à ocupação espontânea efetiva da porção oriental da área em estudo, na fração espacial oposta o principal fator de estímulo a este processo foi configurado pela

120 - Uma análise sobre a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) pode ser vista em DAYRELL, Eliane Garcindo. *Colônia Agrícola Nacional: análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste*. Goiânia: ICHL/UFG, 1974. 105 p. [Dissertação de Mestrado em História]. (mimeo.).

121 - WAIBEL (*op.cit.*:177).

122 - FAISSOL (*op.cit.*:94).

123 - Para os elementos colonizadores que dispusessem de algum recurso financeiro havia a possibilidade de compra de lotes de terras devolutas. Há de ser salientado que o valor venal das terras devolutas era estipulado segundo a sua distância da capital e características dos solos. Para efeito de comparação, tendo como base o Decreto-lei n.º 98, de 31 de julho de 1944 (Goiás, 1986), o hectare de terras devolutas de primeira era vendido a cr\$150,00 se localizado a menos de 120 quilômetros da capital e cr\$50,00 se localizado a mais de 300 quilômetros. Este aspecto influenciou, evidentemente, o avanço dos fluxos imigratórios sobre as áreas mais distantes.

busca de ouro e diamantes, tendo na retaguarda a atividade agropecuária. Além de aluviões auríferos e diamantíferos, este espaço dispunha de grandes extensões de terra ainda livres, em sua maior parte coberta de cerrados; com a exaustão de jazidas, a ocupação destes espaços, através de um novo modo de produção, baseado na agricultura de subsistência e na criação de gado, torna-se uma alternativa econômica à migração em busca de novos veios. Contudo, há de ser salientado que para considerável parte das levas de migrantes que se dirigiram à área, a existência de terras abertas consistia no fator primordial de atração<sup>124</sup>.

A ocorrência de lavras auríferas e diamantíferas circunscreveu-se à área drenada pela bacia do rio Araguaia e seus afluentes diretos, Caiapó e Claro. Mesmo apresentando uma magnitude inferior ao processo de desbravamento do “Mato Grosso de Goiás”, em termos de ocupação preliminar do espaço, a atividade mineradora fomentou importante estímulo ao desbravamento e a expansão demográfica de um espaço até então carente de vias de acesso<sup>125</sup>. Grande parte dos núcleos urbanos dessa área tiveram sua gênese vinculada aos pequenos aglomerados humanos que se formavam em torno dos garimpos, tendo sua ocupação posteriormente impulsionada pelo estabelecimento das atividades agropecuárias. É o caso de Baliza, no extremo oeste goiano, onde por volta de meados da década de 1920 foram descobertas lavras diamantíferas, que atraíram *“um acentuado fluxo de garimpeiros em grandes levas de nortistas e nordestinos usando o Rio Araguaia como via de acesso, outros vindo a cavalos, na maioria*

124 - Com base em informações contidas na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1958), no Levantamento Histórico e Econômico dos Municípios Goianos (GOIÁS, 1973), em BERTRAN (1978), em depoimentos de antigos moradores da área, e na pesquisa realizada pela professora Celene BARREIRA (1997b) onde foi abordada a evolução das frentes pioneiras no processo de ocupação do território goiano no século XX – acredita-se que os espaços cobertos essencialmente por cerrados, localizados a oeste do rio Caiapó (correspondente ao perímetro formado pelos atuais municípios de Arenópolis, Piranhas, Bom Jardim de Goiás, Aragarças e Baliza), pela sua contiguidade geográfica ao sudoeste de Goiás, tenham recebido influxos de movimentos migratórios que direcionaram-se a esta região em busca de pastagens nativas.

125 - Uma referência ao papel desempenhado pelo garimpo na ocupação preliminar da referida área pode ser vista nas palavras de CARVALHO (1996:11): *“Nos rios Pilões e Claro (...) com garimpagem, formavam pequenos aglomerados humanos denominados curutelas. Os garimpos ziguezagueavam no mapa, mudando de lugar, conforme a produtividade, o entusiasmo dos garimpeiros e a fama sempre emergente de outros garimpeiros (...). Extrações minerais, ações desbravadoras e corajosas marcaram o pioneirismo do lugar e foram humanizando, pouco a pouco, a indócil terra.”*

*baianos ou lavristas de Minas Gerais*<sup>126</sup>. Em vista do surgimento de Baliza, “*de onde foram extraídos, entre 1925 e 1945, mais de 200 quilos de diamantes*”<sup>127</sup>, houve um prolongamento da estrada Rio Verde – Rio Bonito (atual Caiapônia) até as margens do Rio Araguaia, na segunda metade da década de 1920, viabilizando a interligação inicial entre o extremo oeste da área em estudo e Uberlândia, em Minas Gerais<sup>128</sup>.

Na década seguinte esse movimento expandiu-se para Aragarças, também as margens do rio Araguaia. As bacias dos rios Caiapó e Claro tomam-se o epicentro desse fenômeno nas décadas de 1940 e 1950<sup>129</sup>; e no rodar das bateias nascem Israelândia, Jaupaci, Ivolândia, Amorinópolis e Aurilândia.

Todavia, foi somente na década de 1940 que os espaços circunscritos à exploração das lavras passaram a vislumbrar um movimento de ocupação mais incisivo, processo este vinculado ao deslocamento horizontal para a direção oeste, da fronteira agrícola inicialmente nucleada ao extremo oriental da área em estudo<sup>130</sup>. Essa expansão foi fortemente condicionada pelo desenvolvimento do sistema viário, baseado no transporte rodoviário, recurso técnico básico ao processo de mercantilização da agricultura. Ao dinamizar as possibilidades de elevação dos níveis de produção, ainda que em sentido puramente horizontal, a melhoria das condições de transporte vai atrair migrantes, promovendo, inicialmente, a ocupação dos espaços ainda vazios<sup>131</sup>, e, na razão direta da chegada de novos migrantes, provocar o fracionamento das propriedades e impulsionar um novo deslocamento dos contingentes populacionais para adiante.

126 - VARJÃO (1981:34). Em relação ao contingente de migrantes que dirigiu-se aos garimpos neste período, pesquisas realizadas em Ivolândia (Roque da SILVA, 1997) e Israelândia (CARVALHO, 1996), também destacaram o grande afluxo de mineradores oriundos de Minas Gerais e da Bahia.

127 - VARJÃO (*op.cit.*:35).

128 - Além de Baliza, outros pontos da área em estudo articulavam-se espacialmente ao sudoeste goiano, caso de Cachoeira de Goiás “*localizada entre as cidades de Goiás e Rio Verde que eram interligadas por uma rude estrada de rodagem*” (SOUZA, 1995:16), construída no decênio de 1920.

129 - Dinâmica por natureza, a expansão da mineração diamantífera foi impulsionada, nas décadas de 1940 e 1950, pela alta cotação dos diamantes após a Segunda Guerra Mundial, conforme informaram KELLER & MAGNANINI (1977).

130 - Há de se ressaltar que, neste trabalho, não há a intenção de explicar especificamente a formação da frente pioneira na área em estudo, mas sim torna-la como uma via auxiliar ao entendimento do processo de ocupação e transformação dessa parcela do território goiano pela dinâmica capitalista.

131 - Alguns desses espaços em realidade não eram totalmente vazios, porque apropriados por grandes latifúndios, cuja base de sustentação era a pecuária, praticada em moldes extensivos. Todavia a ocupação deliberada desta extensões foi delineando-se em bases mais sólidas com o avanço do movimento pioneiro.

Em seu clássico estudo sobre o “Mato Grosso de Goiás” Speridião FAISSOL (*op. cit.*) demarcou que, em fins da década de 1940, a frente pioneira tinha seu flanco ocidental assentado em Firminópolis e Córrego do Ouro. Nestas áreas o loteamento de terras devolutas pelo Estado e sua venda por preços razoáveis, constituíram-se em forte motivo de atração para a vinda de colonos. Observou FAISSOL (*op. cit.*:97) que as precárias condições das estradas que serviam Córrego do Ouro oneravam demasiadamente os fretes aos mercados compradores, inviabilizando a produção agrícola comercial: assim as “*roças se transformavam em invernadas porque o gado não necessita de estradas para o seu transporte*”. Mesmo em Anicuns, a criação de gado predominava sobre a agricultura, face aos altos preços de transporte, embora houvesse uma produção de arroz apreciável, exportada para Goiânia ou Anápolis, via Santa Bárbara. Por outro lado, em Firminópolis a construção do trecho inicial da rodovia GO-3, iniciada em 1947, motivou significativa valorização das terras<sup>132</sup>.

A abertura sucessiva de pequenas lavouras temporárias, especialmente de arroz, tendo na retaguarda a plantação de pastos, constituiu-se no principal vetor de ocupação do espaço. Além do arroz, a frente pioneira produzia café, feijão e milho. Destes, apenas o café era exportado, embora fosse restrito em área; enquanto o milho era quase que totalmente destinado para a engorda de suínos<sup>133</sup>. Com o rápido esgotamento do solo as lavouras cediam lugar a invernadas para o gado. FAISSOL (*op. cit.*) relatou que nas zonas de ocupação mais antigas, face as técnicas empregadas, a pecuária dominava sobre a agricultura – o mesmo ocorrendo nas áreas onde as condições de transporte eram precárias, como foi visto no parágrafo anterior. Nas pastagens formadas sobre a área anteriormente coberta por florestas a “*criação se faz muito intensivamente*” que nas áreas de “*campo cerrado*” onde predominava “*a criação de gado extensiva*”<sup>134</sup>.

132 - Segundo apurou FAISSOL (*op.cit.*), na região de Firminópolis o alqueire de terras era cotado entre cr\$80,00 e cr\$100,00 em 1937; em 1942 elevou-se para patamares situados entre cr\$200,00 e cr\$300,00; enquanto em 1947 ascendeu a valores compreendidos entre cr\$1.500,00 e cr\$2.000,00.

133 - A criação de suínos era vital aos colonos, pois a base de preparação dos alimentos era dada pela banha de porco. Os porcos eram exportados sob a forma de banha ou mesmo vivos. Nas áreas recém desmatadas, onde a inexistência de pastos inviabilizava o gado bovino, a criação de suínos (e também de galinhas) representava a maior fonte de proteínas. Outras fontes de proteínas eram resultantes da caça e da pesca.

134 - FAISSOL (*op.cit.*:97).

Concomitantemente à expansão horizontal da ocupação abre-se o processo de urbanização. Este concretiza-se em bases frágeis. Seu dinamismo advém, essencialmente, de atividades complementares à agricultura: benefício, armazenagem e comercialização da produção. Além dos antigos núcleos urbanos, Anicuns e Nazário, floresceram novos aglomerados populacionais: Santa Bárbara de Goiás (1932), Firminópolis (1938), Córrego do Ouro (1938), Avelinópolis (1939) e Turvânia (1940). A fragilidade da vida urbana pode ser atestada pelo fato de que em 1940 nenhum desses núcleos urbanos ascendiam sequer a 1000 habitantes<sup>135</sup>.

Favorecidas pela posição geográfica, Firminópolis e Nazário passaram a exercer, no decurso do decênio de 1940, a função de entreposto comercial da produção rizícola entre a área circunvizinha e Anápolis<sup>136</sup>. Em razão das limitações e da precariedade dos meios de transporte, os veículos tracionados por bovinos – carros de boi – desempenharam um papel fundamental no escoamento da produção. Segundo o depoimento de um pioneiro, residente em Nazário, *“todo o arroz da redondeza de Aurilândia, de Firminópolis, vinha para aí, tudo puxado no carro de boi, daí beneficiava e esse caminhão levava tudo para Anápolis”*<sup>137</sup>.

Em 1947 começou a implantação, pela recém criada Comissão de Estradas de Rodagem de Goiás (C.E.R.G.), do trecho inicial da rodovia GO-3 que, partindo da cidade de Goiânia, chegava até Firminópolis. Na verdade sabe-se que no início da década de 1940 já existia, aproximadamente neste eixo, um rústico caminho que possibilitava uma tênue interligação a este trecho. Suas condições de tráfego ficam evidenciadas nas palavras de uma pessoa que mudou-se para Santa Bárbara em 1942:

*“É, eu cheguei aqui com seis anos. Daqui em Trindade gastava mais de um dia. E ia de caminhão, né. Agora a cavalo, ia e voltava num dia. (...). O cavalo era mais rápido, né. Porque se fosse nas*

135 - De acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE (1952), Anicuns e Nazário possuíam em 1940 respectivamente 677 e 851 habitantes. Os demais núcleos urbanos não possuíam valores discriminados.

136 - FAISSOL (*op.cit.*) ao visitar o núcleo urbano de Firminópolis nos anos de 1947 e 1948 atribuiu como fatores que colaboraram para definir seu *status* enquanto entreposto comercial a sua acessibilidade, facultada pela posição geográfica – situada no começo da chapada de Santa Luzia ou de São Domingos – e pelo traçado rodoviário.

137 - Delmiro de Souza Porto, 89 anos, natural de Santana dos Brejos, Estado da Bahia. Chegou em Nazário em 1941. Entrevista realizada em 3 de dezembro de 1999.

*águas o caminhão encalhava, até que tirava ele, ele passava um dia ou dois atolado. (...)*<sup>138</sup>.

Ao estabelecer condições, ainda que precárias, de acessibilidade entre áreas potencialmente produtoras – porque plenas de recursos florestais, em grande parte destituídos de donos – e os mercados consumidores/exportadores de Goiânia e Anápolis, a rodovia pioneira<sup>139</sup> viabilizou o avanço da frente agrícola. Com a construção da ligação rodoviária entre Firminópolis e Aurilândia (então denominada Marilândia), também iniciada em 1947, e a extensão do trajeto da rodovia GO-3 até São Luiz de Montes Belos no fim do decênio de 1940, delineia-se o deslocamento da frente pioneira para essas áreas<sup>140</sup>.

Apesar da precariedade das vias e meios de comunicação e da distância dos mercados, sucessivas levas de migrantes avançaram sobre as extensões situadas a montante da franja pioneira na década de 1940. Para vários desses pioneiros a migração foi uma verdadeira epopéia, em que os carros de boi constituíram o meio de transporte usual dos poucos pertences pessoais; acompanhando os migrantes, em viagens que duravam vários dias e em alguns casos mais de um mês, vinham os animais domésticos: galinhas, porcos e gado bovino<sup>141</sup>. A disponibilidade de áreas livres, cobertas por matas e campos cerrados (estes últimos, sobretudo nas porções ocidentais da área em estudo), constituía-se na mola propulsora de atração. Face às dificuldades de escoamento,

138 - Raimundo, 65 anos, natural de Palmeiras de Goiás. Entrevista realizada em 21 de junho de 2000. Atualmente, através da rodovia GO-060, a distância entre Santa Bárbara de Goiás e Trindade é de 24 quilômetros.

139 - A rodovia pioneira corresponde a uma estrada "cuja abertura não foi precedida de estudos topográficos e nem executada de acordo com critérios ou Normas Técnicas" (GOIÁS, 1974:5), funcionado em precárias condições. Assim, embora a implantação do trecho Goiânia-Firminópolis tenha sido realizada em 1948, somente em 1951 foi concluído o trajeto definitivo do trecho Goiânia-Trindade, com apenas 31 quilômetros.

140 - Segundo pesquisas desenvolvidas em Iporá pelo historiador Moisés GOMES (1996b), durante a década de 1940 um expressivo contingente migratório passou a afluir sobre terras compradas de antigos latifundiários. Considerando a existência de uma estrada entre Iporá e Rio Verde, que permitiria o acesso ao mercado de Uberlândia, em Minas Gerais, especula-se na possibilidade de existirem condições necessárias à implantação de um núcleo avançado da frente pioneira em torno da cidade de Iporá na década de 1940. Entretanto a carência de dados empíricos inviabiliza uma afirmação mais incisiva acerca do fenômeno.

141 - Em conversa informal, realizada em 5 de outubro de 2000, um agricultor – Leosmino José da Mata, 70 anos, atualmente residente em Iporá – revelou que aos 6 anos de idade migrou em companhia de sua família da região de Patos, Minas Gerais, com destino a terras localizadas no atual município de São Luiz de Montes Belos. Utilizando 30 bois em carro, a viagem durou cerca de 55 dias. No trajeto passou por Santa Rita do Paranaíba (atualmente Itumbiara), Campinas (hoje, um bairro de Goiânia, que naquele tempo começava a ser construída) e Firminópolis, onde havia apenas a casa do fundador do município.

a produção agrícola assumia estritamente caráter de subsistência, e a base de sustentação econômica, especialmente para os grandes proprietários, era uma pecuária extensiva, com o gado criado à larga e sem cerca. A intensidade e o tipo de ocupação podem ser vistos através do estudo de RAMALHO (1986:91-2)<sup>142</sup>.

*“Tudo o que se plantava – arroz, milho – tinha muito pouco valor e servia apenas para o consumo das fazendas (...). as pessoas moravam onde queriam, e, às vezes, nem se sabia quem era o dono da terra. Chegava alguém, pedia para ficar e ali ficava morando. Como as fazendas eram ‘de gado’, os fazendeiros só desejavam uma coisa do trabalho de seus agregados – o capim. De resto, o indivíduo podia fazer da roça o que bem entendesse. A mata era derrubada, plantava-se a roça e depois de algum tempo, normalmente 2, 3 anos, o local era transformado em pastagem. Às vezes o gado ‘sumia no mato’ (...). A produção das fazendas de gado era (...) vendida para Minas e outros Estados do Sul. O boiadeiro vinha, comprava, e a boiada ia ‘tocada’ até o seu destino”. (...).*

Vale ressaltar que o principal mercado para a absorção de excedentes agrícolas e suínos era configurado pela cidade de Goiás. Apesar da reduzida dimensão, sua influência estendia-se até Cachoeira de Goiás e Fazenda Nova. A produção era penosamente transportada em “cargueiros”<sup>\*143</sup> utilizando caminhos precários que galgavam a Serra Dourada (vide foto 01 – antiga estrada entre Córrego do Ouro e Goiás); as viagens chegavam a durar 30 dias. A produção agrícola tinha que ser limitada ao consumo familiar, fato que pode ser explicado pelo seguinte relato:

*“(...) não tinha comprador, né, e transporte. Então o que produzia eles consumia ali mesmo, e levava para vender em Goiás. (...). Aqui eles levava capado, levava farinha, arroz limpo. Muito arroz. Tudo para Goiás. Limpava no monjolo. Você conhece monjolo? Limpava no monjolo, né. E levava lá e trocava em troca de cereais, assim: sal, açúcar, querosene, essas coisas. Dinheiro não tinha não”<sup>144</sup>*

142 - O trabalho de RAMALHO (1986) enfoca a posse, uso da terra e relações de trabalho no município de Mossâmedes, Goiás, cuja situação de ocupação foi a mesma vivenciada por toda a área de influência da rodovia GO-060. Aliás, a área do atual município de Sanclerlândia durante determinado período esteve circunscrita a Mossâmedes – a este respeito consultar OLANDA (2001).

143 - Todas as palavras deste trabalho grafadas com \* (asterisco) tem o significado explicitado no Glossário, localizado na página 214, vide.

144 - José da Silva Rodrigues, 63 anos, residente em Sanclerlândia, município onde nasceu. Entrevista realizada em 30 de junho de 2000.

As relações de troca com os mercados situados na fronteira econômica foram surgindo em decorrência da instauração das primeiras vias de circulação, como fica evidente pelo depoimento de um pioneiro<sup>145</sup>.

*“Isso [arroz] era levado no carro [de boi] em Goiás Velho ou Nazário, mas levava só doze sacos de cada vez pois no carro só cabia doze. (...), mas nós levava mais em Goiás Velho. (...). Teve uma ocasião que necessitou um sal, não tinha, cê ia daqui em Goiás Velho comprar um quilo de sal. (...) aqui não vendia nessa ocasião nem capado, nem gado, nem nada, era só pras despesas (...). É aí já abriu as exportação porque aí já abriu as estradas, né. Quando depois nós abrimo as estrada daqui prá Nazário (...).”<sup>146</sup>*

No extremo ocidental da área em estudo, o impulso inicial ao movimento de ocupação e expansão da fronteira foi dado pela implantação, em 1943, do projeto federal de colonização da Fundação Brasil Central, cujo centro de atividades foi sediado na cidade de Aragarças<sup>147</sup>.

Cristalizada sob o contexto ideológico da “Marcha para o Oeste”, tal iniciativa teve por objetivo principal estabelecer bases para a ocupação dos grandes vazios demográficos e econômicos do Centro-Oeste e da Amazônia<sup>148</sup>. Nesta perspectiva, a partir de Aragarças, foi deflagrada a abertura da base de penetração terrestre para a Amazônia, através da ação desempenhada pela Expedição Roncador-Xingu<sup>149</sup>; e efetivada a ligação rodoviária com o sudeste brasileiro, via Uberlândia, tendo sido construída a estrada definitiva entre Caiapônia (sudoeste goiano) e Aragarças.

145 - Vale salientar que a frente de expansão não está dissociada da frente pioneira, seus elementos constitutivos é que são diferenciados. O avanço de uma traz consigo a outra.

146 - Amado Paulo da Cruz, 71 anos, agricultor, natural de Pontalina, Goiás. Reside em São Luiz de Montes Belos, para onde mudou-se em 1940. Entrevista realizada em 6 de outubro de 2000.

147 - Segundo José de Souza MARTINS (1997:81) a partir de 1943, o deslocamento da frente pioneira passou a depender da iniciativa do governo federal, tomando-se a “a forma característica de ocupação de novas terras na Amazônia; a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central foram “grandes episódios desse impulso”. Cumpre esclarecer que, embora o autor tenha feito referência à Amazônia, tais iniciativas foram materializadas em Goiás, contribuindo para a incorporação de frações do território goiano ao processo produtivo.

148 - Esse objetivo ficou claramente delineado no artigo 2º dos estatutos da Fundação Brasil Central: “o desbravamento e a colonização das regiões do Brasil Central e Ocidental, notadamente a dos rios Araguaia e Xingu” ( CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, 1949:182).

149 - Organizada pela Portaria Federal n.º 77, de 3 de junho de 1943, a expedição Roncador-Xingu foi responsável pela abertura (desbravamento) do eixo inicial de penetração terrestre para o oeste brasileiro, interligando os rios Araguaia – a altura de Aragarças – e Xingu. A partir desta penetração organizou-se o planejamento das vias de comunicação. Sobre os trabalhos de abertura do eixo de penetração, consultar OLIVEIRA, Acary Passos de. *Roncador-Xingu: roteiro de uma expedição*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1976. 181 p.

Conforme analisou ESTEVAN (*op. cit.*: 126), mesmo não tendo “*promovido assentamento considerável de colonos na região*”, o projeto da Fundação Brasil Central em Aragarças “*articulou sua demanda comercial com o Triângulo Mineiro*”. Por outro lado, o fato de ter sido escolhida como centro de atividades da Fundação Brasil Central logrou a Aragarças um núcleo planejado, dotado de modernos equipamentos urbanos (hospital, escolas, telégrafo, hotel, cinema, armazém, aeroporto, repartições públicas, conjuntos habitacionais) e pessoal especializado (médicos, militares, enfermeiros, dentistas, técnicos, agrônomos, engenheiros, etc.) que atraiu considerável contingente populacional para a cidade<sup>150</sup>, em busca de empregos e recursos médico-hospitalares.

A implantação da rodovia Aragarças-Caiapônia teve, ainda, o mérito de romper o isolamento das extensões configuradas pelos atuais municípios de Bom Jardim de Goiás e Piranhas, tenuemente ocupados pela pecuária extensiva, e acessados apenas por estradas carreiras. Nas palavras de um pioneiro, no início da década de 1940, “*fazenda aqui [Piranhas] era 30 quilômetros uma da outra pra ver um fazendeiro*”<sup>151</sup>.

Contudo – e apesar da iniciativa de colonização empreendida pela Fundação Brasil Central<sup>152</sup> – um fato a destacar é que o limite ocidental da área em estudo manteve-se “vazio”, com predomínio de terras devolutas, conforme pode ser visto em documento cartográfico do Conselho de Imigração e Colonização, publicado em 1949<sup>153</sup> (figura 04).

150 - O fato da quase totalidade do perímetro urbano da cidade de Aragarças pertencer à Fundação Brasil Central, e conseqüentemente à União, impedia a escrituração dos imóveis urbanos. Assim, a maior parte do contingente demográfico que migrava para a cidade era impelida a fixar-se na margem oposta do rio Araguaia, Estado do Mato Grosso, na atual cidade de Barra do Garças. Com o fim da Fundação Brasil Central, sucedida pela SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), em 1968, parte da área urbana pertencente à União foi repassada à administração municipal, sendo loteada e vendida a particulares. Por outro lado, houve significativa redução nos investimentos federais na cidade e Aragarças estagnou-se. Nesse ínterim Barra do Garças paulatinamente aglutinou funções comerciais, emergindo definitivamente como polo regional na década de 1970, quando a estrutura econômica do município foi dinamizada pela injeção de recursos do Programa POLOCENTRO.

151 - Marcionílio Batista da Silva, comerciante, residente em Piranhas. Entrevista realizada em 19 de novembro de 1999.

152 - De acordo com BRAGA (1998:95), “*a ocupação empreendida pela Fundação Brasil Central (...) acabou por basicamente oferecer serviços assistenciais às populações locais e iniciar a implantação do transporte rodoviário e aéreo na região. (...)*”

153 - É necessário considerar que este mapa, por conta da generalização e escala de abrangência, contém imprecisões, pois existiam nas extensões ocidentais da área em estudo algumas propriedades tituladas.

# GOIÁS: ÁREAS ONDE PREDOMINAM AS TERRAS DEVOLUTAS NO ESTADO (Situação em 1949)

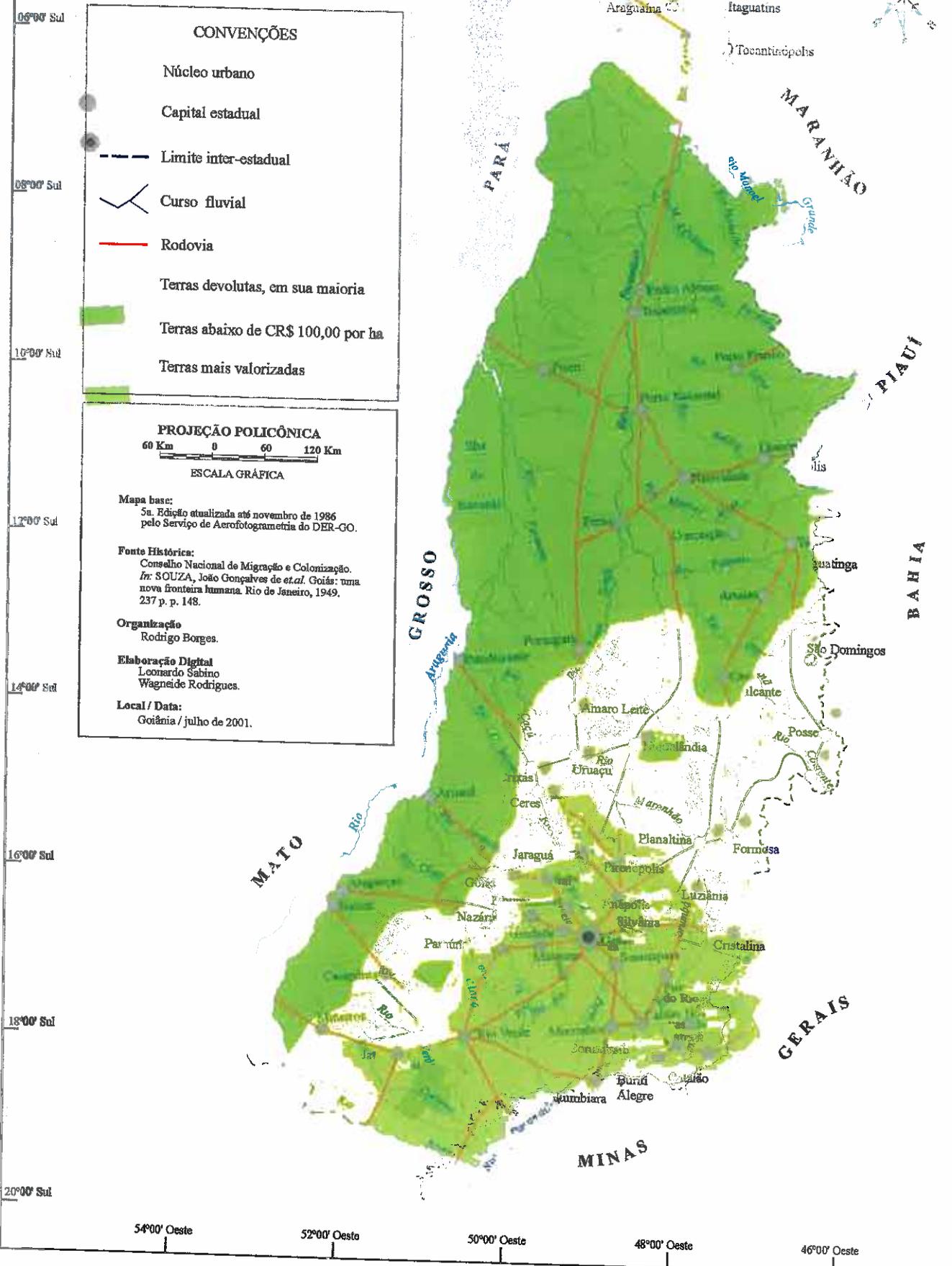


Figura 04 - Goiás: Áreas onde Predominam as Terras Devolutas do Estado (Situação em 1949)

Mesmo rarefeito, o movimento de ocupação e povoamento dos espaços localizados a montante da franja pioneira permitiu o surgimento de diversos povoados, alguns dos quais foram elevados, posteriormente, à condição de cidades. Suas funções básicas relacionavam-se a serviços de apoio às áreas rurais circunvizinhas: manutenção da ordem, serviços religiosos, comércio varejista, etc. Neste período, década de 1940, surgiu, no limite da frente agrícola, o núcleo urbano de São Luiz de Montes Belos. Outras aglomerações urbanas nascidas nesta fase foram Moiporá, Sanclerlândia, Fazenda Nova e Diorama. Iporá, cujas origens ligam-se ao ciclo da mineração, teve seu núcleo urbano transferido para o sítio atual no final da década de 1930. Na década subsequente, o seu crescimento foi efetivado de forma subsidiária à ocupação rural. Piranhas tem sua história ligada à construção, pela Fundação Brasil Central, da rodovia Aragarças – Caiapônia. Também Bom Jardim de Goiás, povoado surgido na década de 1920, foi beneficiado com a construção da estrada em apreço.

Em linhas gerais, todos estes fatos, vistos no seu conjunto, demonstram que, ao fim da década de 1940, a ocupação da área em estudo materializava-se de forma intermitente. Nota-se o avanço da frente agrícola, em função da estruturação de condições de circulação e acesso aos mercados consumidores exportadores de Goiânia e Anápolis, a partir do limite oriental da área em questão. Neste trecho, a formação de roças, sobretudo de arroz, em áreas de matas, constituiu-se em importante suporte à ocupação do espaço. O nível tecnológico empregado condicionava a expansão da produção agrícola à abertura de novas áreas. A seu turno as terras já devastadas transformavam-se em invernadas; delineava-se uma perspectiva futura de domínio espacial da pecuária. Nas extensões isoladas pela dificuldade, ou mesmo ausência, de ligações, o vetor de conquista – gado – se auto-transportava.

Por volta de 1950 a implantação da rodovia GO-3 ultrapassava o núcleo urbano de São Luiz de Montes Belos, chegando até mais ou menos a altura do rio São Domingos<sup>154</sup>. Mesmo assim, parte deste trecho funcionava em precárias condições. Dentro da área em estudo eram poucas as estradas de rodagem e a interligação entre os esparsos núcleos de povoamento era realizada

---

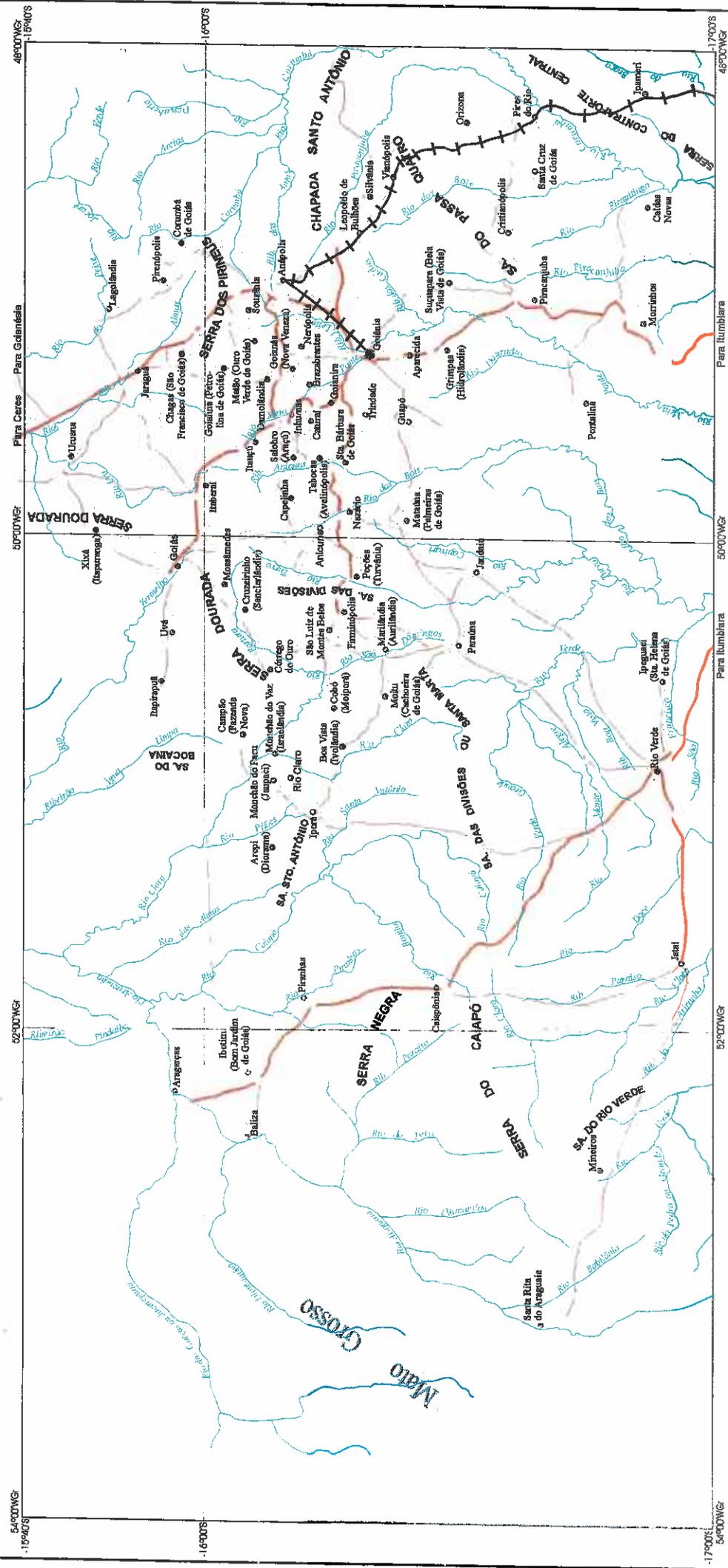
154 - O rio São Domingos demarca os limites territoriais dos municípios de São Luiz de Montes Belos e Aurilândia.

por caminhos por vezes tortuosos, trilhados por tropas, carros de boi, e a cavalo. Vale ressaltar a inexistência de uma articulação espacial no trecho entre Iporá e Aragarças, às margens do rio Araguaia<sup>155</sup>, que naquele momento, devido ao relativo isolamento, encontrava-se quase vazio de homens e coisas. Por outro lado, três vias principais possibilitavam o acesso e o escoamento da produção da área em estudo, considerando as condições gerais de circulação rodoviária vivenciadas pelo Estado no limiar da década de 1950. A primeira era a rodovia GO-3, efetivamente construída até Firminópolis. A segunda via era a estrada que vinha de Goiás, passando por Itaberaí e Inhumas, através da qual chegava-se a Córrego do Ouro, Sanclerlândia e parte do atual município de São Luiz de Montes Belos. Por intermédio destas duas vias acessava-se, além de Goiânia, Anápolis, principal entreposto comercial de Goiás. O terceiro percurso partia de Aragarças, demandava a Rio Verde e ligava, via Itumbiara, a Uberlândia. Em sentido inverso essa estrada, estabelecida sob as diretrizes consignadas à Fundação Brasil Central, permitia a interligação ao vizinho Estado de Mato Grosso - vide figura 05, referente à articulação espacial em 1950.

---

155 - Antes da implantação da GO-3, a ligação entre Iporá e Piranhas realizava-se apenas através de estradas boiadeiras. O acesso rodoviário realizava-se por Rio Verde, sudoeste do Estado, em um percurso de 582 km, conforme indica a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1958). Atualmente, através da GO-060, este percurso é de 96 km. A ligação rodoviária entre Aragarças e Goiânia, também efetivava-se via Rio Verde, importando 849 km; pela rodovia GO-060 tal percurso dista presentemente 409 km.

# ÁREA DE INFLUÊNCIA DA RODOVIA GO-060: INTERLIGAÇÃO ESPACIAL EM 1950



**FONTES:** FAISSOL, Speridião. O "Mato Grosso de Goiás". Rio de Janeiro: IBGE, 1932. 140 p.  
 LESTY JUNIOR, Ciro. *Dicionário Enciclopédico de Goiás*.  
 Goiânia: Ed. Universidade Católica de Goiás, 1984. 376 p.  
 IBGE. *Enciclopédia das Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1938. 453 p. v. XXXVII.  
 GOIÁS. Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DER-GO), 1982. *Mapa Rodoviário*. Esc.: 1:1.500.000.

**ORGANIZAÇÃO:** Rodrigo Borges.  
**ELABORAÇÃO DIGITAL:** Leonardo Sabino.  
**LOCAL/DATA:** Goiânia / julho de 2001.

**PROJEÇÃO POLICÔNICA**  
 15 km 0 15 30 45 60 75 km  
 ESCALA GRÁFICA

**CONVENÇÕES**

- Curso fluvial
- Núcleo urbano
- Estrada de rodagem principal
- Estrada de rodagem principal
- Capital estadual

**OBSERVAÇÕES:**

- 1 - Parte dos traçados rodoviários são aproximados;
- 2 - As toponímias entre parênteses referem-se às atuais denominações dos núcleos urbanos.

**Figura 05 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Interligação Espacial em 1950**

## CAPÍTULO II

*fronteira se expandiu...*

## 1 - O MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA GO-060 POSTERIOR À IMPLANTAÇÃO DA RODOVIA

A partir da década de 1950, o deslocamento da fronteira agrícola, e consequentemente, da frente pioneira, sobre os arranjos espaciais anteriormente contextualizados foi dinamizado. De uma parte, exerceu influência direta a melhoria na infra-estrutura rodoviária nacional que, como foi visto anteriormente, permitiu e acelerou a efetiva integração de Goiás à dinâmica do mercado interno brasileiro. De outra, a expansão do mercado urbano nacional e regional, este último, responsável, conforme indicou ESTEVAN (1998), pelo consumo de maior parcela da produção agrícola de Goiás naquela década. Respondiam positivamente a esse engajamento as potencialidades que a atual área de influência da rodovia GO-060 oferecia naquele momento, principalmente a presença de espaços vazios ou tenuemente ocupados, parte dos quais compostos por formações florestais, passíveis de acomodar as grandes levas de migrantes que buscavam a área com a intenção de “fazer a vida”.

No âmbito interno da área em estudo, a agregação de novos espaços ao processo produtivo foi condicionada pela viabilização de canais de acesso aos mercados dinâmicos da porção meridional do Estado. Este papel foi desempenhado pela rodovia GO-060, implantada no decurso da década de 1950. Em termos espaciais, este processo efetivou-se, grosso modo, de leste para oeste, coincidindo não por acaso, ao sentido do eixo viário em questão.

De uma forma geral, manteve-se, neste período, o modelo de conquista e ocupação do espaço reinante na década anterior - 1940 - marcada pela acentuada ruralização da população. Face ao baixo nível tecnológico empregado, a manutenção ou ampliação da produção agrícola, principalmente do arroz, assegurava o avanço horizontal e sucessivo da fronteira, e, por conseqüência, do povoamento. Sob outro ângulo, as explorações agrícolas processavam-se pela rotação de solos e não de cultivo, e neste sentido a disponibilidade de terras em geral se apresentava como recurso natural básico ao movimento contínuo de marcha da fronteira econômica.

O avanço da atividade agrícola não implicou em abandono e nem tampouco enfraquecimento da pecuária. À medida em que os solos, em função

das lavouras, esgotavam-se, passavam a ser empregados no cultivo de forrageiras, sobretudo o capim jaraguá. Por seu turno, nas extensões cobertas por cerrados, inicialmente desprezadas para a prática agrícola, em razão das suas características naturais praticava-se a pecuária extensiva, pois *"grande parte das pastagens do cerrado goiano é de fraco valor alimentar, não comportando grandes rebanhos. Atendem em média uma rês por três hectares"*<sup>156</sup>.

O eixo que norteava o movimento da entrada de elementos povoadores para a frente agrícola, que se instalava na contigüidade geográfica dos espaços anteriormente incorporados à dinâmica de mercado, era a existência de terras férteis, ainda virgens, e relativamente<sup>157</sup> abundantes. Para os colonos que dispusessem de algum recurso o baixo preço das terras constituía-se em um fator extra de atração. Tal afirmação pode ser vista através da pesquisa realizada por SILVA (1997:51) em Fazenda Nova: *"Todas as pessoas são unânimes em afirmar que se comprava uma área duas e até três vezes superior ao tamanho da área vendida nos seus locais de origem, principalmente os mineiros"*.

Embora restrito ao município de Fazenda Nova, o trabalho desenvolvido por SILVA<sup>158</sup> (1997), oferece alguns dados pertinentes acerca da procedência do contingente migratório que afluía em direção a área em estudo. Os goianos formaram a maioria do contingente, e provinham principalmente de cidades próximas: Firminópolis, Anicuns, Itaberaí, Goiás, Mossâmedes e de praticamente toda a mesorregião do centro goiano. Em segundo lugar os mineiros, que na quase totalidade tem origem nas cidades de São Gonçalo do Abaeté, Corinto, Morada Nova, Unai e Patos. Também os baianos vieram em quantidade expressiva, de cidades como Feira de Santana, Santana dos Brejos e Cocos. Finalmente, em menor quantidade, migrantes de outros Estados. O fato desses migrantes provirem, na maior parte, de Estados a leste de Goiás, e, na quase totalidade, de municípios goianos situados ao leste de Fazenda Nova,

---

156 - GOMES, Horieste (1969:69).

157 - O termo relativamente foi empregado no sentido de que, a medida em que a frente agrícola foi sendo consubstanciada, o movimento de ocupação passou a ser norteado pela força de relações de propriedade privada da terra, fator que, evidentemente, restringiu o acesso a terra para os migrantes.

158 - SILVA, Deuzair José da. *Cultura e sociedade no município de Fazenda Nova (1953-1980): uma tentativa de micro-história*. Goiânia: ICH/UFG, 1997. 201 p. [Dissertação de Mestrado em História]. (mimeo.).

corroborar a afirmação sobre um movimento contínuo de expansão das frentes pioneira e de expansão na direção oeste.

A abertura de novas áreas fez-se fundamentalmente através dos braços dos migrantes. Destes, excetuando-se os elementos goianos, o maior contingente era constituído por pessoas vindas da Bahia e, sobretudo, de Minas Gerais, o que pode ser dimensionado nas palavras de um antigo morador, ao referir-se sobre a ocupação de São Luiz de Montes Belos: *“Aqui encheu de mineiro. Não veio goiano, paulista, outras nação não, foi só mineiro mesmo. Veio muito mais gente também, mas aqui o enchimento vinha caminhão de Minas despejar gente em São Luiz. (...)”*<sup>159</sup>

Nas áreas de origem dos migrantes, a consolidação dos apossamentos fundiários e o esgotamento dos solos eram fatores que estimulavam a mobilidade social, sobretudo da mão-de-obra desprovida de terras. O depoimento colhido junto a um fazendeiro, que migrou do Triângulo Mineiro para Amorinópolis em 1953, revela, de maneira implícita, essa motivação: *“É porque o pai era um homem muito trabalhador e nós era muitos homem [filhos], e aí ele falou: nós vamos caçar um lugar para trabalhar, e veio um tio primeiro pra cá, e aí informou que aqui era bom e nós viemos. (...)”*<sup>160</sup>

O movimento de chegada das famílias migrantes amplia-se no decurso da década de 1950. Sua afluência crescente se viabilizava na medida em que eram processadas melhorias nas condições gerais de circulação no Estado de Goiás. À intensificação desse afluxo populacional seguiu-se uma correspondente elevação no ritmo de ocupação, “deslançando” o processo de “derrubada da mata” e “plantio de roças”, o que fica patente neste testemunho:

*“Veio muita gente. Tinha muita lavoura aqui. Essa terra aqui era 68 alqueires de chão, (...), o homem fez quase tudo em lavoura aí, arrendou pros outro, né, alugou (...). Ele pegou e alugou o terreno, deu a meia, o povo derrubou o mato e fez lavoura aí, produziram demais, era muitos caminhão de arroz que saia aí.”*<sup>161</sup>

159 - Aguielo Ferreira dos Santos, 78 anos, ex-agricultor, atualmente exerce a profissão de porteiro em São Luiz de Montes Belos, onde reside. Entrevista realizada em 01 de dezembro de 1999.

160 - José Sebastião da Costa, 70 anos, natural de Conceição das Alagoas, Minas Gerais. Entrevista realizada em 04 de outubro de 2000.

161 - José da Silva Rodrigues, Sanclerlândia. Entrevista realizada em 30 de junho de 2000.

Essa grande afluência de migrantes delineou o avanço da frente pioneira e a incorporação de novas extensões a economia de mercado na porção ocidental da área de influência da rodovia GO-060. Num estudo realizado no município de Mossâmedes, limítrofe a Sanclerlândia, RAMALHO (1986:95) concluiu que as pessoas percebiam a chegada dos migrantes, dos “mineiros”, como um momento de redefinição na ocupação e no uso da terra:

*“ ‘a meia’ e o ‘arrendo’ teriam sido implantados com a vinda dos ‘mineiros’. Eles trouxeram também a valorização dos cereais e da terra. Nas entrevistas, sempre se fala das diferenças entre o ‘goiano’ (representado a economia de subsistência) e o ‘mineiro’ (representando a economia de mercado)”.*<sup>162</sup>

Em razão da grande quantidade de espaços disponíveis, terras devolutas, a ocupação das terras em regime de posse foi um fato comum para parte considerável dos migrantes que afluíam à área em estudo, na década de 1950. Mesmo as grandes propriedades, frutos de apossamentos constituídos em momentos anteriores, nem sempre eram legalmente regularizadas – embora houvessem extensões já suficientemente documentadas e regularizadas. Esta situação fica evidenciada no depoimento de um migrante que mudou-se em 1952 para Fazenda Nova:

*“Lembro. Meu pai chegou aqui e nós compramos um direito de posse. Era 25 alqueires. Em 52. (...). Quando nós chegamos, você chegava e marcava um pedaço e falava: isso aqui é meu e pronto. Depois discutimos e tudo. Tinha muita gente aqui que vendia terra sem ser dono, né. Teve, aliás acho que hoje ainda tem, mas naquele tempo, (...), teve muito litígio aqui.(...). praticamente em 1960, todo pedaço já tinha dono. Aí inclusive, meu pai faleceu em 58, aí em 65 foi que houve, mais ou menos, 68, 69, as titulações dessas terras aí. (...).”*<sup>163</sup>

Além de apontar para um “fechamento” total das terras ao fim da quadra de 1950, a fala do pioneiro de Fazenda Nova revelou, implicitamente, a questão de conflitos pela posse da terra, características em áreas de expansão da

162 - Há que se esclarecer que neste mesmo livro, outro autor, BRANDÃO (1986:134), ao focar as representações do trabalho entre lavradores de Mossâmedes, ponderou: “Não há certeza de se foram os mineiros que introduziram sistemas de parceria na região, ou se apenas eles teriam chegado a Mossâmedes ao tempo em que tais sistemas começaram a surgir, dadas as novas condições de comercialização e a redução acelerada no tamanho das fazendas”.

163 - Valdivino Carlos Pinto, natural de Anicuns, ex-agricultor, atualmente comerciante no município de Fazenda Nova, onde reside. Entrevista realizada em 03 de outubro de 2000.

fronteira<sup>164</sup>. Em outro município, Sanclerlândia, essa situação, que não pôde ser aprofundada no universo desta pesquisa, ficou no ar: "(...). O povo entrava nos matos para fazer roça, juntava aquela turma de gente, é igual hoje, os povos que invade as terras. Mas assim mesmo eles brigava, tinha muitos que matavam. Aí, eles ficava fazendo roça, (...)"<sup>165</sup>.

Com relação a regularização fundiária, dados preliminares levantados nos arquivos do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado de Goiás (IDAGO) revelaram a homologação de diversos loteamentos individuais de terras devolutas em Iporá, cerca de 19.353 hectares, na década de 1950. Este fato indica, ao menos para os limites do município em epígrafe, uma apropriação efetiva da terra, porque embasados de suporte jurídico a assegurar a posse definitiva. Contudo, a carência de maiores dados para o conjunto de municípios da área em estudo inviabilizava uma análise dos aspectos qualitativos e quantitativos do fenômeno<sup>166</sup>.

Pode-se ainda apontar, como representativo deste período de ocupação do espaço, um grande desdobramento territorial, em que diversos povoados passam a condição de distritos e, rapidamente, elevam-se à condição de municípios<sup>167</sup>. A década de 1950 marca também o surgimento de um novo povoado: Arenópolis. É claro que isto está vinculado à expansão da fronteira econômica. Como pode ser analisado na figura 06, em 1950, além de Anicuns, criado em 1911, existiam como municípios autônomos Nazário, Aurilândia, Firminópolis, Iporá e Baliza – todos criados na década de 1940. No decênio de 1950, a partir do desmembramento de Aurilândia, são criados os municípios de Ivolândia (Lei Estadual n.º 861, de 05 de novembro de 1953), Cachoeira de Goiás

164 - O avanço sobre as terras agricultáveis do centro-oeste goiano, deflagrado na década de 1940, deu margens a processos de grilagem em áreas de ocupação mais antiga, caso de Iporá: "Com a valorização das terras na região [Iporá] inicia-se um processo de grilagem. Antigos camponeses que aqui residiam foram vítimas da ação violenta de vários grileiros. A desinformação por parte das famílias camponesas contribuiu e muito para isto, já que a maioria não possuía instrução no sentido de valorizarem suas posses. Essa situação favoreceu a disputa pela terra e a conseqüente expulsão dos primeiros moradores do local" (IPORÁ, 1997:6).

165 - Gerci de Paiva Lopes, 75 anos, ex-agricultora. Natural de Patos, Minas Gerais, mudou-se para Sanclerlândia na década de 1950. Entrevista realizada em 30 de junho de 2000.

166 - Cumpre esclarecer que, no decurso da pesquisa, foi solicitado a Procuradoria Geral do Estado de Goiás, via ofício, o acesso a alguns dados referentes a legalização de terras devolutas do Estado na área em estudo. Pedido este, indeferido.

167 - Fazenda Nova constituiu-se em uma exceção a regra, tendo sido elevado a condição de município sem passar pela de distrito (SILVA, 1997). Através da Lei Estadual n.º 2.345 de 09 de

(Lei Estadual n.º 878, de 10 de novembro de 1953) e Moiporá (Lei Estadual n.º 2.136, de 14 de novembro de 1958). Amarinópolis (Lei Estadual n.º 2.093, de 11 de novembro de 1958), Jaupaci (Lei Estadual n.º 2.111, de 14 de novembro de 1958) e Israelândia (Lei Estadual n.º 2.114, de 14 de novembro de 1958) tem origem na desagregação de terras de Iporá. A partir de Baliza são criados Aragarças (Lei Estadual n.º 788, de 02 de outubro de 1953) e Bom Jardim de Goiás (Lei Estadual n.º 813, de 14 de outubro de 1953); enquanto Turvânia (Lei Estadual n.º 2.112, de 14 de novembro de 1958) emerge a partir de terras desmembradas de Anicuns. Parcelas do extenso município de Goiás originaram Córrego do Ouro (Lei Estadual n.º 776, de 24 de setembro de 1953), São Luiz de Montes Belos (Lei Estadual n.º 805, de 12 de outubro de 1953), Fazenda Nova (Lei Estadual n.º 831, de 20 de outubro de 1953) e Diorama (Lei Estadual n.º 2390 de 17 de dezembro de 1958). Piranhas, cujas origens ligam-se a estrada construída pela Fundação Brasil Central, tornou-se município (Lei Estadual n.º 812, de 14 de outubro de 1953) a partir de terras cedidas por Caiapônia<sup>168</sup>.

Certamente a criação de três novos municípios no início da década de 1960: Santa Bárbara de Goiás (Lei Estadual n.º 4710, de 23 de outubro de 1963), Sanclerlândia (Lei Estadual n.º 4897, de 13 de novembro de 1953) e Avelinópolis (Lei Estadual n.º 4921, de 14 de novembro de 1963)<sup>169</sup>, tem ligação com a estruturação econômica empreendida no decênio imediatamente anterior.

Nesta fase, a vitalidade dos núcleos urbanos repousava no beneficiamento e comercialização de alguns produtos agrícolas, no abastecimento de gêneros de primeira necessidade e, com a autonomia política, o desempenho de funções administrativas.

À luz dos fatos antepostos, os dados disponibilizados na tabela 03 permitem afirmar que no transcorrer da década de 1950 a maior parte das terras da área de influência da rodovia GO-060 haviam sido ocupadas. Assim, em 1960 a área total dos estabelecimentos rurais somava 1.331.225 hectares. Ao utilizar

---

dezembro de 1958, Fazenda Nova teve parte de sua área desmembrada, dando origem ao município de Novo Brasil.

168 - É necessário esclarecer que, nesta breve contextualização, foi considerado apenas o município de origem, sendo desconsideradas quaisquer alterações de limites territoriais decorrentes de outorga de terras por outras unidades municipais.

169 - Criados a partir de terras desmembradas, respectivamente, dos municípios de Trindade, Goiás e Anicuns.

como referência a superfície total dos estabelecimentos rurais registrados em 1980, pode-se dizer que mais de dois terços da área em estudo foram apropriadas na década de 1950. Estes dados tornam-se mais contundentes ao lembrar-se que as informações de 1960, excluía as superfícies correspondentes aos municípios de Sanclerlândia e Santa Bárbara de Goiás. O movimento de abertura de novas terras fica evidenciado pela proporção da área aberta<sup>170</sup> dos estabelecimentos ser de 42,05%.

Por outro lado, a partir da grande área coberta por pastagens naturais – cerca de 43,56% da área ocupada pelos estabelecimentos rurais – depreende-se um predomínio da pecuária tradicional, sob moldes extensivos, com o gado criado a larga.

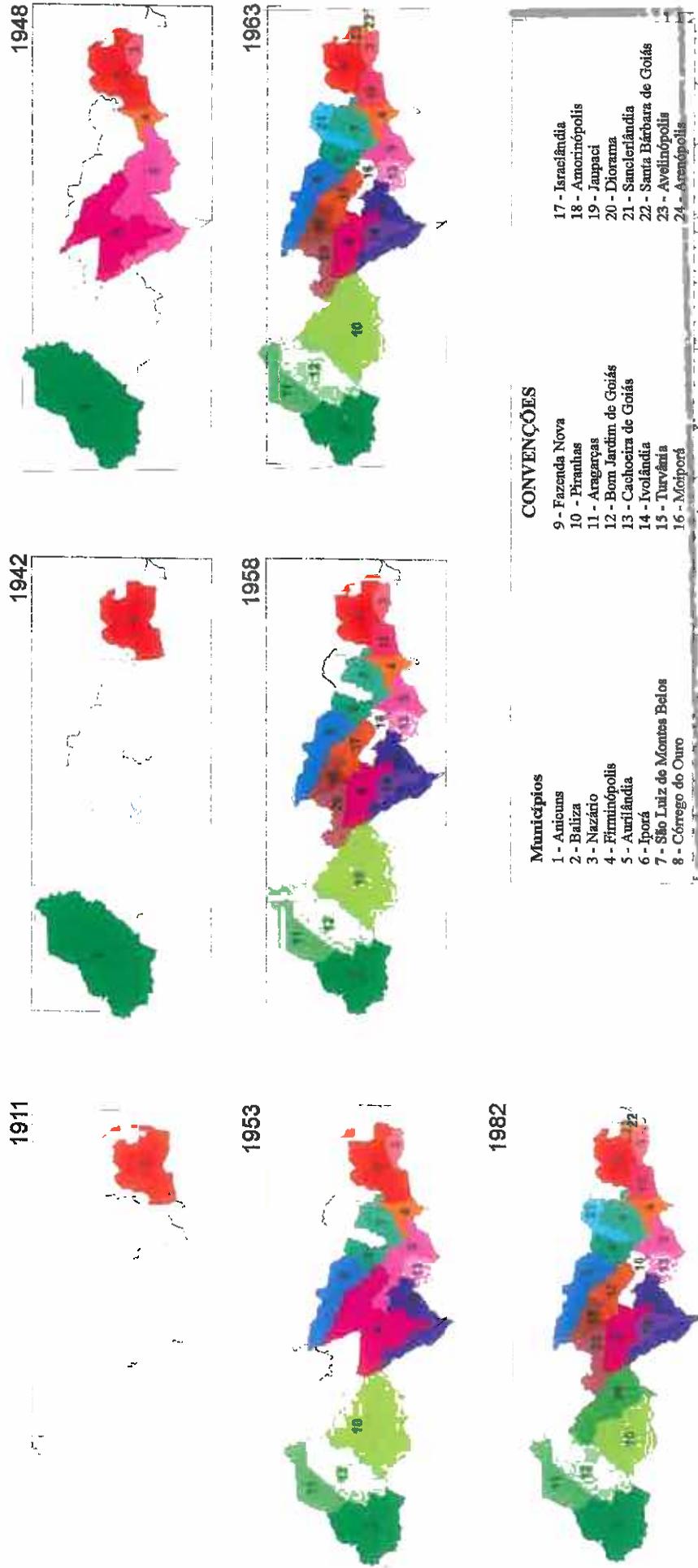
Os dados estatísticos comprovam que a ocupação materializou-se de forma diferenciada no espaço, tendo sido mais intensa nas proximidades do eixo dinâmico do Estado (Goiânia-Anápolis) e tênue nas extensões marginais ao rio Araguaia. Dessa forma, Anicuns e Nazário, municípios de ocupação mais antiga registraram expressivos percentuais de áreas ocupadas por pastagens plantadas e lavouras. Em sentido inverso, nos municípios de Aragarças, Baliza e Bom Jardim de Goiás, onde o processo de incorporação de terras ainda não se consolidara totalmente, grande parte da área dos estabelecimentos eram ocupadas por pastagens naturais, enquanto as lavouras eram muito restritas em termos de área.

Ao findar a década de 1950, o movimento de ocupação havia ultrapassado o domínio das terras de "mato grosso" e avançava em direção ao rio Araguaia. Nos espaços situados a leste da floresta estacional, em que predominavam as formações savanicolas, a agricultura guiava-se pela busca de manchas de solos férteis, cobertos de matas, e também dos vales dos cursos fluviais, enquanto a atividade pecuária aproveitava as pastagens naturais proporcionadas pelo cerrado. Todavia, nas porções mais ocidentais da área em estudo – atuais municípios de Baliza, Aragarças, Bom Jardim de Goiás e Piranhas – onde o alargamento do espaço rural foi mediatizado basicamente pela pecuária

---

170 - A área aberta corresponde aos espaços antropizados, ou seja, a soma das áreas de lavouras, pastagens plantadas, florestas plantadas e terras produtivas mas não utilizadas. Se acrescidas da superfície ocupada por pastagens naturais, comumente utilizadas para a criação extensiva, chega-se a um percentual de 85,61% de ocupação.

# ÁREA DE INFLUÊNCIA DA RODOVIA GO-060: EVOLUÇÃO DA MALHA MUNICIPAL



**Observação:** Base cartográfica conforme limites territoriais de 1999. Foram desconsideradas as alterações nos limites territoriais ocorridas no período, inclusive àquelas referentes a desmembramento para criação de municípios externos a área em estudo.



**PROJEÇÃO POLICÔNICA**  
ESCALA GRÁFICA

**Fontes:** SEPLAN, 1996. *Anuário Estatístico do Estado de Goiás*. Goiânia: SEPLAN, 1996. 621 p.  
IBGE, 1958. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. 453 p. v. XXXVI;  
GOIÁS. Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DER-GO), 1999. *Mapa Rodoviário Estadual 1999*. Esc.:1:1.000.000.  
**Organização:** Rodrigo Borges.  
**Elaboração Digital:** Leonardo Sabino.  
**Local/Data:** Goiânia/julho de 2001.

**Figura 06 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Evolução da Malha Municipal**

tradicional, a incorporação mais efetiva ao processo produtivo fez-se no transcurso do decênio seguinte.

E não obstante a articulação inicial a dinâmica produtiva, as condições de circulação na maior parte da área de influência da rodovia GO-060 eram ainda bastante precárias por volta de 1960, o que dificultava o escoamento da produção, sobretudo no período das chuvas. De acordo com um morador de Sanclerlândia, que trabalhou como caminhoneiro neste período: “(...), *daqui pra Goiânia na seca era um dia, né. Mas nas águas aqui a gente levava as vezes até cinco dias. Não tinha estrada, era sair de um atoleiro e cair noutra. (...)*”<sup>171</sup> Especificamente na então rodovia GO-3 as condições não eram melhores, como bem descreveu o historiador Moisés GOMES (1997:6):

*“(...), Iporá parecia parado no tempo, sem linhas de ônibus para a Capital – onde um caminhão só chegava depois de 2 dias de viagem penosa, sem chuva, claro... O único meio confortável de comunicação com o resto do país era um velho DC-3 da VARIG, nas duas escalas semanais que fazia na cidade, vindo do Mato Grosso. Duros anos 50 e 60!”*<sup>172</sup>

É interessante observar que, diante das limitações e da precariedade dos meios de transporte, a expansão da produção agrícola abriu um novo espaço para o carro de boi. Num processo de interpenetração do velho e do novo, via de regra a produção agrícola era transportada por carro de boi até os núcleos urbanos e então reembarcada em caminhões, seguindo para os mercados consumidores de Goiânia, Anápolis e, em menor grau, Uberlândia e Araguari<sup>173</sup>.

A seu turno, o gado bovino era na sua quase totalidade exportado “em pé”, em direção às invernadas do Triângulo Mineiro e São Paulo. O crescimento urbano da capital goiana paulatinamente a transforma em um mercado alternativo, fato que vai beneficiar o desenvolvimento da atividade nas extensões ocidentais da área em estudo – que usufruíam de maior proximidade geográfica e

171 - José da Silva Rodrigues. Entrevista realizada em 30 de junho de 2000. No restante deste depoimento o entrevistado descreveu o percurso no período das chuvas: “*Nóis saía daqui [Sanclerlândia] e pousava em Mossâmedes, quando ia com três dias, né. De Mossâmedes nós ia posar em Itaberaí. De Itaberaí nós, as vezes, ia até Goiânia. Se não fosse até Goiânia posava em Inhumas. E no outro dia chegava a Goiânia.*”

172 - A título de curiosidade: com o asfaltamento do percurso Goiânia-Iporá, concretizado em 1971, foram suspensas as escalas aéreas regulares, por não se ter passageiros, que passaram a optar pelo transporte rodoviário, de custo mais módico.

173 - De acordo com STEFAN (1960:233), “*grande parte da produção de arroz que é beneficiado em Anápolis ou Goiânia é enviado para São Paulo, enquanto a produção beneficiada em Uberlândia ou Araguari é transportada para São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.*”

também dispunham de maior quantidade de pastos plantados, necessário a engorda do gado<sup>174</sup>.

É inegável que o movimento de ocupação da atual área de influência da rodovia GO-060 guarda um estreito vínculo com as estratégias de organização territorial impostas ao Estado de Goiás.<sup>175</sup> Assim, em um primeiro momento o papel pioneiro da rodovia impôs-se pela necessidade de viabilizar a ocupação e a articulação das terras recém abertas com o núcleo dinâmico do Estado, assegurando a expansão da fronteira econômica, ainda que em sentido puramente horizontal. Subseqüentemente, embora se mantivesse a perspectiva de engajamento de novas terras à dinâmica econômica, a função do eixo viário em questão passou a ser norteada em possibilitar uma rearticulação das áreas já capturadas, através da intensificação das atividades sob formas de produção mais capitalistas – estando, pois, subjacente às políticas de “integração nacional” deliberadas a partir de 1964. Neste contexto, gradualmente foram realizados investimentos no reaparelhamento e na modernização do referido eixo viário, traduzidos na melhoria das condições de tráfego, e no estabelecimento de maior proximidade aos mercados consumidores, pela redução no tempo<sup>176</sup> e nos gastos com o transporte; estes fatores implicaram em maior possibilidade de intercâmbio e, por conseguinte, no incentivo à produção.

No decurso da década de 1960 a rodovia GO-3 recebeu diversos investimentos visando a melhoria das condições de tráfego. Em 1963, no governo Mauro Borges Teixeira, houve a pavimentação asfáltica do trecho Trindade-Ruibarbo. Em 1969, durante o governo Otávio Lage de Siqueira, é concluído o asfaltamento até São Luiz de Montes Belos. Este é estendido a Iporá em 1971, ano em que também é asfaltado o trecho Ruibarbo-Anicuns (GO-20, atual GO-

---

174 - Segundo informou um negociante de gado, José de Souza, residente em São Luiz de Montes Belos, as comitivas boiadeiras gastavam de 6 a 8 dias na estação das chuvas e até 15 dias na estação seca para tocar o gado dessa cidade até a capital, Goiânia. Para o Triângulo Mineiro o tempo era em média de 60 dias, podendo, no entanto, chegar a 4 meses. Com o asfaltamento do trecho São Luiz de Montes Belos-Goiânia no fim da década de 1960, o gado passa a ser transportado somente por caminhões. Entrevista realizada em 04 de outubro de 2000. Vide entrevista no anexo II.

175 - Esse, aliás, é um dos pressupostos deste trabalho.

176 - “A distância é um obstáculo a vencer, é o obstáculo medido em tempo; ora o tempo constitui, nas relações e para as relações econômicas, em pleno reinado da civilização fundada sobre a circulação, o outro degrau da riqueza e do poder soberanos; (...)” (BRUNHES, *op.cit.*:447).

326). No trecho entre Iporá e Piranhas<sup>177</sup>, foram executadas todas as obras de arte especiais – pontes e bueiros de concreto – na primeira metade da década de 1970.

Por outro lado, se em um primeiro momento a existência de grandes parcelas de áreas livres, terras devolutas, oferecia alguma possibilidade de propriedade, ainda que transitória, da terra para migrantes que dispunham de pouco ou nenhum recurso, com o virtual delineamento da fronteira econômica, a opção para estes tornava-se, cada vez mais, empregar-se nas fazendas, migrar para os emergentes núcleos urbanos da área em estudo, ou seguir a marcha rumo a oeste, atravessando o rio Araguaia em busca de espaços disponíveis.

Concretizada a apropriação inicial dos espaços, ampliava-se o mercado de terras pela venda de partes das propriedades, ao mesmo tempo em que se estruturava uma melhoria na rede de circulação. Com o “fechamento” das terras, o parcelamento de algumas das antigas fazendas, através da venda, foi responsável pela dinamização da ocupação e povoamento do espaço rural, o que foi relatado por um pioneiro em Diorama:

*“Começou a influência com a divisória dessa Fazenda Bebedouro que é uma fazenda de 22 mil alqueires, mais ou menos, e era de uns americanos, e aí eles pegaram e venderam para os corretores e com isso foi entrando gente aí. É igual os programa de colonização, só que colonização o governo que dá as terra e eles estavam vendendo. Aí pôs corretor, corretor foi vendendo. Isso foi uma das coisas que trouxe um progresso. Em 62.”<sup>178</sup>*

Embora composto por um expressivo contingente de elementos que, a exemplo de movimentos anteriores, tinham dificuldade de acesso a terra nas áreas de origem, no conjunto os novos proprietários diferenciavam-se por possuírem, parte destes, uma certa quantia de capital, passível de ser investida em atividades produtivas.<sup>179</sup>

177 - Inicialmente planejada para estender-se de Goiânia a Aragarças, a rodovia GO-3 posteriormente teve seu traçado reduzido até Piranhas. O trecho Piranhas-Aragarças, aberto pela Fundação Brasil Central, pertence a rede rodoviária federal.

178 - Gercino Francisco Itacarambi, residente em Diorama, onde nasceu. Entrevista realizada em 01 de dezembro de 1999. Não se teve acesso a outras fontes – cartório municipal ou entrevistas – que pudessem confirmar ou refutar a área da propriedade referida pelo entrevistado (Fazenda Bebedouro).

179 - Além daquele necessário a compra da terra, dada a constituição da frente pioneira e, por extensão, da economia de mercado, impondo a propriedade privada.

Um novo movimento ocorrido neste período, na década de 1960, foi a entrada de fazendeiros oriundos de São Paulo, de Minas Gerais e do Sul de Goiás, alguns dos quais tiveram acesso a grandes extensões de terras. Não foi possível levantar informações acerca das condições de apropriação destes grandes latifúndios. Todavia, ressalta-se, a maior parte destas grandes propriedades formou-se em municípios que dispunham, no ano de 1960, de expressivos espaços ainda não incorporados ao processo produtivo, o que se efetivou-se no decurso do decênio.<sup>180</sup>

Grosso modo, durante o desenrolar do decênio de 1960 foram cumprindo-se as condições fundamentais para que se intensificasse a ocupação dos espaços produtivos, especialmente na porção ocidental da área em estudo, que usufruía de melhores condições de circulação e também de maior proximidade geográfica à capital do Estado. A essas condições básicas – apossamento da terra, interligação aos mercados consumidores, certa quantidade de capital, disponibilidade de mão-de-obra – deveriam ser somadas as condições naturais favoráveis a atividade agropecuária. Há de ser evidenciado que naquele momento, década de 1960, o processo de ocupação tinha promovido grandes “estragos” nas áreas anteriormente cobertas por “mato grosso”, já um tanto devastadas, como indica o Mapa de Utilização da Terra - 1966 (figura 07).

A tabela 03 deixa claro que na década de 1960 praticamente concretizou-se o processo de apossamento da terra no conjunto da área em estudo: em 1970 um percentual próximo a 90% da área, ou 1.609.514 hectares, já havia sido incorporado ao processo produtivo. Entre 1960 e 1970 o processo de incorporação de terras na área em estudo foi de 20,9%, enquanto o número de estabelecimentos cresceu em níveis bem maiores, 40,61%, indicando um retalhamento das propriedades. Em alguns municípios, o processo de incorporação de terras foi bem maior que no conjunto da área em estudo, casos de Baliza (91,21%), Cachoeira de Goiás (128,92%), e Bom Jardim de Goiás (150,28%).<sup>181</sup>

---

180 - Os municípios em que a incorporação de terras na década de 1960 deu margem ao surgimento de grandes propriedades foram Ivollândia, Moiporá, Cachoeira de Goiás, Bom Jardim de Goiás e Baliza. Especula-se que essa relação não tenha sido mera casualidade.

181 - O município de Bom Jardim de Goiás na década de 1960 teve seu território acrescido através da redefinição de limites com o município de Aragarças. Assim, seu extraordinário

Não obstante o crescimento da atividade pecuária, a agricultura manteve sua importância. Impulsionada pelo crescimento do mercado urbano, e também pela abertura de novas áreas, houve uma grande expansão na área ocupada pelas lavouras temporárias, que registraram um aumento percentual de 83,67% no conjunto da área em estudo, entre 1960 e 1970. Contudo, apesar da mercantilização da produção agrícola, de uma forma geral seu crescimento no período deu-se fundamentalmente em função da área cultivada e não de produtividade<sup>182</sup>. Nesta fase o uso de mecanização e insumos era ainda incipiente: *"No começo [década de 1960] as plantações era de roça de toco, ainda não tinha cultivo de terra, não arava ainda"*<sup>183</sup>. Por consequência houve o envolvimento de grande volume de mão-de-obra, como pode ser visto no depoimento desse trabalhador rural: *" De 60 a 70. Nos anos 60. A agricultura aqui [Nazário] foi forte. Plantava muito arroz mesmo. Era muito bom de serviço"*<sup>184</sup>.

É interessante observar que no contexto desse processo de ocupação, as pastagens, naturais e plantadas, mantiveram sua magnitude espacial no decênio de 1960: aproximadamente 67%, ou seja, dois terços da área total incorporada ao processo produtivo. Neste período, para o conjunto da área em estudo, a pecuária representou, sob o ponto de vista técnico, uma transição entre a criação extensiva melhorada<sup>185</sup> e formas modernas de caráter semi-extensivo (que predominavam nas extensões cobertas por pastos formados em antigas áreas de matas), já sendo comum a adoção de gado branco (raças zebuínas). Estes fatos concorreram para que o rebanho bovino, conforme demonstra a tabela 04, registrasse um grande aumento no conjunto da área, passando de 311.160 cabeças, em 1960, para 715.075 cabeças, em 1970, um incremento de 129,81%. Outra medida da importância da atividade é representada pelo fato

---

acréscimo de área incorporada ao processo produtivo entre 1960 e 1970 guarda relação com a ampliação da sua superfície territorial.

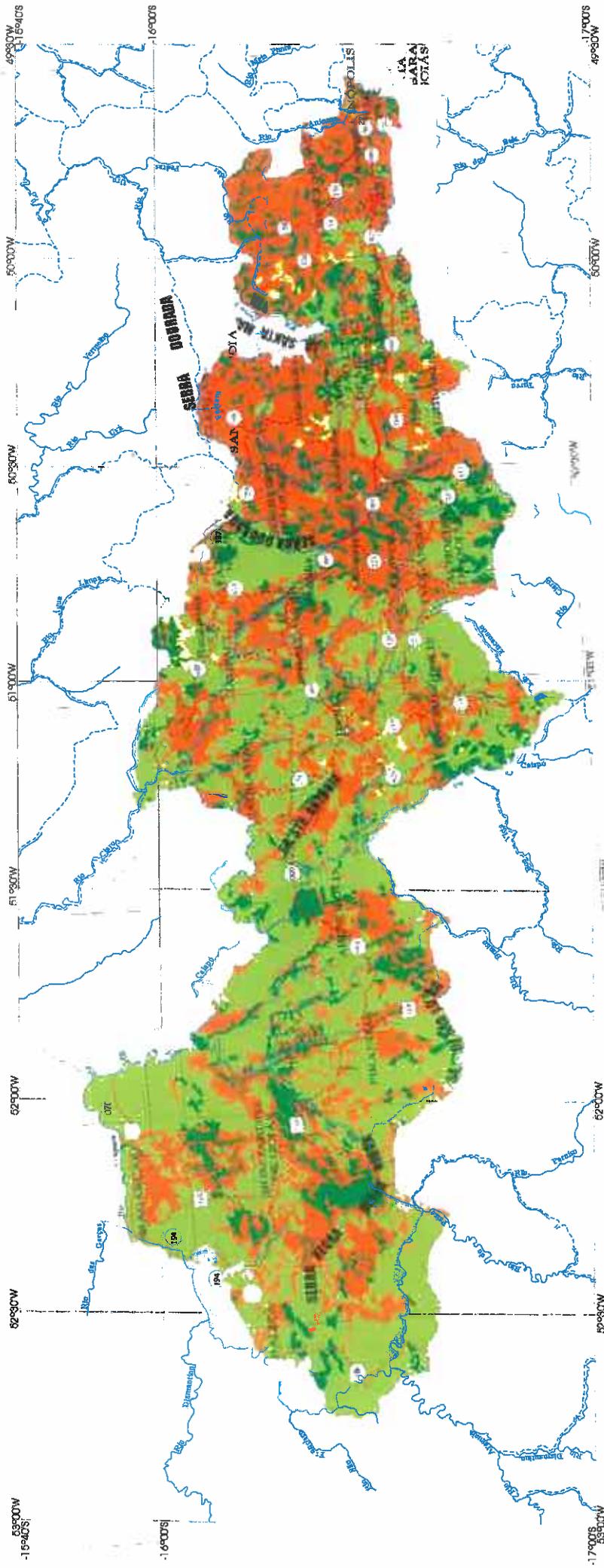
182 - Apesar de ser registrado pelo Censo Agrícola de 1970 (IBGE, 1974) uma tímida mecanização das propriedades na área em estudo, a sua abrangência, no universo de produtores era pequena.

183 - João Amancio Alves, 42 anos, trabalhador rural, residente em Avelinópolis. Entrevista realizada em 28 de junho de 2000.

184 - Artur de Melo, trabalhador rural, natural de Monte Carmelo, Minas Gerais. Chegou a Nazário, onde atualmente reside, em 1955. Entrevista realizada em 03 de dezembro de 1999.

185 - A expressão sistema extensivo melhorado, cunhada por VIEIRA (1960), deve-se a forma de manejo envolvido no processo criatório: subdivisão de pastagens, impedindo o rebanho de cruzamentos inconvenientes, maior acompanhamento do rebanho. Todavia no processo de cria e recria contava-se com pastagens naturais.

# ÁREA DE INFLUÊNCIA DA RODOVIA GO-060: UTILIZAÇÃO DA TERRA - 1966

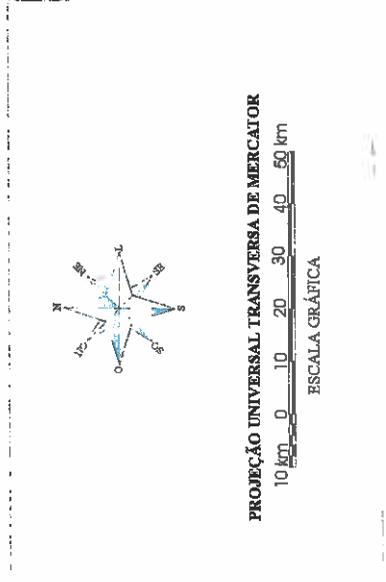


**FONTES:**  
 IBGE, 1982. Esc.: 1:250.000. Folhas Topográficas: São Luiz de Montes Belos (SE-22-X-A), Iporá (SE-22-V-B), Guiratinga (SE-22-V-A), Barra do Garças (SD-22-Y-D); GOIÁS. Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DER-GO), 1999. *Mapa Rodoviário Estadual 1999*. Esc. 1:1.000.000.

**ORGANIZAÇÃO:**  
 Rodrigo Borges.

**ELABORAÇÃO DIGITAL:**  
 Leonardo Sabino.

**LOCAL / DATA:**  
 Goiânia / julho de 2001.



## CONVENÇÕES

- Núcleo urbano
- Rodovia pavimentada
- Rodovia sem pavimentação
- Rodovia federal
- Rodovia estadual
- Limite inter-municipal
- Curso fluvial
- Mata, floresta
- Cerrado, macega
- Cultura permanente e/ou temporária
- Campo

Figura 07 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Utilização da Terra - 1966

deste rebanho representar 9,18% do rebanho do Estado de Goiás em 1970. Apenas o município de Diorama, por ceder grande parte de seu território para a criação do município de Montes Claros de Goiás<sup>186</sup>, não conheceu aumento no plantel bovino.

Pode-se ainda inventariar como representativo deste momento de ocupação da área em estudo, o arrefecimento no afluxo populacional para o campo, refletindo certamente a consolidação do processo de apropriação das terras, como pode ser visto pela análise da tabela 21. Em sentido inverso, houve um grande impulso no ritmo de crescimento populacional das cidades na década de 1960, embora a população rural, no ano de 1970, representasse o dobro da urbana<sup>187</sup>.

Em função do crescimento das atividades agropecuárias, no seu conjunto, as cidades passam a adquirir um maior dinamismo, funcionando como centros locais, responsáveis pelo abastecimento de gêneros de primeira necessidade, prestação de serviços essenciais, se bem que de forma ainda incipiente, como atendimento médico, além servir como apoio às atividades produtivas desenvolvidas na hinterlândia rural – beneficiamento de alguns produtos agrícolas, contratação de trabalhadores rurais, aquisição de ferramentas e outros insumos básicos. Em 1970, três cidades comandavam a vida de relações entre os centros urbanos da área em estudo: Anicuns, Iporá e São Luiz de Montes Belos. Dispondo de alguns serviços básicos inexistentes na maioria das cidades na época, como agência bancária, a centralidade destes centros era assegurada pelas condições de tráfego, anteriormente mencionadas, da rodovia GO-3.

No decurso da década de 1970 a dinâmica de ocupação espacial da área em estudo, como também de todo o território goiano, sofreu grandes mudanças, decorrentes de um amplo processo de reestruturação produtiva, levada a efeito pelo Governo Federal. De uma forma geral, estas transformações tiveram o sentido de intensificar as atividades produtivas, sob formas de produção

---

186 - O município de Montes Claros de Goiás foi criado pela Lei Estadual n.º. 4.717 de 23 de outubro de 1963; seu território perfaz 2.909,4 km<sup>2</sup>, enquanto Diorama, que cedeu terras para sua criação, possui uma extensão territorial de 689,6 km<sup>2</sup>.

187 - Esta dinâmica demográfica será analisada na Capítulo II deste trabalho. Antecipando-se a análise: enquanto a população rural eleva-se em 33,11% entre 1960 e 1970, a população urbana registra um incremento de 99,23%, ou seja, três vezes maior.

mais capitalistas<sup>188</sup>. Por outro lado, abriram uma nova perspectiva para a utilização dos solos dos cerrados, com seu aproveitamento por lavouras e pastagens plantadas, mudando um antigo conceito da população sobre sua inadequação a estas atividades. Os novos rumos da organização produtiva estiveram intimamente associados a transformações na base técnica da produção agropecuária nacional, tendo se baseado, essencialmente, na adoção e no emprego de equipamentos mecânicos e de insumos de origem industrial. Esta reestruturação técnico-produtiva foi implementada no contexto de concessões de crédito rural subsidiado – destinado principalmente aos grandes produtores – e na criação da infra-estrutura necessária a produção<sup>189</sup>.

Na área de influência da rodovia GO-060 a intervenção específica do Governo objetivando a modernização das atividades agropecuárias ocorreu através da instalação, em 1975, de um polo do Programa POLOCENTRO em Piranhas. Por intermédio do POLOCENTRO, destinado à incorporação produtiva de áreas de cerrado, o município recebeu investimentos em infra-estrutura – armazéns, estradas vicinais, escritório de assistência técnica, eletrificação rural – além de recursos subsidiados em contratos de crédito a médio e longo prazo. Mesmo contando com um volume de investimentos bem inferior àquele aplicado nas regiões de Gurupi (hoje no Estado do Tocantins) e Rio Verde, a injeção de recursos oferecidos pelo Programa, sobretudo o crédito rural subsidiado, induziu a uma substancial expansão na atividade agrícola, e também na pecuária, com a ampliação do plantio de pastagens<sup>190</sup>. Assim, em 1980, Piranhas, dentre todos os municípios da área de influência da rodovia GO-060, detinha a primazia no tocante a área ocupada lavouras, pastagens artificiais e rebanho bovino. Por esse

---

188 - Não cabe aqui esta discussão, mas vale lembrar que as ações deflagradas pelo Estado Nacional, desde 1964 até meados da década de 1980, além de voltarem-se para a criação de condições gerais para a acumulação, buscavam a estruturação do território como suporte político necessário a centralização do poder então vigente.

189 - Neste processo de passagem para um novo patamar técnico tiveram papel decisivo "as instituições ligadas à agricultura como bancos, órgãos de pesquisa, assistência técnica e as cooperativas que, ao viabilizarem ou promoverem a difusão de tecnologia moderna e ao garantirem a comercialização da produção, acabaram por ser as grandes mediadoras entre as diretrizes de políticas do Estado e a realização da produção em seu sentido mais amplo" (MESQUITA, 1989:157).

190 - Outros municípios da área de influência da rodovia GO-060, como Iporá e São Luiz de Montes Belos, tiveram produtores contemplados com linhas de financiamento rural do POLOCENTRO. Todavia, a alocação destes recursos concentrou-se, na área em estudo, em Piranhas.

depoimento, pode-se avaliar melhor o dinamismo de Piranhas durante a vigência do POLOCENTRO:

*"Era tanta produção que os armazéns não eram suficientes, tanto é que governo federal autorizou a fazer o armazenamento a céu aberto. Esses produtos aqui, geralmente a parte de comercialização maior era Goiânia e Anápolis, porque era uma produção basicamente de arroz. Nessa época tinha as empresas que vieram. Veio uma empresa de Jataí, (...), revendedora da VALMET, veio uma segunda empresa, a 'Portal da Amazônia', que vendia os tratores Massey Ferguson, veio a terceira empresa de Barra do Garças, vendendo os tratores da CBT. (...). Nesse período, de 79 a 82, tinha mais ou menos sete a oito escritórios de planejamento, cada um com dois ou três técnicos, e o Banco do Brasil aqui de Piranhas também nesse período, funcionava com uma agência bem ampla, em torno de 70 funcionários, (...). Aí com a chegada dos recursos do POLOCENTRO, aqueles Cerrados foram desmatados aí o pessoal fez a correção do solo e aonde você tinha o Cerrado que você criava um animal por hectare, aí você passou por 2 até 4 animais por hectare. (...). Houve várias imigrações do pessoal de Rio Verde, São Paulo. Veio trabalhador e produtor. (...)”<sup>191</sup>*

Uma marca desse período foi a ampliação do nível de urbanização, fruto das transformações ocorridas nas formas de produção agropecuária. Refletindo o *boom* econômico vivenciado na década de 1970, cidades como Iporá, Anicuns, Piranhas e São Luiz de Montes Belos experimentaram uma dinamização nos investimentos em equipamentos urbanos e na infra-estrutura de comércio e serviços. Ressalte-se que partes destes investimentos, como a implementação da rede de crédito oficial, foram resultantes de políticas estatais de modernização da produção agropecuária. No caso específico de Piranhas, grande parte do crescimento de suas atividades urbanas adveio do fato de sediar uma das bases do POLOCENTRO: houve uma expressiva afluência de novos moradores para a cidade, instalaram-se escritórios de planejamento e assessoria para projetos agropecuários e revendedores de implementos agrícolas; de uma forma geral o comércio dinamizou-se.

Em 1982 o distrito de Arenópolis foi elevado à categoria de município (Lei Estadual n.º 9.153 de 14 de maio de 1982), desmembrando-se do município

191 - Ivaldo Joaquim de Almeida, agropecuarista, residente em Piranhas. Entrevista realizada em 19 de novembro de 1999.

de Piranhas<sup>192</sup>. Este fato guarda relação com a expansão da atividade agropecuária neste momento, dinamizada pela injeção de recursos do POLOCENTRO.

No extremo ocidental da área de influência da rodovia GO-060, grandes extensões de terras foram apropriadas na década de 1970 por fazendeiros e especuladores vindos, em sua maior parte, de São Paulo e Minas Gerais. Estas grandes fazendas, de 1000 alqueires goianos\* acima, localizavam-se nos municípios de Bom Jardim de Goiás, Aragarças e, sobretudo, Baliza – que dispunha de grandes estoques de terras a baixo preço. Merece referência o fato de que, para esses novos proprietários, o mais importante não era tanto o desenvolvimento imediato das atividades produtivas, mas o investimento (especulativo ou não) inerente a posse da terra<sup>193</sup>.

No transcurso da década de 1970 assumiu especial destaque a expansão das áreas ocupadas por pastagens plantadas e lavouras temporárias no conjunto da área em estudo. Observa-se, com base na tabela 03, que o ritmo de expansão de pastos plantados foi intenso, sendo registrado um aumento de 410% na superfície ocupada no período 1970-80. Outro dado interessante é que a superfície total ocupada por pastagens, naturais e formadas, elevou-se apenas 14% no decênio, enquanto as pastagens naturais, tomadas isoladamente, reduziram em 38,5%. Isso equivale a dizer que o processo de formação de pastagens estendeu-se, de forma vigorosa, sobre as terras de Cerrado, promovendo ainda outro processo correspondente, e por que não dizer, inevitável: o desmatamento sistemático.

Ao estender-se às áreas de Cerrado, o plantio de pastos, já tradicional nas áreas de matas, abriu uma nova perspectiva à criação de gado, dada a ampliação na capacidade de suporte alimentar aos bovinos. Assim, como pode ser visto na tabela 04, o rebanho da área em estudo passa de 715.075 cabeças, em 1970, para 1.111.234 cabeças, em 1980, representando um aumento

---

192 - Anteriormente, em 1980, o município de Anicuns havia sido desmembrado, tendo sido criado o município de Americano do Brasil (Lei Estadual n.º 8.847 de 10 de junho de 1980), que não faz parte da área em estudo.

193 - No período em que esteve em vigor a política de crédito subsidiado, de 1970 até por volta de 1983, houve grande elevação do preço da terra em todo o país. Foi causa desse aumento o crescimento da demanda pela terra, estimulada, de uma lado, pela política de crédito rural e, de outro, pela aceleração inflacionária – que transformou a terra em importante reserva de valor (CUNHA, 1994).

percentual de 55,4%. Alguns municípios da área em estudo conheceram, neste período, uma taxa de crescimento muito maior do que a média do conjunto da área em estudo, a exemplo de Piranhas, cujo rebanho bovino aumentou 217% no período, chegando a um total de 148.515 cabeças no ano de 1980, conseqüência da formação de pastagens plantadas em áreas anteriormente cobertas por Cerrados.

Associada a melhoria das pastagens, e das condições gerais da atividade criatória, houve uma implementação da atividade leiteira, impulsionada pelo desenvolvimento do mercado urbano regional, principalmente da capital goiana. A ampliação da produção leiteira – que elevou-se em 144% entre 1970 e 1980 – vinculou-se também a melhoria nas condições de circulação. O asfaltamento da GO-3 em 1969 criou condições para o escoamento da leite *in natura* produzido em São Luiz de Montes Belos<sup>194</sup>. Nesta cidade foi instalada, em 1971, a unidade fabril da Laticínios Morrinhos Ltda., o que estimulou a ampliação da produção no espaço circunvizinho.

Pode-se afirmar que a atividade agrícola chega ao seu apogeu, pelo menos em termos de ocupação do espaço, no decurso do decênio de 1970, quando eleva sua participação na superfície dos estabelecimentos de 89.681 hectares (5,98%), em 1970, para 164.153 hectares (9,21%), em 1980, considerando o agregado da área em estudo. Em municípios como Anicuns, Turvânia e Avelinópolis, onde esta atividade foi mais significativa, o percentual ocupado com lavouras, permanentes e, sobretudo, temporárias, foi superior a 20% da área total dos estabelecimentos. O florescimento da agricultura, de forma geral, foi impulsionado pelo crescimento da demanda por produtos agrícolas no país e por políticas agrícolas gerais e de desenvolvimento regional<sup>195</sup>. Outro fato que concorreu de forma positiva foi o desenvolvimento de tecnologias para o uso agrícola dos solos dos cerrados; neste contexto houve a difusão do plantio de

194 - De acordo com informações colhidas junto a antigos produtores de São Luiz de Montes Belos, por volta de 1969 o leite era vendido a Companhia Goiana de Laticínios, sendo pasteurizado e comercializado na capital, onde esta indústria era sediada. No início da década de 1960 em razão da dificuldade de escoamento da produção apenas a manteiga de leite, de menor perecibilidade que o leite *in natura*, era comercializada.

195 - O aumento da demanda por produtos agrícolas esteve vinculado ao elevado índice de crescimento demográfico, especialmente nos centros urbanos. Essa demanda crescente foi reforçada pela estratégia brasileira de crescimento econômico que estimulou o fomento de alguns cultivos, sobretudo aqueles de alta densidade econômica, destinados exportação e ao processamento industrial, como o milho e a soja, esta última pouco difundida na área em estudo.

arroz consorciado a formação de pastagens. Além de arroz, cultivo de maior expansão espacial, destacou-se o milho.

Os dados sobre o percentual de arrecadação de ICMS por setor de atividade, vistos na tabela 05, evidenciam o que se afirmou anteriormente quanto à importância econômica da atividade agrícola no conjunto da área em estudo na década de 1970.

Cumpra salientar que, apesar do processo de reestruturação produtiva que se pôs em curso nos anos de 1970 ter difundido a utilização de insumos agrícolas e mecanização, reduzindo, assim, a necessidade de mão-de-obra, a atividade agrícola não prescindiu de formas de trabalho tradicionais como a parceria e a meação<sup>196</sup>. Esse fato pode ser observado no depoimento de um trabalhador rural, residente em Avelinópolis:

*“Normalmente os donos da agricultura, que eram os fazendeiros, eles tinham o financiamento, e davam a área para tocar na meia. (...) Tinha arroz, era arroz mesmo. Ia para vários lugares. O patrão, que era quem dava as terras para o pessoal plantar, ele mesmo que comprava o que produzir. Inclusive a terra que produzia milho, produzia feijão”.*<sup>197</sup>

Na esteira das transformações técnico-produtivas deflagradas na década de 1970, houve uma valorização das terras, sobretudo na fração oriental da área em estudo. Neste contexto, registrou-se o fato de pequenos proprietários rurais, freqüentemente à margem dos incentivos creditícios associados à mudança técnica, terem vendido suas terras, migrando para locais onde podiam ter acesso novamente a terra, em razão de seu menor valor, como no Mato Grosso. Esse movimento pode ser confirmado no depoimento de um morador de Diorama. *“Teve, prá Mato Grosso, prá Tangará da Serra, mesmo, levou muita gente prá lá, (...). Eram pessoas de pequena propriedade e pensavam em vender aqui por um preço e chegar lá e comprar terra maior”.*<sup>198</sup>

Este período de pujança perdurou até o início da década de 1980 quando segundo depoimentos, começou a diminuir o “movimento de lavouras” na

196 - Não obstante a política agrícola do País tivesse incentivado, via créditos subsidiados, a produção agrícola, os pequenos produtores pouco ou nada se beneficiaram. Assim a lavoura de alimentos sob moldes técnicos tradicionais para consumo interno continuou a ser praticada, embora sua participação no cômputo geral da produção agrícola tenha tomado-se bem menos expressiva.

197 - João Amancio Alves.

198 - Gercino Francisco Itacarambi.

área em estudo. De uma forma geral, o arrefecimento da atividade, mais intenso a partir de meados da década de 1980, guarda relação com a conjuntura econômica do país que, entre outros pontos, forçou uma grande redução nos subsídios ao crédito agrícola, do qual se beneficiavam muitos fazendeiros. A partir deste momento assistiu-se na área de influência da rodovia GO-060 um intenso fenômeno de pecuarização<sup>199</sup>, com um forte predomínio da atividade criatória sobre a agricultura.

É válido lembrar que a pecuária sempre se sobressaiu na área em estudo enquanto modalidade de apropriação do espaço, estando, muitas vezes, associada a prática agrícola. Esta associação, como já visto anteriormente, foi comum durante a expansão das frentes agrícolas sobre as áreas florestais, nas décadas de 1940 e 1950, quando a principal cultura desenvolvida, o arroz, nos moldes técnicos em que era praticada, abriu espaço para a formação de pastagens. Mais recentemente, na década de 1970, o cultivo de arroz, sobretudo em áreas de Cerrado, passou a preceder a formação de pastagens, como forma de reduzir os custos desse empreendimento<sup>200</sup>.

É possível notar, com base na tabela 03, uma redução na superfície ocupada pelas lavouras no conjunto da área em estudo, que se fez da ordem de 16,13%, entre 1980 e 1985. Todavia, foi a partir de 1985 que esse processo foi sentido com maior intensidade: as lavouras, permanentes e temporárias, que ocupavam 139.343 hectares em 1985, reduziram-se para apenas 53.269 hectares, em 1996.

Por outro lado, a superfície ocupada por pastagens plantadas foi incrementada em 220.000 hectares (32,10%) apenas no primeiro quinquênio da década de 1980, enquanto no período 1985-1996 o acréscimo de área foi da ordem de 180.000 hectares (20,0%). Além de espaços antes ocupados por lavouras, a formação de pastagens, mantendo uma perspectiva delineada na década de 1970, estendeu-se sobre as áreas anteriormente cobertas por

---

199 - Expressão cunhada por HESS & AGUIAR (1988), significando uma substituição da lavoura pela pecuária, particularmente em área de pequena produção, com ampla repercussão na organização do espaço agrário.

200 - Não se pode esquecer que o processo de formação de pastagens em áreas de Cerrado, a exemplo da atividade agrícola, foi contemplada com vultosos créditos subsidiados. De acordo com CUNHA (*op.cit.*), o POLOCENTRO teve como meta a destinação de 60% da área explorada dos estabelecimentos a lavouras e os restantes 40% a pastagens; o resultado foi justamente o inverso, com as pastagens ficando com 60% da área explorada.

cerrados, onde concentravam-se pastagens naturais, e que passaram a ser “apropriadas” por capins adaptados às condições de solos e clima do bioma cerrado, especialmente gramíneas do gênero *Brachiaria*<sup>201</sup>. Na década de 1990 este processo fez-se de forma intensa no extremo ocidental da área de influência da rodovia GO-060 - municípios de Bom Jardim de Goiás, Aragarças e, principalmente, Baliza - onde concentram-se os maiores estoques de vegetação nativa ainda preservada, como pode ser visto na figura 08.

Embora a melhoria das pastagens tenha induzido uma elevação no nível de produtividade da pecuária, existindo diversas fazendas especializadas na engorda do gado em municípios como São Luiz de Montes Belos, Anicuns e Nazário, o rebanho bovino acusou um crescimento pequeno, cerca de 6,88% no período 1980-1985. Entre 1985 e 1996 o rebanho bovino da área em estudo foi acrescido em 188.341 cabeças, uma elevação percentual de 15,86%. O menor incremento no rebanho bovino a partir de 1980, comparando-se às taxas registradas nas décadas anteriores, explica-se pelo fato de que a atividade pecuária vinha estruturando-se de forma mais intensa já na década de 1970. O significativo plantel da área em estudo e a proximidade dos mercados consumidores motivaram a instalação, na cidade de São Luiz de Montes Belos, de unidades industriais voltadas ao aproveitamento da produção bovina, como o Frigorífico Rio Vermelho (1989) e o Curtume Bertin (1999).

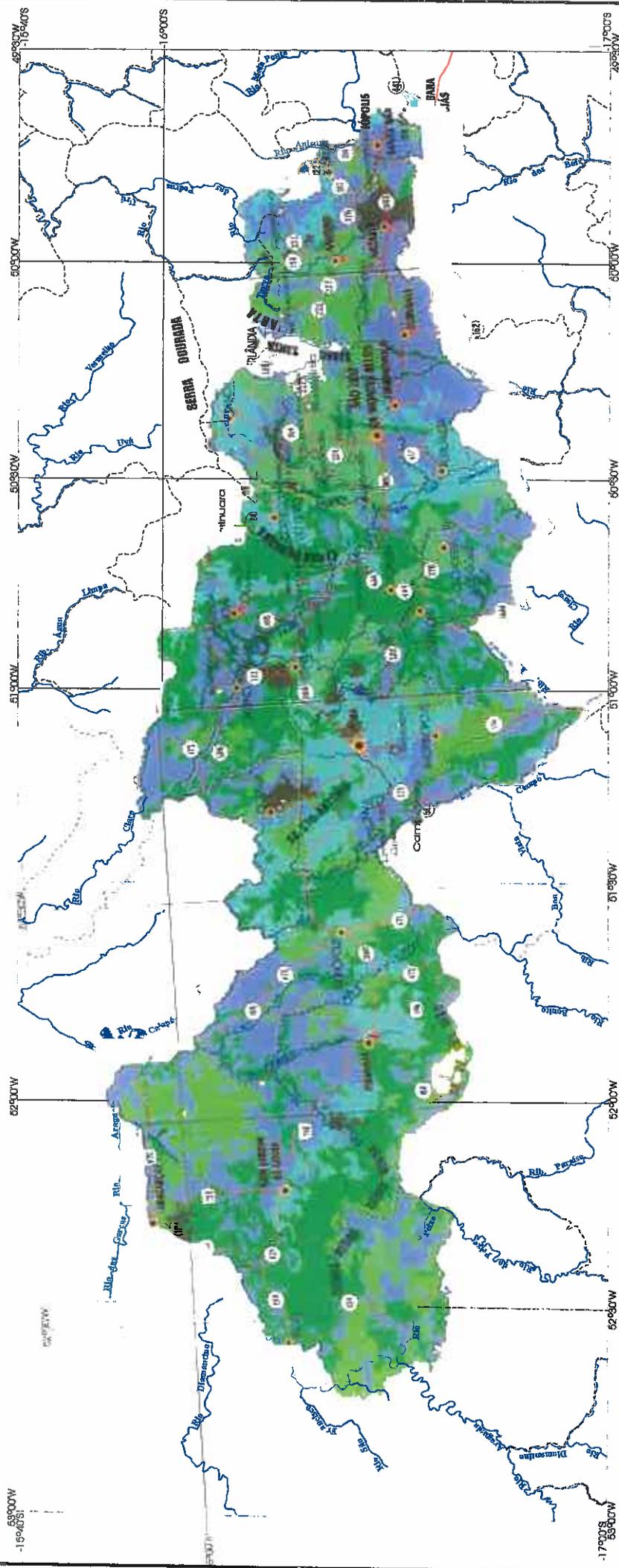
A atividade leiteira é expressiva, tendo sido registrado um crescimento de 18,79% na quantidade de vacas ordenhadas e de 84,47% na produção de leite entre 1985 e 1996, o que indica uma grande elevação nos índices de produtividade, apesar do predomínio do gado misto (zebuino e holandês). Em função da grande produção leiteira, em torno de 8,5% do total do Estado de Goiás, diversos laticínios passaram a captar o leite produzido na área em estudo a partir da década de 1980<sup>202</sup>.

---

201 - Foi freqüente a utilização destas espécies em substituição ao capim jaraguá (*Hypparrhenia rufa*), anteriormente utilizado na formação de pastagens em antigas áreas florestais e que passaram a se ressentir da diminuição nos níveis de fertilidade do solo.

202 - Além do Laticínios Mominhos, instalado em São Luiz de Montes Belos, os principais laticínios que captam leite na área em estudo são Nestlé, Parmalat e Marajoara.

# ÁREA DE INFLUÊNCIA DA RODOVIA GO-060: UTILIZAÇÃO DA TERRA - 1993



**FONTES:**  
 Imagens de Satélite Landsat TM 5, 1993. Esc.: 1:250.000.  
 Composição colorida RGB 5/4/3, cenas de órbitas/ponto:  
 222/71, 222/72, 223/71, 223/72, 224/71, 224/72, de julho de 1993;  
 GOIÁS. Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás  
 (DER-GO), 1999. *Mapa Rodoviário Estadual 1999.*  
 Esc.: 1:1.000.000.

**INTERPRETAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO:**  
 Laboratório de Geoprocessamento do Instituto de Estudos  
 Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, 1996.  
*Projeto de Monitoramento do Uso e Ocupação do Solo do  
 Estado de Goiás.*

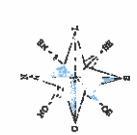
**ORGANIZAÇÃO:**  
 Rodrigo Borges.

**ELABORAÇÃO DIGITAL:**  
 Leonardo Sabino.

**LOCAL / DATA:**  
 Goiânia / julho de 2001.

## CONVENÇÕES

- Sede municipal
- Vila/Outras localidades
- Rodovia pavimentada
- Rodovia em pavimentação
- Rodovia sem pavimentação
- Rodovia Federal
- Rodovia Estadual
- Limite inter-municipal
- Curso fluvial
- Vegetação natural
- Vegetação natural / pastagem extensiva
- Uso intensivo / vegetação natural
- Mata galeria
- Vegetação natural / pastagem natural
- Pastagem cultivada / uso extensivo
- Pastagem cultivada
- Queimada
- PWB



PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

10 km 0 10 20 30 40 50 km

ESCALA GRÁFICA

Figura 08 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Utilização da Terra - 1993

Outro fator que revela a importância que a atividade pecuária passa a adquirir na área em estudo a partir de 1980 são os dados sobre o percentual de arrecadação de ICMS por setor de atividade, que podem ser vistos na tabela 05.

A pecuária impõe seu ritmo: sendo uma atividade pouco absorvedora de mão-de-obra houve, a partir de 1980, uma ampliação no fluxo de saída da população rural, que já se fazia intenso na década anterior, quando a agricultura comandava a vida econômica. A grosso modo, esse contingente populacional egresso do campo, composto por trabalhadores braçais e também pequenos produtores rurais, migrou tanto para outras áreas rurais, onde a fronteira agrícola ainda estava em ebulição, como o norte do Estado do Mato Grosso, quanto para as áreas urbanas, notadamente para a capital goiana. Ainda que experimentando um ligeiro acréscimo populacional, em razão da redução do nível de empregos nas fazendas, as cidades da área em estudo, na sua maior parte, já não se desenvolvem como antes.<sup>203</sup> De acordo com um trabalhador rural de Avelinópolis:

*“Ah, hoje estão praticamente todos em Goiânia. Até o rapaz que era dono da fazenda onde nós residiu 23 anos, ele não tem mais a fazenda, ele vendeu. (...) praticamente aqueles que mexia com a agricultura, dependia da agricultura, não está aí mais não.”<sup>204</sup>*

Na década de 1980 foram implementados grandes investimentos em pavimentação asfáltica no Estado de Goiás, como já visto anteriormente, o que proporcionou maior viabilidade econômica aos diversos subespaços da área em estudo. Assim, em 1982 concretizava-se o asfaltamento da GO-326, entre Anicuns e Sanclerlândia. Em 1985 finalmente o asfalto alcançava Piranhas, na extremidade oeste da rodovia GO-060. Neste mesmo ano foi concluído o asfaltamento da BR-158, ligando Caiapônia a Piranhas, chegando a Aragarças, as margens do Rio Araguaia, em 1987. Na segunda metade do decênio de 1980 na sua quase totalidade os demais municípios da área em estudo passaram a ser servidos por rodovias pavimentadas<sup>205</sup>. Ampliou-se a articulação interna à área em estudo, desta

203 - Mesmo em cidades que comandam a distribuição de bens e serviços na área de influência da rodovia GO-060, como Anicuns, São Luiz de Montes Belos e Iporá, o crescimento da população urbana não foi significativo após 1980. Especificamente em Anicuns, houve retração populacional na década de 1980.

204 - João Amancio Alves. Entrevista realizada em 28 de junho de 2000.

205 - Em alguns municípios as obras de pavimentação, iniciadas em fins da década de 1980, só foram concluídas nos primeiros anos da década seguinte, caso de Jaupaci. O único município cuja sede não é servida por rodovia asfaltada é Baliza.

com a capital goiana, com outras regiões de Goiás e também com o Estado de Mato Grosso. O eixo rodoviário cumpre seu papel.

## 2 – A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

A área de influência do eixo viário da GO-060 estende-se, a partir da capital, em direção ao extremo oeste do Estado de Goiás, tendo como espinha dorsal a rodovia, de onde partem ramificações que articulam espacialmente a malha urbana, viabilizando a circulação de pessoas e mercadorias provenientes desses municípios e também de parte do vizinho Estado de Mato Grosso, conforme pode ser visto na figura 01.

No que se refere a organização do espaço há um traço marcante na paisagem, qualquer que seja a lente empregada para perscrutar o horizonte, que é o padrão de ocupação associado à atividade pecuária. Percorrendo as diversas rodovias da região ou examinando uma imagem de satélite, salta aos olhos o tapete contínuo de pastagens artificiais, entrecortado a intervalos regulares por cercas de arame e pontilhado por cabeças de gado; este cenário é interrompido esporadicamente por pequenos trechos cultivados e por diminutas manchas de vegetação nativa. Em meio ao tráfego intenso de veículos de cargas que singram a GO-060 em ambas as direções é comum ver caminhões transportando gado em pé, para ser abatido ou engordado, bem como veículos acoplados com tanques destinados ao transporte de leite resfriado.

A emergência da pecuária como sustentáculo econômico principal da área a partir da década de 1980 de certa forma refuncionaliza os núcleos urbanos. Em sua maior parte experimentam um ligeiro acréscimo populacional, decorrente da redução do nível de empregos no campo, o que vai se refletir no aumento do contingente do setor terciário. A incipiente atividade industrial resume-se, de maneira quase exclusiva, a postos de captação e resfriamento de leite<sup>206</sup>, instalados em decorrência da grande produção nesta porção do Estado. Não se pode afirmar de forma incisiva que esteja havendo uma estagnação

---

206 - As principais empresas que atuam na área são o Laticínio Morrinhos, detentora da marca Leitbom, Marajoara e Nestlé.

econômica. Porém na paisagem das cidades e na fala das pessoas estão impressas uma vitalidade que se fez mais presente na década de 1970, quando a agricultura comandava a estrutura econômica.

## 2.1 – Um Olhar Sobre a Configuração Territorial ao Longo da Rodovia GO-060

No sentido de possibilitar o entendimento da organização do espaço na área mediatizada pela GO-060 torna-se necessário considerar que a partir do momento em que é implantada, a rodovia torna-se o objeto que, em maior ou menor grau, vai definir uma hierarquia das demais formas da configuração territorial<sup>207</sup>.

A rede urbana é constituída por núcleos urbanos que se estruturam efetivamente a partir da década de 1950. Quatro cidades se destacam pela distribuição de bens e serviços em nível local, sendo tais funções reforçadas pela articulação do sistema viário, articulação que, traduzida em circulação, criou centralidades: São Luiz de Montes Belos, Iporá, Anicuns e Barra do Garças<sup>208</sup>. A centralidade de tais cidades em relação aos demais municípios que compõem a área em estudo e também sua articulação com a capital goiana pode ser percebida através do Mapa de Circulação Intermunicipal de Ônibus (figura 09)<sup>209</sup>.

207 - Segundo SANTOS (1996:83) a configuração territorial "é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área".

208 - As interações espaciais dos municípios da área polarizada pela rodovia GO-060 podem ser vistas a partir dos estudos realizados por INDUR (*op.cit.*), CORRÊA (1987) e IPEA (1999). Todos os trabalhos demonstram que estes municípios hierarquizam os demais. Em seu conjunto a rede urbana é subordinada a Goiânia.

209 - Por não terem sido coletados dados sobre as linhas de transporte rodoviário interestadual não aparecem referências a cidade de Barra do Garças, no Estado de Mato Grosso. Por outro lado ressalta-se que o expressivo número de viagens que ligam Bom Jardim de Goiás a Aragarças, tem como destino a cidade de Barra do Garças. Grande parte das linhas de ônibus que fazem a ligação entre Goiânia e as cidades de São Luiz de Monte Belos, Iporá e Barra do Garças fazem escala (passagem) nos demais centros urbanos localizados as margens da rodovia GO-060, e também da BR-158 (no caso de Bom Jardim de Goiás). Em razão da desconsideração dessas escalas, não constam no mapa dados sobre os fluxos de ônibus para a cidade de Arenópolis que não possui linhas diretas para Iporá. Piranhas e Goiânia, cidades para as quais encontra-se ligada apenas por intermédio de passagens, através de 10 ônibus diários. No caso de centros urbanos como Israelândia, em que pelo menos 18 ônibus, em sentidos distintos, fazem escala diariamente, aparece no mapa apenas um fluxo de 2 ônibus diários. A maior parte das linhas de ônibus que demandam a Anicuns fazem apenas escala na cidade, tendo como destino núcleos urbanos externos a área em estudo, fato que explica o baixo número de viagens entre essa aglomeração e a capital do Estado.

No espaço agrário a criação de gado, principal atividade, determina uma certa homogeneidade a paisagem, apesar serem delineados diferentes nuances em decorrência da intensidade da ação humana sobre as condições naturais.

A malha viária está então estruturada a partir da GO-060, sendo que a mesma parte de Goiânia. Daí trafega-se em pista dupla no trecho denominado "Rodovia dos Romeiros", por demandar ao maior centro de peregrinação católica de Goiás, em Trindade. Nesse percurso, que apresenta o maior fluxo de veículos<sup>210</sup>, grandes loteamentos urbanos marcam a paisagem.

Seguindo em direção oeste, o eixo viário atravessa parte da antiga região do "Mato Grosso de Goiás". Em meio a pastagens artificiais bem formadas, é comum a existência de bacuris (*Attalea sp.*) e guarirobas (*Syagrus spp.*)<sup>211</sup>, como a atestar a qualidade do solo. Sucedem-se pequenos núcleos urbanos: Santa Bárbara de Goiás, Claudinápolis, Nazário, Turvânia, Firminópolis. Em todos a rodovia é um traço comum, que condiciona o sentido de expansão urbana<sup>212</sup>. Santa Bárbara de Goiás é um caso exemplar: situada na margem direita da GO-060, o sítio urbano foi construído em um interflúvio limitado entre o córrego Santa Bárbara e o rio Anicuns; com o asfaltamento da rodovia em meados da década de 1960, seu trajeto, que grassava junto ao centro urbano, foi alterado. Nesse ínterim o núcleo urbano, afastado do leito do eixo aproximadamente dois quilômetros, expande-se vigorosamente em sua direção.

Na principal artéria comercial de Nazário, localizada em posição central no núcleo urbano atual, fluía o antigo trajeto da rodovia, modificado durante sua pavimentação com intuito de proporcionar maior fluidez ao tráfego. Em meio a diversos estabelecimentos comerciais duas construções merecem comentários.

As principais empresas de ônibus que atuam na área em estudo são a Viação Aragarina, Expresso Maia, Expresso Moreira e Auto Viação Goianésia.

210 - Esta observação é corroborada pelo levantamento sobre tráfego médio diário de veículos automotores na rodovia GO-060, efetuado pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DER-GO) no ano de 1996. O referido trabalho acusou para o trecho Goiânia-Trindade um fluxo médio diário de 13.893 veículos automotores. No trecho seguinte (Trindade-Santa Bárbara de Goiás) este fluxo decai para 6.427 veículos/dia, volume este que decai sucessivamente nos trechos subsequentes, chegando a 1.230 veículos/dia no trecho final da rodovia (Iporá-Piranhas). Informações fornecidas pela Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas – AGETOP (2000).

211 - Ambas são espécies de palmeiras, conhecidas popularmente como indicadoras de bons solos, desenvolvendo-se com maior frequência em áreas desmatadas.

212 - Segundo palavras de BRUNHES (1962:138): "A cidade cria a estrada; esta, por sua vez, cria a cidade, ou torna a cria-la, isto é, desloca-a e a deforma".

# ÁREA DE INFLUÊNCIA DA RODOVIA GO-060: CIRCULAÇÃO INTERMUNICIPAL DE ÔNIBUS

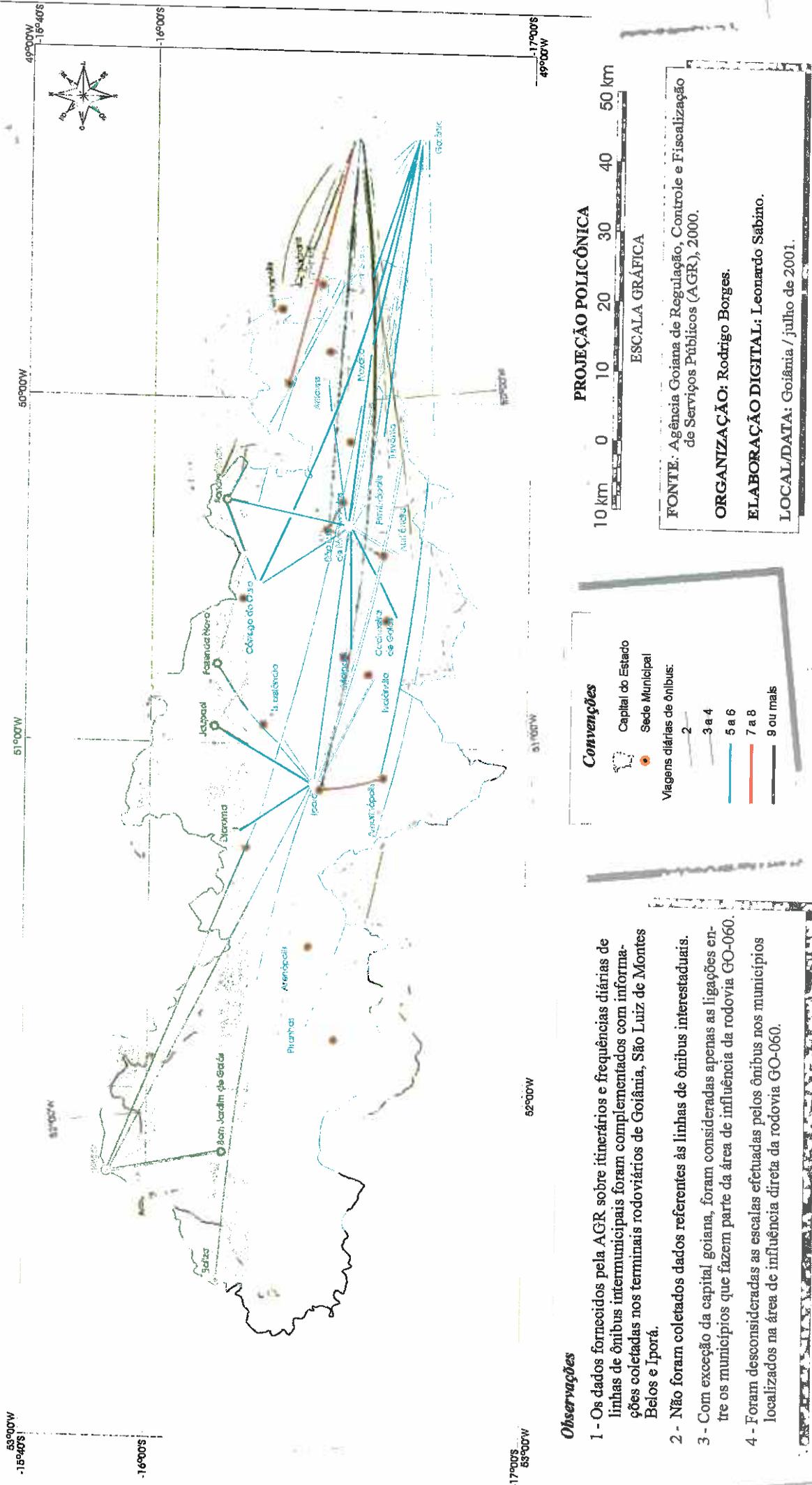


Figura 09 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Circulação Intermunicipal de Ônibus

Uma é a estação rodoviária, cuja estrutura não condiz com seu diminuto movimento<sup>213</sup>. Outra é um antigo galpão construído no início da década de 1940, hoje em ruínas, em que funcionava uma máquina de beneficiar arroz, responsável pelo processamento de grande parte da produção circunvizinha (foto 02). Próximo ao perímetro urbano estão instalados três curtumes, uma fábrica de ração animal e uma cerâmica<sup>214</sup>; existem também dois laticínios.

Próximo a sede do distrito de Claudinápolis<sup>215</sup> converge para a direita a GO-326, a partir da qual alcançam-se as cidades de Anicuns, Sanclerlândia<sup>216</sup> e, indiretamente, Avelinópolis.

Na cidade de Anicuns, há uma infra-estrutura comercial e de serviços diversificada (foto 03), com várias agências bancárias, hotéis, e uma faculdade particular<sup>217</sup>. Em relação a atividade industrial, possui um curtume (Couros Nasa)<sup>218</sup>, uma fábrica da sabão (Sabão Geo), dois laticínios (um dos quais o Leitbom), sete cerâmicas, diversas fabriquetas de calçados populares e uma usina de álcool (Anicuns Álcool e Derivados) – esta última responsável por extensos canaviais que expandem-se em direção aos vizinhos municípios de Avelinópolis e Americano do Brasil, empregando nos períodos de corte da cana cerca de 650 trabalhadores em média. A formatação de tal configuração foi realizada na segunda metade da década de 1970, em decorrência de investimentos realizados pelo governo estadual em equipamentos (escolas, estação rodoviária, pavimentação asfáltica, ginásio, estádio de futebol, etc.), bem

213 - Conforme o depoimento de um antigo funcionário, Sr. Antônio, no início da década de 1970 era intenso o movimento de passageiros, o que decorria da necessidade da população de toda a área de ir regularmente a capital em busca de determinados serviços (atendimento médico, bancos, certas atividades comerciais, etc.), por outro lado, poucos dispunham de veículos particulares. Com a melhoria da infra-estrutura de comércio e serviços, e o aumento da frota de automóveis de passeio, houve uma extinção de várias linhas de ônibus, que antes singravam a rodovia em ambos os sentidos. Entrevista realizada em 03 de dezembro de 1999.

214 - As indústrias cerâmicas são elementos comuns nas proximidades dos núcleos urbanos desta porção do espaço, em decorrência da existência de grandes depósitos de argila e do mercado proporcionado pela capital goiana.

215 - Administrativamente pertence ao município de Nazário. Seu núcleo urbano gravita em torno do atendimento ao fluxo de pessoas e veículos. Até o início da década de 1990 era denominado Ruibarbo.

216 - O acesso a Sanclerlândia é realizado também através da GO-164.

217 - Banco do Brasil, Banco do Estado de Goiás e Bradesco. A agência do HSBC-Bamerindus foi fechada recentemente. A faculdade oferece os cursos de Direito e Pedagogia.

218 - Conforme informações colhidas no município o curtume processa couros proveniente de Luziânia, Jussara e Araguapaz, não utilizando produtos da área circunvizinha. As fabriquetas de calçados, todas de cunho familiar, compram toda a matéria-prima em Goiânia, mercado final de sua produção. Não há interação produtiva entre o curtume e as fabriquetas.

como na captação de empreendimentos privados (usina de álcool, agências bancárias, faculdade, etc.).

Em São Luiz de Montes Belos, importante trama da rede geográfica, converge-se, através das rodovias GO-060 e GO-164, para diversos municípios. Utilizando-se a primeira é possível demandar aos municípios de Firminópolis (a leste) e Moiporá (a oeste). A última permite chegar a Aurilândia e Cachoeira de Goiás (esta pelo ramal da GO-417) a sul; enquanto a norte conduz a Sanclerlândia e, de forma indireta, a Córrego do Ouro, no sopé da serra Dourada.

São Luiz de Montes Belos destaca-se no conjunto de cidades da área em estudo por possuir atividades que satelitizam as cidades circunvizinhas, configurando-se como polo regional. Da estação rodoviária, parada obrigatória das linhas que percorrem a rodovia, partem vários itinerários de ônibus coletivos interurbanos para os municípios circunvizinhos<sup>219</sup>. Justificam esse movimento sua infra-estrutura de bens e serviços, com quatro agências bancárias<sup>220</sup>, supermercados, lojas de eletrodomésticos, algumas franquias de roupas e cosméticos conhecidas, concessionária de veículos, hospitais, clínicas e laboratórios particulares; é sede regional de diversos órgãos públicos<sup>221</sup>. Em algumas áreas surgem residências luxuosas, indicando que certos atores sociais experimentam um surto de prosperidade econômica.

Nas proximidades da GO-060 estão instaladas algumas unidades industriais (foto 04). Em um dos principais acessos ao núcleo urbano encontra-se a Laticínios Morrinhos, que produz leite em pó, achocolatado, manteiga e industrializa leite longa vida; seguindo em direção a Iporá existem a Fosbom, dedicada a produção de concentrado animal, e a Bracol onde funciona um curtume e fábrica de brinquedos para cães; o Frigorífico Rio Vermelho, está situado próximo ao referido eixo viário. Completam o quadro de unidades fabris a Shallom Fios Cirúrgicos, o Laticínios Montes Belos e a Nestlé. Vantagens

---

219 - As linhas de transporte coletivo interurbano que partem da rodoviária destinam-se aos municípios de Firminópolis, Sanclerlândia, Aurilândia, Cachoeira de Goiás, Moiporá, Ivolândia e Córrego do Ouro. Para Fazenda Nova utiliza-se ônibus convencional proveniente de Goiânia.

220 - Banco do Brasil, HSBC-Bamerindus, Bradesco e BEG.

221 - Receita Federal, CONAB, INSS, Escritório Regional da EMATER, Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho, Delegacia Regional de Ensino, 2ª Cia. da Polícia Militar, Regional de Saúde do Estado de Goiás, Junta Comercial, CRISA, Hospital Regional, SANEAGO e Delegacia de Serviço Militar; possui uma faculdade, vinculada a Universidade Estadual de Goiás, onde são oferecidos os cursos de zootecnia e administração escolar.

locacionais<sup>222</sup> contribuem para transformar São Luiz de Montes Belos em centro de processamento da pecuária regional.

Construída em um divisor de águas, Sanclerlândia apresenta uma atividade comercial de certa forma surpreendente para uma cidade de seu porte – 5.713 habitantes na zona urbana em 2000, de acordo com dados do IBGE (2001) – ainda mais se considerar a influência recebida por São Luiz de Montes Belos. Possui três agências bancárias: Bradesco, Banco do Brasil e BEG, três hotéis, e um comércio varejista diversificado. Tal fato se explica em decorrência de polarizar comercialmente os municípios vizinhos de Adelândia, Buriti de Goiás, Mossâmedes e, após o asfaltamento da GO-518, Córrego do Ouro. Dois laticínios concorrem na captação do leite: Leitbom e Coala.

No trecho descrito denota-se um padrão de ocupação mais intensivo. Percebe-se um melhor manejo das pastagens artificiais. Alternam-se sedes das fazendas, piquetes, currais, pomares, pequenas plantações. Soçobram os derradeiros resíduos de vegetação nativa - floresta estacional e cerrado - já totalmente desprovidas de suas espécies de maior valor comercial.

Seguindo em direção ao rio Araguaia, a partir da GO-060, ramifica-se a esquerda a GO-444, conduzindo aos núcleos urbanos de Moiporá, único dentre os municípios localizados na área de influência direta que não se situa às margens da rodovia, e Ivólândia. A direita ramificam-se a GO-418, que leva a Fazenda Nova, e a GO-173, em Israelândia, a partir da qual demanda-se a Jaupaci.

Implantada nas proximidades do rio Claro, às margens da rodovia GO-060, Israelândia possui funções comerciais típicas de pequenas cidades, onde predominam pequenos estabelecimentos familiares voltados para a venda gêneros básicos. O movimento comercial e as feições do núcleo urbano indicam uma certa estagnação econômica: parte do casario tradicional, construído sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, apresenta sinais de má conservação. Com

---

222 - As principais vantagens são a facilidade de acesso rodoviário para a capital goiana, para outras regiões do Estado de Goiás e para o vizinho Estado de Mato Grosso e a disponibilidade de matéria-prima – gado de leite e corte – no município de São Luiz de Montes Belos e área circunvizinha.



**Foto 01 – Córrego do Ouro: antiga estrada para a cidade de Goiás, vendo-se ao fundo a serra Dourada. (Fotografia: Rodrigo Borges, 1999)**



**Foto 02 – Nazário: antiga máquina de beneficiar arroz, construída no início da década de 1940. (Fotografia: Rodrigo Borges, 1999)**

o fim da garimpagem<sup>223</sup> na década de 1980, realizada na bacia dos rios Claro e dos Pilões, houve um refluxo econômico, e a pecuária torna-se o único sustentáculo do município.

Em Jaupaci ocorreu uma situação homóloga. Seu pequeno núcleo urbano é segmentado em duas partes. No sítio antigo, próximo as margens do rio Claro, alguns estabelecimentos comerciais que antes vendiam equipamentos para garimpo funcionam como residência (foto 05). Nas últimas duas décadas houve uma expansão urbana em direção ao interflúvio, por onde chega a GO-173. Nesta porção estão instaladas as sedes da Prefeitura e da Câmara Municipal, grupo escolar, estação rodoviária e concentra-se parte da incipiente atividade comercial. A maior parte dos garimpeiros que permaneceram no município estão empregados em minas de granito<sup>224</sup>, cujos afloramentos são comuns no município.

Em Iporá situa-se um intrincado nó da rede viária, possibilitando o acesso as cidades de Arenópolis e Israelândia através da GO-060, Amorinópolis e Diorama pela GO-174, Ivólândia por intermédio da GO-320<sup>225</sup>, bem como a importantes núcleos situados em outras porções de Goiás, como Montes Claros de Goiás, detentor de expressivo plantel bovino, Caiapônia e Rio Verde.

Maior núcleo urbano da área<sup>226</sup>, Iporá possui um traçado urbanístico planejado, definido por ruas largas, retilíneas, em ordem retangular, que se espraiam em ambas as margens do córrego Tamanduá. Os equipamentos urbanos e a infra-estrutura de comércio e serviços, que encontram equivalência na área em estudo apenas em São Luiz de Montes Belos, indicam sua posição de polo regional. Apresenta atividades diversificadas e até sofisticadas: cinco agências bancárias, sete hotéis, autopeças, churrascarias, restaurantes, rede hospitalar, lojas de eletrodomésticos, algumas franquias de vestuário e

223 - Baseada na extração de ouro e diamante, era realizada em pequenas lavras manuais e através de dragagem do canal fluvial, o que provocou graves danos ao meio ambiente. Em decorrência de interdição legal efetivada pelo Ministério Público em ação conjunta com o IBAMA, houve o fim da atividade; de qualquer forma a produção, que não era muito expressiva, tendia a declinar devido ao esgotamento dos depósitos aluvionares.

224 - Segundo informações colhidas no município junto a um negociante, grande parte do granito extraído segue de caminhão em estado bruto para os Estados do Espírito Santo e Bahia – onde estão sediadas as sedes das empresas que efetuam a exploração – e posteriormente são embarcadas para Itália, Estados Unidos e Oriente, via porto de Vitória.

225 - Em percurso não pavimentado.

cosméticos, supermercados; possui sedes regionais de diversos órgãos, bem como um *campus* da Universidade Estadual de Goiás (UEG) <sup>227</sup>. A partir da estação rodoviária, linhas de transporte coletivo interurbano e convencional integram a cidade a sua área circunvizinha<sup>228</sup> e a diversos pontos do Estado.

As feições urbanas atuais foram delineadas durante a década de 1970 - fato perceptível pelas formas arquitetônicas retilíneas e amplas, lembrando o estilo moderno, comuns no período. Várias edificações comerciais, o maior hotel da cidade, agências bancárias, hospitais e parte das residências mais suntuosas evocam este tempo; porém não há indício de decadência, e as formas permanecem fiéis as funções originais, sofrendo apenas eventuais adaptações (foto 06).

Três grandes laticínios efetuam a coleta de toda a produção leiteira de Iporá e região circunvizinha: Leitbom, Nestlé e Marajoara. Várias fabriquetas, em sua maior parte clandestinas, produzem queijo. A atividade industrial é incipiente.

Finalmente a partir do ponto extremo da GO-060, em Piranhas<sup>229</sup>, alcança-se, através da BR-158, os municípios de Bom Jardim de Goiás, Baliza<sup>230</sup> e Aragarças, na divisa com o Estado de Mato Grosso.

O sítio urbano de Piranhas está situado entre o rio e a serra<sup>231</sup> homônimos, próximo ao entroncamento da GO-060 com a BR-158 que, ao adentrar o núcleo urbano, transforma-se na principal via<sup>232</sup>, concentrando a maior parte da atividade comercial, serviços e prédios da administração pública (foto 07). Do período em que o município foi uma das bases do POLOCENTRO algumas marcas visíveis são a agência do Banco do Brasil, uma edificação de

226 - O perímetro urbano de Iporá apresenta 14,09 km<sup>2</sup> (C.E.F., 1999). Possuía 28.110 habitantes em 2000, segundos dados do IBGE (2001).

227 O município possui mais de 600 empresas no ramo de comércio e serviços (C.E.F.: *op.cit.*). As agências bancárias são: Banco do Brasil, BEG, Caixa Econômica Federal, HSBC-Bamerindus e Bradesco. A rede hospitalar é composta por quatro hospitais particulares, um público e três postos de saúde. Dentre os órgãos que possuem sedes regionais na cidade podem ser elencados o IBGE, SEBRAE, SESC, Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do trabalho. A UEG oferece os cursos de matemática, letras, biologia, história e geografia.

228 - Com destaque para Amorinópolis, Jaupaci, Diorama, Arenópolis, Israelândia e Palestina de Goiás.

229 - A distância entre os pontos extremos da rodovia GO-060, Goiânia e Piranhas, é de 310 km.

230 - Partindo de Bom Jardim de Goiás chega-se através das rodovias GO-421 e GO-194 a Baliza, único município da área em estudo que não dispõe de acesso totalmente pavimentado.

231 - A serra das Piranhas é também conhecida como serra Negra.

232 - A atual BR-158 foi aberta pela Fundação Brasil Central na década de 1940. A avenida formada pelo prolongamento da rodovia no perímetro urbano é denominada Brasil Central.

dois pavimentos cujo porte não condiz com seu movimento atual, e dois armazéns graneleiros, atualmente desativados, localizados próximo a cidade.

Atualmente detém o mais expressivo plantel bovino de toda a área polarizada pela GO-060. Cinco laticínios captam leite em Piranhas: Marajoara, Nestlé, Ouro e Prata, Araguaia e Nívea. Na serra Negra há extração de calcário<sup>233</sup> e granito, o primeiro é vendido para o sudoeste do Estado, enquanto o último segue para Iporá, sendo então enviado para outros locais.

Posicionado na margem direita do rio Araguaia, Baliza é um pequeno núcleo urbano de reduzidas funções comerciais, o que determina grande vínculo com a vizinha cidade de Torixoréu<sup>234</sup>, em posição oposta no rio, no vizinho Estado de Mato Grosso. Grande parte de seu conjunto arquitetônico é remanescente das décadas de 1930 e 1940, período em que se tornou ativo centro de extração de diamantes<sup>235</sup>.

Apesar da estagnação de suas funções urbanas, ao se percorrer as rodovias que dão acesso ao município são percebe-se as rápidas transformações da paisagem rural, à medida em que avançam as obras de pavimentação<sup>236</sup>, configurando o espaço local como uma clássica área de fronteira, com abertura de novas áreas, por meio do plantio de pastagens, e a presença de numerosos fornos de carvoaria<sup>237</sup> – revelados através de colunas de fumaça espalhadas em meio a vegetação de cerrado recém desmatado.

Na organização do sítio urbano de Aragarças permanecem diversos marcos do plano urbanístico delimitado pela Fundação Brasil Central. Destacam-se neste conjunto o hospital, o hotel – hoje, casa de acolhida de indígenas, sendo administrado pela FUNAI – a sede administrativa, a antiga escola, e conjuntos

233 - A mina pertence a empresa Calcário Piranhas.

234 - A cidade de Torixoréu possuía em 2000 cerca de 3638 habitantes, de acordo com dados do IBGE (2001).

235 - Embora posteriormente tenha havido significativa redução no volume de diamantes extraído, a atividade perdurou até fins da década de 1980, quando foi extinta por interdição legal dos órgãos de fiscalização ambiental.

236 - As obras de asfaltamento do acesso rodoviário a Baliza foram iniciadas em 1998 e paralisadas no ano seguinte. Apenas um trecho próximo a Bom Jardim de Goiás, na GO-421 foi totalmente concluído; no entanto, parte das obras de terraplanagem, drenagem de água pluvial e pontes de concreto já estão finalizadas, permitindo, de qualquer forma, melhores condições de tráfego.

237 - De acordo com informações colhidas em Bom Jardim de Goiás a maior parte do carvão vegetal produzido naquela município segue para Divinópolis, em Minas Gerais. Embora não tenha sido precisado o destino da produção de Baliza, soube-se que há muitos carvoeiros oriundos do referido Estado.



Foto 05 – Saupaci: núcleo urbano; em destaque, antigo estabelecimento comercial desativado. (Fotografia: Rodrigo Borges, 1999)



Foto 06 – Iperá: vista geral do centro urbano. A direita, em primeiro plano, agência do Banco do Estado de Goiás; ao fundo, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. (Fotografia: Rodrigo Borges, 1999)



Foto 07 – Piranhas: avenida Brasil Central, principal via comercial da cidade. (Fotografia: Rodrigo Borges, 1999)



Foto 08 – Aragarças: Hospital Regional Getúlio Vargas, construído pela Fundação Brasil Central na década de 1940. (Fotografia: Rodrigo Borges, 1999)

residenciais destinados aos funcionários da Instituição (foto 08).

Atualmente a maior parcela das incipientes atividades comerciais da cidade estão concentradas próximos a ponte da BR-158, situada na confluência dos rios Araguaia e Garças, que liga os Estados de Goiás e Mato Grosso, unindo três núcleos urbanos: Aragarças, Pontal do Garças e Barra do Garças. Neste arranjo arranjo os dois primeiros tem funções econômicas subsidiárias ao último.<sup>238</sup>

A influência de Barra do Garças é sentida principalmente por intermédio de seu setor de bens e serviços, que configuram a cidade como polo regional de uma extensa área<sup>239</sup>. Possui ainda três frigoríficos, que exercem influência sobre o comércio de gado de corte no limite ocidental da área em estudo<sup>240</sup>.

### 3 – A FORMA DE ESPAÇO NATURAL

No intuito de buscar o entendimento da estruturação do processo de ocupação da área em estudo parece-nos fundamental considerar o papel da natureza.<sup>241</sup> Obviamente, não se pode olvidar que a incorporação da atual área de influência da GO-060 à dinâmica produtiva guarda uma estreita relação com as estratégias de organização territorial impostas ao Estado de Goiás. Entretanto, este processo possui peculiaridades que são inerentes às condições do meio

238 - Há intensa articulação entre a população de ambas as margens do Araguaia. Embora sejam municípios distintos, funcionalmente Aragarças e Pontal do Garças comportam-se como bairros periféricos de Barra do Garças, onde concentra-se parcela mais significativa do setor de comércios e serviços, e reside a população de maior nível econômico. Em 2000, de acordo com dados do IBGE (2001), os núcleos urbanos de Barra do Garças, Pontal do Garças e Aragarças possuíam, respectivamente, 47.890, 3.638 e 16.090 habitantes.

239 - A cidade possui duas retransmissoras de TV, estações de rádio, diversas agências bancárias, um bom parque hoteleiro, concessionária de veículos, supermercados, lojas de eletro-eletrônicos, restaurantes, etc. Duas Instituições dedicam-se ao ensino superior: UNIVAR (particular) e UFMT, esta última através de um *campus* localizado em Pontal do Garças.

240 - Notadamente em Piranhas, Baliza e Bom Jardim de Goiás. A oscilação das alíquotas de ICMS entre os Estados de Mato Grosso e Goiás são determinantes nos fluxos de venda do gado goiano para os frigoríficos mato-grossenses.

241 - *"Pela produção o homem modifica a Natureza Primeira, a natureza bruta, a natureza natural (...). É por essa forma que o espaço é criado como Natureza Segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada. O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço"* (SANTOS, 1986:163). Dessa forma, *"a menos que o espaço seja conceituado como realidade completamente separada da natureza, a produção do espaço é um resultado lógico da produção da natureza"* (SMITH, 1988:103).

natural<sup>242</sup>, a maneira como os homens desenvolvem as atividades econômicas em cada momento e, também, na forma como as coisas (objetos) estão organizadas neste espaço em cada tempo presente.

Ao longo da história de ocupação da área em estudo, a natureza, vista na condição de recursos a serem apropriados, ofereceu diferentes possibilidades aos homens que deles fizeram uso. Grosso modo, nos diferentes momentos do processo de ocupação, são valorizados os recursos minerais (ouro e diamante), posteriormente são as pastagens nativas dos cerrados, para em seguida serem os solos férteis sob as áreas de mata, mais recentemente foi a vez dos solos associados a vegetação savânica serem objeto de uma ocupação mais intensiva; a implantação do uso viário da GO-060 teve o efeito de potencializar o movimento de apropriação e consumo destes recursos.

Faz-se mister ressaltar que algumas dessas condições naturais já estão bastante alteradas, especialmente a cobertura vegetal do “mato grosso” (floresta estacional), que tanto atraiu os pioneiros no momento inicial de expansão da fronteira econômica. Todavia, mesmo que parte destas características naturais (especialmente solo e vegetação) tenham sido profundamente alteradas após décadas de consumo, percebe-se que as condições ambientais, ainda são relevantes para a principal atividade atualmente desenvolvida ao longo da área de influência da rodovia GO-060, a pecuária – em que pese o desenvolvimento de formas modernas de criação.

Na área de influência da rodovia GO-060, o clima, conforme classificação de NIMER (1989), é tropical e subúmido, sendo particularizado pela existência de dois períodos bem marcados, um seco, cuja duração varia entre 4 e 6 meses (de abril a setembro, aproximadamente), e um chuvoso (de outubro a março, aproximadamente), que concentra a maior parte da precipitação pluviométrica – que oscila entre 1300 e 1750 mm anuais.<sup>243</sup>

Quanto à temperatura, ocorrem algumas variações para o conjunto da área, estando a média anual situada entre 20°C e 22°C (extremo leste da área em

242 - Nesse aspecto vale considerar a assertiva de Milton SANTOS (1986:59): “Se o espaço não pode ser definido pelas relações bilaterais entre o homem e os dados naturais, tampouco ele é resultado exclusivo da ação de fluxos econômicos, como se a superfície da terra fosse o campo de ação de forças de modelamento que não levam em conta as rugosidades”.

243 - MAGNAGO, SILVA e FONZAR (1983).

estudo) e 24°C e 26°C (porções noroeste e extremo oeste); no restante da área da GO- 060 a temperatura média anual está situada entre 22°C e 24°C<sup>244</sup>.

Em relação ao regime térmico, o domínio climático tropical pode ser subdividido nas modalidades de clima *quente\** e *subquente\**. A primeira abrange principalmente as porções noroeste e extremo oeste da área em estudo, de topografia menos elevada, e vinculadas à Depressão do Araguaia; enquanto o restante da área sobre os efeitos do clima *subquente*<sup>245</sup>.

Ao longo do processo de ocupação espacial da atual área de influência da rodovia GO-060 as manifestações climáticas exerceram influência direta sobre o desenvolvimento das atividades agropecuárias. A concentração das precipitações pluviométricas a poucos meses do ano limitam a implementação de cultivos agrícolas temporários não-irrigados a estação chuvosa<sup>246</sup>, o que condiciona a adoção de culturas de rápido ciclo de desenvolvimento, como arroz, milho e feijão.

Em determinados anos, durante a estação chuvosa (verão) ocorrem estiagens de duração e intensidade variáveis, fenômeno conhecido regionalmente por *veranico*. A deficiência hídrica que essas estiagens provocam em períodos críticos do desenvolvimento das plantas pode ocasionar graves prejuízos às lavouras, situação esta agravada pela baixa capacidade de retenção de água de maior parte dos solos da área.

Tradicionalmente vinculada a utilização de gramíneas nativas dos cerrados e, nas áreas de matas, de pastos formados em capim jaraguá (*Hyparrhenia rufa*), a pecuária sempre se ressentiu dos efeitos do *déficit* hídrico da estação seca; os rebanhos perdem muito peso e há grande diminuição na produção de leite. A partir da década de 1970, com a utilização de capins mais adaptados às condições climáticas, e também pedológicas, como as gramíneas do gênero *Brachiaria*, houve uma melhoria nas condições de desenvolvimento da pecuária bovina.

Não se pode olvidar que até a década de 1960, o escoamento da produção agrícola tornava-se bastante oneroso durante a estação chuvosa,

---

244 - NÍMER (*op.cit.*).

245 - NÍMER (*op.cit.*).

quando declinavam as condições de tráfego da maior parte das estradas que servem a área em estudo, como já foi visto anteriormente.

O relevo está estruturado a partir de 4 conjuntos geomorfológicos: o Planalto Central Goiano\* - representado na área em estudo pelas subunidades do Planalto Rebaixado de Goiânia, e do Planalto do Alto Tocantins-Paranaíba - na porção oriental; o Planalto Setentrional de Bacia do Paraná, na porção centro-sul, o Planalto dos Guimarães (Alcantilados), na porção sudoeste; e a Depressão do Araguaia, nas porções noroeste e centro-norte, como pode ser visto na figura 10.

No Planalto Rebaixado de Goiânia, esculpido em litologias pré-cambrianas destacam-se as modelados tubulares, com predomínio de formas amplas; apresenta cotas altimétricas situadas entre 650 e 850 metros, aumentado de oeste para leste. O Planalto do Alto Tocantins-Paranaíba apresenta-se de forma residual na área em estudo; em sua maior parte configura conjunto de relevos dissecados de formas aguçadas e pendentes relativamente expressivas, com destaque para as serras Dourada e Santo Antônio (que engloba parte dos municípios de Iporá e Diorama).

O Planalto Setentrional da Bacia do Paraná, parte da unidade geomorfológica denominada Planaltos e Chapadas da Bacia Sedimentar do Paraná, comporta altimetrias que variam, em média, de 650 a 900 metros. No trecho limítrofe à serra Santo Antônio a dissecação do relevo é considerável, sendo o contato com as unidades vizinhas efetuado "*através de conjuntos de modelados e ou escarpas locais de natureza tectônica e/ou erosiva*"<sup>247</sup>; no restante da área em estudo, esse domínio constitui-se em feições menos dissecadas.

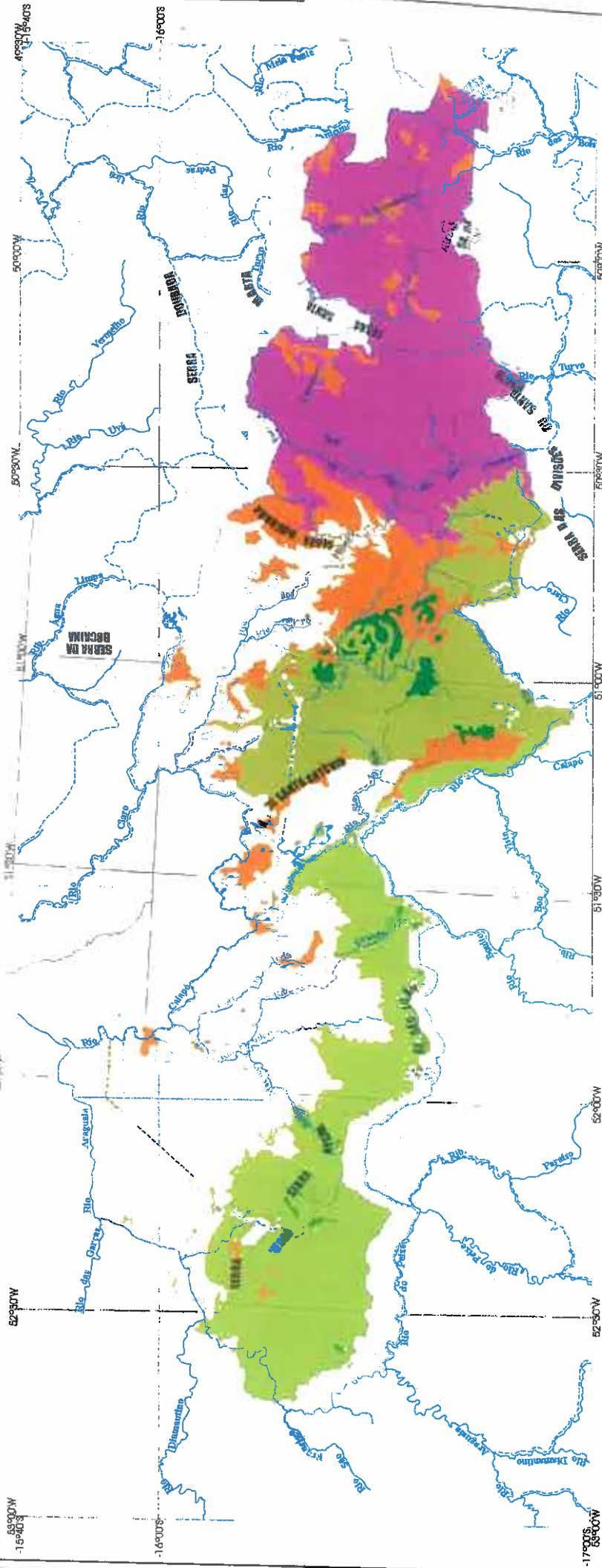
O Planalto dos Guimarães (Alcantilados) abrange 2 patamares distintos, sendo representado na área em estudo pelo compartimento rebaixado, esculpido predominantemente sobre arenitos devonianos. Posicionado entre cotas altimétricas que oscilam de 400 a 650 metros, une-se em auge ao patamar mais elevado e em declive à Depressão do Araguaia. Na borda sudoeste da área em estudo, ocorrem relevos esculpidos sobre rochas intrusivas pré-cambrianas, com

---

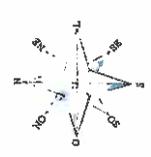
246 - Apenas a mandioca, dentre os principais produtos tradicionalmente cultivados na área em estudo, de ciclo de crescimento mais lento, adapta-se a deficiência hídrica que ocorre na estação seca (Outono-Inverno).

247 - MAMEDE *et. al.* (*op.cit.*:374).

# ÁREA DE INFLUÊNCIA DA RODOVIA GO-060: GEOMORFOLOGIA



- CONVENÇÕES**
- Planalto Rebaixado de Goiás
  - Planalto do Alto Tocantins-Paranaíba
  - Planalto dos Guimaraes (Alcantariadas)
  - Planalto Setentrional da Bacia do Paraná
  - Depressão do Araguaia
  - Curso fluvial
  - Limite inter-municipal



PROJEÇÃO CÔNICA CONFORME DE LAMBERT  
 10 km 0 10 20 30 40 50 km  
 ESCALA GRÁFICA

**FONTE BRASIL. Projeto RADAMBRASIL, 1981. Mapa Geomorfológico. Folha SD.22 Goiás. Esc. 1:1.000.000; BRASIL. Projeto RADAMBRASIL, 1983. Mapa Geomorfológico. Folha SD.22 Goiânia. Esc. 1:1.000.000; GOLAS. Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DER-GO), 1999. Mapa Rodoviário Estadual 1999. Esc. 1:1.000.000.**

**ORGANIZAÇÃO:**  
 Rodrigo Sabino.

**ELABORAÇÃO DIGITAL:**  
 Leonardo Sabino.

**LOCAL / DATA:**  
 Goiânia / julho de 2001.

Figura 10 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Geomorfologia

com destaque para a serra Negra, que comporta cotas altimétricas que ascendem a 1000 metros.

A Depressão do Araguaia compreende uma superfície rebaixada; e suavemente dissecada, com cotas altimétricas situadas em torno de 350 metros, em média, constituindo-se no piso do relevo da área em estudo.

O relevo, considerando o conjunto da área de influência da rodovia GO-060, grosso modo, não oferece grandes restrições ao desenvolvimento das práticas agropecuárias, executando-se aquelas superfícies configuradas por formas mais dissecadas, como nas áreas das serras Dourada, Santo Antônio e Negra. Especialmente, no Planalto Rebaixado de Goiânia e na Depressão do Araguaia, o predomínio de superfícies com declividades de até 25% de inclinação facultam a utilização de técnicas modernas no manejo das atividades agropecuárias, como a motomecanização<sup>248</sup> e a irrigação.

Nas áreas serranas, tradicionalmente desenvolveu-se a atividade criatória, utilizando pastagens nativas do Cerrado. A partir da década de 1970, como já referido, verificou-se a expansão do plantio de gramíneas alóctones, como as braquiárias, para as áreas de serras, as expensas da remoção da vegetação savanícola e dos remanescente da floresta estacional, o que favoreceu a instalação de processos erosivos, redundando na degradação dos solos<sup>249</sup>.

A configuração do sistema hidrográfico na área em estudo é marcada pela influência da linha de relevo existente na porção sudoeste do território goiano que, atingindo os limites com o Estado de Mato Grosso, atua como divisor das bacias do Araguaia e do Paranaíba<sup>250</sup>. Na bacia do Paranaíba, os principais

248 - Embora possa discordar-se do limite de 25% de declividade para utilização de motomecanização, considerou-se pertinente a adoção do valor por este adequar-se a maior parte das condições de uso da terra, como salientou BEZERRA *et. al.* (1983). Por outro lado devem ser consideradas as características específicas de cada classe de solo, que serão analisadas adiante.

249 - Diversas áreas de topografia acidentada, ocupadas por solos férteis (Podzólicos Vermelho Amarelo eutróficos) – como as extensões circunscritas a serra Dourada, nos atuais municípios de Sanclerlândia e Córrego do Ouro, ocupados por lavouras durante a expansão das frentes pioneiras - apresentaram significativa redução nos níveis gerais de fertilidade. De acordo com informações colhidas no escritório da EMATER em Córrego do Ouro, em função da inobservância de técnicas racionais de manejo do solo no município, o pH médio do mesmo reduziu-se sensivelmente em diversas áreas. Um exemplo de instalação de processo erosivo em função da destruição da vegetação savanícola para plantio de gramíneas alóctones pode ser dado em Fazenda Nova, também localizado em área de topografia movimentada

250 - Essa linha de relevo é formada pelas serras Dourada, Divisões ou Santa Marta, Rio Claro e Caiapó. "A partir dessa cumeada de relevo divisor, nos dois lados, os planaltos se rebaixam em sucessivos patamares até atingirem os vales dos rios Araguaia e Paranaíba. A drenagem, rica em bacias secundárias, está disposta em forma paralela e entalha o modelado do relevo" (GOMES &

afluentes são os rios Turvo, dos Bois e Anicuns. Na bacia do Araguaia os principais afluentes são os rios Piranhas, dos Bois ou das Almas, Claro e Pilões<sup>251</sup>. Como pôde ser visto através dos estudos de FAISSOL (*op. cit.*) e WAIBEL (*op. cit.*), além dos solos férteis subjacentes às áreas florestais, também a rede hidrográfica bastante ramificada era valorizada pelos pioneiros<sup>252</sup>: as primeiras áreas ocupadas eram os fundos de vale, locais em que os solos dispõem de maior umidade, e onde existe água fácil.

Por outro lado, ao terem se tornado, via de regra, as primeiras áreas a serem ocupadas, os fundos de vale, ao longo do processo de ocupação da área em estudo, sofreram grande degeneração: a retirada das matas ciliares, concorreu decisivamente para a degradação dos solos e assoreamento de diversos cursos fluviais.

Os solos de maior ocorrência na área de influência da rodovia GO-060 são os Podzólicos, seguidos de Latossolos, Cambissolos, Litólicos e Areias Quartzosas (vide figura 11). De um modo geral, a distribuição das classes de solo está associada à litologia e a diversidade das feições geomórficas.

Dessa maneira, na porção leste da área em estudo, sobre o Planalto Rebaixado de Goiânia, desenvolveram-se, a partir de litologias pré-cambrianas (migmatitos e gnaisses), Podzólicos Vermelho-Amarelo eutróficos\* e Latossolos Vermelho-Escuro distróficos\*, de textura argilosa<sup>253</sup> cobertos originalmente por matas.

Na porção oeste da área em estudo, registra-se a ocorrência de Latossolos Vermelho-Amarelo distróficos\* e Podzólicos Vermelho-Amarelo distróficos\*, desenvolvidos a partir de arenitos paleozóicos, cobertos originalmente por vegetação savanícola.

---

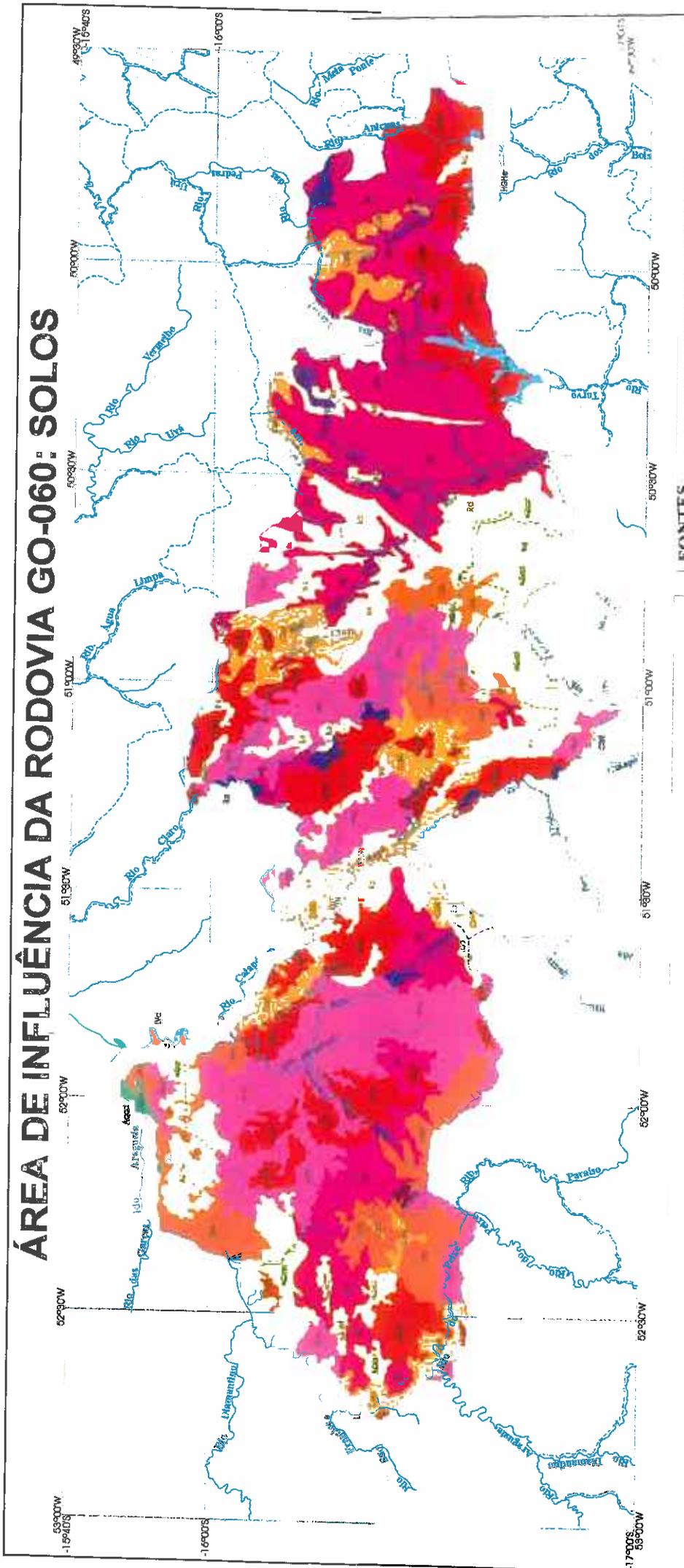
TEIXEIRA NETO: *op.cit.* 111). Há de se esclarecer que a serra do Caiapó, em verdade uma *cuesta*, não insere-se dentro da área em estudo.

251 - Não se pode esquecer que os cursos fluviais pertencentes a bacia do Araguaia, especificamente os rios Araguaia, Claro e Caiapó, desempenharam importante papel no processo de ocupação pela presença de depósitos de ouro aluvionar – como já referido no capítulo I.

252 - Neste caso, o termo pioneiro refere-se aos primeiros ocupantes desta área.

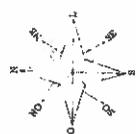
253 - De acordo com NOVAES *et.al.* (1983:481), as classes de Podzólico Vermelho Amarelo eutrófico que ocorrem na área em estudo apresentam "*restrições ao pleno uso, por ocorrer em relevo ondulado a forte ondulado, sendo comum a presença de cascalhos em quantidade significativa, dificultando emprego de implementos e máquinas agrícolas, além de possuírem riscos de erosão, se não forem tomadas medidas conservacionistas do solo.*" Na porção oeste da área em estudo ocorrem também Podzólicos Vermelho-Amarelo distróficos que, além das características acima mencionadas, possuem baixa fertilidade natural.

# ÁREA DE INFLUÊNCIA DA RODOVIA GO-060: SOLOS



## CONVENÇÕES

- Limite inter-municipal
- ~ Curso fluvial
- Latossolo Vermelho-Escuro alíco e distrófico
- Latossolo Roxo distrófico
- Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico
- Podzólio Vermelho-Amarelo distrófico
- Podzólio Vermelho-Amarelo eutrófico
- Cambissolo Alíco e distrófico
- Cambissolo eutrófico
- Glei Pouco Húmido eutrófico
- Glei Pouco Húmido eutrófico
- Areia Quartzosa alíco e distrófico
- Solo Litólico distrófico
- Terra Roxa Estruturada eutrófica
- Lateria Hidromórfica distrófica



PROJEÇÃO CÔNICA CONFORME DE LAMBERT  
 10 km 0 10 20 30 40 50 km  
 ESCALA GRÁFICA

## FONTES

BRASIL. Projeto RADAMBRASIL 1981. *Mapa Exploratório de Solos*. Folha SD 22 Goiás. Esc. 1:1.000.000.  
 BRASIL. Projeto RADAMBRASIL, 1983. *Mapa Exploratório de Solos*. Folha SD 22 Goiânia. Esc. 1:1.000.000.  
 GOIÁS. Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DER-GO). 1999. *Mapa Rodoviário Estadual 1999*. Esc. 1:1.000.000.

## ORGANIZAÇÃO:

Rodrigo Borges.

## ELABORAÇÃO DIGITAL:

Leonardo Sabino.

## LOCAL / DATA:

Goiânia / julho de 2001.

Figura 11 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Solos

Os solos pouco desenvolvidos, Cambissolos distróficos\* e Litólicos distróficos<sup>254</sup> estão vinculados às porções de relevo mais dissecado. As Areias Quartzosas<sup>255</sup>, originadas do produto da meteorização de arenitos das Formações Furnas e Aquidauana, concentram-se na Depressão do Araguaia e em relevos de topo aplanado do Planalto Setentrional da Bacia do Paraná.

A existência de solos férteis, como Podzólicos Vermelho-Amarelo eutrófico, comumente associados a cobertura florestal, foi o principal fator a estimular a vinda de sucessivas levas de elementos povoadores para a área em estudo entre as décadas de 1940 e 1960. A partir da década de 1970, com o desenvolvimento de tecnologias que tornaram produtivo e rentável o cultivo de terras ácidas e pouco férteis, como os Latossolos Vermelho Amarelo distróficos, dinamizou-se a ocupação de vastas extensões cobertas por cerrados onde anteriormente desenvolvia-se basicamente a pecuária em moldes extensivos.

No seu conjunto, os solos da área de influência da rodovia GO-060 apresentam algumas restrições às práticas agrícolas, sendo, no entanto, razoáveis para a pecuária. Embora tenham sido primordialmente ocupados pela agricultura de subsistência - tendo, de certa forma, já experimentado um certo esgotamento - nas superfícies onde ocorrem Podzólicos Vermelho-Amarelo eutróficos, apesar de férteis, a dificuldade de empregar implementos e máquinas agrícolas, inviabilizava a agricultura comercial em larga escala. A seu turno, as áreas cobertas por Latossolos, não obstante possuírem boas propriedades físicas e ocorrerem em áreas de relevo plano e suave ondulado, sendo totalmente favoráveis à mecanização, necessitam de investimentos em adubação e calagem, dada a sua baixa fertilidade natural. Os demais tipos de solos, de um modo geral,

---

254 - Via de regra os solos classificados como Cambissolos distróficos apresentam fertilidade natural baixa e elevada acidez. Todavia *"ao noroeste de Cachoeira de Goiás há pequena ocorrência de solos eutróficos", geralmente sem cascalhos, em relevo ondulado e forte ondulado sob vegetação de Floresta*" (NOVAES *et.al.*, 1983:462). Também os solos Litólicos distróficos possuem fertilidade natural baixa. As restrições impostas pelas características físicas dos Cambissolos e Litossolos e pelas condições topográficas em que ocorrem - áreas de relevo ondulado a fortemente ondulado (declividades compreendidas entre 8 e 45%) e montanhoso (declividades superiores a 45%) - limitam drasticamente suas possibilidades de uso agrícola.

255 - Nos municípios de Ivofândia e Cachoeira de Goiás ocorrem Areias Quartzosas álicas, que apresentam alto saturação de alumínio, atingindo níveis nocivos para a maioria das culturas. Devido a suas características naturais, as Areias Quartzosas são preferencialmente indicadas para pastagens e reflorestamentos.

apresentam restrições decorrentes de suas características físicas ou das condições topográficas das áreas onde ocorrem<sup>256</sup>.

Em relação à vegetação, dois domínios fitogeográficos principais se desenvolveram na área em estudo: as formações vegetativas associadas a Floresta Estacional e a Savana<sup>257</sup>. Cumpre ressaltar a existência de áreas de Tensão Ecológica, resultado da mistura (contato) entre a Savana e a Floresta Estacional.

No tocante a Floresta Estacional, registra-se a ocorrência de duas formações, segundo demonstra o mapa de vegetação (Figura 12): a Floresta Estacional Semidecidual e a Floresta Estacional Decidual. De uma maneira geral estas formações florestais originalmente recobriam os solos mais férteis, ricos em *humus*, que tem origem na própria vegetação.

A primeira cobre as acumulações fluviais com sedimentos do Quaternário, estando restrita na área em estudo apenas a pequenos trechos, localizados nos vales dos rios Turvo e dos Bois. Com a estrutura semelhante à da mata ciliar de todos os rios, sua fisionomia arbórea possui um dossel superior uniforme, apresentando essências vegetais diversas, que variam de 20 a 30 metros de altura. Dentre as espécies arbóreas características desta formação vegetal estão o muxoxo (*Erythrina verna*), angico-vermelho (*Piptademia rígida*), envira (*Xylopia sp.*), olandi (*Calophyllum brasiliense*), etc.

A Floresta Estacional Decidual corresponde a uma formação florestal alta e densa, cuja área de ocorrência é regionalmente conhecido como "Mato Grosso de Goiás"<sup>258</sup>. Apresenta três estratos: um superior, com árvores altas de 25 a 30 metros de altura, com poucas árvores emergentes, sendo que as mais

256 - Embora detecte-se a presença de outras classes de solos que apresentam grande potencialidade agrícola, caso da Terra Roxa Estruturada eutrófica\* - "que ocorrem em manchas isoladas (...) entre Anicuns e Sanclertândia", originados "a partir de rochas básicas e ultrabásicas" (NOVAES *et. al.*, *op.cit.*:443) - sua abrangência em termos de superfície é diminuta.

257 - Conforme classificação fisionômico-ecológica da vegetação neotropical, proposta e adotada por MAGNAGO, SILVA & FONZAR (1983).

258 - Já no século XIX, naturalistas que percorreram as terras goianas, como POHL (*op.cit.*) e SAINT-HILAIRE (1975), referiam-se as faixa de floresta estacional como "Mato Grosso". A partir dos estudos realizados por FAISSOL (*op.cit.*) o topônimo "Mato Grosso de Goiás" passou a denominar, além da porção de mata originalmente conhecida por "Mato Grosso, toda a contiguidade florestal que, a medida que ia sendo povoada, recebia nomes locais: a mata de São Patrício (na área pertencente ao atual município de Ceres), a mata de Santa Luzia ou de São Domingos (na região do rio São Domingos, a oeste de Anicuns), a mata da Posse (na região de Guapó). "Outras matas de menor extensão completavam o conjunto: Pilar, São Manuel, Rio Fortuna, Rio Claro, Fundão, Mato Grande, Caldas e Taquaral" (Henrique SILVA, 1920, *apud* FRANÇA, 1985:5).

altas perdem as folhas no período mais seco – chegando a atingir 50%<sup>259</sup> ou mais das espécies dominantes, de acordo com a disponibilidade de hídrica do solo; um intermediário, variando entre 10 e 15 metros de altura, composto de árvores jovens, regeneração natural de espécies antigas e outras árvores de folhas perenes; e um inferior, composto de arvoretas e arbustos, caracterizando a submata, por vezes com denso emaranhado de lianas<sup>260</sup>. Algumas das principais espécies que ocorrem nessa área são o jequitibá (*Cariniana estrellensis*), a paineira (*Chorisia pubiflora*), cedro (*Cedrella sp.*), peroba rosa (*Aspidosperma polyneurom*), aroeira (*Astronium urundeva*), pau d'óleo (*Capaifeira langsdorfii*), ipês (*Tabebuia sp.*) e a guariroba (*Syagrus spp.*)

O domínio das Savanas corresponde a formações fisionômicas que variam entre si em relação à composição botânica e à estrutura da vegetação, sendo identificadas duas fisionomias principais na área em estudo, a Savana Arbórea Aberta (Cerrado) e a Savana Arbórea Densa (Cerradão), com amplo predomínio da primeira.

A Savana Arbórea Aberta, via de regra, recobre solos de textura arenosa (como Areias Quartzosas, Podzólicos Vermelho-Amarelo distróficos e Latossolos Vermelho Amarelo distróficos). Trata-se de uma formação campestre natural caracterizada por um contínuo tapete gramíneo-lenhoso, entremeado por árvores gregárias, que variam de 4 a 8 metros de altura, com troncos e galhos retorcidos, de caule grosso e recoberto de casca espessa, por vezes degradadas pelo fogo. Dentre as espécies arbóreas destacam-se o pequi (*Caryocar brasiliense*), muricis (*Byrsonyma spp.*), barbatimão (*Stryphnodendron sp.*), jatobá-do-campo (*Hymenaea stigonocarpa*), ipês (*Tabebuia spp.*), paus-terra (*Qualea spp.*), etc. No estrato gramíneo destacam-se os capins mumbeca (*Paspalum sp.*), flechinha (*Echinoleana sp.*), agreste (*Panicum sp.*) e meloso<sup>261</sup> (*Melinis minutiflora*). Junto às drenagens é comum a presença de faixas de floresta-de-galeria favorecidas pela maior fertilidade e umidade dos vales; nesse ambiente são comuns o ingá (*Inga sp.*), o pau-pombo (*Tapirira sp.*), e a palmeira buriti (*Maurítia vinífera*), que às

259 - No caso da Floresta Estacional Semidecidual, a porcentagem das árvores caducifólias no conjunto florestal situa-se em torno de 20% na época desfavorável (Magnago, Silva & Fonzar, 1983).

260 - MAGNAGO, SILVA & FONZAR (1983).

261 - Conforme Alho & Martins (1995), provavelmente esta espécie de capim é de origem africana, tendo sido trazida através de navios negreiros. Bem adaptada a solos ácidos e de baixa fertilidade, como os de cerrado, esta espécie naturalizou-se, sendo utilizada pelo gado como alimento.



vezes constitui adensamentos bastante expressivos.

A ocorrência da Savana Arbórea Densa não é expressiva na área em estudo, aparecendo em pequenos agrupamentos isolados, geralmente integrados a Savana Arbórea Aberta. Apresenta um aspecto estrutural arbóreo, com a altura dos indivíduos, cujos troncos não apresentam as ramificações e a tortuosidade das árvores do cerrado, variando, em média, de 8 a 12 metros de altura. Embora as copas das árvores se toquem, a luz penetra no seu interior, propiciando o desenvolvimento de indivíduos lenhosos menores, formando um extrato interior, às vezes bastante denso. Possui uma composição florística diversificada – sucupira branca (*Pterodon pubescens*), capitão (*Terminalia argentea*), jacarandás (*Dalbergia sp.*), etc. - sendo formada por indivíduos característicos do Cerrado, por algumas espécies observadas na Floresta Estacional e por espécies exclusivas do Cerradão.

As áreas de tensão ecológica correspondem a faixas “onde formações de diferentes regiões ecológicas se interpenetram, constituindo encaves”<sup>262</sup>, os quais correlacionam-se aos gradientes ecológicos fundamentais (clima-relevo-solo-disponibilidade hídrica). Assim, em decorrência das condições ecológicas podem conviver na mesma fisionomia espécies do cerrado como araticum (*Annona sp.*), lixeira (*Curatella americana*), faveiro (*Dimorphandra mollis*), sucupira-preta (*Bowdichia virgiloides*); e da mata, como axixá (*Sterculia sp.*), ipês (*Tabebuia sp.*), e a palmeira macaúba (*Acrocomia sp.*).

Certamente a cobertura vegetal foi um elemento que desempenhou grande atração sobre os homens que acorriam à área em estudo durante a ocupação pioneira. Inicialmente a pecuária extensiva buscou o aproveitamento das gramíneas nativas dos cerrados. Posteriormente, a agricultura norteou-se pela busca das áreas de matas. Ricas em essências botânicas, de modo geral, o porte e o adensamento das florestas guarda um vínculo com a fertilidade dos solos e a disponibilidade do lençol subterrâneo. Disso sabiam os pioneiros, que distinguiam as terras mais propícias às culturas. As melhores terras de cultura, compreendiam os solos de matas mais densas, com árvores de grande altura. As madeiras de lei (cedro, jatobá, tamboril, peroba e jacarandá) e algumas palmeiras (bacuri e guariroba), identificavam as “matas de primeira classe”, que cobriam os

262 - MAGNAGO, SILVA & FONZAR (*op.cit.*).

vales, e, por conseguinte as terras mais valorizadas<sup>263</sup>. As “matas de segunda classe” eram associadas a espécies de menor porte, se comparadas às anteriores, como o angico, a garapa ou amarelão, a sucupira, a canela, a paineira ou barriguda e o ipê-roxo, ocupando os espigões do relevo e as áreas de transição entre a Floresta Estacional e o Cerradão, sendo também denominada “mata seca”. Via de regra, a utilização agrícola dessas terras perdurava por apenas três ou quatro anos, sendo posteriormente transformadas em pastagens artificiais<sup>264</sup>. Dispondo de uma fina camada de *humus*, os solos cobertos por Cerradão, conhecidos pelos agricultores como “mata de terceira classe” eram utilizados basicamente pela agricultura de subsistência<sup>265</sup>.

### 3.1 – A Ocupação do Espaço e Alterações Ambientais

As condições naturais, pelo que foi exposto anteriormente, correspondiam ao anseio inicial das levas de pioneiros que, com o início da abertura da rodovia GO-3, passaram a afluir em levas sucessivas para a área em estudo a partir da década de 1940. A dinâmica do processo de ocupação, nos moldes predatórios em que foi desenvolvido, promoveu significativas alterações nos atributos naturais a ponto de obliterar quase que totalmente alguns desses fatores, como a cobertura vegetal, com reflexos negativos para a estrutura produtiva.

No conjunto da área em estudo, grosso modo, duas fisionomias naturais, essencialmente, se impunham: a leste, o subespaço formado pela porção de relevo denominada Planalto Rebaixado de Goiânia, sobre o qual desenvolveram-se solos originados de rochas pré-cambrianas (latossolos e podzólicos eutróficos), cobertos por formações florestais; e a oeste, o subespaço configurado pelo Planalto Setentrional da Bacia do Paraná e a Depressão do Araguaia, sobre os quais predominam solos desenvolvidos a partir de arenitos paleozóicos (latossolos e podzólicos distróficos), onde vicejam formações savanícolas; interpondo-se entre ambas, encraves (contatos) vegetacionais,

263 - Conforme FAISSOL (*op.cit.*) e WAIBEL (*op.cit.*).

264 - FAISSOL (*op.cit.*).

marcavam faixas onde as condições ecológicas não podem ser individualizadas, caracterizando áreas de tensão ecológica. A partir deste breve esboço do ecossistema<sup>266</sup> da área em estudo, que, em verdade é muito complexo, percebe-se que a cobertura vegetal é um traço representativo dos gradientes ecológicos fundamentais (clima-relevo-solo-disponibilidade hídrica). A sua obstrução implica na conseqüente degradação dos demais componentes – ou vice-versa – derivando daí sua importância quando se trata de equilíbrio ambiental<sup>267</sup>.

Em verdade, a retirada da cobertura vegetal é a alteração ambiental mais visível – e, de certa forma, talvez seja a única mensurável - decorrente do processo de ocupação que se pôs em curso na área de influência da GO-060 a partir da implantação da rodovia. Isto significa dizer que os demais componentes do meio ecológico também sofreram intervenções contundentes. Todavia uma análise completa neste sentido ultrapassaria o alcance deste trabalho, dada a complexidade dos elementos que constituem o ambiente natural. Mas se não puderam ser apreendidas na sua totalidade, algumas destas transformações podem ser, ao menos, enunciadas.

Embora os pioneiros norteassem a ocupação primitiva do espaço em função da presença de imponentes maciços florestais, obviamente não estavam interessados na sua preservação, mas sim nos férteis solos que lhes davam sustentação<sup>268</sup>. Face ao baixo nível tecnológico empregado, a manutenção ou expansão da produção agrícola, tendo na retaguarda a formação de invernadas com capim jaraguá, era condicionada pela derrubada de sucessivos trechos de mata.

---

265 - STEFAN (1960).

266 - Segundo LIMA-E-SILVA, GUERRA & MOUSINHO (1999:88), ecossistema vem a ser um "sistema natural, aberto que inclui, em uma certa área, todos os fatores físicos e biológicos (elementos bióticos e abióticos) daquele ambiente e suas interações daquele ambiente e suas interações. Diferencia-se de outros ecossistemas por sua diversidade biótica e estrutura trófica claramente definidas, e por sua específica quantificação e qualificação da troca de energia e matéria entre esses elementos e do sistema com a fronteira externa."

267 - Em relação ao solo, por exemplo, a retirada da da vegetação nativa implica na sua exposição aos raios solares (e seus efeitos abrasivos) e na implementação dos processos pluvioerosivos, agravados pela existência de um período de concentração das chuvas na área em estudo. Não havendo a interceptação das águas pluviais pela cobertura vegetal, há uma elevação no impacto direto das gotas de chuva no solo (efeito *splash*) e maior desagregação mecânica de suas partículas, com remoção dos seus nutrientes – por lixiviação e escoamento.

268 - Leo WAIBEL (*op.cit.*:162), ao estudar a ocupação do "Mato Grosso de Goiás" em fins da década de 1940, comparou "o pioneiro, especialmente o pioneiro agricultor, a um soldado que combate a natureza".

Deve-se ainda considerar que os métodos de exploração agrícola usualmente adotados pelos pioneiros levavam o solo a um rápido esgotamento, após poucos anos de uso. Exterminada a floresta procedia-se, após secos os galhos e folhas, a *“queimada, que além das árvores, queima parte da matéria orgânica dos solos, privando-o, de início, de uma boa parte de sua riqueza original”*<sup>269</sup>. Inaugurava-se o ciclo de degeneração dos solos. A produção agrícola apoiava-se unicamente na fertilidade natural da terra e na prática de queimadas anuais para o combate de ervas daninhas e outras ‘pragas’, decrescendo rapidamente após quatro ou cinco anos. Não obstante a passagem da lavoura para a pastagem representar uma maior proteção ao solo, mantinha-se a prática das queimadas, agora como técnica de manejo do capim jaraguá<sup>270</sup>.

Apesar da riqueza de espécies vegetais, pode-se dizer que não houve naquele período um aproveitamento comercial de espécies de valor econômico, como as madeiras de lei, o que pode ser observado no depoimento deste pioneiro de Nazário: *“Toda a madeira de lei tinha (...). Foi tirando a mata e foi desaparecendo (...). queimava tudo. Não vendia madeira. Fazia monte dos pau, queimava. No segundo ano limpava a roça, separava o restante e queimava tudo pra desocupar”*<sup>271</sup>.

Ainda que rudimentar, baseado, via de regra, no uso extensivo do solo e aplicação intensiva de força de trabalho, através de formas de produção em pequena escala<sup>272</sup>, o movimento de ocupação, municiado exclusivamente de foices e machados, avançou de forma incontínente sobre a cobertura florestal.

A partir do Mapa de Utilização da Terra - 1966 (Figura 07) – criado a partir de documentos cartográficos do IBGE, folhas topográficas, escala 1:250.000, que retraçam a ocupação do espaço por volta de meados da década –

269 - FAISSOL (op.cit.:94). Por vezes o fogo ateado nas matas alastrava-se também sobre as matas circunvizinhas, eliminando muitas árvores.

270 - De acordo com LEITE (1995) o capim jaraguá ou provisório (*Hyparrhenia rufa*), espécie africana introduzida nas Américas através de navios de escravos, perde valor nutritivo rapidamente com o aumento da idade. Dessa forma, a queima das pastagens era, e ainda é, uma prática bastante empregada pelos produtores na tentativa de acelerar a rebrota e melhorar a qualidade das forragens, visando eliminar a massa de forragem e talos velhos não consumidos pelos animais. Este manejo é bem tolerado por esta espécie, embora elimine as sementes que ficam no solo, sendo efetivada no período seco, preferencialmente em setembro, após as primeiras chuvas.

271 - Delmiro de Souza Porto.

percebe-se que a área originalmente ocupada pela floresta estacional, já havia sido bastante alterada neste período, restringindo-se a fragmentos não muito extensos entremeados por campos (pastagens) e áreas cultivadas. Por outro lado, as extensões cobertas por Cerrado eram ainda bem preservadas. Num levantamento efetuado nas cartas topográficas<sup>273</sup> do IBGE e da DSG, na escala 1:100.000, que permitem um maior detalhamento da ocupação do espaço<sup>274</sup>, foi possível constatar que parte considerável dos fragmentos preservados da floresta estacional estavam circunscritos às porções de relevo movimentado. Percebeu-se ainda uma grande ocupação nos fundos de vale, cuja cobertura vegetal nativa havia sido transformada em campos (pastagens artificiais) ou cultivares, muitos dos quais visíveis apenas nesta escala.

Até então relativamente preservadas, as extensões cobertas pela vegetação de cerrado, concentradas na fração oeste da área em estudo, foram objeto de um uso mais intensivo a partir da década de 1970. Estimulado, inicialmente, pelo desenvolvimento de novas tecnologias que tornaram rentável a utilização agropecuária das terras ácidas e pouco férteis do Cerrado e, também, pela política de crédito subsidiado, que beneficiou basicamente os médios e grandes proprietários, em pouco mais de uma década grandes espaços outrora cobertos por vegetação savânica foram desmatados e transformados em pastagens artificiais. A análise do Mapa de Utilização da Terra - 1993 (Figura 08), obtido a partir da interpretação de Imagens de Satélite demonstra claramente este fato. Pode-se também notar que as matas subsistem em extensões exíguas. Constatou-se *in loco* que sua ocorrência restringe-se mormente às áreas de reserva legal dos estabelecimentos rurais, estando normalmente já destituída das espécies de maior porte – quase sempre aquelas de maior valor comercial, como as madeiras de lei.

---

272 - O processo de ocupação das áreas originalmente cobertas por matas fez-se indistintamente tanto por pequenos posseiros, quanto por grandes proprietários rurais que efetivavam explorações agropecuárias de maiores proporções. Ambos, de modo geral, utilizavam baixo nível tecnológico.

273 - Folhas Itaberaí, Nazário, Fazenda Nova, Sanclerlândia, Ivólândia, São Luiz de Montes Belos, Barra do Garças, Araguaina, Santa Fé, Torixoréu, Bom Jardim de Goiás, Piranhas, Iporá, Ponte Branca, Caipônia, Amorinópolis.

274 - Há de se esclarecer que as folhas topográficas do IBGE e da DSG, escala 1:100.000, retratam a ocupação do espaço a partir da interpretação de aerofotografias datadas dos anos de 1965 e 1966. As folhas topográficas do IBGE, escala 1:250.000 são compiladas das folhas topográficas na escala 1:100.000.

É interessante ressaltar que nos depoimentos dos moradores mais antigos – muitos dos quais não foram citados neste trabalho, mas cujas informações serviram de subsídio – a referência à diminuição na quantidade das chuvas é um assunto quase imediato quando se enfoca as alterações das condições naturais da área em estudo. Embora não se disponha de indicadores confiáveis, a remoção da cobertura vegetal nativa trouxe reflexos para a dinâmica climática local. Atestam essa hipótese os depoimentos de antigos moradores, que chegaram na área em estudo na década de 1940:

*"Ficava dias sem ver sol, né. Inverno (...). Fazia perder a colheita. Não tinha como colher. Hoje tá com um tempo desse e quase não choveu".*<sup>275</sup>

*"Era chuva direto. No tempo do frio, era frio direto também. Mudou muito"*<sup>276</sup>

De um modo geral, os efeitos da degradação do solo manifestam-se através da visível degradação das pastagens em diversas propriedades de toda a área em estudo. Espécies de capins tradicionalmente plantadas no início da ocupação, sobretudo nas áreas de matas, como o jaraguá (*Hyparrhenia rufa*) e o colônio (*Panicum maximum*), mais exigentes em termos de fertilidade do solo e disponibilidade hídrica, tornaram-se pouco produtivos e estão sendo, cada vez mais, substituídos por espécies mais adaptadas ao solo degradado como as brachiárias (*Brachiana sp*). E mesmo nas propriedades rurais que utilizam capins mais rústicos já se impõe a necessidade de investimentos na recuperação do solo para se manter estáveis os níveis de produtividade dos rebanhos bovinos. Em relação a prática agrícola, lavradores entrevistados em diversos municípios indicaram que, face a redução geral no nível de fertilidade do solo ocorrido nas últimas décadas<sup>277</sup>, a manutenção dos níveis de produtividade tem sido, cada vez mais, subordinada ao uso de adubos e defensivos agrícolas, onerando os custos

275 - Delmiro de Souza Porto, Nazário.

276 - Aguielo Ferreira dos Santos, São Luiz de Montes Belos.

277 - Depoimentos de alguns agricultores de pequeno porte deixam entrever que a redução na área cultivada, ocorrida a partir do início da década de 1980, guarda relação, não apenas com fatores conjunturais da economia nacional, como o fim dos subsídios agrícolas, mas também com o "cansaço das terras" que demandaria maiores investimentos para produção. Como bem descreveu um desses produtores entrevistados, a diminuição na produtividade do solo vinculou-se às técnicas agrícolas empregadas: "(...) o plantio exige da terra, mas a tecnologia, por exemplo, de fazer preparação do solos sem curva de nível foi o que foi denegrindo, estragando, tirando aquilo que a terra produzia através do enxorro. Chovia muito aqui. Então essa foi uma das causas disto.

de produção e, de certa forma, inviabilizando a atividade para pequenos produtores.

Cumprir destacar que o número de estabelecimentos que efetuam práticas de conservação do solo (tabela 17) na área em estudo ainda é baixo, sendo inferior, inclusive, ao percentual médio do Estado de Goiás. Isto significa a manutenção do quadro de degradação do meio ambiente.

As perturbações nos cursos fluviais, como o assoreamento dos canais e a redução na vazão do sistema hídrico, diretamente relacionadas ao desmatamento e a erosão dos solos, estão disseminadas, em maior ou menor proporção em toda área em estudo. Além do mais tem-se os estragos promovidos pela extração mineral (garimpagem de ouro e diamantes), atualmente proibida, visíveis em diversos trechos da bacia dos rios Claro e Pilões. A redução da vazão da água em diversos cursos fluviais nos últimos anos tem sido intensa a ponto de afetar a manutenção das atividades agropastoris. Este problema é particularmente grave em Fazenda Nova e São Luiz de Montes Belos, onde mesmo o abastecimento urbano está sendo comprometido no auge da estação seca.<sup>278</sup>

#### 4 – TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Nos itens precedentes deste trabalho foi demonstrado, em linhas gerais, como se deu a ocupação e a apropriação da área de influência da GO-060 a partir da implantação da rodovia; os fatores naturais, suporte físico para os desenvolvimentos das atividades agropastoris; e os traços gerais da configuração territorial da área em estudo onde fica patente que atualmente vivencia-se um certo domínio da atividade pecuária sobre a organização atual do espaço.

---

*A terra sem fazer curva de nível, sem preparar o solo na hora certa, esse foi um dos problemas* (João Amancio Alves, Avelinópolis).

278 - No ano de 1999, parte do abastecimento de água de São Luiz de Montes Belos fez-se através de caminhões-pipa, utilizando água proveniente do vizinho município de Firminópolis. De acordo com um engenheiro agrônomo da EMATER, Sr. José Francisco Pinto Filho, a redução nos mananciais hídricos enfrentado em São Luiz de Montes Belos e adjacências pode, a médio prazo, vir a ser um sério problema para a expansão do parque industrial instalado no município, pois mesmo a perfuração de novos poços artesianos está proibida no município, por determinação do Ministério Público.

As características gerais da organização atual do espaço circunscrito a área em estudo, vinculam-se, de uma maneira geral, ao processo histórico de estruturação/reestruturação desse espaço, onde destaca-se a ação do Estado no sentido de viabilizar, inicialmente, a expansão das frentes pioneiras de ocupação através da implantação da infra-estrutura de comunicação, com a abertura da rodovia GO-3, iniciada em fins da década de 1940.

Diante disto, neste item busca-se compreender algumas das transformações que se processaram na área em estudo a partir a implantação da referida rodovia, tendo como base de análise sua estruturação econômica, assentada na atividade agropecuária.

O entendimento das transformações deve partir do pressuposto que a área em estudo constituía-se na década de 1950, e mesmo de 1960, em uma área pioneira, onde o modelo de conquista e ocupação do espaço foi marcado por uma acentuada ruralização. Diante disto considera-se válido partir das transformações ocorridas nestas formas espaciais, ao mesmo tempo função, as unidades produtivas (estabelecimentos rurais, as fazendas).

#### **4.1 – Estrutura Fundiária**

A existência de terras férteis e relativamente abundantes, porque destituídas de donos, foi importante fator a nortear o movimento de ocupação espacial da área em estudo no decênio de 1950, claramente impulsionado pela abertura da rodovia GO-3. A partir da análise da tabela 06 (Estrutura Fundiária por Grupos de Área nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996), Conforme IBGE), constata-se que neste período (década de 1950) ocorreu, de forma acentuada, a ocupação e apropriação destas terras em função da regularização fundiária promovida pelo Estado, por meio de alguns loteamentos e, fato comum, do apossamento puro e simples de terras devolutas – conforme se pode detectar nas entrevistas, através de trabalhos efetuados por outros autores em determinados municípios<sup>279</sup>, e em visitas a área. Tendo por parâmetro a superfície total ocupada em 1980, no ano de 1960 um percentual

---

279 – RAMALHO (1986), GOMES (1997), Deuzair José da SILVA (1997), OLANDA (2001).

superior a 72% da área em estudo haviam sido apropriadas, isso sem considerar as superfícies dos municípios de Santa Bárbara de Goiás e Sanclerlândia, criados apenas em 1963. Em termos percentuais houve, no período 1950-1960, um incremento de 115,86% na incorporação de áreas novas e de 80,98% no número de estabelecimento rurais. Ressalta-se que a análise dos dados censitários referentes ao ano de 1950 para o conjunto da área em estudo torna-se prejudicada em razão de não agregar informações de parte considerável dos municípios que a compõe, criados apenas no decurso da década<sup>280</sup>. Todavia, a análise pode ser realizada por intermédio da comparação entre as unidades administrativas existentes em 1950, e a agregação daquelas criadas no transcurso do decênio a partir de seu desmembramento<sup>281</sup>. Em Anicuns, no período 1950-1960, o acréscimo de área foi da ordem de 12,4%, enquanto o número de estabelecimentos elevou-se em 26,3%; neste subespaço, onde a apropriação efetiva das terras pôs-se em curso nas décadas anteriores a 1950, os dados apontam para seu fracionamento, realizado sobretudo através da venda de parcelas de antigas propriedades, como indicou FRANÇA (1985). Também nos municípios de Nazário e Firminópolis, alcançados pela frente pioneiras na década de 1940, a incorporação de novas áreas foi pouco significativa.

Nas extensões localizadas mais a oeste, onde ainda haviam muitas terras "abertas", a incorporação de novas áreas foi mais acentuada. Em Aurilândia a área ocupada pelos estabelecimentos rurais foi acrescida em 31,9%, enquanto o seu número elevou-se em 29,2%. Em Iporá esses valores percentuais foram, respectivamente, de 32,0% e 38,0%. A seu turno, em Baliza, subespaço marginal ao rio Araguaia, onde predominavam formações savanícolas e que apresentava condições de acesso ainda frágeis, não foi registrada elevação no tocante a área ou ao número de estabelecimentos rurais. Estes dados deixam entrever que o movimento de incorporação de terras, no conjunto da área em estudo,

280 - Como pode ser visto na figura 06, em 1950 não faziam parte da área em estudo a superfície correspondente aos municípios de São Luiz de Montes Belos, Córrego do Ouro, Fazenda Nova, Diorama e Sanclerlândia, então pertencentes ao município de Goiás; Santa Bárbara de Goiás, que fazia parte de Trindade; Piranhas e Arenópolis, que faziam parte de Caipônia.

281 - Dessa forma, para o ano de 1960 em relação a Anicuns foram agrupados os dados de Anicuns e Turvânia; para Aurilândia, foram agrupados os dados de Aurilândia, Moiporá, Cachoeira de Goiás e Ivólândia; para Iporá, agrupados Israelândia, Jaupaci e Ivólândia, além de Iporá; e para Baliza, agrupados Baliza, Aragarças, e Bom Jardim de Goiás.

materializou-se no sentido leste-oeste, espalhando-se a partir do eixo dinâmico do Estado em direção ao rio Araguaia.

Entre 1960 e 1970 observa-se, para o conjunto em área em estudo, um incremento de 20,9% na incorporação de novas terras e de 40,61% em relação ao número de estabelecimentos. Estas informações apontam, por um lado, para a concretização do processo de fechamento das terras, pois 87,73% da área em estudo estavam apropriadas no ano de 1970; por outro lado, indicam um fracionamento das propriedades. Alguns municípios apresentaram um percentual de terras incorporadas ao processo produtivo bem superior a este padrão, casos de Cachoeira de Goiás (128,92%), Baliza (91,21%) e Bom Jardim de Goiás (150,28%). Nestes, a apropriação das terras veio acompanhada da formação de grandes latifúndios (com mais de 5.000 hectares), e apenas em Baliza houve uma ligeira diminuição na área média dos estabelecimentos rurais<sup>282</sup>. Os dados constantes na tabela 06 - Estrutura Fundiária por Grupos de Área nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996), Conforme IBGE - permitem vislumbrar esta afirmação: houve elevação no número e na área ocupada pelos grandes estabelecimentos (com mais de 1000 hectares). Esta concentração pode ser entendida a partir do índice de Gini (Tabela 20)<sup>283</sup>, que revela, entre 1960 e 1970, uma elevação na concentração da distribuição de terras, exceção feita a Baliza. Também em Moiporá e Ivolândia, municípios em que a incorporação de novas terras fez-se de forma menos intensa, houve o surgimento de grandes fazendas. Segundo informações levantadas nestas cinco cidades, o surgimento dos grandes estabelecimentos coincide com a chegada de novos fazendeiros, pecuaristas, oriundos de São Paulo, Minas Gerais e de outras porções de Goiás. Todavia, não foi possível apreender sob quais condições tiveram acesso a estas terras.

282 - Em Baliza, no ano de 1960 a área média dos estabelecimentos rurais situou-se em 469,37 hectares, decaindo para 437,93 em 1970. Para Bom Jardim de Goiás estes valores foram de 536,9 hectares, em 1960, e 727,12 hectares, em 1970. Enquanto em Cachoeira de Goiás nos anos de 1960 e 1970 foram, respectivamente, de 327,54 e 401,0 hectares.

283 - Obtido por meio da adição do percentual das áreas acumuladas em sentidos distintos e multiplicado pelo percentual de propriedades de cada classe. Há de se ressaltar que, conforme observação constante na tabela 20 (Índice de Gini nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1998)), os índices referentes aos anos de 1992 e 1998 foram calculados com base nos dados cadastrais do INCRA (1999a, 1999b), enquanto para o cálculo dos índices dos demais períodos utilizou-se as informações censitárias do IBGE (1956a, 1961a, 1974b, 1979,

Em situação oposta, determinados municípios apresentaram um decréscimo na área ocupada. Aragarças teve sua superfície territorial reduzida, face a redefinição de limites municipais com Bom Jardim de Goiás. Diorama sofreu desmembramento de área, com a criação do município de Montes Claros de Goiás. Quanto a Israelândia, na falta de informações mais consistentes, aventa-se a hipótese da ocorrência de questões referentes a definições de limites municipais, pois se houve uma diminuição de 7663 hectares no período de 1960-1970, no período 1970-1975 sua superfície foi elevada em 116,2%.

O processo de retalhamento das terras foi sentido com mais intensidade na fração leste, nos espaços originalmente cobertos por matas e alcançados pela frente pioneira a partir da década de 1940: Anicuns, Turvânia, Firminópolis, São Luiz de Montes Belos, Córrego do Ouro, Aurilândia. Ainda dispondo, na década de 1960, de manchas de solos férteis, sob os quais afluíram pequenos agricultores, em Piranhas este fenômeno promoveu a redução da área média dos estabelecimentos rurais, bastante elevada, de 783,89 hectares em 1960, para 450,99 hectares em 1970. Ao se analisarem os dados da estrutura fundiária por grupos de área (tabela 06), percebe-se um grande incremento no número de pequenos estabelecimentos (com menos de 100 hectares) entre 1960 e 1970. Três motivos, conjuntamente, podem justificar este processo: a partilha, por herança, de propriedades constituídas nas décadas anteriores; a venda de partes das fazendas, motivada pela valorização das terras em decorrência da melhoria no sistema de comunicação, ocasionada pela abertura de diversas estradas; e a regularização fundiária de loteamentos e apossamentos já existentes.

Não obstante tenha se configurado enquanto zona pioneira, especialmente na década de 1950, tendo atraído um grande movimento de migrantes, em sua maioria pequenos agricultores, parte dos quais tornou-se pequenos proprietários rurais, a estrutura fundiária delineada ao longo das décadas de 1950 e 1960, no conjunto da área em estudo, vista na tabela 06, registra, em relação a área total ocupada, uma expressiva presença de grandes

---

1984b, 1991, 1998), não sendo possível, pois, uma comparação precisa entre os dados gerados a partir dessas fontes distintas.

propriedades e latifúndios<sup>284</sup>. Percebe-se uma estrutura fundiária espacialmente diferenciada em relação ao tamanho dos estabelecimentos: nas extensões anteriormente associadas à presença de matas, onde a agricultura era mais expressiva, há um predomínio de numérico de pequenos estabelecimentos (com menos de 100 hectares); e embora estes não detenham a primazia da área ocupada, a concentração fundiária é menor na maioria dos municípios. Nas extensões localizadas a oeste (Baliza, Bom Jardim de Goiás, Aragarças, Piranhas, Diorama) e/ou associadas presença de cerrado e ao predomínio da atividade pecuária (Cachoeira de Goiás, Ivolândia), há uma supremacia dos médios estabelecimentos (com dimensões situadas entre 100 e menos de 1000 hectares) e grandes estabelecimentos, e a concentração fundiária é mais elevada.

Na década de 1970 a dinâmica de ocupação espacial da área em estudo sofreu algumas alterações, decorrentes de transformações técnico produtivas levadas a efeito sob a égide do governo federal. Tendo por perspectiva intensificar as atividades produtivas, através de formas de produção mais capitalistas, tais alterações refletiram-se no reforço da concentração fundiária. Acompanhando os dados disponibilizados na tabela 06 nota-se que, no decurso do decênio de 1970, o número de estabelecimentos rurais praticamente estagnou-se, enquanto as taxas de incremento de área declinaram, principalmente após 1975; na mesma linha de raciocínio, houve um decréscimo na quantidade de pequenos estabelecimentos e na área ocupada por estes e, em sentido inverso, uma elevação no número e na área ocupada pelos médios e, sobretudo, grandes estabelecimentos (16,25% e 27,24% de acréscimo no número e na área incorporada pelos mesmos).

Em Aragarças, Baliza e Israelândia verificaram-se no decênio de 1970 expressivos percentuais no que diz respeito a área incorporada, sendo fenômeno comum a todos estes municípios o surgimento de grandes fazendas. Revelando um aumento de 127% na área dos estabelecimentos e de 53% no seu número, Aragarças representa um exemplo de *"unidades nas quais a evolução técnico-*

---

284 - Há de se perguntar a razão da presença de grandes estabelecimentos rurais nos subespaços onde foi intenso o afluxo de pequenos agricultores, como nas terras coberta por "mato grosso". A existência de grandes latifúndios, anteriormente à deflagração da frente pioneira viabilizada pela abertura do eixo viário é, com certeza, uma resposta. Por outro lado, com a deflagração da frente pioneira, e o virtual fechamento das terras, muitos agricultores tinham

*produtiva registrada nos anos 70 exarcebou a monopolização das terras por parte dos grandes estabelecimentos*<sup>285</sup>, o que pode ser visto, também, a partir da análise do índice de Gini (tabela 20) para os anos de 1970, 1975 e 1980. Neste município o acréscimo de área deu-se através da formação de grandes estabelecimentos, sendo que em 1980 apenas uma propriedade, com 12500 hectares, representava a quarta parte da área total dos estabelecimentos.

Em Baliza houve um incremento de 105% na área e uma redução de 19% na quantidade de estabelecimentos, trazendo, a reboque, uma extraordinária elevação na área dos grandes estabelecimentos (242,65%) entre os anos de 1970 e 1980 e, conseqüentemente, uma grande concentração na distribuição das terras, como pode ser avaliado pelo índice de Gini, que salta de 0,55 para 0,78 no período (tabela 20). Constatou-se, a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE (1979), que em 1975 a área média dos estabelecimentos rurais era de 1098,69 hectares<sup>286</sup> -- sendo que apenas um estabelecimento perfazia 59.687 hectares. Conforme informações levantadas localmente, algumas das grandes propriedades formadas neste período pertencem a grandes empresários que residem nos Estados de São Paulo e Minas Gerais e, pelo menos uma dessas fazendas, denominada Bandeirante, pertence a uma empresa agropecuária. Em verdade, esses grandes proprietários não são basicamente fazendeiros, mas investidores, interessados mais em capital imobiliário do que na criação de gado de corte -- atividade comumente desenvolvida<sup>287</sup>. Uma das razões para a entrada de especuladores foi dada por uma pessoa nascida na cidade: *"terras baratas. O preço. No caso você vende um metro quadrado em uma terra de Minas, cê compra alqueires de terras aqui. Isso que atraiu"*<sup>288</sup>. A análise da figura 13 (Área de Influência da Rodovia GO-060: Preço Médio do Hectare -- 1980) corrobora este

---

acesso a terra apenas na condição de agregados (meeiros e arrendatários), e não a sua posse jurídica.

285 - MESQUITA (1989:161).

286 - A título de comparação, a área média dos estabelecimentos rurais do Estado de Goiás no mesmo período era de 280,89 hectares.

287 - A análise da tabela 03, referente a utilização das terras, corrobora tal afirmação sobre a atividade especulativa, pois em Baliza, no ano de 1975, cerca de 46,42% de toda área dos estabelecimentos rurais do município era constituída por terras produtivas não utilizadas. Nos anos seguintes essa proporção manteve-se bem elevada: 41,96% em 1980 e 24,75% em 1985. Também em Aragarças o percentual de terras produtivas não utilizadas era expressivo, sendo de 53,76% em 1970 e 29,71% em 1980.

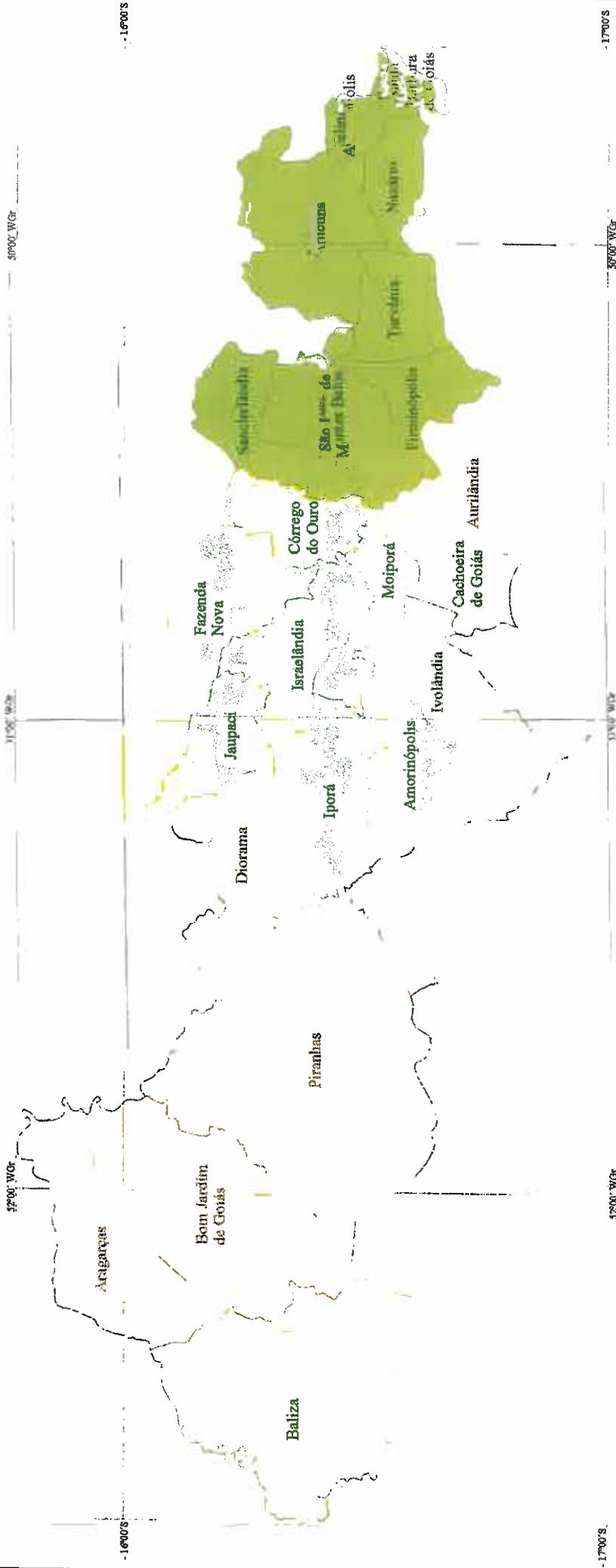
288 - Ismail Batista da Silva, 32 anos, vereador e presidente da Câmara Municipal de Baliza. Entrevista realizada em 18 de novembro de 1999.

depoimento. Como pode-se notar, os valores venais por hectare das terras em Baliza eram os menores, dentre os valores praticados em todo o conjunto da área em estudo. Apenas no município de Cachoeira de Goiás, onde as condições de solo e relevo não são propícias às práticas agrícolas, o preço médio do hectare possuía valores equivalentes aos praticados em Baliza. Pode-se ainda observar que o valor da terra é maior na porção oriental da área em estudo, provavelmente em decorrência da qualidade do solo e da proximidade ao eixo dinâmico do Estado de Goiás, decrescendo à medida em que se avança em direção ao Estado de Mato Grosso.

Em Israelândia o acréscimo na área dos estabelecimentos foi da ordem de 69,57% entre os anos 1970 e 1980; quanto ao seu número houve um decréscimo (-15,31%). Nesse processo o maior acréscimo de área deu-se nos grandes estabelecimentos que, somente no período 1970-1975, ampliaram-se em 555,92%.

Excetuando-se Aragarças, Baliza e Israelândia, para os demais municípios, de uma forma geral, as taxas de incremento da área dos estabelecimentos na década de 1970 se revelaram bastante baixas; e em alguns municípios foram negativas: Anicuns (-1,62%), Nazário (-12,9%), Sanclerlândia (-4,71%) e Santa Bárbara de Goiás (-8,3%). Um traço marcante da organização fundiária na década de 1970 foi a redução, em número e área, dos estabelecimentos pequenos, revelando condições adversas a sua manutenção. O processo de tecnificação do campo, iniciado em fins da década de 1960 e que consolida-se na década de 1970, levou os pequenos produtores a perderem competitividade, devido à concorrência com a produção agropecuária tecnificada, cuja implementação deu-se mediante o crédito rural subsidiado, ao qual os pequenos produtores, via de regra, não tinham acesso. A lavoura de característica artesanal – por vezes financiada pelo capital mercantil – não gerou produtividade suficiente para sua manutenção no mercado. Por consequência crescia o endividamento dos pequenos e a solução para muitos foi desfazerem-se da propriedade para pagar as dívidas e assalariarem-se. Outros caminhos comumente seguidos foram a venda das propriedades e a migração para centros urbanos ou a compra de propriedades maiores em Mato Grosso, Rondônia, ou Pará, locais em que o acesso a terra, pelo seu valor, era mais fácil.

# ÁREA DE INFLUÊNCIA DA RODOVIA GO-060: PREÇO MÉDIO DO HECTARE - 1980



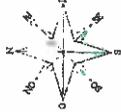
## CONVENÇÕES

Valor dos bens em terra/área dos estabelecimentos (CR\$/hectare)

- 532 - 6.556
- 6.516 - 14.978
- 15.095 - 25.866
- 26.200 - 49.599
- 50.642 - 230.933

## OBSERVAÇÃO:

As áreas com valor venal de CR\$ 532 a CR\$ 6.556 aparecem apenas como referência neste mapa, pois no ano de 1980 estes valores não eram praticados em nenhum dos municípios que fazem parte da área em estudo.



## PROJEÇÃO POLICÔNICA



## ESCALA GRÁFICA

## FONTES:

MESQUITA, Olíndina Viana. *Agricultura. In: Geografia do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 268 p. p. 167. v. 1;*  
 GOIÁS. Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DER-GO), 1999. *Mapa Rodoviário Estadual 1999. Esc. 1:1.000.000.*

## ORGANIZAÇÃO:

Rodrigo Borges.

## ELABORAÇÃO DIGITAL:

Leonardo Sabino.

## LOCAL / DATA:

Goiânia / julho de 2001.

Figura 13 - Área de Influência da Rodovia GO-060: Preço Médio do Hectare - 1980

Em Anicuns, Turvânia e Avelinópolis a venda de terras por pequenos fazendeiros que se instalaram na época da frente pioneira efetivou-se a grandes proprietários, já instalados no município e, segundo informaram KELLER & MAGNANINI (*op.cit.*), também a fazendeiros oriundos do Sudeste do país – geralmente de áreas vizinhas ao sul de Goiás, como a Mata do Corda e o Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais, e a zona da Alta Mogiana, em São Paulo – que passaram a afluir desde o final da década de 1960.

Em Fazenda Nova, conforme apontou Deuzair da SILVA (1997), houve uma elevação na superfície dos estabelecimentos das propriedades de tamanho médio-grande (500-1000 hectares), as custas, principalmente, da compra de pequenas áreas de antigos roceiros (propriedades com até 50 hectares)<sup>289</sup>.

Em verdade, a incorporação de pequenos estabelecimentos por fazendas de porte médio (com tamanho entre 100-1000 hectares) parece não ter sido uma especificidade ocorrida em Fazenda Nova pois, excetuando-se as unidades administrativas cujo processo de ocupação deu margem a formação de latifúndios - Israelândia, Cachoeira de Goiás, Baliza, Bom Jardim de Goiás, Piranhas e Aragarças - nos anos de 1970 os estabelecimentos rurais médios ampliaram sua supremacia em relação a área total ocupada<sup>290</sup>.

Ao que tudo indica a área em estudo oferecia possibilidades de ganhos, especulativos ou não, o que pode ser indicado pela entrada de fazendeiros de outras regiões de Goiás, ou mesmo de outros Estados. Informações colhidas em municípios como Moiporá, Ivólândia, Bom Jardim de Goiás e Piranhas<sup>291</sup> deram conta de que, na década de 1970 e no início de 1980, fazendeiros oriundos de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul (em Ivólândia e Piranhas) tornaram-se proprietários de grandes estabelecimentos rurais, em sua maior parte direcionados a pecuária de corte.

---

289 - De acordo com DUARTE (1989) em municípios da antiga área do "Mato Grosso de Goiás", onde as terras não são tão valorizadas, como nas áreas de cerrado e de agricultura mecanizada, caso de Fazenda Nova, ocorreram transformações na estrutura fundiária local, com o processo de aglutinação das propriedades.

290 - A título de esclarecimento: não obstante os grandes estabelecimentos tenham apresentado os maiores índices percentuais de incremento de área ocupada no conjunto da área em estudo durante a década de 1970, em termos absolutos a hegemonia pertence aos estabelecimentos de médio porte.

291 - O fato de ter sediado uma das bases do POLOCENTRO concorreu de forma decisiva para o afluxo, no decurso do período de vigência do Programa, de grandes fazendeiros – e, segundo

Segundo informações coletadas em Avelinópolis e Fazenda Nova, com a diminuição do ritmo da atividade agrícola, o que se deu no início da década de 1980, pequenos produtores venderam suas terras para criadores de gado. Contudo, apesar do processo de concentração das propriedades posto em curso na década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980 – sentido através do contato com moradores da área em estudo e acusado através da análise dos dados censitários – o número elevado de pequenas propriedades continua sendo marcante na área em estudo, principalmente nas unidades territoriais relacionadas ao antigo “Mato Grosso de Goiás”, alcançado pela frente pioneira nas décadas de 1940 e 1950.

Na sua maior parte, os municípios apresentam taxas de incremento de área negativas (-2,63%) para o conjunto da área. Quanto às taxas de incremento do número de estabelecimento, estas revelaram-se positivas em quase todos os municípios (cerca de 7,69% para o conjunto da área).

Com base nas informações do IBGE (1998) referentes ao ano de 1996, percebe-se que apenas os estabelecimentos pequenos ampliaram-se em número, elevando-se ainda em relação à proporção da área ocupada. É interessante notar que, dado o expressivo aumento no seu número (cerca de 24%, desde 1980), a área média dos estabelecimentos rurais vem decrescendo paulatinamente, passando de 240,3 hectares em 1980 para 168,16 hectares em 1996. A explicação comumente apontada, em depoimentos colhidos na área em estudo, para a acentuada divisão das pequenas, e mesmo de algumas das médias propriedades (com até 200 hectares), foi a partilha por herança – excetuando-se alguns casos decorrentes de venda de parcelas por necessidade financeira. É na fração ocidental da área em estudo, antigo domínio de “mato grosso”, que os estabelecimentos pequenos são mais expressivos. Em alguns municípios ocupam áreas superiores aos grandes estabelecimentos: São Luiz de Montes Belos, Anicuns, Avelinópolis, Córrego do Ouro, Firminópolis, Iporá, Sanclerlândia. E mesmo nas unidades administrativas localizadas nas extremidade ocidental da área em estudo, tradicionalmente marcadas pelo latifúndio, como Baliza e Bom

---

informações coletadas na cidade, também de especuladores – interessados na obtenção de recursos subsidiados para investimento.

Jardim de Goiás, houve expressiva elevação no número de pequenos proprietários<sup>292</sup>.

No tocante aos grandes estabelecimentos, na quase totalidade dos municípios apresentaram redução em relação a área ocupada no período 1985-1996, exceção feita a Nazário e Baliza. Neste último, onde parece que a fronteira não se fechou, a ampliação guarda vínculo com uma incorporação, recente, de expressiva área.

Contendo os mais recentes dados acerca da estrutura fundiária da área em estudo, referentes ao ano de 1998 e obtidos por intermédio dos dados cadastrais do INCRA (1999b), a tabela 07 permite evidenciar o quadro de concentração fundiária em municípios como Nazário, Bom Jardim de Goiás e Baliza, sentido também por intermédio da análise do índice de Gini para o mesmo período (tabela 20). É interessante notar que embora no município de Nazário, localizado na porção leste da área em estudo, haja a concentração da terra em um número pequeno de proprietários, os imóveis rurais considerados pequenos (com área menor ou igual a 100 hectares) guardam uma certa expressão em termos de número e área ocupada. Por outro lado, em Bom Jardim de Goiás e, principalmente, em Baliza o número de grandes imóveis (com área igual ou maior a 1000 hectares) é expressivo<sup>293</sup>.

No tocante à pequena propriedade, a tabela 07 referenda sua concentração nos municípios localizados na porção ocidental da área de influência da rodovia GO-060.

Ao agregar-se a essa análise as informações ocorridas no período 1992-1998, obtidas por intermédio das tabela 07 (Estrutura Fundiária por Grupos de Área nos Municípios da Área de Influência da GO-060 e no Estado de Goiás (1992 e 1998), conforme INCRA) e 20 (Índice de Gini nos Municípios da Área da

---

292 - É possível que a elevação no número de pequenos estabelecimentos nestes municípios tenha vínculo com a criação de assentamentos rurais pelo INCRA na segunda metade da década de 1990. Todavia não pôde-se dispor de maiores informações acerca desses assentamentos. Também no município de Fazenda Nova foram implementados assentamentos rurais na década de 1990.

293 - Além de concentrar o maior número de grandes imóveis é no extremo ocidental da área em estudo que encontram-se os maiores latifúndios. Somados, os municípios de Bom Jardim de Goiás, Baliza, Aragarças, Arenópolis e Piranhas possuem 56,12% dos imóveis com área igual ou superior a 1000 hectares da área em estudo; e, conforme dados do INCRA (1999b), é em Baliza que localiza-se o maior latifúndio: 46.595,6 hectares, ou seja, 27,32 % da área total de todos os imóveis do município.

GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1998)) pode-se perceber que na porção ocidental da área em estudo, a elevação na área total incorporada pelos imóveis rurais, faz-se acompanhar de ligeiro processo concentração fundiária<sup>294</sup>.

Concluindo a análise das transformações na estrutura fundiária pode-se afirmar que, ao longo do período analisado, a ocupação efetivou-se de leste para oeste. Cristalizando no espaço formas herdadas do passado, na porção ocidental, ocupada pela frente pioneira nas décadas de 1940 e 1950, forjou-se a existência da pequena propriedade, ao lado de grandes fazendas, anteriormente existentes. No extremo oeste, a apropriação, mais recente, fez-se predominantemente na forma do latifúndio.

#### 4.2 – Utilização das Terras

A observação da tabela 03, que versa sobre a utilização das terras, fornece-nos algumas indicações sobre traços gerais da ocupação espacial posterior à implantação do eixo viário da GO-060.

Tomando como ponto de partida os dados referentes ao Censo de 1950 do IBGE (1956a), é possível perceber que a quarta parte da área em estudo era coberta de florestas, considerando apenas as unidades municipais existentes e a área total incorporada aos estabelecimentos rurais. Importante fator de atração para levas de pioneiros que afluíram para a área em estudo com a implantação da rodovia, é de se supor que em 1950 havia um estoque percentual bem maior de matas e florestas, levando também em conta as prováveis deficiências da coleta censitária. Por outro lado, ao agregar a área ocupada por florestas naturais e pastagens naturais (que equivaleriam a áreas cobertas por vegetação nativa do cerrado), chega-se a um percentual próximo a 50% da cobertura vegetal nativa preservada nos estabelecimentos rurais. Outro fato a destacar é que em Nazário, Anicuns e Firminópolis, onde a frente pioneira já

---

294 - Especula-se que, em certa medida, o substancial incremento no número e na área total dos imóveis rurais registrada em grande parte dos municípios que fazem parte da área de influência da rodovia GO-060 no período 1992-1998 guarda relação com a inclusão, em 1998, de imóveis existentes em 1992 e não cadastrados pelo INCRA naquele momento; este fato provavelmente ocorreu em diversos pontos do Estado de Goiás – que, como pode ser visto na tabela 07, registrou

havia instalado-se em fins da década de 1940, a área percentual ocupada pelas lavouras e pastagens plantadas<sup>295</sup> era mais expressiva.

Os dados de 1960, referentes às transformações ocorridas no transcurso dos anos 1950, deixam entrever que a ocupação agrícola guiou-se sobretudo pelas áreas de mata, pois ocorreu uma diminuição percentual nos estoques florestais dos municípios existentes em 1950.

A despeito do aumento da superfície total dos estabelecimentos rurais ocorrido nos decênios subsequentes, registrou-se uma contundente retração, em termos absolutos e percentuais, dos espaços ocupados por matas e florestas, a ponto destas representarem apenas 5,68% da área dos estabelecimentos rurais no conjunto da área em estudo no ano de 1980. A justificativa para a expressiva elevação da superfície ocupada por florestas nativas no período 1985-1996 (cerca de 74,28%) fundamenta-se na observação de maior rigor legal em relação a obrigatoriedade da manutenção de reserva florestal nos estabelecimentos rurais.

Ao longo do período enfocado, as pastagens, naturais e plantadas, ocuparam a maior parte da área dos estabelecimentos. Os dados evolutivos (1950-1996) demonstraram que no decurso deste período a área destinada às pastagens ampliou-se continuamente, tendo verificado-se apenas uma ligeira retração no ano de 1980, quando a atividade agrícola atinge seu auge em relação ao espaço ocupado. Assim, em 1950 42,92% da superfície dos estabelecimentos rurais da área em estudo era destinada a pastagens; em 1960 essa taxa havia passado para 67,76%, chegando a 74,4% em 1975. Em 1996 quatro quintos da área em estudo eram apropriados por pastagens.

A exemplo das pastagens, as lavouras, permanentes e temporárias, apresentaram expansão contínua, tomando, como já foi visto anteriormente, um espaço ocupado originalmente por matas e por cerrado. Em 1950 as lavouras somavam 4,15% da superfície geográfica da área em estudo, percentual que elevou-se para 5,98% em 1970, ascendendo para 9,21% no ano de 1980. Ressalta-se que a ocupação agrícola não se fez de maneira homogênea na área em estudo, tendo sido mais expressiva, em 1980, na porção oriental, em

---

em apenas seis anos uma elevação de aproximadamente 20% no número de imóveis rurais e de 27% na sua área.

295 - Como já explicado anteriormente, em razão das técnicas de exploração agrícolas predatórias, com o esgotamento do solo as áreas agrícola eram transformadas em pastagens.

municípios como Anicuns, Turvânia e Avelinópolis; e ténue no extremo ocidental, nos municípios de Aragarças e Baliza. A área agrícola declina sensivelmente após 1985, representando apenas 3,12% da área dos estabelecimentos rurais em 1996.

### 4.3 - Agricultura

Tendo por base a área dos estabelecimentos ocupada por lavoura, vista na tabela 03, e os dados referentes aos produtos agrícolas tradicionais, como o arroz, milho e feijão (contidos nas tabelas 12, 13 e 14), reafirma-se a hegemonia, em termos de área cultivada, de tais culturas ao longo do processo de ocupação da área em estudo. Dentre todos os produtos cultivados o arroz desempenhou um papel mais destacado, pois exerceu um papel pioneiro, inicialmente na abertura de terras nas áreas cobertas por matas e cerrado, e posteriormente na transformação de cerrados em pastagens artificiais.

Nas décadas de 1950 e 1960, de uma maneira geral, a atividade agrícola desenvolvia-se sob duas ordens de flutuações, a dos preços de mercado e a dos eventuais desequilíbrios climáticos. Utilizando baixo nível técnico, o processo de trabalho pautava-se na relação homem-terra, correspondente a utilização extensiva do solo, e aplicação intensiva da força de trabalho<sup>296</sup>, através de formas de produção em pequena escala. Em 1950, num total de 3.199 estabelecimentos que detinham plantações, 96,94% eram constituídos por lavouras cujas dimensões eram inferiores a 20 hectares; em 1970, do total de estabelecimentos que detinham lavouras, em cerca de 72,37%, estas não excediam 10 hectares – vide tabela 16 (Área de Influência da Rodovia GO-060: Grupos de Área de Lavoura (1950-1996)).

Outra fonte que corrobora a afirmação da predominância de lavouras de pequenas proporções são as folhas topográficas na escala 1:100.000 do IBGE e do DSG. Retratando uma realidade dos anos de 1965 e 1966, através dessas folhas percebe-se uma infinidade de áreas cultivadas de pequenas dimensões, concentradas espacialmente na fração oriental da área em estudo, que não

---

296 - FRANÇA (1985).

podem ser observadas no Mapa de Utilização da Terra – 1966 (figura 07), retraçado a partir de folhas topográficas na escala 1:250.000.

A importância da atividade neste período, décadas de 1950 e 1960, pode ser aferida pela quantidade de estabelecimentos que tinham a agropecuária como atividade principal em 1960<sup>297</sup> (tabela 11 - Classes de Atividade Econômica nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996)).

O crescimento da área cultivada nos decênios de 1950 e 1960 esteve vinculado a conquista de novas terras para a agricultura nas áreas de mata e nos fundos de vale e a possibilidade de escoamento da produção, facultada pela melhoria geral das vias de circulação verificada no Estado de Goiás. Em 1950 as lavouras temporárias eram responsáveis por uma área de 23.484 hectares no conjunto da área em estudo, da qual o arroz representava 47,17% como cultura simples. Em 1960 o percentual ocupado pela cultura rizícola em relação às lavouras temporárias registrou um decréscimo, passando a ser de 36,37%; enquanto que em 1970 representava 50,46% da área das lavouras temporárias<sup>298</sup>. Outro dado a indicar a difusão da cultura do arroz é a grande quantidade de estabelecimentos informantes da sua prática, como pode ser visto na tabela 12.

Depois do arroz, o produto com maior área cultivada foi o milho. Apesar da expressiva área plantada, o milho tinha uma utilização comercial menor que o arroz, sendo comumente vinculado ao abastecimento da população local e a engorda de suínos para a produção de carne e banha.

O feijão, produzido tradicionalmente através do sistema intercalado com o milho, da mesma maneira que os demais (milho e arroz), apresentava-se de forma disseminada em toda a área em estudo, na maioria das vezes em caráter de agricultura de subsistência. De qualquer forma, em 1970 o conjunto de municípios da área em estudo era responsável pela décima parte da produção e da área cultivada dessa leguminosa no Estado de Goiás.

---

297 - A título de esclarecimento, os dados de 1960 do Censo do IBGE (1961a) agruparam a agricultura na classe agropecuária.

298 - Para efeito de comparação, a área ocupada por lavouras temporárias no conjunto da área em estudo era de 48.826 hectares em 1960 e de 89.681 hectares em 1970, configurando uma elevação percentual de 83,66% no período 1960-1970. Nesse período a área ocupada pela cultura rizícola elevou-se 154,83%.

Outras culturas eram menos expressivas, em termos de área ocupada. Lavoura pouco exigente quanto ao solo e ao clima, a mandioca, tradicional produto de subsistência alimentar, tinha o cultivo, conduzido basicamente por pequenos produtores, difundido em todos os municípios da área em estudo (tabela 15). A produção de cana-de-açúcar era ínfima nas décadas de 1950 e 1960: os dados estatísticos do IBGE (1956a, 1961a) indicam que a superfície cultivada no conjunto da área em estudo perfazia apenas 165 hectares em 1970.

As lavouras permanentes eram constituídas predominantemente pelo café, que experimentou grande expansão na década de 1950 nos municípios situados na porção oriental da área em estudo, com destaque para Anicuns<sup>299</sup>, aproveitando-se das condições de fertilidade dos solos, da viabilização de possibilidades de exportação através da abertura do eixo viário da GO-3 (GO-060), do afluxo de migrantes oriundos do Sudeste do país (Minas Gerais e São Paulo), e dos preços obtidos pelo produto no mercado nacional. A principal causa da redução da área plantada ocorrida após 1960 foi a queda contínua no preço do produto<sup>300</sup>, desanimando os produtores, e tornando antieconômico os cuidados que a cultura exige.

Apesar da constante expansão de área ocorrida nas décadas de 1950 e 1960, predominaram processos de baixo nível tecnológico nas explorações agrícolas, utilizando formas arcaicas, quais sejam: *“o processo rotineiro da derrubada e queimada, a rotação de campos de cultivo, o uso predominante da enxada, o facão ou o “terçado”, o machado, a cavadeira e raramente a foice e a máquina plantadeira manual”*<sup>301</sup>. O maior rendimento agrícola de determinados municípios em relação a média do Estado de Goiás - vistos nas tabelas 12, 13, 14 e 15 -, como a expressiva produtividade do arroz em Sanclerlândia, derivava basicamente das condições naturais, principalmente da fertilidade dos solos. Como pode ser visualizado nas tabelas 17 e 18, nos anos de 1960 e 1970, o percentual de estabelecimentos que empregavam fertilizantes, ou utilizavam mecanização agrícola na área em estudo era inferior aos índices médios

299 - De acordo com os dados do IBGE (1956a, 1961a) as lavouras de café perfaziam uma superfície de 1.332 hectares cultivados em 1950 na área em estudo. Em 1960 a área cultivada elevou-se 359,16%, passando para 6.116 hectares, sendo que apenas Anicuns detinha a terça parte das lavouras de café, ou seja, 2040 hectares.

300 - Conforme VALVERDE e DIAS (1967). De acordo com informações do IBGE (1961a, 1974b), entre 1960 e 1970, as lavouras de café reduziram de 6.116 hectares para 222 hectares.

verificados no Estado de Goiás. Face ao baixo índice de mecanização agrícola reinante ao fim da década de 1960, era ainda relevante, no ano de 1970, o número de bovinos cuja finalidade era o trabalho (tabela 08 - Finalidade do Rebanho Bovino nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1970-1996)).

Na década de 1970, concomitantemente à manutenção do ritmo de expansão espacial, a atividade agrícola verificou transformações na base técnica de produção decorrentes da modernização do setor produtivo. A expansão registrada pela atividade agropecuária na área em estudo esteve intimamente atrelada a mecanismos gerais de crescimento da agricultura no decênio de 1970; a incentivos específicos à escala regional, embasados, antes de mais nada, na concessão de crédito subsidiado aos produtores rurais; e na criação de infraestrutura necessária a produção: assistência técnica rural, transporte, armazenagem, eletrificação.

Embora não se tenha tido acesso a informações quanto ao volume de crédito carreado para a atividade agropecuária no período, pode-se perceber, por intermédio da tabela 19, que na década de 1970 houve uma elevação percentual na quantidade de estabelecimentos rurais que obtiveram financiamento. Por outro lado, ao considerar que o crédito rural constituiu o principal mecanismo de estímulo a expansão da atividade agrária, fica patente o caráter seletivo dessa distribuição, uma vez que apenas um terço dos produtores da área em estudo recorreu ao financiamento bancário<sup>302</sup>.

A intervenção específica do governo federal na área em estudo, visando a "modernização" da organização produtiva, ocorreu por intermédio do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO, que teve no município de Piranhas uma de suas bases. Além de investimentos em infraestrutura produtiva, o Programa destinou vultosos recursos para crédito em

---

301 - STEFAN (1960:230).

302 - Há ainda de se considerar que algumas das condições impostas para obtenção de crédito rural favoreciam grandes produtores. Primeiramente a exigência da propriedade da terra, o que induziu a concentração fundiária. Em segundo lugar, a seleção de clientes em função de garantias apresentadas e/ou situação de liquidez dos mesmos. Um terceiro ponto foi uma exigência de condições para que os produtores operassem em alta escala. Por fim, a busca de otimização nas operações financeiras tendeu a financiar maiores tomadores de empréstimos. Assim, não obstante a maior parte dos contratos tenha sido obtida por pequenos produtores, a soma dos recursos concedidos a estes foi relativamente pequena (ESTEVAN, *op.cit.*).

investimentos agropecuários. Com base em dados disponibilizados pelo Banco do Brasil<sup>303</sup>, responsável por mais de 50% do agenciamento da aplicação dos recursos de crédito rural do POLOCENTRO<sup>304</sup>, sabe-se que a área de influência da rodovia GO-060 foi contemplada com cerca de 8,96% do total de contratos e 8,27% do montante de recursos destinados pelo Programa para investimento agropecuário no Estado de Goiás.

Foi no contexto dos incentivos creditícios à agropecuária que se processou a reestruturação técnica da agricultura em todo o Brasil. Dado o modelo agrícola adotado no país, o desenvolvimento tecnológico refletiu-se na intensificação do uso do trator<sup>305</sup>. Por intermédio da tabela 18, é possível notar que houve, no decurso da década de 1970, uma elevação constante no percentual de estabelecimentos que utilizavam tratores, passando de 2,71% no conjunto da área em 1970, a 6,5% em 1975, chegando a 11,87% em 1980. Outro aspecto interessante é que os valores relativos a 1975 e 1980 acompanharam a média geral do Estado de Goiás. Por outro lado, enquanto o incremento na quantidade de arados efetivou-se de forma disseminada em todos os municípios, o uso de colhedoiras (comumente associado à produção intensiva de grãos em grandes áreas) foi mais restrito, atingindo maior número de estabelecimentos em Piranhas.

Na tabela 17, pode-se notar que a difusão de insumos foi considerável, especialmente em relação a fertilizantes químicos: considerando o conjunto da área em estudo, entre 1970 e 1975 o percentual de estabelecimentos elevou-se de 2,42% para 24,45%, passando para 47,06% em 1980. Todavia, o uso de calcário (necessário a correção da acidez dos solos), foi bastante pequeno, sendo bem inferior ao índices registrados para o Estado de Goiás. Vale destacar o grande número de estabelecimentos que faziam uso de defensivos em todos os municípios que fazem parte da área em estudo<sup>306</sup>.

---

303 - Dados disponibilizados na agência central do Banco do Brasil, na cidade de Goiânia.

304 - Conforme BERTRAN (1988).

305 - O impacto desta variável é significativo, porque paralelamente a difusão acentuada da mecanização tem-se a viabilização do uso de implementos (arados, semeadeiras, colhedoiras), bem como o consumo sistematizado de insumos de origem industrial.

306 - Embora a grande difusão de defensivos entre os produtores rurais tenha ligação com a expansão da assistência técnica mantida pelo Estado, o principal veículo de divulgação foram os revendedores agropecuários e representantes comerciais de empresas industriais produtoras.

O cultivo de maior expansão em termos de superfície foi o do arroz, que teve a área plantada acrescida em 72,18% entre os anos de 1970 e 1980. Além do aumento da demanda interna pelo produto, a expansão da lavoura rizícola foi vinculada ao desenvolvimento de novas tecnologias para o uso agrícola dos solos dos cerrados, estando também atrelada a formação de pastagens<sup>307</sup>. A tabela 12 revela que, além dos tradicionais municípios produtores, a exemplo de Anicuns, a cultura do arroz apresentou grande expansão em municípios como Piranhas e Bom Jardim de Goiás, onde grandes áreas, outrora cobertas por cerrados, foram transformadas em pastagens artificiais. Outro fato a ser destacado é que o aumento da produção do arroz deu-se mais em função do acréscimo de área do que produtividade, apesar da maior generalização da mecanização agrícola no período<sup>308</sup>.

Não obstante tenha apresentado uma certa estabilidade em termos de área ocupada e produtividade, a cultura de feijão manteve sua importância no conjunto da área em estudo, responsável em 1975 por 13% de toda a produção do Estado de Goiás. O principal espaço produtor concentrou-se na face oriental da área em estudo, destacadamente nos municípios de Anicuns e São Luiz de Montes Belos (vide tabela 14).

O milho, dentre os principais produtos cultivados na área em estudo, foi o único que experimentou aumento efetivo de produtividade (vide tabela 13), acompanhando um comportamento vivenciado no Estado de Goiás na década de 1970, decorrente da incorporação de insumos modernos e sementes melhoradas. Assim, houve um incremento aproximado de 50% na produtividade, enquanto a área plantada elevou-se 32%; a seu turno, a produção quase que dobrou, ampliando-se 95%. A despeito da existência de cultivos comerciais, em menor escala mantiveram-se plantações destinadas à reprodução da unidade familiar de trabalho. Ressalta-se ainda que o milho também participou do sistema de renovação de pastagens em áreas de mata, a exemplo do arroz.

---

307 - Uma das técnicas usualmente empregadas na formação de pastagens, é a semeadura conjunta de sementes de capim e arroz em terreno preparado e adubado; colhido o arroz, a pastagem estará formada. Com a receita da venda do arroz, parte dos custos pode ser recuperado.

308 - Em parte, esse fenômeno se explica pelo fato de ser mais vantajoso para os fazendeiros a utilização de força de trabalho humano temporária para o plantio consorciado de pastagens e arroz, face aos baixos salários, do que a utilização da mecanização.

Em relação a mandioca (tabela 15), esta manteve seu caráter de cultura de subsistência. Se por um lado acusou ligeiro acréscimo na área cultivada entre 1970 e 1980, por outro houve uma redução na produção.

Refletindo a conjuntura econômica vivenciada pelo país nos primeiros anos da década de 1980, que significou, entre outros pontos, a redução nos subsídios ao crédito agrícola<sup>309</sup>, da qual se beneficiaram vários produtores rurais, especialmente aqueles de grande porte, a atividade agrícola experimentou, a partir de então, grande retração, cujo reflexo imediato foi a diminuição da área total cultivada entre 1980 e 1985. Entretanto, este processo fez-se de forma mais intensa a partir de meados da década de 1980: entre 1985 e 1996 a superfície ocupada por lavouras decaiu de 139.343 para 53.269 hectares, ou seja, reduziu-se em 61,77%.

No período 1980-1985 os principais produtos cultivados na área em estudo apresentaram retração em relação à superfície plantada, exceção feita ao milho, que superou o arroz no tocante a área ocupada. Sua expansão deveu-se a estímulos decorrentes do valor comercial do produto e de sua utilização na transformação industrial alimentar. Mesmo tendo registrado um grande decréscimo na área ocupada (-57,06) no período 1985-1996, o milho manteve sua primazia em relação à superfície plantada na área em estudo.

Comumente associado à formação ou renovação de pastagens, o cultivo do arroz manteve sua importância na primeira metade da década de 1980, a despeito de ter reduzido sua superfície em 38,05% no período. Posteriormente, além da redução das áreas virgens de cerrado, a cultura rízicola passou a enfrentar a concorrência do arroz irrigado produzido no Rio Grande do Sul, de maior aceitação comercial.

A cultura do feijão manteve o costumeiro nível de produção até 1985. Em decorrência de sua estrutura de produção – comumente conduzida por pequenos agricultores, em áreas marginalizadas e sob tecnologia rudimentar – as oscilações no volume de produção dessa oleaginosa evidenciaram quase que somente alterações de ordem natural (como clima e pragas) ao longo do período

---

309 - Conforme pode ser visto na tabela 19 o número de estabelecimentos que obtiveram financiamento reduz-se em 46,71% apenas no período 1980-1985.

enfocado. Subseqüentemente apresentou grande retração na área, espelhando um movimento ocorrido em todo o Estado de Goiás.

As culturas comerciais, como a da soja, desenvolvidas apenas em alguns municípios, como em Turvânia e Ivolândia, em pontos isolados, pouco ou nada representam, haja visto que em 1996 a superfície total plantada no conjunto da área em estudo foi de 1.463 hectares, ficando a produção em 2.397 toneladas<sup>310</sup>. Estimulada pela abertura de uma usina de álcool, a lavoura de cana-de-açúcar desenvolveu-se a partir da década de 1980 em Anicuns; em 1996 existiam 3.955 hectares cultivados no município<sup>311</sup>.

Entre os municípios pertencentes à área de influência da rodovia GO-060 apenas em Anicuns, tradicional área produtora, a agricultura ainda detêm uma certa expressão espacial em termos de superfície ocupada. Apesar do processo de modernização produtiva posto em curso no decênio de 1970, os índices de produtividade dos principais produtos agrícolas cultivados na área em estudo - apontados nas tabelas 12, 13, 14 e 15 - são baixos, sendo inferiores a produtividade média do Estado de Goiás. A análise das tabelas 17 e 18 deixa entrever o baixo nível tecnológico da atividade agrícola. Com base nos dados de 1996, os mais recentes, pode-se observar que o percentual de estabelecimentos que dispõem de tratores no conjunto da área em estudo, cerca de 14,22%, é inferior a média goiana que é de 22,81%<sup>312</sup>. Também em relação ao uso de fertilizantes e de calcário, o conjunto da área em estudo está em posição de inferioridade em relação a média estadual. Enquanto 53% dos estabelecimentos rurais do Estado de Goiás utilizam fertilizante, na área em estudo este percentual atinge 42,59%. Nota-se que apenas em Anicuns, Avelinópolis, Nazário, Turvânia e Santa Bárbara de Goiás os índices são superiores ao do Estado. A proporção de estabelecimentos que utilizavam calcário também é baixa, apenas 5,24%. O mesmo ocorre no tocante a conservação dos solos, prática efetivada por 12,16%

---

310 - De acordo com dados do Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE (1998).

311 - De acordo com dados do Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE (1998).

312 - A título de comparação, no município de Rio Verde, no Sudoeste Goiano, onde são elevados os índices de mecanização, o percentual de estabelecimentos que possuem tratores é de 44,69%. Individualmente, o município de Rio Verde possui mais tratores, arados e colhedeiros do que todo o conjunto de municípios da área de influência da rodovia GO-060. Conforme dados do IBGE (1998), em 1996 o número de tratores existentes em Rio Verde e no conjunto da área em estudo eram, respectivamente, 2.137 e 1.851 unidades; o número de arados, 1.466 e 1.383 unidades; e a quantidade de colhedeiros era de 509 e 108 unidades.

dos estabelecimentos, enquanto a média de Goiás é de 23,41%. Somente o uso de defensivos, por sinal bem elevado, é equivalente à média goiana.

A utilização de assistência técnica (tabela 10), que poderia viabilizar uma maior difusão tecnológica, atinge aproximadamente um quarto dos estabelecimentos rurais.

#### 4.4 – Pecuária

A atividade pecuária desempenhou importante papel ao longo do processo de ocupação da atual área de influência da rodovia GO-060. Autotransportável, o gado bovino configurava-se, muitas vezes, como a única alternativa econômica em áreas de difícil acesso. Durante o transcurso dos anos 1950 e 1960 a pecuária foi a principal modalidade econômica de apropriação das extensões cobertas por cerrado, especialmente concentradas na fração ocidental da área em estudo. Nas áreas originalmente cobertas por “mato grosso” a criação era comumente atividade posterior a agricultura: com o esgotamento dos solos as lavouras eram transformadas em pastagens; todavia, nas zonas em que as dificuldades de transporte inviabilizavam a produção agrícola, a floresta era imediatamente transformada em pastagens<sup>313</sup>. Mesmo nos períodos em que não representava a principal atividade econômica desenvolvida na área em estudo, a pecuária detinha a primazia em relação a apropriação do espaço; este fenômeno pode ser indicado pela área percentual dos estabelecimentos rurais ocupados com pastagens (vide tabela 03).

Nas zonas de vegetação savanícola, onde predominava a criação extensiva, assumiu inicialmente importância a utilização das pastagens naturais. Objetivando aumentar a capacidade de suporte alimentar do gado, bastante baixa, era relativamente comum a técnica do desbaste parcial do cerrado, com a derrubada das espécies arbóreas e a utilização do tapete graminóide, sendo também semeadas outras gramíneas, como o capim jaraguá (*Hyparrhenia rufa*) e

---

313 - A transformação de matas em pastagens devido a dificuldades de escoamento da produção agrícola foi observada por Speridião FAISSOL (1952) em Córrego do Ouro.

o capim gordura (*Melinis minutiflora*), em meio as já existentes<sup>314</sup>. No processo de formação de pastagens nas áreas de mata, explicado anteriormente, utilizava-se basicamente os capins jaraguá (*Hyparrhenia rufa*) e, em menor proporção, colonião (*Panicum maximum*). "A lotação no pasto de jaraguá se eleva a uma ou duas cabeças por unidade"<sup>315</sup>. Na estação chuvosa, onde o pasto já estava formado e se desejava renová-lo, virava-se a terra com o arado, cultivava-se arroz ou milho, e semeava-se novamente o capim jaraguá ou colonião ao fim de um ou dois anos.

O processo usualmente adotado para a limpeza e combate às pragas dos pastos era a queimada anual, realizada no início da estação chuvosa, tanto nos pastos naturais quanto nos pastos formados. Somente eram preservados da queima os pastos de capim gordura ou as áreas de cerrado por esse capim invadidas<sup>316</sup>.

Por volta de 1960, a atividade criatória, considerando o conjunto da área em estudo, representou, sob o ponto de vista técnico, uma fase de transição entre a criação extensiva tradicional<sup>317</sup> e formas modernas de caráter semi-extensivo (que eram desenvolvidos em parte das grandes fazendas localizadas nas áreas de mata). Predominavam, então, padrões produtivos com limitada incorporação de novas técnicas, sob dependência das condições naturais, especialmente as climáticas<sup>318</sup>.

314 - GOMES e TEIXEIRA NETO (1993:150-1) explicam que a retirada do estrato superior da vegetação é necessário pelo fato de ser "praticamente inútil como forragem. Quanto maior o espaçamento, menor é o número de árvores, com o aumento das espécies rasteiras, e maior benefício para a alimentação do gado".

315 - MESQUITA (1977:276).

316 - Também conhecido vulgarmente pelos nomes de meloso, catinga, melado e catingueiro, o capim meloso (*Melinis minutiflora*) é altamente susceptível a ação do fogo, degenerando após a queima.

317 - Para VIEIRA (1960), a adoção de certos requisitos de ordem técnica, como a subdivisão de pastagens, impedindo o rebanho de cruzamentos inconvenientes e maior acompanhamento do rebanho, possibilitaria caracterizar o sistema de criação como sistema extensivo melhorado. Embora por volta de 1960 o sistema extensivo tradicional ainda fosse desenvolvido na porção ocidental da área em estudo, com o virtual fechamento das terras ocorrido no transcurso dessa década, passou a vigorar o sistema extensivo melhorado.

318 - "O clima da Região Centro-Oeste, com estação seca bem definida, de março a outubro, impõe aos pecuaristas um certo manejo dos pastos, para garantia do suprimento alimentar dos rebanhos durante todo o ano. Em muitas áreas o gado utiliza o pasto bruto, constituído pelo Cerrado, durante a estação chuvosa, e os pastos formados de jaraguá, durante a estação seca. Entretanto, por ser o capim jaraguá sensível à acentuada estação seca, nela se tornando muito fibroso, alguns fazendeiros colocam o gado nos pastos de jaraguá durante a estação chuvosa e no Cerrado, melhorado com capim gordura, durante a época seca, na qual também é comum o aproveitamento da soca do arroz", (MESQUITA, 1977:277). De qualquer forma o fator climático é um

As fazendas situadas na zona de cerrado via de regra dedicavam-se a cria e recria do gado. Tal condição definia-se em função da menor capacidade de suporte das pastagens nativas e da distância aos centros de abate, localizados na sua maior parte nos Estados de Minas Gerais e São Paulo<sup>319</sup>. A engorda era desenvolvida basicamente nas fazendas situadas no extremo oriental da área em estudo, especialmente em Anicuns, que dispunha de boa quantidade de invernadas de jaraguá, necessárias a engorda, e usufruia de proximidade geográfica aos centros consumidores/exportadores do Estado: Goiânia e Anápolis<sup>320</sup>.

Apesar do setor leiteiro não ser representativo no contexto geral da atividade pecuária, a área em estudo era responsável, em 1960, por 10% da produção de leite do Estado de Goiás<sup>321</sup>.

A progressiva melhoria nas pastagens e no sistema de criação concorreu decisivamente para uma elevada ampliação no quantitativo bovino durante o transcurso dos anos de 1960. Entre 1960 e 1970 o rebanho do conjunto da área sofreu um incremento de 129,81%. Ressalta-se que no mesmo período a superfície ocupada por pastagens, naturais e plantadas<sup>322</sup>, registrou índices mais modestos de incremento de área: 21%.

No decurso da década de 1970 assumiu grande magnitude o crescimento da superfície ocupada com pastagens plantadas, que passou de 166.718 hectares em 1970, para 684.445 hectares em 1980. Os estímulos creditícios governamentais tiveram um papel fundamental nesse processo, que promoveu a erradicação de grandes extensões cobertas por cerrado em prol do plantio de gramíneas alienígenas, especialmente àquelas do gênero *Brachiaria*<sup>323</sup>

---

fator limitante a atividade pecuária, sobretudo aquela desenvolvida sob moldes extensivos: "no período seco do ano, o gado vive mesmo é de sua própria gordura: os animais chegam a perder 30% do seu peso" (CUNHA *et. al.*:1994:128).

319 - Como a quase totalidade do gado era conduzida a pé, em viagens que duravam semanas, mesmo que estivessem gordas, as reses teriam que passar pelos pastos de invernada, pois as longas caminhadas colocavam-nas fora do peso ideal para o abate.

320 - Em meados da década de 1950 existiam no Estado de Goiás matadouros industriais em Goiânia, Anápolis e Pires do Rio.

321 - Naquele período, o principal produto exportado era a manteiga de leite. Sabe-se da existência de indústrias de laticínios em Firminópolis e Sanclerência (Laticínio Flor Goiana).

322 - A retração acusada pelo IBGE (1961a, 1974b) em relação a área ocupada pelas pastagens plantadas, entre 1960 e 1970 (tabela 03), deve-se, provavelmente, a alterações na metodologia de coleta dos dados.

323 - A título de curiosidade: o capim braquiária, a exemplo dos capins jaraguá e colômbio, também é de origem africana.

- assim, a área ocupada por pastagens naturais reduziu-se de 926.221 hectares para 563.268 hectares no período 1970-1980.

A formação de pastagens nas zonas anteriormente ocupadas pelo cerrado logrou nova perspectiva a criação, face a elevação de qualidade no suporte alimentar do gado e o conseqüente aumento de produtividade na atividade<sup>324</sup>, o que permitiu definir a fase de engorda, que até então não era realizada nas fazendas localizadas nestas áreas<sup>325</sup>. O rebanho bovino da área em estudo acusou uma taxa de aumento de 55,4%, passando de 715.075 cabeças, em 1970, para 1.111.234 cabeças, em 1980 (tabela 04). Nesse período alguns municípios perceberam um incremento bem superior ao verificado no agregado da área de influência da rodovia GO-060, como Piranhas (217%), Aragarças (256,28%), Baliza (146%), Israelândia (218,29%); em todos estes houve uma correspondente elevação na superfície ocupada por pastagens plantadas (vide tabela 03).

Impulsionada pelo crescimento do mercado urbano regional e, por conseguinte, da demanda, houve também uma sensível expansão da atividade leiteira na década de 1970. A ampliação da produção de leite deu-se em decorrência de sensível ganho de produtividade, o que pode ser demonstrado através da análise da tabela 04: entre os anos de 1970 e 1980, enquanto o quantitativo de vacas ordenhadas foi acrescido em 40%, o volume de leite elevou-se em 144%. Como decorrência desse fato pode-se citar, além da expansão das pastagens plantadas, o manejo das mesmas, a introdução de raças selecionadas<sup>326</sup>, e a intensificação do controle sanitário. Também a presença de indústrias de laticínios ou a instalação de filiais ou postos de resfriamento

---

324 - "A produtividade animal em pastagens nativas de cerrado costuma ser bem menor que em pastagens cultivadas. Enquanto que, tipicamente, a capacidade de suporte de pastagens nativas fica em torno de 0,2 UA/ha, em pastagens cultivadas esse valor sobe a 1-1,5 UA/ha (1 UA= 1 bovino com 450kg de massa). A produção de carne por área em pastagens cultivadas é cerca de 8 vezes maior que em pastagens nativas não melhoradas" (FILGUEIRAS e WESCHSLER, 1992:48-9).

325 - Além da melhoria no sistema de produção da bovinocultura, a definição da fase de engorda em áreas mais distantes dos centros de abate, foi possível em decorrência do progresso ocorrido no sistema de circulação e transportes, sobretudo a partir da década de 1960. Assim o gado já não perdia peso no percurso entre as fazendas de criação e os frigoríficos, pois passou a ser transportado por caminhão.

326 - O melhoramento genético para a produção leiteira fez-se sobretudo a partir das raças holandesa e gir (gado zebuino de corte que possui também aptidão leiteira).

propiciou estímulo para a melhoria do setor, que na década de 1970 concentrava-se na porção oriental da área em estudo<sup>327</sup>.

Na década de 1980 manteve-se o ritmo de expansão das pastagens artificiais que, além das pastagens nativas do cerrado, passaram a substituir as lavouras. Tomou grande vulto neste momento a reforma de antigas pastagens de capim provisório, e sua substituição por espécies mais adaptáveis a solos degradados, como a braquiária (*Brachiaria decumbens*) e o braquiarião (*Brachiaria brizantha*)<sup>328</sup>. No primeiro quinquênio do decênio, a superfície ocupada por pastos plantados foi acrescida em 220.000 hectares (32,10%), o que concorreu para que estes passassem a representar em 1985 pouco mais da metade da área total do conjunto de estabelecimentos rurais da área em estudo. Entretanto, o rebanho bovino acusou um incremento de apenas 6,88% no período; apesar de baixo esse índice foi bem superior ao obtido pelo Estado de Goiás, que foi de -10,02%<sup>329</sup>.

No momento subsequente (1985-1996), foi detectada uma elevação percentual de 15,86% (188.341 cabeças) no rebanho bovino e de 20% (180.000 hectares) na superfície ocupada por pastagens plantadas. A intensificação da atividade de pecuária em razão do aumento do rebanho foi particularmente expressiva no extremo ocidental da área de influência da rodovia GO-060: somados, os municípios de Baliza, Bom Jardim de Goiás e Aragarças, foram responsáveis por 45,7% de todo o aumento do plantel bovino. Nesse subespaço, a expansão da atividade criatória promoveu o aproveitamento de grandes extensões de terras produtivas não utilizadas<sup>330</sup>.

327 - Entre os laticínios que atuavam na área em estudo nos anos de 1970 estavam o Laticínios Morrinhos, sediado em São Luiz de Montes Belos, e a Companhia Goiana de Laticínios, que possuía um posto de resfriamento de leite em Anicuns.

328 - Como exemplo da difusão dessa espécie de gramínea, no município de Santa Bárbara de Goiás, conforme dados colhidos no escritório local da EMATER, de um total de 12.225 hectares de pastagens artificiais existentes no ano de 1997, cerca de 96,05%, ou 11.792 hectares, era composto por braquiária - sendo o restante composto por jaraguá (2,34%), tifton (0,85%) e cana-de-açúcar (0,76%), utilizada como forrageira.

329 - O decréscimo do rebanho bovino e da atividade agrícola verificado em meados dos anos de 1980 guarda relação com o momento econômico vivenciado pelo país, que forjou uma alta inflacionária, o fim dos subsídios creditícios e o desaquecimento da atividade produtiva.

330 - Como pode ser visto na tabela 03, referente a utilização das terras, em 1985 cerca de 30,69% (48.620 hectares) da área dos estabelecimentos rurais do município de Bom Jardim de Goiás era composto por terras produtivas não utilizadas; em 1996 as terras improdutivas passaram a configurar 8,01% dos estabelecimentos (11.480 hectares). A seu turno as pastagens tiveram sua superfície total ampliada em 34.747 hectares (71,99%). O mesmo fenômeno ocorreu em Baliza, onde as terras improdutivas passaram de 24,75% da área dos estabelecimentos, em 1985, para apenas 0,19% em 1996. É interessante notar que nesse município além da expressiva expansão das pastagens cultivadas (133,08%), houve também a ampliação da superfície dos

Merece ressalva o grande crescimento da produção leiteira após 1985, fato que, aliás, ocorreu em todo o Estado de Goiás, atualmente o segundo maior produtor nacional. Os dados da tabela 04 permite-nos afirmar que a atividade leiteira, anteriormente concentrada na porção oriental, passou a ter importância em toda a área em estudo.

#### 4.5 - População

Tendo configurado-se, durante as décadas de 1940, 1950 e mesmo 1960, como uma zona pioneira, para a área de influência da GO-060 afluiu um expressivo contingente demográfico. Conforme já foi visto nos itens anteriores deste trabalho, o eixo do movimento de entrada de novos habitantes para a área em estudo era a abundância de terras virgens e de fertilidade comprovada, e a implantação do eixo viário da rodovia GO-3 representou o meio que impulsionou a ocupação definitiva desses espaços e a sua agregação ao processo produtivo.

Os dados contidos nas tabelas 21 e 22, com estatísticas dos Censos Demográficos do IBGE de 1950 a 2000 (1956b, 1961b, 1973, 1982a, 1996b, 1997, 2000) revelam que o maior pique de crescimento demográfico no conjunto da área em estudo deu-se nas décadas de 1950 e 1960, com incremento da ordem de 92,65% e 51,59%, respectivamente.

A verdade é que uma análise mais acurada da evolução demográfica ocorrida na década de 1950 pode evidenciar distorções, pois parcela considerável da superfície da área em estudo pertencia, no ano de 1950, aos municípios de Goiás, Trindade e Caiapônia, que não fazem parte da área de influência da rodovia GO-060. Ao se considerar, então, a população dos distritos dos referidos municípios, que viriam a tornar-se, na década de 1950, unidades administrativas autônomas<sup>331</sup>, tem-se uma proporção mais exata do quadro populacional existente no ano de 1950, cerca de 83.077 habitantes, valor superior aos 63.783 habitantes indicados pela somatória dos municípios de Nazário, Anicuns,

---

pastos naturais (29,72%), o que indica a possibilidade de intensificação da atividade criatória em futuro próximo.

331 - Como por exemplo Córrego do Ouro e São Luiz de Montes Belos, então distritos do município de Goiás.

Firminópolis, Iporá, Baliza e Aurilândia. Dessa forma, o incremento populacional seria da ordem de 47,91% no período 1950-1960.

Se a análise for empreendida por intermédio da comparação entre as unidades administrativas existentes em 1950 e o reagrupamento dos municípios criados no transcurso da década a partir do seu desmembramento, as taxas de incremento populacional mostram-se bem mais modestas: 28,27%. Entretanto, existem diferenças entre os municípios que podem atestar a forma de ocupação e incorporação de novas áreas.

Considerando-se apenas a população rural, no período 1950-1960 o acréscimo populacional foi extremamente baixo nos municípios localizados na fração leste da área em estudo: Anicuns (19,02%), Nazário (7,02%), Firminópolis (12,08%), Aurilândia (6,18%) – ainda mais se for levado em conta que a taxa de crescimento demográfico rural no Estado de Goiás na década de 1950 foi de 39,85%. Tal fato explica-se como decorrência de terem sido alcançados pela frente pioneira desde a década de 1940. Em Iporá o incremento populacional foi mais significativo, cerca de 45,98%, indicando ter havido um movimento de ocupação recente, enquanto em Baliza, na extremidade leste, que sofreria transformações mais contundentes apenas nas décadas subseqüentes, houve um acentuado refluxo populacional, da ordem de -62,00%<sup>332</sup>.

Em relação à procedência dos elementos povoadores, os resultados censitários do IBGE (1961b) oferecem apenas uma visão em nível estadual para a década de 1950. Guiando-se por estes dados observa-se que 42,68% da população goiana era composta por migrantes (tabela 23). Destes, mais da metade (51,53%) provinha de outras regiões goianas, sendo também expressivo o contingente de mineiros (22,61%). Contudo, por representar um universo de um Estado de dimensões tão amplas como Goiás, estes dados podem não espelhar com fidelidade a realidade da área em estudo. Sabe-se, por exemplo, que os elementos de Minas Gerais afluíram na sua maior parte para a porção meridional de Goiás; dessa forma, sua proporção entre os elementos que povoaram a área

---

332 - As taxas de incremento da população total foram bem mais elevadas, pois houve, na década de 1950, um maior crescimento da população urbana nos municípios existentes no ano de 1950: Firminópolis (25,73%), Nazário (19,46%), Anicuns (39,92%), Aurilândia (23,51%), Iporá (70,47%). Em Baliza houve queda de 31,38% na população total.

em estudo pode ter sido superior àqueles índices registrados no Estado de Goiás no período. Essa hipótese foi levantada a partir de depoimentos de pioneiros:

*“Foi depois da rodovia. Veio uma porção de gente de Minas, muito mineiro. Veio uma porção de mineiro. Compraram terra aí”*<sup>333</sup>.

*“Veio muito mineiro, rapaz. Veio de Tiradentes, de São Gonçalo do Abaeté. Quando fundou o patrimônio veio muita gente desses lugar”*<sup>334</sup>.

Para a década de 1960, os dados indicam que três em cada quatro pessoas que afluíram para a área em estudo provinham de municípios goianos. Entre os migrantes de outros Estados, o contingente maior era de Minas Gerais, representando 15,46% do total de pessoas que afluíram para a área no período.

Percebe-se, pelos dados da tabela 22, que entre 1960 e 1970 aconteceu uma redução no ritmo do fluxo populacional para o campo – que se fez da ordem de 33,11%, contra 51,59% da população total. De um modo geral, este fato guarda vínculo com a consolidação do processo de ocupação das terras, que se efetivou de forma diferenciada no espaço. Nos subespaços em que a ocupação se consolidara nos decênios anteriores, houve uma evasão de pequenos proprietários e diaristas pela venda de propriedades a fazendeiros mineiros; esse processo significou perdas relativas de habitantes rurais em Anicuns, Avelinópolis e Turvânia<sup>335</sup>. Em Piranhas, que ainda dispunha de manchas de solos férteis não ocupados em 1960, o incremento da população rural foi expressivo (84,98%).

Por outro lado, houve um grande crescimento da população das cidades. Esse fenômeno foi particularmente expressivo em Anicuns, São Luiz de Montes Belos e Iporá, que adquiriram um maior dinamismo e passaram a comandar a vida de relações entre os demais centros urbanos<sup>336</sup>.

A despeito do processo de urbanização que se pôs em curso no decênio enfocado, no ano de 1970 dois terços da população total da área em estudo residiam no campo.

333 - Delmiro de Souza Porto, Nazário.

334 - Geraldo Antônio Ribeiro, 86 anos, pedreiro, natural de Minas Gerais. Mudou-se para São Luiz de Montes Belos em 1953, onde reside. Entrevista realizada em 02 de dezembro de 1999.

335 - KELLER e MAGNANINI (1977).

336 - De acordo com KELLER & MAGNANINI (*op.cit.*:179) no processo de urbanização que se pôs em curso no período 1960-1970 a rodovia GO-3 “serviu de apoio à expansão de São Luiz de Montes Belos, pelo impulso as suas funções de centro sub-regional e à de Iporá, em 1970, o ponto terminal do trecho asfaltado da rodovia”.

Ao se analisar a tabela 25, que retrata a situação da população economicamente ativa (PEA), torna-se evidente a importância do setor primário da economia nos anos de 1960. Os índices do ano de 1970, referentes à década de 1960, da PEA do setor primário para o conjunto da área alcançaram 69,63%. É importante ressaltar que em Aragarças o índice do setor terciário apresentava-se bastante elevado, com 43,52%, maior até que a proporção do setor primário. Este fato decorreu das funções desempenhadas pela cidade, sede da Fundação Brasil Central, aliadas ao elevado perfil de concentração fundiária do município, cuja taxa de urbanização era de 81,41% no ano de 1970.

Entretanto, nota-se uma ligeira redução do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais no conjunto da área em estudo (tabela 26), o que pode ligar-se ao fato de ter-se reduzido o ritmo de "abertura" de novas terras, havendo menor necessidade de mão-de-obra nas fazendas. Outro dado relevante que pode ser detectado é que a maior parte (70,23%) dos trabalhadores rurais era formado por membros da família, o que denota a existência de grande proporção de explorações agropecuárias de pequeno porte, face ao nível técnico produtivo vigente no período.

A década de 1970 registra uma estagnação no ritmo de crescimento da população total da área de influência da rodovia GO-060 (tabelas 21 e 22). Entre 1970 e 1980 houve um ganho populacional de apenas 8.675 pessoas, ou 4,66%, índice muito baixo se comparado ao verificado no Estado de Goiás, que foi de 32,37%. Simultaneamente, verificou-se uma diminuição de contingentes demográficos no campo (-26,11) e aumento expressivo dos residentes nas cidades (58,69%), que passam a predominar.

Os dados sobre migração (tabela 23) do período 1970-1980, considerando apenas os migrantes que afluíram nos últimos 10 anos, indicam ter sido inexpressivo o movimento migratório de pessoas oriundas de outros Estados para a área em estudo - exceção feita a Aragarças, onde foi intenso o afluxo de pessoas oriundas do Mato Grosso<sup>337</sup>. A redução na entrada de novos moradores para a área em estudo na década de 1970 pode, também, ser sentida por

---

337 - Esse afluxo decorre das funções urbanas de Aragarças, subsidiária a Barra do Garças, na margem oposta do rio Araguaia, como já foi explicado anteriormente. No período seguinte, década de 1980, a proporção de migrantes de outros Estados em Aragarças, em sua grande parte matogrossenses - ampliou-se, passando a ser de 47,28%.

intermédio da análise da tabela 24, que compara a taxa de incremento entre a população total e o contingente de migrantes que afluíu no decênio em questão. Assim, enquanto a população total elevou-se 4,66%, o número de migrantes, incluindo os elementos provenientes de Goiás, reduziu-se em -0,31%. Cumpre citar que os municípios que registraram um incremento de migrantes bem superior ao da população total foram, em sua maior parte, aqueles em que se verificou uma grande abertura de novas terras: Baliza, Bom Jardim de Goiás, Aragarças e Piranhas<sup>338</sup>; em Iporá o fluxo migratório, eminentemente urbano, ocorreu, provavelmente, devido ao fortalecimento de suas funções urbanas.

De forma geral, a redução dos efetivos populacionais rurais ocorrida na década de 1970 guarda estreita relação com as transformações ocorridas na base técnica da produção agropecuária, baseadas na adoção de equipamentos mecânicos e de insumos de origem industrial, estando também associada às transformações ocorridas nas relações sociais de produção, tendo em vista a posse e o uso da terra. Os dados da PEA (tabela 25) demonstram uma redução, em termos percentuais e absolutos, da quantidade de pessoas vinculadas às atividades primárias entre 1970 e 1980, que passam de 69,63% para 48,38% no conjunto da área.

Em relação ao pessoal ocupado em atividades agrícolas, analisando a tabela 26 (Área de Influência da Rodovia GO-060: Pessoal Ocupado em Atividades Agropecuárias nos Estabelecimentos (1950-1996)), percebe-se a tendência de proletarização da força de trabalho agrícola, através do aumento na proporção de trabalhadores assalariados e permanentes, refletindo a retração no número de pequenos estabelecimentos a medida que se processava a mudança técnico-produtiva na agricultura e que se intensificava a valorização da terra. Outro fato que merece destaque é a gradual redução na parceria. Comumente empregada na preparação da terra e formação de pastos, precedido do plantio do arroz, a parceria estava intimamente vinculada ao trabalho familiar. Todavia o contingente total de trabalhadores rurais manteve-se estável no período, registrando, inclusive, uma ligeira elevação.

---

338 - O fluxo migratório para o município guarda relação com o fato da cidade ter sido sede do Programa POLOCENTRO.

Vinculada às transformações ocorridas nas formas de produção do espaço agrário, a urbanização refletiu a pujança econômica da atividade agrícola na década de 1970, período em que houve o fortalecimento dos principais centros urbanos – São Luiz de Montes Belos, Iporá e Anicuns – através da expansão do setor terciário, em parte relacionada a comercialização da produção agropecuária. O Censo do IBGE (1982a) referente ao ano de 1980 acusa um aumento populacional na quase totalidade das cidades, particularmente expressivo na cidade de Piranhas (224,06%), dinamizada pela injeção de recursos advindos do POLOCENTRO.

A principal característica do quadro demográfico da década de 1980 na área em estudo foi a redução da população total, fenômeno vinculado especialmente ao aprofundamento do êxodo rural.

Além das transformações nas formas de organização da produção agropecuária, postas em curso na década anterior (1970), assumiu papel relevante para a saída de mão-de-obra do campo o forte predomínio da atividade criatória sobre as demais a partir de meados dos anos de 1980. Tratando-se de uma atividade que utiliza pouca mão-de-obra<sup>339</sup>, houve, portanto, uma ampliação no fluxo de saída de rurais, composto por trabalhadores braçais e, também, por pequenos produtores rurais, que migrou tanto para outras áreas rurais, onde a fronteira agrícola ainda poderia acolhê-los, como o norte do Estado do Mato Grosso, quanto para as cidades, principalmente para a capital goiana. Dessa maneira, entre 1980 e 1991 ocorreu uma retração de aproximadamente 40% no quantitativo populacional rural do conjunto da área em estudo. O depoimento de um produtor rural delineia algumas razões para o atual predomínio da atividade criatória na atualidade:

*“Quem tirou o pessoal da roça foi o gado, foi o gado que tirou, porque hoje, geralmente, a roça não tem preço, o mantimento. Você vai arar, comprar insumo para tocar lavoura, fica caro demais. Você vai vender o mantimento tá barato, não compensa, você não vai tocar roça mais. Eu já toquei muita roça e não compensa. Larguei de tocar roça. Aí então quando a pessoa chega a fazer roça é um ano, pra formar braquiária para ficar limpo. Porque, se uma fazenda, por exemplo, de um vizinho meu que tinha dez-quinze peões pra tocar roça, hoje tem um peão só, porque mexe com gado sozinho, ele só, olha a fazenda inteirinha*

339 - “No sistema de criação, para a porção centro-sul do estado, um homem consegue manipular 100 U.A [unidade animal]” (TSUKAMOTO, PINHEIRO e CAMPOS, *op.cit.*:695).

*de gado. Então não compensa mais mexer com roça devido o governo, porque os mantimentos é muito barato*<sup>340</sup>.

Não obstante tenha havido uma elevação de 12,71% na população urbana do conjunto da área em estudo, o arrefecimento da atividade agrícola ocorrido nos primeiros anos da década de 1980 refletiu-se na redução do ritmo de crescimento das cidades. Como pode ser observado nas tabelas 21 e 22, na sua maior parte os núcleos urbanos da área em estudo registraram baixo incremento ou mesmo redução do nível populacional entre os anos de 1980 e 1991. Informações alicerçadas em contatos locais indicaram a grande influência de Goiânia como principal destino para as pessoas que deixaram essas cidades no período.

A análise dos dados sobre a população economicamente ativa (tabela 25) evidenciam claramente a redução no ímpeto das atividades agropecuárias na área em estudo ao longo da década de 1980. Em 1980 o setor primário detinha 48,38% da PEA, enquanto o setor terciário respondia por 38,82%; em 1991 a mão-de-obra empregada no setor primário decresceu, passando a constituir 36,59% da PEA, enquanto o setor terciário, que se tornou preponderante, elevou-se para 46,41%. Longe de representar um grande dinamismo das atividades urbanas de administração, saúde, serviços sociais, comércio, etc., o aumento da mão-de-obra empregada no setor terciário deu-se, basicamente, em função da redução do nível de empregos no campo.

Na década de 1990 não foram sentidas alterações significativas na dinâmica demográfica da área em estudo. Refletindo uma tendência constatada em todo o país, manteve-se em queda constante o nível populacional do campo. Assim, no ano de 2000 apenas a quinta parte da população residia na zona rural. Contribuiu significativamente para esse quadro a drástica redução na oferta de empregos na zona rural, como pode ser visto por intermédio destes depoimento de trabalhadores rurais:

*"Hoje pode falar que acabou. Emprego no campo praticamente acabou. Por causa de ter acabado com a lavoura acabou"*<sup>341</sup>.

340 - Cassimiro Ramiro Garcia, pequeno produtor rural e presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sanclerlândia, município em que reside. Entrevista realizada em 07 de outubro de 2000.

341 - João Amâncio Alves, Avelinópolis.

*“Tá difícil de serviço. Quem mexe com lavoura, seja braçal ou ferramenta, acabou, não tem mais. A não ser uma corta de capim prá tirar semente, braquiarão, acabou o serviço. (...). Ah, os fazendeiros anda muito muxiba, né. Prá pagar um salário que presta, principalmente se a pessoa tiver grande conhecimento, né. É igual meu caso mesmo, vou me exaltar um pouco, meu caso mesmo, né. Eu sou técnico em reprodução animal, em inseminação artificial, eu tenho curso. Eu posso mostrar prá quem quiser ver. Emprego, cadê? Tô trabalhando de servente. Tem que trabalhar. Não posso ficar sem comer. (...)”<sup>342</sup>*

A tabela 26 demonstra que ocorreu uma diminuição na quantidade de pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais entre 1985 e 1996, data da última coleta censitária. Por outro lado, verificou-se uma elevação na proporção de trabalhadores assalariados permanentes e temporários, que representavam, em 1996, 30% do total de trabalhadores agrícolas.

Merece ressaltar o expressivo número de estabelecimentos rurais que, em 1996, declararam não ter contratado trabalhadores rurais (tabela 26). Outro aspecto interessante é o aumento na proporção de trabalhadores membros da família, provavelmente pequenos proprietários rurais que, em sua grande parte, apresentam baixo nível de capitalização, dedicando-se a pecuária leiteira e a esporádicos cultivos de subsistência.

É interessante ressaltar ter-se tornado relativamente comum que fazendeiros e trabalhadores rurais residam nas cidades, fato que contribui, de qualquer forma, para a elevação dos índices de urbanização<sup>343</sup>.

Incapazes de absorver toda a oferta de mão-de-obra resultante de seu próprio crescimento natural, e também aquela egressa do campo, as cidades da área em estudo, em sua quase totalidade, ostentaram significativos fluxos de saída da população na década de 1990. Tal afirmação pode ser traduzida através da análise dos baixos índices de incremento demográfico do período, sempre inferiores àqueles registrados pelo Estado de Goiás, o que pode ser observado na tabela 22.

Considerando apenas a segunda metade da década de 1990, a retração populacional foi ainda maior, tendo ocorrido decréscimo populacional nos

342 - Artur de Melo, Nazário.

343 - Não se pode deixar de fazer referência ao fato de que a legislação que instituiu direitos trabalhistas leva muitos fazendeiros a não aceitarem que trabalhadores rurais residam nas propriedades por tempo prolongado.

centros urbanos de Amarinópolis, Arenópolis, Aurilândia, Baliza, Israelândia, Ivolândia e Turvânia. Levando em conta a população total, houve decréscimo no quantitativo de habitantes em cerca de 14, dos 24 municípios que fazem parte da área em estudo (vide tabela 21).

A perda da capacidade de retenção populacional<sup>344</sup> pode ser avaliada pelo fato de que, entre 1996 e 2000, todos os municípios que fazem parte da área de influência da rodovia GO-060, obtiveram taxas de crescimento demográfico anual inferiores àquela registrada pelo Estado de Goiás<sup>345</sup>.

Cumprir destacar o fato de que, face ao baixo dinamismo das atividades urbanas de comércio e serviços, o setor público – englobando as esferas estadual (saúde, segurança, arrecadação e educação) e municipal (administração) – comumente configura-se como a principal fonte empregatícia das cidades da área em estudo. Tal realidade é atenuada apenas em municípios como Iporá, São Luiz de Montes Belos e Anicuns, onde a infra-estrutura de comércio, serviços e, no caso dos últimos, indústria é mais desenvolvida<sup>346</sup>.

---

344 - Grosso modo, a partir dos anos de 1970, a retração populacional foi um fenômeno comum aos municípios com até 100 mil habitantes na região Centro-Oeste (IPEA, 1999).

345 - A taxa de crescimento anual da população do Estado de Goiás entre 1996 e 2000 foi de 2,56%, conforme IBGE (2000).

346 - Informações coletadas oficiosamente em alguns municípios corroboram tal assertiva. Em Fazenda Nova a administração municipal emprega 308 pessoas; em Córrego do Ouro a Prefeitura emprega aproximadamente 130 servidores, enquanto o Estado, em seus diversos setores, emprega em torno de 100 pessoas; em Ivolândia a Prefeitura, excetuando os servidores da Câmara Municipal, possui 120 funcionários; em Diorama há 140 pessoas empregadas pela Prefeitura; a Prefeitura de Cachoeira de Goiás possui 120 servidores; em Arenópolis são aproximadamente 200 empregos vinculados a Prefeitura e 50 ao Estado. Estas Prefeituras têm normalmente sua maior fonte de receita orçamentária advinda dos recursos repassados pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

### CAPÍTULO III

***O espaço se reorganizou.***

## 1 – A PECUARIZAÇÃO: ALGUNS REFLEXOS NA ORGANIZAÇÃO ATUAL DO ESPAÇO.

Do ponto de vista econômico, o que mais chama a atenção no conjunto de municípios que compõem a área em estudo é o desenvolvimento de atividades produtivas vinculadas à pecuária. Sua importância pode ser atestada tanto pelo que é imediatamente perceptível na paisagem – vastas extensões cobertas por pastagens, gado bovino, cercas de arame, currais – quanto pelo seu reflexo nas diversas esferas da vida econômica das cidades. É bem verdade que a atividade criatória sempre foi representativa enquanto modalidade de apropriação do espaço, como já foi visto nos capítulos anteriores. Entretanto, foi a partir da década de 1980 que o setor assumiu definitivamente a primazia em relação às demais atividades vinculadas ao setor primário, tendo sido comum neste processo a substituição da lavoura pela pecuária, particularmente em áreas de pequena produção agrícola.

A hegemonia da pecuária, centrada basicamente na criação de gado bovino<sup>347</sup>, pode ser vislumbrada inicialmente a partir da análise dos dados de 1996 referentes a utilização da terra – os mais recentes –, os quais indicam que as pastagens correspondem a 90% da área produtiva dos estabelecimentos do conjunto da área. Esta informação pode ser reforçada através da análise dos dados sobre percentual de arrecadação de ICMS por setor de atividade (Tabela 05) relativos ao ano de 1993, em que a atividade pecuária concorreu com 43,12% do percentual arrecadado na área em estudo, sendo que sua influência se estende, de forma indireta, ao setor industrial, pois em diversos municípios postos de resfriamentos de leite e fábricas de queijo constituem parcela importante da tênue atividade secundária. Em relação às atividades desenvolvidas nas fazendas, uma rápida análise da tabela 11 (Classes de Atividade Econômica nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996)) permite

---

347 - A criação de bubalinos, merinos e cavaleiros desenvolvida na área em estudo é pouco representativa em termos numéricos e econômicos, principalmente se comparada ao gado bovino. Um tipo de atividade a ser destacada, embora a título de curiosidade, pois encontra-se em fase embrionária – é a criação comercial de animais nativos e exóticos (queixadas, catitus, capivaras e tartarugas) visando o abate, realizada no município de Diorama. Não foi possível levantar o total de produtores envolvidos nesta atividade. Informações colhidas na cidade dão conta que esta produção destina-se aos centros consumidores do Rio de Janeiro e São Paulo.

afirmar a preponderância da pecuária: em 1996, 80,24% dos estabelecimentos rurais da área em estudo tinham-na como principal ocupação.

Entretanto, não se pode deixar de fazer referência à existência da atividade agrícola, embora incontestavelmente menos representativa que outrora. O principal produto, o milho, cuja área cultivada corresponde a mais da metade do total das lavouras, é comumente utilizado na alimentação bovina, notadamente do gado leiteiro. Cultura tradicional ao longo do processo de ocupação da área em estudo, o arroz perdeu sua força comercial, tendo decrescido vertiginosamente sua produção, decréscimo este vinculado principalmente à renovação de pastagens e ao auto consumo nas fazendas onde ainda é praticado<sup>348</sup>. Há o cultivo de hortifrutigranjeiros, produzidos mormente nos municípios mais próximos a Goiânia, principal mercado, casos de Turvânia (maracujá, tomate), Avelinópolis (tomate, pepino) e Santa Bárbara de Goiás (abóbora, hortaliças)<sup>349</sup>. A cana-de-açúcar é expressiva em Anicuns, tendo por mercado cativo a usina de álcool existente no município.<sup>350</sup>

Cumprido destacar o cultivo da guariroba (*Syagrus spp.*), palmeira nativa das áreas florestais, cujo palmito, de gosto levemente amargo, é bastante apreciado na culinária goiana – produzida, em sua quase totalidade, no município de Aurilândia<sup>351</sup>.

Há que se perguntar o porquê de a pecuária se tornar quase hegemônica no setor primário a partir da década de 1980 no conjunto da área em

348 - Informações fornecidas pela Agência Rural do Estado de Goiás indicam que no ano de 1999 as maiores superfícies dedicadas a produção rizícola na área em estudo concentraram-se em Bom Jardim de Goiás e Baliza (respectivamente 1.650 e 1.500 hectares cultivados), locais onde há expressiva expansão no plantio de pastagens artificiais. Para o conjunto da área em estudo, excluindo-se os municípios de Anicuns e Sanclerlândia, a superfície ocupada pela lavoura de arroz em 1999 foi de 10.070 hectares.

349 - Embora não seja tão representativa em relação a área total ocupada pelas lavouras, a produção de hortifrutigranjeiros faz-se de forma disseminada em diversos municípios, quase sempre visando ao abastecimento da capital. São Luiz de Montes Belos e Anicuns possuem consideráveis áreas cobertas com lavouras de banana, respectivamente 405 e 216 hectares cultivados em 1999, conforme dados da SEPLAN (2000); há também cultivo comercial de melancia em São Luiz de Montes Belos e Arenópolis – 87 e 25 hectares, respectivamente, no ano de 1999, de acordo com informações da Agência Rural do Estado de Goiás.

350 - De acordo com dados da SEPLAN (2000), a área cultivada com cana de açúcar em Anicuns no ano de 1999 era de 5.498 hectares, representando uma produção de 480.000 toneladas, configurando o município entre os 8 maiores produtores do Estado de Goiás.

351 - Aurilândia é atualmente o maior produtor de guariroba do Estado de Goiás, conforme IBGE (1999b). De acordo com informações colhidas no escritório da EMATER nessa cidade, em 1999 haviam 64 produtores rurais no município totalizando 420 hectares plantados, sendo a produção vendida para Goiânia, maior consumidora, Brasília e Minas Gerais.

estudo. A resposta pode derivar de múltiplos fatores. Talvez o primeiro seja o fato de a atividade, beneficiada pelas condições naturais (relevo, clima e vegetação), ser tradicional ao longo do processo de ocupação. Inicialmente norteadada pela busca das pastagens nativas do cerrado, a pecuária tornou-se complementar à agricultura com o avanço da frente pioneira sobre as áreas de mata, a partir da década de 1940: florestas eram reduzidas a lavouras (principalmente de arroz), que em poucos anos, esgotado o solo, transformavam-se em invernadas de jaraguá e colônia, criando um quadro favorável a bovinocultura; na década de 1970, com o apoio de créditos oficiais, grandes extensões cobertas por pastagens naturais foram substituídas por pastagens artificiais.

Por outro lado, a atividade oferece condições favoráveis à reprodução do capital.<sup>352</sup> Em termos de investimento é vantajosa, vez que normalmente a simples compra de terras com pastagens naturais e/ou de rebanho asseguram, por si mesmas, a valorização do capital aplicado sem grandes riscos vinculados a problemas ambientais.<sup>353</sup> A pecuária apresenta algumas vantagens comparativas em relação a outras modalidades de investimento, pois não exige grandes despesas com insumos e oferece facilidade de comercialização, o que lhe assegura grande liquidez. Comparativamente a agricultura possui a vantagem de possibilitar a venda do produto (gado) a qualquer momento do ciclo reprodutivo.

Para os produtores rurais, especialmente aqueles de grande e médio porte, a atividade criatória apresenta-se vantajosa, na medida em que emprega menor número de trabalhadores que outras atividades econômicas, como a agricultura, mesmo quando desenvolvida em moldes mais intensivos. Na execução de tarefas de caráter eventual, como a formação e renovação de pastagens, o produtor utiliza-se de mão-de-obra temporária o que, além de se constituir em economia de despesa com salários, proporciona uma redução dos gastos que teria o pecuarista com encargos sociais.<sup>354</sup>

Enfrentando, via de regra, grandes dificuldades na condução das atividades produtivas, face a sua baixa capitalização, parcela considerável dos pequenos proprietários rurais têm na venda do leite a principal fonte do orçamento

---

352 - HESS & AGUIAR (*op.cit.*).

353 - Exemplo que tem ocorrido nos municípios da porção ocidental da área em estudo, especialmente em Baliza.

354 - HESS & AGUIAR (*op.cit.*).

mensal, complementada pela venda ocasional de bezerros e o assalariamento em determinados períodos.

Finalmente deve ser considerado que, de uma forma geral, não houve penetração da grande lavoura comercial na área em estudo. Para explicar este fato indicam-se algumas hipóteses, como as condições de relevo da maior parte da área em estudo que, mesmo nas férteis áreas cobertas por Podzólicos eutróficos, não atraíram a grande lavoura, pela dificuldade de mecanização; as terras já esgotadas e ou praguejadas, sobretudo na porção ocidental da área em estudo, que demandariam investimentos em insumos, maiores que em outras áreas, que apresentariam vantagens locais sob este aspecto; nas extensões propícias a mecanização, onde o valor da terra é mais elevado, há a existência de uma estrutura fundiária fragmentada, que dificultaria o remembramento, ao lado de grandes propriedades, solidamente ancoradas na atividade criatória; e a existência de áreas mais favoráveis no Estado de Goiás – do ponto de vista das condições naturais e da estrutura fundiária – a implementação da grande lavoura tecnificada.

A pecuária fundamenta-se nas atividades de corte e leite, efetuando-se de forma mais intensiva<sup>355</sup> na porção compreendida entre São Luiz de Montes Belos e Goiânia. A leitura inicial da tabela 08, quanto à finalidade do rebanho bovino, demonstra que a atividade de corte é mais expressiva na área em estudo, tanto em números absolutos quanto proporcionais, exceção feita a Firminópolis, onde sobressai-se o gado de leite.

Apesar do predomínio do gado de corte, os dados demonstram que o gado de leite é representativo em vários municípios, tendo experimentado grande impulso a partir de 1980, quando o rebanho da área em estudo cresceu mais de 153%. Responsável, em 1996, por aproximadamente 9% de todo o leite produzido no Estado, a pecuária leiteira é assentada sobre uma grande rede de captação da produção, em que atuam diversas unidades industriais de transformação, que produzem para o mercado estadual e exportam para diversos Estados do país. As principais indústrias de laticínios que atuam ao longo da área de influência da

---

355 - Tanto do ponto de vista do nível técnico da produção, quanto da densidade do rebanho bovino por km<sup>2</sup>.

rodovia GO-060 são o Laticínios Morrinhos - detentora da maior rede de captação de leite da área em estudo -, a Marajoara, a Nestlé e a Parmalat<sup>356</sup>.

O sistema de produção pecuária apresenta muitas variações na área em estudo, englobando desde uma maioria de empreendimentos familiares, com um mínimo de tecnificação, a organizações empresariais sofisticadas. Apesar do vínculo com a economia de mercado, e da existência de grandes propriedades, considerando o conjunto de estabelecimentos rurais a atividade pecuária é desenvolvida sob moldes tradicionais, apresentando baixo nível técnico. Como pode ser visto através da tabela 09, o uso de inseminação artificial e ordenha mecânica no universo total de produtos rurais é muito baixo<sup>357</sup>, sendo inferior, inclusive, aos índices verificados no Estado de Goiás.

Em média, aproximadamente um em cada quatro estabelecimentos utiliza assistência técnica (tabela 10), índice inferior ao do Estado de Goiás, que é de um em cada três estabelecimentos. A assistência técnica é fundamental quando se pretende sistemas de produção mais intensivos. Somente em dois municípios, Nazário e Piranhas, a proporção de estabelecimentos que recebem orientação técnica é superior a 50%. Na maior parte, os produtores rurais têm acesso a assistência técnica através de instituições governamentais, como a EMATER e o IGAP.

A maior distinção entre os sistemas de produção de leite e de carne reside na preponderância de pequenos produtores, geralmente pouco capitalizados, no caso da primeira. Por outro lado, a terminação (engorda), mais lucrativa, é geralmente realizada por grandes fazendeiros. Apesar de existirem fazendas especializadas em engorda em toda área em estudo, esta atividade concentra-se espacialmente na fração oriental, em municípios como Anicuns,

---

356 - A Nestlé e a Parmalat efetuam apenas a captação de leite, não possuindo fábricas de laticínios na área em estudo. Há um número expressivo de pequenos laticínios e cooperativas concorrendo pela captação e fábrica de derivados em diversos municípios, como Firminópolis (Associação AS-10, Laticínios Forte, Rural e Planalto), Turvânia (Laticínios Edeanésia, Poções e Copal), Amorinópolis (Laticínios Borges e Lamarca), Iporá (Lactocentro, Lactoeste e Laticínios Borges), Córrego do Ouro (FARLAT), Nazário (Napolitana, Ouro Branco), Diorama (Sabor), Piranhas (Ouro e Prata, Araguaia e Nívea), Bom Jardim de Goiás (Laticínios Fortaleza), Ivolândia (Laticínios Centro-Oeste), Anicuns (Laticínio Lee), Sanclerlândia (Laticínios Coala), Fazenda Nova (Semi-Cooperativa), São Luiz de Montes Belos (Laticínios Montes Belos).

357 - Em relação a inseminação artificial foram utilizados apenas dados referentes a 1985, os últimos disponibilizados pelo IBGE.

Turvânia e São Luiz de Montes Belos<sup>358</sup>, sendo o gado trazido de municípios circunvizinhos e, excepcionalmente, de outras regiões do Estado, como o Médio Norte goiano, para completar peso, e ser posteriormente enviado a frigoríficos instalados em São Luiz de Montes Belos, Trindade e Goiânia. Também em Aragarças e Moiporá a atividade de engorda é representativa. Nos demais municípios há uma maior preponderância das fases iniciais de desenvolvimento (cria e recria), considerando-se a totalidade do rebanho<sup>359</sup>.

De acordo com um grande fazendeiro de Avelinópolis<sup>360</sup> o desenvolvimento da atividade de engorda neste subespaço é vantajosa para os pecuaristas em razão de serem menores os custos de produção. A maior proximidade à capital reduz o custo de transporte do gado aos frigoríficos, que remuneram melhor o produtor pela arroba. A necessária reposição do plantel para a engorda é assegurada pela grande disponibilidade de bezeros ou gado magro neste subespaço; e o acesso a outras áreas onde se pratica a cria e recria é facilitada pelo sistema viário. As condições naturais são favoráveis a pecuária; há grande disponibilidade de água e a terra, feitas as necessárias reposições de nutrientes, é propícia ao plantio de forrageiras<sup>361</sup>.

Quanto à comercialização do gado para corte, atuam ao longo da área em estudo diversos frigoríficos, destacando-se como compradores aqueles instalados em Goiânia e adjacências<sup>362</sup>. As atividades do Frigorífico Rio Vermelho, concentram-se principalmente em São Luiz de Montes Belos, onde

---

358 - Informações obtidas através do Censo Agropecuário 1995-1996 (IBGE, 1998) e por intermédio de trabalho de campo. De certa forma, este perímetro coincide com o domínio das áreas de mata do antigo "Mato Grosso de Goiás".

359 - No caso de municípios em que predomina a atividade de cria e recria, exemplo de Fazenda Nova, os novilhos são enviados para outras áreas, como São Luiz de Montes Belos e vale do Araguaia (Jussara, Britânia, Santa Fé), onde existem fazendas especializadas na terminação.

360 - Isnard Borges Machado Júnior, pecuarista com formação superior em agronomia e zootecnia. Entrevista realizada em 28 de junho de 2000. O entrevistado referiu-se às vantagens locais da fase de engorda ser realizada em Avelinópolis; todavia estas vantagens podem ser estendidas a municípios como Anicuns, Turvânia e São Luiz de Montes Belos.

361 - Para os produtores tecnificados os solos das antigas terras de mata compensam os investimentos na sua recuperação. De acordo com este pecuarista de Avelinópolis: "(...) este solo aqui ele é um solo que tem um pH 6,5, 6,8, tem saturação de bases quase igual a 90%, então é um solo de excepcional qualidade. Mas quanto mais nós pudermos melhorar a qualidade do solo, seja com alguns nitrogenados, porque o nitrogênio é o combustível da planta, nós temos que fornecer nitrogênio porque ela vai ser vigorosa e produtiva e quanto mais a gente puder incrementar a produção, maior a produção" (Isnard Borges Machado Júnior).

362 - Dentre outros, Friboi, Planalto e Maitrim este último em Trindade. Especificamente na área em estudo estão instalados um frigorífico – FRIRIO, sediado em São Luiz de Montes Belos -, e um matadouro, em Anicuns.

está sediado, e municípios circunvizinhos. Nas extensões vizinhas ao Rio Araguaia – Aragarças, Baliza, Piranhas e Bom Jardim de Goiás – comumente o gado é negociado com frigoríficos de Barra do Garças, no Mato Grosso e Rio Verde, no Sudoeste goiano. Para Rio Verde também são enviados bovinos procedentes de Amarinópolis, Ivolândia e Iporá. O Frigorífico Modelo, cuja planta está instalada em Santa Fé, no vale do rio Araguaia, desenvolve suas atividades em Iporá, Fazenda e Jaupaci.

## **2 - A ORGANIZAÇÃO ATUAL DO ESPAÇO EM SÃO LUIZ DE MONTES BELOS: UM EXEMPLO DE REFUNCIONALIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA.**

Detentor de expressivo plantel bovino, São Luiz de Montes Belos constitui-se atualmente em importante polo da atividade pecuária na área em estudo. Tal condição é auferida pela sua posição geográfica, pelo traçado rodoviário e pelas características assumidas pela atividade no município.

Usufruindo de relativa proximidade com a capital goiana, da qual dista 120 quilômetros em percurso rodoviário, o município encontra-se em posição de centralidade em relação a uma extensa área cuja principal atividade é a pecuária. Em um raio de até 100 quilômetros do município são encontrados 3.165.120 cabeças de gado bovino, o que corresponde a 16,68% de todo o rebanho do Estado de Goiás<sup>363</sup>; nesse espaço, constituído por 52 municípios e que ocupa 31.400 km<sup>2</sup>, a concentração bovina é de 100,8 cabeças por km<sup>2</sup>, e o desfrute<sup>364</sup> diário é de 1.688,1 carcaças.

Essa centralidade é assegurada pela configuração do sistema viário. Situado no entroncamento das rodovias GO-060 e GO-164, a partir de São Luiz de Montes Belos tem-se fácil convergência para os diversos municípios da área em estudo, para outras porções do território goiano, e também para outros Estados. Através da rodovia GO-060 converge-se, em percurso direto, para Goiânia e, em direção inversa, para o vizinho Estado de Mato Grosso. A GO-164

363 - SEBRAE-GO/PRODER (1998).

364 - O desfrute corresponde ao gado abatido.

possibilita o acesso ao vale do Araguaia, importante centro da pecuária de corte; em direção oposta acessa-se, através do uso conjugado de outras rodovias, o Estado de Minas Gerais.

O elevado percentual de superfície ocupado por pastagens nos estabelecimentos rurais – cerca de 88,36% em 1996, conforme IBGE (1998) – ajuda a dimensionar a atual hegemonia da pecuária bovina sobre as demais atividades agrárias em São Luiz de Montes Belos, cujo rebanho atingiu a cifra de 116.000 animais em 1998<sup>365</sup>. Esse rebanho é responsável por uma expressiva produção de leite, captado por três laticínios: Nestlé, Montes Belos e Morrinhos. A atividade de corte reveste-se de grande importância, havendo no município fazendas especializadas na fase de engorda, sendo o gado abatido no Frigorífico Rio Vermelho, instalado nas cercanias da cidade, ou vendido às unidades industriais de Goiânia, principal mercado da produção local.

Aproximadamente 70% da área agrícola, que não detêm a expressão de outrora, são destinados ao cultivo do milho, largamente empregado como silagem para o gado<sup>366</sup>.

De acordo com informações colhidas junto a antigos produtores de leite e a negociantes de gado, a atividade pecuária começou a tomar vulto no município em fins da década de 1960<sup>367</sup>. A conclusão do asfalto da então rodovia GO-3 no ano de 1969 facilitou o escoamento da produção para os mercados representados pelas cidades de Goiânia, Anápolis e Brasília. A instalação, em 1971, da sede industrial do Laticínios Morrinhos fomentou estímulo para a ampliação da produção de leite, tanto que no ano de 1975, São Luiz de Montes Belos era o maior produtor da área em estudo e um dos maiores do Estado de Goiás (vide tabela 04). Quanto a atividade de corte, esta recebeu maior impulso no início da década de 1980. O processo de expansão de pastagens plantadas e de substituição de antigos pastos formados em capim jaraguá por espécies

---

365 - IBGE (1999a). De acordo com dados do Censo Agropecuário 1995-1996 (IBGE, 1998), mais de quatro quintos dos estabelecimentos rurais (82,38%) tinham a pecuária como a principal atividade econômica em São Luiz de Montes Belos. Por outro lado, de um total de 874 estabelecimentos, em 827 (94,62%) desenvolvia-se a criação de gado bovino.

366 - De acordo com informações colhidas no escritório local da EMATER, como compradores do milho produzido em São Luiz de Montes Belos, tem-se produtores que efetuam o confinamento do gado, e fábricas de concentrado animal sediadas no município como a Agropecuária Jatobá e a FOSBOM.

367 - Vide entrevistas nos anexos I e II.

forageiras mais adaptadas às condições de solo e clima reinantes, especialmente o capim braquiária, foi particularmente importante para a pecuária de corte, pois permitiu definir a fase de engorda no município.<sup>368</sup>

O sistema de produção pecuária desenvolvido no município, a exemplo do que ocorre de uma forma geral na área em estudo, alterna modernas fazendas, voltadas para a produção de carne, e um grande número de pequenas propriedades, geralmente descapitalizadas, que têm na venda de pequeno volume de leite o recurso básico de renda.

Em algumas das maiores propriedades a atividade pecuária utiliza-se de tecnologia mais elevada, registrando-se a adoção de técnicas mais sofisticadas, como a transferência de embriões. Nessas fazendas pratica-se a criação de animais de alta linhagem, principalmente do gado nelore<sup>369</sup>.

Os pequenos proprietários concentram-se principalmente na produção de leite, tendo na atividade a garantia de subsistência e mesmo de fixação no campo, embora estejam ameaçados por fatores que incluem o baixo nível técnico e, conseqüentemente, pequena produtividade<sup>370</sup>, o que pode levá-los, em um futuro próximo, a ser alijados da cadeia produtiva – como se verá adiante.

Sendo uma atividade que necessita de pouca mão-de-obra, o nível de empregos na zona rural é baixo, ainda mais se for considerada a predominância de pequenos estabelecimentos rurais (com até 100 hectares) que se valem do trabalho familiar. Segundo os dados censitários do IBGE (1998) referentes ao

368 - Grande parte das pastagens existentes no município de São Luiz de Montes Belos na década de 1970 era formada pelo capim jaraguá, bastante afetado pela estacionalidade climática, o que se refletia negativamente na queda da produção de carne e leite durante a estação seca. A adoção de forragens mais resistentes a deficiência hídrica como as gramíneas do gênero *Brachiaria*, e de técnicas mais racionais de manejo do gado, possibilitou uma redução no nível de perda da produção durante a entressafra. Resta lembrar ainda que as pastagens de capim braquiária possuem uma capacidade média anual de suporte superior a do capim jaraguá: de 1,5 unidade animal por hectare do primeiro contra 1,0 unidade animal por hectare do último, conforme afirmam TSUKAMOTO, PINHEIRO e CAMPOS (1983).

369 - Um desses grandes fazendeiros, Sr. Lafaiete, cria também cavalos puro-sangue. Além da criação do gado puro, usualmente esses proprietários realizam a engorda (terminação) de gado mestiço, comprado de produtores menores das áreas circunvizinhas ou de outros municípios. Conforme informações coletadas no escritório da Agência Rural no município, pouco mais de 10 produtores efetuam a engorda do gado através do confinamento – técnica mais intensiva em termos de necessidade de capital e mão-de-obra.

370 - O baixo nível técnico da atividade leiteira pode ser evidenciado pelo fato de que apenas 1,93% dos produtores de leite do município utilizam ordenha mecânica (tabela 09). Por outro lado, o índice de produtividade de leite no município é de 2,63% litros/cabe/ca/dia, contra 4,69 verificado no Estado de Goiás (SEBRAE-GO/PRODER, 1998). Segundo informações colhidas no município,

pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais, excetuando-se os trabalhadores membros da família, o contingente rural empregado município no ano de 1996 somava apenas 888 pessoas<sup>371</sup>.

Informações coletadas no Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de São Luiz de Montes Belos dão conta de que, no conjunto, as grandes fazendas dedicadas à pecuária de corte devem empregar aproximadamente 100 pessoas. Apesar de ser pequeno, o nível de empregos é estável, havendo a tendência de que seja mantida a base<sup>372</sup>.

Um aspecto importante assumido pelo município de São Luiz de Montes Belos foi o fato de aglutinar unidades industriais baseadas na transformação do gado e seus subprodutos. Dentre tais unidades encontram-se três laticínios<sup>373</sup> (Laticínios Morrinhos, Laticínios Montes Belos e Nestlé), um frigorífico (Frigorífico Rio Vermelho), um curtume (Bracol) e uma indústria farmacêutica (Shallom Fios Cirúrgicos), qualificados entre as principais empresas instaladas no município, como pode ser visto na tabela 27.

A análise dos dados sobre a arrecadação de ICMS do ano de 1999 (anexo III), cedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, demonstra claramente a influência da atividade pecuária sobre a vida econômica do município. Desse modo, considerando-se apenas a indústria de produtos alimentícios, que engloba a fabricação de produtos lácteos e o abate de bovinos, o setor pecuário, de forma indireta, respondeu por 46,84% da arrecadação no período<sup>374</sup>.

---

a produção média de uma vaca de raça mestiça com sangue zebuino, comumente utilizada pelos pequenos produtores, varia de 5 a 8 litros.

371 - Considerando trabalhadores permanentes e temporários. Os trabalhadores rurais membros da família somavam 2.163 pessoas. Por outro lado 553 estabelecimentos declaram não contratar trabalhadores.

372 - Estas informações foram prestadas pelo dirigente do Sindicato Rural – que congrega também trabalhadores rurais de Aurilândia – Ederjon Fernandes Braga. Conforme o mesmo, parcela considerável dos trabalhadores rurais residem na zona urbana. Entrevista realizada em 02 de dezembro de 1999.

373 - O Laticínios Morrinhos e o Laticínios Montes Belos possuem fábricas de laticínios, enquanto a Nestlé efetua no município apenas a coleta e o resfriamento do leite, que é enviado para Goiânia. A capacidade industrial instalada, segundo dados de 1996 da SEPLAN (1996), é de 300.000, 10.000 e 30.000 litros/dia, respectivamente.

374 - Na verdade, a importância da pecuária sobre a esfera econômica do município é maior, pois não foram considerados os índices referentes ao processamento do couro e a criação de animais.

Tabela 27

<b>SÃO LUIZ DE MONTES BELOS: PRINCIPAIS EMPRESAS (1998)</b>		
<b>Empresa</b>	<b>Ramo de atividade</b>	<b>Produto/Serviço</b>
Bracol	Curtume	Couro
Laticínios Morrinhos Ind.Com. Ltda.	Laticínio	Leite em pó
Shallom Fios Cirúrgicos	Indústria farmacêutica	Fios cirúrgicos
Laticínios Montes Belos	Laticínio	Queijo
SANEAGO	Serviço público	Água e esgoto
CRISA	Indústria da construção	Pavimentação/edificações
BELMONTE- Montes Belos Veículos	Comércio	Veículos
CCB	Indústria da construção	Empreiteira
Frigorífico Rio Vermelho	Frigorífico	Carne bovina
Banco do Brasil	Banco	Intermediação financeira
Caixa Econômica Federal	Banco	Intermediação financeira
Bradesco	Banco	Intermediação financeira
Banco do Estado de Goiás	Banco	Intermediação financeira
Nestlé	Posto de resfriamento	Leite
Telegoiás	Telecomunicações	Telefonia

Organização: SEBRAE-GO/PRODER (1998).

Fonte: SEBRAE-GO/PRODER (1998).

Instalada há aproximadamente 11 anos no município, a Shallom Fios Cirúrgicos tem como ramo de atividades a fabricação de fios cirúrgicos, dos quais um tipo específico, denominado '*cat gut*', utiliza um subproduto do gado, a cerosa bovina – camada externa do intestino do gado, que após o abate é convenientemente salgada e processada. O '*cat gut*', representa cerca de 30% da produção da empresa, que vende seus produtos para 21 Estados. Apesar de existir um frigorífico no município, a matéria-prima (cerosa bovina) é proveniente de frigoríficos de Minas Gerais e São Paulo. Estão em curso negociações no sentido de fornecimento por parte do Frigorífico Rio Vermelho (instalado em São Luiz de Montes Belos) de matéria-prima.<sup>375</sup> A empresa possui aproximadamente 120 funcionários.

Buscando aproveitar o grande rebanho bovino da área do município e adjacências, o Frigorífico Rio Vermelho<sup>376</sup> foi instalado em 1989, tendo em São Luiz de Montes Belos e Sanclerlândia os maiores fornecedores de gado para

Cumprir destacar que o ICMS corresponde a 85,64% da receita orçamentária estadual gerada no município.

375 - Segundo informou o proprietário, Fábio de Paula Schmidt, médico, a instalação da unidade fabril no município de São Luiz de Montes Belos deveu-se mais ao fato do mesmo (proprietário) já residir no município, que a disponibilidade de matéria-prima, pois anteriormente não houve interesse por parte do Frigorífico Rio Vermelho – FRIRIO – no sentido de fornecer a cerosa bovina. Entrevista realizada em 06 de outubro de 2000.

376 - O Frigorífico Rio Vermelho ou FRIRIO é o nome de fantasia do Frigorífico Rio Turvo Ltda. São abatidas diariamente 200 reses, em média. Informações colhidas no escritório do frigorífico.

abate. A maior parte da produção é vendida no Estado de Goiás (sendo que Goiânia consome em média 70% do gado abatido) e no Distrito Federal; pequena parcela é comercializada em São Paulo. Os subprodutos do gado abatido seguem para outros municípios. O couro é vendido para os curtumes Progresso, responsável por 90% das compras, sediado em Nazário, e Santa Luzia, de Luziânia. O sebo segue para o curtume Santa Luzia. A empresa possui 137 funcionários.

A BRACOL tem como principal atividade o processamento do couro (curtume). A matéria prima, no caso o couro verde, é comprada em frigoríficos e abatedouros situados em um raio de até 500 quilômetros da unidade industrial. O couro salgado, em distâncias maiores. Pesou na decisão de montagem da unidade industrial em São Luiz de Montes Belos, inaugurada em 1996, a questão geográfica, pois o município localiza-se a 120 quilômetros de Goiânia, aproximadamente 280 quilômetros do Estado do Mato Grosso e tem fácil acesso, através da rodovia GO-164 a Mozarlândia, no vale do rio Araguaia, onde o Grupo Bertin<sup>377</sup>, ao qual pertence a empresa, está estabelecendo um frigorífico. A capacidade de operação do curtume é de 3500 couros/dia. Na unidade de São Luiz de Montes Belos é realizado apenas o processamento inicial do couro, denominado '*wet blue*'; as demais etapas são realizadas em São Paulo e Rio Grande do Sul. Em sua maior parte, o couro é enviado para outros Estados da federação, principalmente São Paulo e Rio Grande do Sul (que concentram considerável parte das fábricas de calçado no país), e, também para o exterior.

Parte da raspa (subproduto do couro) é utilizada na fabricação de '*dog-toys*' (brinquedos para cães), sendo a unidade de São Luiz de Montes Belos responsável por 50% da produção do Grupo Bertin. Esse produto é, na sua quase totalidade, exportado para Estados Unidos e Europa.

A raspa descartada é vendida para outras indústrias, para ser transformada em gelatina<sup>378</sup>. O sebo e os restos de gordura são enviados a fábrica de sabão e detergentes do Grupo Bertin, situada em São Paulo.

---

377 - O grupo Bertin atua nos segmentos de alimentos, curtume, agropecuária, higiene e limpeza, calçados de segurança, ração e brinquedos para cães. Com matriz em Lins-SP, o grupo Bertin possui unidades industriais em São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Pará, Ceará e Rio Grande do Sul. A unidade industrial de São Luiz de Montes Belos possui 220 funcionários. Informações colhidas na sede da indústria.

378 - Dentre as quais a Mococa, de São Paulo.

Detentora da marca Leitbom, a Laticínio Morrinhos iniciou suas atividades em São Luiz de Montes Belos em 1971. A fábrica produz atualmente leite em pó, achocolatado, leite integral, leite longa vida, manteiga, iogurte e aditivos para sorvete. Cerca de 95% da produção é vendida para outros Estados. A região Nordeste consome 40% da produção de leite em pó e manteiga; Rio de Janeiro e São Paulo são grandes mercados para o leite longa vida e achocolatado. A matéria-prima (leite) utilizada nesta unidade é coletada em São Luiz de Montes Belos e municípios circunvizinhos (vide tabela 28), sendo fornecida especialmente por pequenos produtores rurais<sup>379</sup>.

Tabela 28

LATICÍNIOS MORRINHOS: REDE DE COLETA DE LEITE DE VACA DA UNIDADE INDUSTRIAL DE SÃO LUIZ DE MONTES BELOS (2000)		
Municípios	Produtores	Litros/mês
Arenópolis	359	1.020.278
Aurilândia	160	304.895
Bom Jardim de Goiás	271	535.548
Cachoeira de Goiás	071	183.456
Córrego do Ouro	141	306.972
Firminópolis	102	276.870
Iporá	408	1.030.428
Israelândia	155	303.691
Moiporá	190	350.054
Palminópolis	089	552.364
São João da Paraúna	51	120.340
São Luiz de Montes Belos	320	1.130.118
Turvânia	129	405.567
<b>Total</b>	<b>2.449</b>	<b>6.520.581</b>

Fonte: Laticínios Morrinhos (2000).  
Organização: Rodrigo Borges (2001).

Em São Luiz de Montes Belos, a Laticínios Morrinhos possui outra unidade industrial, denominada FOSBOM, voltada para a produção de concentrado animal.

379 - Há unidades industriais da Laticínios Morrinhos instalados em outros municípios que fazem parte da áreas em estudo: Sanclerlândia, Anicuns e Fazenda Nova. A planta de Sanclerlândia produz queijo prato e doce de leite, captando leite também de produtores rurais de Jaupaci, Montes Claros de Goiás, Ponte Alta, Mossâmedes e Palestina de Goiás. Em Anicuns produz-se mussarela, sendo ainda coletado leite dos municípios de Americano do Brasil e Adelândia. Na unidade de Fazenda Nova é fabricado queijo parmesão ralado, sendo a matéria-prima proveniente desse município e de Buriti de Goiás. Fora da área em estudo a Laticínios Morrinhos possui plantas industriais em Jussara e Caiapônia.

Ocupando atualmente o 10º lugar no *ranking* das maiores empresas de Laticínios do país<sup>380</sup>, a empresa Laticínios Morrinhos é responsável pela captação da maior parcela do leite produzido em São Luiz de Montes Belos e adjacências exercendo, dessa maneira, considerável influência sobre a atividade no município.

A partir da análise dos dados sobre a recepção anual de leite, número de produtores e produção diária (litros/dia/produtor) dos maiores laticínios do Brasil para o período 1997-1999, constantes na tabela 29, verifica-se que houve uma abrupta redução em relação ao número de produtores e um aumento da produção diária das 12 empresas relacionadas. Este fato evidencia alterações na cadeia produtiva do setor de lácteos, em que as empresas buscam otimizar seus custos através de maior verticalização da produção leiteira<sup>381</sup>. Neste sentido, a estratégia de expansão fabril visando garantir maior rentabilidade e melhor qualidade da matéria-prima envolve uma maior profissionalização dos produtores de leite – e, por conseguinte, elevação nos índices de produtividade – principalmente àqueles de pequeno e médio porte. Além da tendência de enxugamento das linhas de coleta de leite e, conseqüentemente, a desassociação de pecuaristas pouco produtivos, uma das principais alterações na dinâmica de captação da matéria-prima refere-se a uma gradual imposição, por parte das grandes indústrias, de que haja o resfriamento do produto ainda na propriedade rural, o que garante a qualidade do produto e melhora significativamente as condições sanitárias e de higiene.

Para adequarem-se a esta nova norma, os produtores de leite devem investir na aquisição de tanques resfriadores. Além do resfriamento do produto, esse equipamento pode efetuar também o armazenamento do leite, mantendo a qualidade do produto inalterada por alguns dias, facilitando, assim, a coleta a granel (granelização)<sup>382</sup>, que passa a efetuar-se em dias alternados, utilizando

---

380 - GONÇALVES (2000).

381 - A abertura do mercado nacional e a chamada globalização da economia, com a entrada de grandes corporações multinacionais do setor no país, como a italiana Parmalat, foram importantes pontos a dinamizar as atividades das indústrias de laticínios na década de 1990. De outro lado, houve um grande aumento na demanda interna pelos produtos lácteos no período, motivada por uma pequena elevação no poder aquisitivo da população.

382 - O processo de granelização só pode ser implementado em áreas rurais com alguma infraestrutura, pois demanda eletrificação na fazenda, do tanque de resfriamento a granel, de um caminhão de coleta, isotérmico, adaptado, com bomba de sucção para não haver contato manual com a matéria-prima, e estradas em boas condições.

caminhões tanque – o que significa a aposentadoria da coleta através dos tradicionais latões de leite.

Tabela 29

LATICÍNIOS: RANKING DAS EMPRESAS NO BRASIL (1997-1999)									
Marcas	Recepção anual das empresas (em mil litros)			Número de produtores			Produção diária (litros/dia/produtor)		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999	1997	1998	1999
1º Nestlé	1.412.608	1.357.832	1.335.886	35.089	28.920	22.512	110	129	163
2º Itambé	730.422	752.628	797.000	18.250	15.369	12.690	110	134	172
3º Parmalat	857.238	814.224	772.699	21.040	16.052	14.302	112	139	148
4º Elegê	607.198	602.514	660.209	38.537	34.402	34.402	43	48	53
5º Paulista	672.442	625.577	418.591	24.481	22.102	15.154	75	77	76
6º Batávia	273.570	274.022	296.737	11.125	10.393	7.772	67	72	105
7º Grupo Vigor	295.155	287.830	231.001	8.142	6.442	4.823	99	122	131
8º Leite Líder	141.000	165.000	192.000	5.880	6.930	8.650	66	65	61
9º Fleischmann Royal	166.000	184.000	184.857	4.000	3.000	2.640	114	168	192
10º Laticínios Morinhos	105.060	121.297	153.284	4.300	4.250	6.677	67	78	63
11º Centroleite	132.173	150.774	140.832	3.180	3.355	3.355	114	123	116
12º Danone	166.949	144.429	120.000	1.426	651	410	321	608	802
Total	5.560.115	5.480.127	5.303.096	175.450	151.926	133.367	87	99	109

Organização: GONÇALVES (2000).

Fonte: Leite Brasil e CNA (2000, *apud* GONÇALVES, 2000).

A granelização é uma perspectiva da cadeia produtiva do leite, havendo legislação que estabelece o ano de 2002 como teto para que tal processo estabeleça-se definitivamente entre os produtores do Estado de Goiás. Grosso modo, há no mercado três volumes básicos de tanque de resfriamento, com capacidades que variam entre 200 e 2000 litros (pequenos), 2000 e 6000 litros (médios), e 6000 e 12.000 litros (grandes). Para um tanque com capacidade de 2000 litros, o preço varia entre R\$10.000 e R\$12.000, enquanto um tanque de 500 litros está orçado em média a R\$4.000,00. Lançado recentemente, o mini-tanque, com capacidade para 150 litros, destinado a produtores que produzem até 75 litros/ dia, custa R\$1.900,00<sup>383</sup>.

O preço elevado faz com que muitos produtores, principalmente os de pequeno porte, retardem ao máximo o investimento. Por outro lado, motiva aqueles que tenham uma baixa produção diária a investir na atividade, caso adquiram o tanque, pois, para uma demanda de, por exemplo, 200 litros de leite por dia o investimento em um equipamento com volume de 500 litros torna o empreendimento subproveitado e economicamente desvantajoso.

383 - Valores constantes no ano de 2000.

Organizando a dinâmica modernizante em sua área de captação de matéria-prima - que tem São Luiz de Montes Belos como polo principal - a Laticínios Morrinhos está subsidiando seus produtores associados no tocante à adequação as novas normas de coleta. Nesse intuito a empresa compra o tanque de expansão, repassando-o aos produtores que não tem condições financeiras de financiá-lo. Nesta associação a empresa abre mão de ganhos de comissão sobre o repasse do equipamento, parcelando o pagamento do mesmo, que é realizado com o leite *in natura*. Normalmente, esse valor da produção corresponde a 1/30 da produção mensal, ou seja, um dia de produção, o que não onera significativamente a atividade gerencial em nível de comprometimento do orçamento para o pequeno produtor rural – segundo a empresa.

Uma alternativa encontrada pela empresa em relação a pequenos produtores, cujo pequeno volume de leite torna inviável a aquisição de tanques de resfriamento, é a utilização de equipamentos de forma comunitária ou consorciada através da montagem de pequenas cooperativas. Dessa forma, um dos proprietários rurais responsabiliza-se pelo equipamento, que fica em sua propriedade; os produtores associados encarregam-se de transportar diariamente o leite a este estabelecimento, onde fica armazenado, sendo recolhido pelo laticínio em dias alternados. A este produtor responsável pelo tanque de expansão, que normalmente tem um volume produtivo superior aos demais, é creditado pelos demais produtores associados um valor, referente às despesas com instalação e manutenção do equipamento, como, por exemplo, energia elétrica.

Para a empresa a granelização é vantajosa sob vários aspectos. De início, permite uma melhor manutenção da qualidade do leite *in natura*<sup>384</sup>, com reflexo na qualidade dos demais produtos lácteos e, conseqüente, aumento na rentabilidade no processo produtivo<sup>385</sup>. De outro modo, há uma redução nos custos de produção com minimização do transporte e o fechamento dos postos de resfriamento mantidos pela indústria; por fim, tem-se uma alteração na relação

---

384 - Uma das conseqüências mais comuns da coleta realizada no sistema tradicional, através do uso de latões, é a elevação da acidez do leite, decorrente da exposição do produto por várias horas à temperatura ambiente, e da não observância de condições ideais de assepsia dos vasilhames.

entre o volume de leite e o número de produtores, que se torna inversa na razão do aumento da produção *per capita* e na redução da quantidade de pecuaristas associados à empresa, atenuando os gastos com a captação da matéria-prima.

Em razão da coleta da matéria-prima realizar-se em dias alternados, reduzem-se à metade o percurso mensal percorrido pelos caminhões da empresa e os demais gastos com transporte. Tendo em vista que há uma cobrança, por parte da empresa juntamente aos produtores, de 10% do valor da produção pelo transporte do leite, com esse sistema este custo passa a ser de 5%

Com o armazenamento do leite resfriado nas propriedades rurais por um período de 48 horas, a matéria-prima pode fluir diretamente destas para as unidades beneficiadoras de leite da empresa, o que torna desnecessários muitos dos postos de resfriamento mantidos pela empresa, que estão sendo paulatinamente desativados<sup>386</sup> - implicando, por extensão, na redução dos custos operacionais e de mão-de-obra.

Estas alterações na estrutura produtiva são imperiosas para o laticínio por possibilitarem uma diminuição nos custos de produção e um ganho de escala nos produtos lácteos industrializados, que agregam mais valor – ainda mais se for considerado que grande parcela das grandes empresas do setor estão em fase adiantada na implementação do processo.

Voltando à tabela 29 (Laticínios: *Ranking* das Empresas no Brasil (1997-1999)), observa-se que a Laticínios Morrinhos contrariou uma tendência geral das grandes empresas do setor lácteo de enxugar o quantitativo de produtores associados, em prol de elevar a produtividade média diária. A estrutura produtiva da bacia leiteira na qual a empresa concentra a captação da matéria-prima, que abrange a quase totalidade da área em estudo<sup>387</sup>, é tradicionalmente organizada por uma atividade leiteira de subsistência, sendo desenvolvida, em sua grande parte, por pecuaristas descapitalizados. Dessa maneira, para suprir a necessidade de maior volume de leite, decorrente da

---

385 - Dentre as vantagens para a indústria em relação a melhoria da qualidade do leite, está o aumento na produção do soro, empregado na fábrica de bebidas lácteas, como achocolatados, e de aditivos, empregados no preparo de sorvetes.

386 - Um dos postos de resfriamento de leite fechados recentemente pela Laticínios Morrinhos foi o de Ivolândia.

387 - De acordo com dados fornecidos pela empresa, no ano de 2000 convergia para a Laticínios Morrinhos a produção leiteira de 2.734 produtores na área em estudo.

grande expansão das atividades industriais da empresa, houve a necessidade de associar grande número de pequenos produtores.

Como pode-se constatar pela tabela 30 – São Luiz de Montes Belos: Produção de Leite de Vaca por Grupos de Área Total (1996) – os estabelecimentos pequenos (com até 100 hectares) concentram pouco mais de 77% dos produtores e metade do volume de leite produzido no município<sup>388</sup>. Um dado importante é que os estabelecimentos com superfície entre 100 e 200 hectares, ou seja, de médio porte, são responsáveis por praticamente a quarta parte do leite vendido, embora representem apenas 13,5% do total de produtores. Enquanto isso os produtores de leite que possuem estabelecimentos com menos de 50 hectares, perfazendo 59,82% do total de produtores informantes, respondem por 30,63% do leite vendido. Apesar de ser mais expressivo em termos quantitativos, o último segmento é o que detêm o menor nível técnico, enfrentando grandes problemas para manter-se ativo.

Cabe aqui destacar que, no intuito de estimular o aumento da produtividade entre os produtores associados, e, ao mesmo tempo, cooptar os maiores fornecedores, a empresa pratica valores diferenciados conforme o volume produzido. Assim, os preços pagos são menores para um volume de até 50 litros diários e, mais elevado para quem entrega acima de 200 litros de leite por dia<sup>389</sup>.

A competição das empresas pelo mercado de captação de leite junto aos médio e grandes produtores, sobretudo aqueles que produzem em maior escala, fez com que a empresa investisse em vantagens a produtores associados como: corpo técnico, veterinários, agrônomos, convênios com lojas de produtos

---

388 - Não obstante a extração do leite de vaca ter sido realizada em aproximadamente 85% dos estabelecimentos rurais que desenvolviam a atividade pecuária no município de São Luiz de Montes Belos no ano de 1996 – conforme dados do IBGE (1998) – a proporção de pequenos produtores em relação à pecuária leiteira é maior. Esta asserção alicerça-se na tabela 31 (São Luiz de Montes Belos: Produção de Leite de Vaca Segundo a Finalidade do Rebanho (1996)), onde pode ser constatado que, do total de estabelecimentos que produziram leite, 29,22% tinham como finalidade o gado de corte, ou seja, eram médios e grandes estabelecimentos.

389 - Uma alternativa encontrada pelos pequenos produtores a esta estratégia da empresa, é a migração para indústrias que remuneram melhor. De acordo com informações colhidas junto ao presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sanclerlândia, senhor Cassimiro Ramiro Garcia, com a redução dos valores pagos pela Leitbom, parte dos produtores do município passaram a entregar o leite em outra unidade fabril, denominado Coala.

veterinários, cessão de reprodutores para melhoramento genético do plantel<sup>390</sup>, e subsídio a granelização. Outro benefício aos produtores associados é a venda, a preços inferiores ao varejo, de complemento mineral, produzido pelo grupo empresarial na cidade de São Luiz de Montes Belos, na unidade industrial denominada FOSBOM.

Tabela 30

SÃO LUIZ DE MONTES BELOS: PRODUÇÃO DE LEITE DE VACA POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL (1996)							
Grupos de área total	Produção				Venda		
	Infor- mantes	Vacas ordenhadas	Quantidade (mil litros)	Valor (mil reais)	Infor- mantes	Quantidade (mil litros)	Valor (mil reais)
Menos de 10	96	493	483	105	52	340	76
Menos de 1	3	7	8	3	1	6	3
1 a menos de 2	6	34	34	6	4	25	4
2 a menos de 5	31	123	105	28	12	56	17
5 a menos de 10	56	329	337	68	35	265	52
10 a menos de 100	447	6.440	6.227	1.291	392	5.651	1.167
10 a menos de 20	113	893	849	183	85	644	136
20 a menos de 50	211	2.923	2.937	596	187	2.692	547
50 a menos de 100	123	2.624	2.442	512	120	2.315	484
100 a menos de 1.000	151	5.597	5.847	1.181	143	5.661	1.137
100 a menos de 200	95	2.981	3.037	606	92	2.938	582
200 a menos de 500	43	1.627	1.603	321	38	1.533	306
500 a menos de 1.000	13	989	1.207	254	13	1.190	248
1.000 a menos de 10.000	8	207	355	71	8	346	69
1.000 a menos de 2.000	7	187	330	66	7	322	64
2.000 a menos de 5.000	1	20	25	5	1	24	5
5.000 a menos de 10.000	-	-	-	-	-	-	-
Total	702	12.733	12.913	2.647	595	11.998	2.449

Organização: IBGE (1998).

Fonte: IBGE (1998).

Não se pôde mensurar até que ponto houve influência da política adotada pela agroindústria Laticínios Morrinhos, contudo os números mais recentes da pecuária bovina em São Luiz de Montes Belos (Tabela 32)<sup>391</sup> indicam

390 - O aumento da competição pelo mercado de captação de leite, motivou a empresa a instalar uma granja de reprodutores para melhoramento genético do plantel no município de Palminópolis há aproximadamente 8 anos. Os reprodutores são trazidos da região de Carambei, Estado do Paraná, ficando em uma espécie de quarentena no período de aproximadamente 120 dias para aclimação às condições do Centro-Oeste - carrapatos, clima, manejo, pastagens; no final do período tomam injeções para adquirirem anti-corpos aos carrapatos e outros agentes. Apesar de tais cuidados alguns não resistem e morrem. Normalmente são comprados reprodutores holandeses PO. Após este período os reprodutores são cedidos aos produtores de leite associados durante um determinado período, respeitando a relação de 1 touro para 45 vacas/mês, sendo cobrados destes apenas o valor referente aos custos de compra e manutenção dos reprodutores, sem lucros para a empresa.

391 - A diferença entre os dados referentes a atividade pecuária em São Luiz de Montes Belos no ano de 1996, sentida por intermédio da comparação entre as tabelas 04 (Efetivos da Pecuária Bovina nos Municípios da Área da GO-060 e Estado de Goiás (1950-1996)) e 32 (São Luiz de

um contínuo crescente da produção de leite e, inversamente, uma redução no quantitativo de vacas ordenhadas, o que demonstra um ganho de produtividade no setor leiteiro<sup>392</sup>.

Tabela 31

**SÃO LUIZ DE MONTES BELOS: PRODUÇÃO DE LEITE DE VACA SEGUNDO A FINALIDADE DO REBANHO (1996)**

Finalidade do rebanho	Produção				Venda		
	Infor-Mantes	Vacas ordenhadas	Quantidade (mil litros)	Valor (mil reais)	Infor-Mantes	Quantidade (mil litros)	Valor (mil litros)
Corte	205	4.195	4.249	866	167	4.000	812
Cria	93	1.331	1.170	239	72	1.046	214
Recria	30	377	430	94	22	392	84
Engorda	3	42	47	9	1	36	7
Cria e recria	62	1.779	1.689	340	57	1.636	329
Cria e engorda	4	147	237	48	2	229	46
Recria e engorda	5	172	222	44	5	219	44
Cria, recria e engorda	8	347	452	90	8	442	88
Leite	424	7.212	7.310	1.507	368	6.785	1.391
Corte e leite	73	1.330	1.354	275	60	1.213	246
Trabalho	-	-	-	-	-	-	-
Total	702	12.737	12.913	2.647	595	11.998	2.449

Organização: IBGE (1998).

Fonte: IBGE (1998).

Todavia, para muitos dos pequenos produtores de leite há uma grande dificuldade a adequarem-se aos critérios de produtividade e eficiência exigidos pelas agroindústrias do setor lácteo. Um ponto importante nesse aspecto é a baixa taxa de retorno da atividade leiteira ao pequeno produtor, não obstante esta represente normalmente sua maior, ou mesmo a única, fonte de renda. A produção média diária entre os produtores que fornecem à Laticínios Morrinhos foi de 63 litros de leite no ano de 1999 (tabela 29). Utilizando-se por base o preço médio pago pelo Laticínio em outubro de 2000, cerca de R\$0,32 o litro, este produtor auferir uma renda mensal de R\$604,80 - aproximadamente 3,36 salários

Montes Belos: Rebanho Bovino Total, Vacas Ordenhadas e Leite Produzido (1996)), deve-se a variação nas metodologias de coleta do IBGE.

392 - A elevação da produção leiteira na década de 1990 foi um fenômeno que ocorreu não apenas em São Luiz de Montes Belos, mas no Estado de Goiás como um todo. Segundo dados do Sindileite (2000, *apud ESTADO é o 2º maior produtor de leite: setor se moderniza e busca conquistar novos mercados. O Popular, Goiânia*, 04 jun. 2000. Suplemento, Os Maiores do ICMS, p. 22.), de 5º maior produtor nacional em 1990 (1,072 bilhão de litros de leite produzidos), Goiás passou a ser o 2º produtor do país (2,297 bilhões de litros) sendo responsável pela 10ª parte da produção brasileira. Outra informação importante é a estimativa de que 90% do leite produzido em Goiás (*in natura* ou sob a forma de derivados) destina-se aos mercados de outros Estados, principalmente de São Paulo e Minas Gerais.

mínimos<sup>393</sup>. Desse valor, o produtor rural deve deduzir os custos de produção com o rebanho (insumos, medicamento, concentrado mineral, silagem na estação seca), de transporte do leite ao Laticínio, e de eventuais gastos na manutenção da infra-estrutura da propriedade (cercas, currais, porteiras, mata-burros, etc.), obtendo assim, seu orçamento familiar.

Tabela 32

SÃO LUIZ DE MONTES BELOS: REBANHO BOVINO, VACAS ORDENHADAS E LEITE PRODUZIDO (1993-1998)						
Período	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Rebanho total	120.000	115.000	120.000	120.000	105.000	116.000
Vacas ordenhadas	25.400	26.000	27.000	14.000	15.000	16.100
Leite produzido	13.500	14.040	15.000	14.500	15.000	16.710

Organização : Rodrigo Borges (2001).

Fonte: IBGE (1999a).

Tratando-se dos produtores com volume inferior a 50 litros diários, a dificuldade é ainda maior, visto que o preço pago pela indústria é mais baixo.

Outro agravante da atividade leiteira é a constante oscilação do preço da matéria-prima, que afeta especialmente a produção em pequena escala, que não tem condições de absorver eventuais aumentos nos custos<sup>394</sup>.

Na visão de um especialista em gerenciamento rural, engenheiro agrônomo, instalado no município de São Luiz de Montes Belos há aproximadamente 20 anos, juntamente com a infra-estrutura produtiva inadequada, e a descapitalização, a inexistência de organização coletiva é outro grande fator de desestruturação do pequeno produtor perante a atual dinâmica do setor pecuário:

393 - Com base no salário mínimo atual – R\$180,00. Deve-se ainda lembrar que o preço do leite não é homogêneo no Estado de Goiás, sendo mais baixo em áreas distantes das indústrias, dentre outros motivos, devido ao custo de transporte até estas ser mais elevado. O preço médio pago ao produtor no Estado de Goiás no ano de 2000 foi de R\$0,27.

394 - Cumpre ressaltar que comumente há uma variação do preço do leite ao longo do ano, decorrente de uma menor oferta na estação seca (entressafra), o que promove uma ligeira alta no período. A situação cambial favorável as importações nos últimos anos, redundou em algumas alterações nesta dinâmica, pois na entressafra os grandes Laticínios passaram a valer-se do leite importado, regulando o mercado em prejuízo dos produtores rurais. Por outro lado, a oferta do leite no mercado interno, principalmente no Estado de Goiás, apresentou contínua expansão na década de 1990, auxiliando a deprimir os preços. Dessa maneira, o preço médio do litro de leite no Estado de Goiás, de acordo com dados dos Sindicatos Rurais e Federação da Agricultura do Estado de Goiás (*apud* MELO, 2000), passou de R\$0,37 em 1991, para R\$0,24 em 1998, obtendo ligeira elevação em 1999 (R\$0,27). A desvalorização da moeda nacional frente ao dólar no ano de 2000, refletiu-se na queda do nível de importação do leite, entretanto fomentou uma alta dos insumos. Dessa maneira, a pecuária leiteira continua com a rentabilidade baixa.

*“Há alto custo de produção porque ele [produtor] compra individualizado lá fora da porteira. O seu adubo, quer seja uma tonelada, meia, ou dez sacos, ele compra sozinho. (...). É desinformação do agronegócio. O tradicionalismo dele é ali: levantar cedo, tirar cinqüenta, sessenta litros de leite, pôr na carroça e levar para o laticínio, pegar e voltar para casa. Isolado, descapitalizado, o lucro com resultado negativo, porque eles não sabem quanto custa, não sabe quanto ele pagou, ele não sabe para quem vende. Na hora que vai vender, fora da porteira, ele vende para o primeiro preço que oferecer e aí o poder de barganha dele com a indústria de laticínio é baixo. (...). Então falta essa organização aqui para poder reivindicar, para brigar, para organizar, melhorar a produção do município (...).”<sup>395</sup>*

Assim, partindo do pressuposto de que num futuro não distante a Laticínios Morrinhos, acompanhando a tendência delineada pela agroindústria láctea, deva concentrar a captação da matéria-prima em pecuaristas leiteiros que produzam em maior escala e disponham de tanques de resfriamento – ou seja, que detenham capacidade de investimento financeiro – há uma perspectiva para que considerável quantidade de produtores seja excluída da cadeia produtiva formal.

É importante ressaltar que mesmo o que se tem mostrado como alternativa para que os pequenos produtores tenham condições de adequar-se à granelização, qual seja, a adoção de tanques de expansão comunitários, não pode ser considerada uma solução definitiva. Dois são os motivos principais. O primeiro é que não há ganho de qualidade devido às diferenças da matéria-prima<sup>396</sup>. O segundo problema é o tempo que se leva para que o leite de cada produtor chegue ao tanque para ser resfriado: se for demasiadamente longo, há comprometimento nas condições de conservação de todo o volume armazenado no tanque. Não havendo resolução dessas questões, há o risco futuro de as empresas reduzirem o valor da remuneração da matéria-prima ou privilegiarem produtores que ofereçam leite de melhor qualidade em detrimento destas associações.

395 - José Francisco Pinto Filho, chefe do escritório da Agência Rural do Estado de Goiás em São Luiz de Montes Belos. Entrevista realizada em 04 de outubro de 2000.

396 - Esse aspecto foi levantado por um sítante de São Luiz de Montes Belos, senhor Amado Paulo da Cruz. Segundo o mesmo, a granelização não é vantajosa para os pequenos produtores em razão de que a má qualidade da matéria-prima de uma propriedade rural reflete-se na queda do nível da produção coletiva, a partir do momento em que todo o leite é depositado em um mesmo tanque de expansão. Outra questão abordada, foi o risco de não haver consenso na

Algumas alternativas impõe-se aos produtores que serão alijados da cadeia produtiva formal (vide uma das entrevistas realizadas junto a pequenos produtores de leite no anexo I). Parte destes devem proletarizar-se, oferecendo sua mão-de-obra na cidade, já que a demanda na zona rural é baixa, face ao domínio da atividade pecuária, como já foi visto anteriormente. A venda das propriedades e a migração para áreas rurais mais distantes (como o norte do Mato Grosso), para a capital do Estado, ou mesmo para o exterior<sup>397</sup>, pode ser o destino para outro grupo. A criação de bezerros para o corte é outra opção dos produtores de leite<sup>398</sup>. Uma grande maioria deverá comercializar o leite com laticínios de pequeno porte, cujo nível de exigência em relação a matéria-prima é menor, e também migrar para o grande mercado informal, acompanhando uma tendência delineada em toda a década de 1990 no país.

O setor informal detém uma considerável parcela do mercado de leite *in natura*, queijos, doces e outros derivados em todo o país, sendo responsável por 43,5% de todo o leite fluído produzido no ano de 1998. Os grandes laticínios buscam competir nesse grande mercado. Paradoxalmente, a medida em que impõem critérios de eficiência e produtividade, “achatam” o valor da matéria-prima e excluem da cadeia produtiva formal os produtores que não tem condições de adequar-se a tais normas, as indústrias municiam o crescimento da quantidade de queijeiros e leiteiros que vendem seus produtos acondicionados em caixas de isopor ou em latões nas cidades. Este fenômeno pode ser comprovado pelo fato de que, entre 1990 e 1998, enquanto a produção formal de leite cresceu 18,06% no Brasil, o produto informal registrou um incremento da ordem de 79,32%<sup>399</sup>.

---

administração do empreendimento por parte dos produtores associados, o que pode refletir-se negativamente na sua consolidação.

397 - Informações coletadas junto a moradores da cidade indicaram que nos últimos anos, cerca de 2 a 3 centenas de pessoas migraram de São Luiz de Montes Belos para os Estados Unidos. Através da remessa de dinheiro do exterior a familiares, estes migrantes, partes dos quais egressos da zona rural, têm adquirido residência e propriedades rurais no município.

398 - A venda de bezerros para pecuaristas especializados em recria e engorda é uma fonte de renda sazonal dos produtores de leite. Para aqueles que dedicam-se apenas a esta atividade o retorno financeiro é baixo, visto que as pequenas propriedades não dispõem de área suficiente para a manutenção de grandes quantidades de reses, além do fato da taxa de nascimento dos bovinos ser relativamente baixa, cerca de um bezerro por ano. O valor médio de um bezerro para corte situa-se entre R\$200,00 e R\$300,00, variando de acordo com a idade, sexo e raça do animal.

399 - Conforme dados disponíveis em MELO (2000). No período a produção de leite, englobando os setores formal e informal, cresceu 38,68%, passando de 14.484 bilhões de litros em 1980, para 20.087 bilhões de litros em 1998. No Estado de Goiás há uma estimativa de que aproximadamente 40% do leite produzido advenha de produtores clandestinos, ou seja, que não passam pelo crivo da fiscalização sanitária (municipal, estadual ou federal) ou da receita fazendária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito do entendimento dos traços gerais do processo de estruturação do espaço circunscrito enquanto área de influência da rodovia GO-060 cabe, com efeito, uma referência especial à dinâmica de expansão capitalista que se pôs em marcha no país na década de 1930. Essa dinâmica foi impulsionada por intermédio de estratégias e ações implementadas pelo Estado, objetivando ocupar e articular economicamente frações isoladas do território nacional, no intuito de viabilizar um processo de produção e consumo. Neste contexto, a abertura do eixo viário da GO-060, então denominada GO-3, iniciada na segunda metade da década de 1940, teve o sentido de dinamizar a expansão da fronteira demográfica e econômica sobre vastas extensões livres.

Respondiam positivamente a esse engajamento as potencialidades que a atual área de influência da rodovia GO-060 oferecia naquele momento, principalmente a presença de espaços vazios ou tenuemente ocupados, parte dos quais compostos por solos férteis recobertos por formações florestais, passíveis de acomodar as grandes levas de migrantes que buscavam a área com intenção de "fazer a vida".

No âmbito interno da área em estudo, a agregação de novos espaços ao processo produtivo foi condicionada pela viabilização de canais de acesso aos mercados dinâmicos da porção meridional do Estado de Goiás, papel desempenhado pela rodovia GO-060, implantada no decurso da década de 1950.

Em traços gerais, o modelo de conquista e ocupação do espaço, marcado por acentuada ruralização, teve por base econômica o avanço horizontal das práticas agrícolas, e na sua retaguarda a atividade pecuária. Nas extensões cobertas por cerrado, inicialmente desprezadas pela agricultura, a ocupação era norteadada pelo pastoreio extensivo. Espacialmente, tal processo delineou-se, grosso modo, de leste para oeste, acompanhando o sentido do eixo viário em questão. Ao findar a década de 1950, este movimento de ocupação, tipicamente pioneiro, havia ultrapassado o domínio das áreas florestais e avançava em direção às extensões marginais ao Araguaia, que seriam incorporadas definitivamente ao processo produtivo no transcurso do decênio seguinte.

De forma geral, no desenrolar do decênio de 1960 foram cumprindo-se as condições fundamentais para que se intensificasse a ocupação dos espaços produtivos, especialmente na porção ocidental da área em estudo, que usufruía de melhores condições de circulação e, também, maior proximidade geográfica ao centro dinâmico do Estado. A essas condições primordiais (apossamento da terra, interligação aos mercados consumidores, certa quantidade de capital, disponibilidade de mão-de-obra) deveriam ser somadas as condições naturais favoráveis às práticas agropecuárias.

Com o delineamento da fronteira econômica sobre a área em estudo na década de 1960, esta passa a adquirir maior dinamismo. Concretizada a apropriação inicial das terras, verificou-se uma redução no ritmo de entrada de novos migrantes, e o parcelamento de algumas das antigas fazendas passa a ser o maior responsável pela dinamização da ocupação e povoamento do espaço rural. Um novo movimento registrado nesse período foi a entrada de fazendeiros de São Paulo, Minas Gerais e sul de Goiás.

No decurso da década de 1970 a dinâmica de ocupação espacial da área em estudo, como também de todo o território goiano, sofreu grandes mudanças, em decorrência de um amplo processo de reestruturação produtiva, levada a efeito pelo Governo Federal. Em um sentido geral, tais transformações — apoiadas essencialmente na adoção e no emprego de equipamentos mecânicos e de insumos de origem industrial — tiveram o propósito de intensificar as atividades produtivas, sob formas de produção mais capitalistas. De outra forma, abriram uma nova perspectiva para a utilização agrícola dos solos do cerrado, com seu maior aproveitamento por lavouras e pastagens plantadas. Na área de influência da rodovia GO-060 a intervenção específica do Estado visando a modernização das atividades produtivas ocorreu por intermédio da instalação de um pólo do Programa POLOCENTRO no município de Piranhas. Tais estímulos reverteram-se em significativa expansão na superfície ocupada por lavouras e pastagens plantadas, abrindo também nova perspectiva à bovinocultura. Como reflexo das transformações vivenciadas no período houve uma ampliação do nível de urbanização, e diversas cidades experimentam uma dinamização nos investimentos em equipamentos urbanos e na infra-estrutura de comércio e serviços.

A partir da década de 1980 a pecuária emergiu enquanto atividade primaz de ocupação do espaço agrário. Por necessitar de poucos braços, houve uma elevação no fluxo de saída da população rural, que já se fazia intenso na década anterior, quando a agricultura comandava a vida econômica. Desde então, como foi demonstrado neste trabalho, o padrão de organização espacial atrelado a atividade criatória tornou-se uma característica marcante da organização do espaço na área de influência da rodovia GO-060.

Beneficiando-se das condições de circulação proporcionadas pelo eixo viário da GO-060 - que permitem grande articulação interna a área em estudo, desta com a capital goiana, com outras regiões de Goiás e com o vizinho Estado do Mato Grosso - o sistema de produção pecuária fundamenta-se nas atividades de corte e leite, estando assentado sob uma grande rede de captação e transformação da produção, sob a qual atuam diversos frigoríficos e laticínios, os quais produzem para o mercado goiano e exportam para diversos outros Estados do país.

Contudo, não obstante gravar uma homogeneidade à fisionomia da paisagem, a atividade pecuária revela nuances diferenciadas, vinculadas a forma de organização da produção, vantagens de ordem locacional e, também, às condições naturais. Embora o sistema de produção pecuária mescle, em toda a área da GO-060, empreendimentos familiares com um mínimo de tecnificação e organizações empresariais capitalizadas, na porção oriental da área em estudo, compreendendo na sua quase totalidade o antigo domínio do "Mato Grosso de Goiás", denota-se um padrão de organização agropecuária mais intenso, considerando-se fatores como manejo das pastagens e densidade do rebanho, no qual concentra-se um percentual significativo de fazendas especializadas na terminação do gado. Na porção ocidental, domínio de formações savanícolas, a condução dos sistemas de criação faz-se de forma menos intensa, havendo uma preponderância de propriedades rurais especializadas nas fases iniciais de desenvolvimento (cria e recria), considerando-se totalidade do rebanho. É interessante notar que, em certa medida, espacialmente tais padrões vinculados a bovinocultura superpõem-se àqueles circunscritos aos subespaços que, no início do processo histórico de ocupação da área em estudo, individualizavam-se em função das condições naturais, principalmente da fisionomia vegetal.

O quadro urbano atual é comandado por quatro cidades principais: Anicuns, São Luiz de Montes Belos, Iporá e Barra do Garças, que se destacam pela distribuição de bens e serviços a nível local. Ao percorre-las vislumbra-se uma certa vitalidade. Reforça esta afirmação a sua atividade bancária e comercial, que não se limita a venda de produtos de primeira necessidade, havendo também aqueles supérfluos, de acordo com o poder aquisitivo da maioria da população, como automóveis.

Todavia, uma maior dinamização das atividades terciárias nessas cidades torna-se prejudicada pela crescente influência da cidade de Goiânia sobre a vida de relações dos centros urbanos da área em estudo. Esta questão, que merece um estudo aprofundado, guarda vínculo com a melhoria das condições de circulação e a maior popularização do transporte automotivo individual ocorridos nas duas últimas décadas.

Cabe indagar acerca do futuro das principal atividade econômica desenvolvida no agrário da área de influência da rodovia GO-060. Dispondo de condições objetivas para sua expansão, dentre as quais vastas extensões ainda subaproveitadas nos espaços marginais ao rio Araguaia, a atividade pecuária pode vir a ampliar sua importância no contexto econômico estadual em um futuro próximo. Em razão das potencialidades de ganho de capital proporcionados pela transformação do leite e da carne, certamente deve ser ampliado o nível de investimentos de laticínios, frigoríficos e curtumes na área da GO-060, fato que deve provocar a elevação dos fluxos de modernização por parte do setor industrial junto aos produtores rurais. Todavia, a questão tecnológica, que afeta diretamente a realização da pequena produção, deve continuar a constituir-se no principal desafio à sua reprodução, especialmente aos produtores que serão aliados da cadeia produtiva formal.

Existem outras atividades que devem registrar expansão, e podem vir a imprimir um novo arranjo a paisagem num horizonte futuro, a começar pela agricultura, bastante representativa em toda a área em estudo até os primeiros anos da década de 1980. Além do milho, que apresentou sucessivas ampliações na área cultivada no decênio anterior, também o cultivo de hortifrutigranjeiros passou a atrair investimentos de produtores rurais nos últimos anos, existindo por toda a área em estudo diversas lavouras comerciais de maracujá, melancia,

banana, e guariroba -- esta última concentrada em sua maior parte no município de Aurilândia. Outras possibilidades que podem ser abertas são a extração de blocos de granito, realizada atualmente em Piranhas, Iporá e Jaupaci, embora de forma ainda tímida, tendo em vista a dimensão das reservas e o mercado regional potencial; e o eco-turismo, atividade ainda incipiente na área em estudo, mas com boa perspectiva de crescimento em razão da facilidade de acesso a Goiânia, principal mercado emissor de turistas do Estado e sobretudo dos atrativos naturais (cachoeiras, *canyons*, praias fluviais) localizados na bacia do Araguaia, especialmente em Piranhas e Aragarças<sup>400</sup>.

Finalmente, torna-se necessário fazer referência às alterações impostas pelos homens ao meio ambiente ao longo do processo de ocupação mediatizado pela implantação do eixo viário da GO-060, sentidas no extermínio da vegetação nativa, no enfraquecimento da terra, na degradação das pastagens, no assoreamento dos rios, no contato com antigos moradores - fenômeno, aliás, comum a todo o Estado de Goiás e que já começa a comprometer o desenvolvimento das atividades agropecuárias e o abastecimento das cidades.

---

400 - Há que se esclarecer que, embora Aragarças receba um significativo contingente de visitantes durante a vazante do Araguaia (meses de maio a setembro, aproximadamente), período em que formam-se diversas praias fluviais nas margens do rio, a renda auferida pela atividade turística ao município não é elevada. Em grande medida tal fato decorre em função da estrutura de comércio e serviços (supermercados, lanchonetes, bares, restaurantes, hotéis, etc.) da cidade ser inferior àquela de Barra do Garças, cidade posicionada na margem oposta do rio, que atrai a atenção do turista acampado em Aragarças, especialmente no período noturno. Todavia, nas últimas temporadas foram implementadas ações por parte do poder público municipal, com auxílio do governo estadual (por intermédio da Agência Goiana de Turismo - AGETUR), no sentido de promover uma maior dinamização da atividade turística em Aragarças, tomando-a a mais rentável aos diversos setores vinculados ao segmento no município.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, José Marques de. *Estradas alargam as fronteiras de Goiás. O Popular*, Goiânia, 24 nov. 1967. Caderno 2, p. 12.
- ALHO, Cleber J.R.; MARTINS, Eduardo de Souza (ed.). *De grão em grão, o Cerrado perde Espaço (Cerrado – Impactos do processo de ocupação)*. Brasília: WWF, 1995. 66 p.
- ARTIAGA, Zoroastro. *História de Goiás*. Relatos de acontecimentos históricos goianos de 1592 a 1946. Goiânia, 1961. 155 p. t. 2.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *A Questão do território no Brasil*. Geografia: Teoria e Realidade. São Paulo/Recife: Hucitec/IPESPE, 1995. 135 p.
- BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. *Região da estrada do boi: usos e abusos da natureza*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997. 155 p.
- \_\_\_\_\_. *Vão do Paraná – A estruturação de um território regional*. São Paulo: FFLCH/USP, 1997, 320 p. [Tese de Doutorado em Geografia]. (mimeo.).
- BECKER, Bertha, K.; EGLER, Cláudio Antônio. G. *Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 267 p.
- BERTRAN, Paulo. *Formação Econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978. 160 p.
- \_\_\_\_\_. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN, Goiânia: Ed. da UCG, 1988. 148 p.
- BEZERRA, Eliane de Lima et. al. *Capacidade de uso dos recursos naturais renováveis*. In: Brasil. Ministério da Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais. Folha SE.22 Goiânia. Rio de Janeiro: RADAMBRASIL, 1983. 768 p. p. 641-678. v. 31.
- BRAGA, Maria Lúcia de Santana. *As políticas desenvolvimentistas e ambientais brasileiras e seus impactos na região dos Cerrados*. In: DUARTE, Laura Maria Goulart; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (orgs.). *Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade*. Coleção Regio Montano Campestris. Brasília: Paralelo 15, 1998. 300 p. p. 93-123. Prefácio Bursztyn, Marcel.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Representações do trabalho entre lavradores de Mossâmedes*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RAMALHO, José Ricardo. *Campesinato Goiano: três estudos*. Coleção Documentos Goianos, nº 16. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1986. 156 p. p. 119-156. Prefácio Moreyra, Sérgio Paulo.
- BRUNHES, Jean. *Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. 547 p. Prefácio Deffontaines, Pierre.

- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)*. Campinas: Global, 1985.
- CARDOSO, Maria Francisca Thereza C. Cardoso. *Organização urbana*. In: Geografia do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 268 p. p. 189-240. v. 1.
- CASTELLS, Manoel. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 572 p. v. 1. Tradução Majer, Roneide Venancio.
- C.E.F. *Perfil do município de Iporá –GO: parceria para desenvolvimento*. Goiânia, 1999. 50 p. (mimeo.).
- CIGOLINI, Adilar Antônio. *A fragmentação do território em municípios: um resgate histórico*. In: Revista Paranaense de Geografia. Curitiba: AGB, 2000. 99 p. p. 55-65. n.º 5.
- CARVALHO, Armando Cruz de. *Israelândia: história e atualidade*. Iporá: O.G., 1996. 53 p.
- CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. *Iniciativas atuais de colonização em Goiás*. In: SOUZA, João Gonçalves de et. al. Goiás: uma nova fronteira humana. Rio de Janeiro, 1949. 237 p. p. 179-208.
- CORRÊA, Roberto Lobato (coord.). *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro: IBGE/ MHU, 1987. 187 p.
- \_\_\_\_\_. *A rede urbana*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1994. 96 p.
- \_\_\_\_\_. *Interações espaciais*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Explorações Geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 367 p. p. 279-318.
- COSTA, Célio. *A economia contemporânea de Goiás*. Goiânia: O Popular, 1987. 264 p.
- CUNHA, Aécio S. (coord.). *Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados*. Estudos de Política Agrícola, n.º 11. Brasília: IPEA, 1994. 256 p.
- DAYRELL, Eliane Garcindo. *Colônia Agrícola Nacional: análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste*. Goiânia: ICHL/UFG, 1974. 165 p. [Dissertação de Mestrado em História]. (mimeo.).
- DISCURSO do Excelentíssimo Governador José Ludovico de Almeida. *O Popular*, Goiânia, 09 jan. 1956. p. 7-8.

- DOLES, Dalísia Elizabeth Martins (coord.). *Interpretação histórica da economia de Goiás e posicionamento do setor agropecuário no contexto económico e social da região*. Goiânia: CEPA/GO, 1980. 185 p. (mimeo.).
- DOLFUSS, Olivier. *A análise geográfica*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973. 130 p. Tradução Dantas, Heloysa de Lima.
- DUARTE, Lyz Elizabeth Amorim Melo. *O poder e a estrutura agrária nos municípios de Ceres e Jaraguá-GO: uma análise comparativa*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. 356 p. [Tese de doutoramento em História]. (mimeo.).
- ESTADO é o 2º maior produtor de leite: setor se moderniza e busca conquistar novos mercados*. *O Popular*, Goiânia, 04 jun. 2000. Suplemento, Os Maiores do ICMS, p. 22.
- ESTEVAN, Luís. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação económica de Goiás*. Goiânia: Ed. do Autor, 1998. 276 p.
- FAISSOL, Speridião. *O "Mato Grosso de Goiás"*. Biblioteca Geográfica Brasileira, n.º 9. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. 140 p. Prefácio Coelho, Djalma Polli.
- FILGUEIRAS, Tarciso S.; WECHSLER, Francisco S. *Pastagens nativas*. In: DIAS, Bráulio F. de (coord.). *Fundação Pró-Natureza. Alternativas de Desenvolvimento dos Recursos Naturais Renováveis*. Brasília: IBAMA, 1992. 89 p. p. 47-49. Apresentação Pádua, Maria Tereza Jorge de.
- FRANÇA, Basileu Toledo. *Cavalo de rodas*. Goiânia: Oriente, 1979. 320 p.
- FRANÇA, Maria de Souza. *Povoamento do Sul de Goiás: 1872-1900: estudo da dinâmica da ocupação espacial*. Goiânia: ICHL/UFG, 1975. 176 p. [Dissertação de Mestrado em História]. (mimeo.).
- \_\_\_\_\_. *Terra, trabalho e história: a expansão agrícola no "Mato Grosso" de Goiás - 1930/55*. São Paulo: FFLCH/USP, 1985. 168p. [Tese de Doutoramento em História]. (mimeo.).
- FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Coleção Almedina, n.º 41. Coimbra: Almedina, [19\_\_]. 275 p.
- GALINDO, Osmil; SANTOS, Valdeci Monteiro dos. *Centro-Oeste: a evolução recente da economia regional*. In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (orgs.). *Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. 340 p. p. 157-194.
- GEIGER, Pedro Pinchas. *Redes, o global e o local*. In: CASTRO, Iná Elias de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio Antônio G. (orgs.). *Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; FAPERJ, 1999. 392 p. p. 381-389.

- GEORGE, Pierre. *Problemas, Doutrina e Método*. In: GEORGE, Pierre et. al. *A Geografia Ativa*. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. 358 p. p. 7-42. Tradução Toledo, Gil et. al.
- GOIÁS. Diário Oficial do Estado. Comissão de Estradas de Rodagem. *Programa de trabalho para o ano de 1947*. Goiânia, ano 110, n.º 5.390, 17 abr. 1947. p. 8.
- \_\_\_\_\_. Diário Oficial do Estado. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em sua sessão ordinária de 1948, pelo Governador Jeronymo Coimbra Bueno*. Goiânia, ano 111, n.º 5.620, 3 mai. 1948. p. 17.
- \_\_\_\_\_. Diário Oficial do Estado. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária da segunda legislatura pelo senhor Pedro Ludovico Teixeira*. Goiânia, ano 115, n.º 6.649, 19 mai. 1952. p. 13.
- \_\_\_\_\_. Governo Mauro Borges Teixeira. *Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás II*. Diretrizes para 1961-65. Goiânia, 1961. 134 p.
- \_\_\_\_\_. Secretaria da Indústria e Comércio. *Levantamento Histórico e Econômico dos Municípios Goianos*. 3º ed. ampl. e rev. Goiânia, 1973. 423 p.
- \_\_\_\_\_. Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Goiás. *Plano Rodoviário Estadual (Revisão)*. Goiânia, 1974. 65 p.
- \_\_\_\_\_. Secretaria da Fazenda. *Balanço Geral do Estado de Goiás*. 1973. Goiânia: CEDIN/DATACENTRO/SEPLAN-GO, 1979. v. II.
- \_\_\_\_\_. Secretaria da Fazenda. *Balanço Geral do Estado de Goiás*. 1983. Goiânia: CEDIN/SEPLAN-GO, 1984.
- \_\_\_\_\_. Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO). *Terras Devolutas (Legislação)*. 2º ed. Goiânia, 1986. 330 p.
- GOMES, Moisés Alexandre. Folha Regional, Iporá, abr. 1996. Em dia com a História, p. 6.
- \_\_\_\_\_. *Iporá, outra vez Rio Claro em Tupi*. Folha Regional, Iporá, ago./set. 1996. Em dia com a História, p. 6.
- \_\_\_\_\_. *A outra face da História*. Folha Regional, Iporá, mar./abr.1997. Em dia com a História, p. 6.
- GOMES, Horieste. *Geografia sócio-econômica de Goiás*. Goiânia: Brasil Central, 1969.

GOMES, Horieste; TEIXEIRA NETO, Antônio. *Geografia de Goiás/Tocantins*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1993. 227 p.

GONÇALVES, José Alberto. *Itambé ultrapassa Parmalat em leite: cooperativa mineira assume a vice-liderança na captação da matéria prima, atrás só da Nestlé*. Gazeta Mercantil, São Paulo, 07 jun. 2000. Finanças & Mercados, Agribusiness.

HESS, Dora Rodrigues; AGUIAR, Tereza Coni. *A apropriação do espaço agrário pela pecuária no Centro-Oeste*. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 102 p. p. 41-60. 50(1). jan./mar.

IBGE. *Censo demográfico: População e Habitação/Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços*. Série Regional. Parte XXI – Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. 467 p.

\_\_\_\_\_. *Censo econômicos – Goiás (Agrícola, Industrial, Comercial, Censos dos Serviços, Inquéritos Especiais)*. Série Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. 326 p. v. XXX. t. 2.

\_\_\_\_\_. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

\_\_\_\_\_. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. 453 p. v. XXXVI.

\_\_\_\_\_. *Censo Agrícola de 1960 - Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal*. Departamento de Censos. Rio de Janeiro: IBGE, 1961. 280 p. 2 v.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico de 1960 - Goiás*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Estatísticas de População. Rio de Janeiro: IBGE, 1961. 137 p. v. I. t. XVIII.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico - Goiás*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Censos. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. 605 p. v. I. t. XXIII.

\_\_\_\_\_. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*. Departamento de Censos. VIII Recenseamento Geral - 1970. Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

\_\_\_\_\_. *Censo Agropecuário*. Goiás. VIII Recenseamento Geral 1970. Série Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1974. 470 p. v. III. t. XXIII.

\_\_\_\_\_. *Censos Econômicos de 1975. Censo Agropecuário: Goiás*. Série Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 704 p. v. I. t. 23.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico: dados distritais*. Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. 243 p. n.º 23. v. 1. t. 3.

- \_\_\_\_\_. *Censo Demográfico: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade*. Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. 353 p. n.º 25. v. I, t.4.
- \_\_\_\_\_. *Censo Demográfico: mão de obra*. Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. 281 p. n.º 25. v. I, t. 5.
- \_\_\_\_\_. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980*. Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. n.º 24. v. I, t. I.
- \_\_\_\_\_. *Censo Agropecuário. Censo Econômico de 1980. IX Recenseamento Geral de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. 801 p. n.º 25, 2 v. t. 3.
- \_\_\_\_\_. *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2º ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 642 p.
- \_\_\_\_\_. *Censo Agropecuário. Goiás. Censos Econômicos de 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 587 p. n.º 27
- \_\_\_\_\_. *Censo Demográfico 1991 - Goiás. Migração*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. 329 p.
- \_\_\_\_\_. *Censo Demográfico 1991 - Goiás. Resultados do Universo Relativos às características da população e dos domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Censo Demográfico. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Censos*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 290 p. 2 v. n.º 27.
- \_\_\_\_\_. *Contagem da população 1996. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Censos*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 605 p. v. 1. t. XXIII.
- \_\_\_\_\_. *Censo Agropecuário 1995-96. Goiás*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 264 p. n.º 25.
- \_\_\_\_\_. *Produção da pecuária municipal. Regiões Sul e Centro-Oeste*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994-1999. v. 20-25 (anual).
- \_\_\_\_\_. *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Goiás. Goiânia, 1999*. 133 p. (mimeo.).
- \_\_\_\_\_. *Censo Demográfico 2000. Resultados Preliminares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 172 p.
- \_\_\_\_\_. *INCRA. Diretoria de Cadastro Rural. Estatísticas Cadastrais - 1992. Distribuição das Áreas; Efetivo Pecuário*. Brasília: INCRA, 1999. 3v. v. 1.
- \_\_\_\_\_. *Diretoria de Cadastro Rural. Estatísticas Cadastrais - 1998. Distribuição das Áreas; Efetivo Pecuário*. Brasília: INCRA, 1999. 3v. v. 1.

- INDUR. *Caracterização das áreas polarizadas do Estado de Goiás*. Goiânia: Fundação INDUR, 1980. 114 p.
- IPEA. *Caracterização da rede urbana no Brasil*. Coleção Pesquisas, n.º 3. Campinas: UNICAMP, 1999. 429 p. v.1.
- IPORÁ. Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Lazer. *Iporá, Nossa Terra*. Iporá: 1998. 48 p. (mimeo.).
- KELLER, Elza Coelho de Souza; MAGNANINI, Ruth Lopes da Cruz. *População*. In: Geografia do Brasil. Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. 364 p. p.113-192. v. 4. Apresentação Galvão, Marília Velloso.
- LEITE, Gilberto Gonçalves. *Manejo de Forrageiras dos Gêneros Andropogum, Hyparrhenia e Setaria*. In: PEIXOTO, Aristeu Mendes; MOURA, José Carlos de; FARIA, Vidal Pedrosa de (ed.). Plantas forrageiras de pastagens. Simpósio Sobre Manejo de Pastagens, 9, 1995, Piracicaba. *Anais...Piracicaba*: FEALQ, 1995. 318 p. p.145-177.
- LIMA-E-SILVA, Pedro Paulo de; GUERRA, Antônio José Teixeira; MOUSSINHO, Patrícia (orgs.). *Dicionário brasileiro de ciências ambientais*. Rio de Janeiro: Thex, 1999. 247 p.
- LISITA JÚNIOR, Ciro. *Dicionário enciclopédico de Goiás*. Goiânia: Ed. Universidade Católica de Goiás, 1984. 376 p. Prefácio Chaer, Laura.
- LUCARELLI, Helena Zarur; INNOCENCIO, Ney Rodrigues; FREDRICH, OLGA MARIA BUARQUE. *Impactos da construção de Brasília na organização do espaço*. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 180 p. p. 99-138. (51)2. abr./jun.
- MAIS estradas para o progresso de Goiás. Folha de Goiás. Goiânia, 24 out. 1951. Suplemento, segunda página.
- MAGNAGO, Heliomar; SILVA, Maria Terezinha Martins da; FONZAR, Benedicta Catharina. *Vegetação*. In: Brasil. Ministério da Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais. Folha SE.22 Goiânia. Rio de Janeiro: RADAMBRASIL, 1983. 768 p. p. 577-636. v. 31.
- MALHEIROS, Roberto. *A rodovia e os corredores de migração da fauna dos Cerrados*. Goiânia: IESA/UFG, 1997. 170 p. [Dissertação de Mestrado em Geografia]. (mimeo.).
- MAMEDE, Lindinalva *et al.* *Geomorfologia*. In: Brasil. Ministério da Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais. Folha SE.22 Goiânia. Rio de Janeiro: RADAMBRASIL, 1983. 768 p. p. 349-412. v. 31.

- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975. 161 p.
- \_\_\_\_\_. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1997. 213 p.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: o processo de circulação do capital*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. 579 p. v. III. livro II. Tradução Sant'anna, Reginaldo.
- MELO, Roberto. *Os problemas da produção de leite: representantes da cadeia produtiva dos lácteos traçam novas estratégias para reorganizar mercado em Goiás*. In: Safrá – Revista do Agronegócio. Goiânia: Safrá, 2000. 50 p. p. 26-30. (1)5. abr.
- MELO NETO, José Tenório de. *A contribuição de Brasília para o desenvolvimento econômico de Goiás: 1960/1980*. Goiânia: ICHL/UFG, 1987. [Dissertação de Mestrado em História]. (mimeo.).
- MESQUITA, Olindina Vianna. *Atividade agrária*. In: Geografia do Brasil. Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. 364 p. p.251-298. v. 4. Apresentação Galvão, Marília Velloso.
- \_\_\_\_\_. *Agricultura*. In: Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 268p. p. 149-170. v. 1.
- MONTEIRO, Potenciano. *Discurso fecundo em hora não muito propícia*. Cinco de Março, Goiânia, 27 nov a 3 dez. 1972. p. 17.
- MONBEIG, Pierre. *Ensaio de Geografia Humana brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1940.
- \_\_\_\_\_. *Novos estudos de Geografia Humana brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957. 247 p.
- MOREIRA, Ruy. *Da região à rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo)*. [S.l.]: AGB – Ciência Geográfica, 1998, 11 p.
- NÍMER, Edmon. *Clima*. In: Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 268 p. p.23-35. v. 1.
- NOGUEIRA, Wilson Cavalcanti. *Mestre Carreiro*. A Folclórica. Goiânia: Instituto Goiano de Folclore, 1980. 167 p.
- NOVAES, Antônio Santos Silva et. al. *Pedologia*. In: Brasil. Ministério da Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais. Folha SE.22 Goiânia. Rio de Janeiro: RADAMBRASIL, 1983. 768p. p. 413-576. v. 31.

- NUNES, Heliane Prudente. *A era rodoviária em Goiás: impactos na estrutura rural e urbana (1930-1961)*. Goiânia: ICHL/UFG, 1984. 258 p. [Dissertação de Mestrado em História]. (mimeo.).
- OLANDA, Elson Rodrigues. *A formação territorial de Mossâmedes-GO: da Aldeia de São José aos novos limites municipais*. Goiânia: IESA/UFG, 2001. 117 p. [Dissertação de Mestrado em Geografia]. (mimeo.).
- OLIVEIRA, Acary Passos de. *Roncador-Xingu: roteiro de uma expedição*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1976. 181 p.
- POHL, Johan Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil, v.14. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo 1976. 417 p. Tradução Amado, Milton; Amado, Eugênio. Apresentação Ferri, Mário Guimarães.
- PRADO JÚNIOR, CAIO. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Série Temas, n.º 29. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. Tradução França, Maria Cecília.
- RAMALHO, José Ricardo. *Posse e uso da terra e relações de trabalho em Mossâmedes*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RAMALHO, José Ricardo. *Campesinato Goiano: três estudos*. Coleção Documentos Goianos, n.º 16. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1986. 156 p. p. 83-118. Prefácio Moreyra, Sérgio Paulo.
- RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos; ALMEIDA, Roberto Schmidt de. *Estrutura espacial e modificações tecnológicas no sistema de transportes brasileiros*. In: *Brasil: uma visão geográfica nos anos 80*. Silva, Solange Tietzmann (coord.). Rio de Janeiro: IBGE., 1995. 354 p. p. 185-209.
- SAINT-HILAIRE, Auguste François Cesar Provençal. *Viagem a Província de Goiás*. Col. Reconquista do Brasil, v. 8. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975. 158 p. Tradução Junqueira, Regina Régis. Apresentação Ferri, Mário Guimarães.
- SANTANA, Moisés. Orizona: 1921. 15 p. (mimeo.).
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. 88 p.
- \_\_\_\_\_. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1986. 236 p.
- \_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1988, 124 p.

- \_\_\_\_\_. *O pensamento. Encontro Internacional Espécie, Espaço, Estado – O Desafio do Ordenamento Territorial*. São Paulo, 1994. 6 p. (mimeo.).
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996, 308 p.
- \_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 2a. ed. Geografia: Teoria e Realidade, n.º 25. São Paulo: Hucitec, 1997. 198 p.
- \_\_\_\_\_. *Modo de produção técnico científico e diferenciação espacial*. In: Território/LAGET, UFRJ. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. 98 p. p.5-20.
- SEPLAN. *Catálogo de Informações sócio-econômicas dos municípios do Estado de Goiás - 1995*. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional / Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Goiânia: SEPLAN, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico de Goiás*. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional/Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Goiânia: SEPLAN, 1996. 621 p.
- \_\_\_\_\_. *Catálogo de Informações Sócio Econômicas dos Municípios do Estado de Goiás – 2000*. Goiânia: SEPLAN, 2000. 518 p.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. *Os transportes e a organização do espaço*. In: Sociedade e Território – Revista de Estudos Urbanos e Regionais. Lisboa: Afrontamentos, 1988. 127 p. p. 47-55. (3)7. jul.
- SEBRAE-GO/PRODER. *Diagnóstico Municipal de São Luiz de Montes Belos*. Goiânia, 1998. 61 p. (mimeo.).
- SILVA, Moacir M.F. *Geografia dos transportes no Brasil*. Série A, nº 7. Rio de Janeiro: IBGE, 1949. 270 p.
- SILVA, Aparecido Roque da. Iporá: UEG, 1997. 63 p. [Monografia de Bacharelado em História]. (mimeo.).
- SILVA, Deuzair José da. *Cultura e sociedade no município de Fazenda Nova (1953-1980): uma tentativa de micro-história*. Goiânia: ICH/UFG, 1997. 201 p. [Dissertação de Mestrado em História]. (mimeo.).
- SILVEIRA, María Laura. *Um país: uma região: fim de séculos e modernidades na Argentina*. São Paulo: FAPESP; LABOPLAN-USP, 1999. 488 p. prefácio Santos, Milton.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250 p. Tradução Navarro, Eduardo de Almeida.

- SOUZA, João Gonçalves de. *Relações entre o homem e a terra em Goiás*. In: SOUZA, João Gonçalves de et. al. *Goiás: uma nova fronteira humana*. Rio de Janeiro, 1949. 237 p. p. 141-178.
- SOUZA, Eloísa Teodoro de. *Ontem e Hoje*. Goiânia: Kelps, 1995. paginação irregular.
- STEFAN, Élvia Roque. *A Agricultura*. In: GALVÃO, Marília Velloso (org.). *Geografia do Brasil. Grande Região Centro-Oeste*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. 450 p. p. 223-248. v. II.
- TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. *A expansão do povoamento em Goiás: Século XIX*. Goiânia: ICHL/UFG, 1991. 137 p. [Dissertação de Mestrado em História]. (mimeo.).
- TSUKAMOTO, Ruth Youko; PINHEIRO, Rui; CAMPOS, Acindino Vieira de. *Relações uso atual-uso potencial*. In: Brasil. Ministério da Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais. Folha SE.22 Goiânia. Rio de Janeiro: RADAMBRASIL, 1983. 768p. p. 678-764. v. 31.
- VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina Vergolino. *A rodovia Belém-Brasília: estudo de Geografia Regional*. Biblioteca Geográfica Brasileira, n.º 22. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. 348 p.
- VARJÃO, Valdon. *Balisa: Etéreas Reminiscências*. Brasília, 1981. 207 p.
- VIEIRA, Maurício Coelho. *A pecuária*. In: GALVÃO, Marília Velloso (org.). *Geografia do Brasil. Grande Região Centro-Oeste*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. 450 p. p. 183-222. v. II.
- WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2º ed., coment. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 326 p. Apresentação Valverde, Orlando.
- WOLKOWITSCH, Maurice. *Géographie des transports*. Paris: Armand Colin, 1973. 381 p.

## FONTES

- Arquivo do Departamento de Estrada de Rodagem de Goiás (DER-GO), Diretoria de Planejamento e Controle. Goiânia, Goiás.
- Arquivo do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO): cadastro parcial de loteamentos regularizados pelo órgão. Goiânia, Goiás.
- Arquivos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Brasília, Distrito Federal e Goiânia, Goiás.
- Arquivo Histórico do Estado de Goiás. Goiânia, Goiás.
- Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Goiânia, Goiás.
- Laboratório de Geoprocessamento do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Goiás.
- Agência central do Banco do Brasil. Goiânia, Goiás.
- Agencia Goiana de Transportes e Obras Públicas (AGETOP). Goiânia, Goiás.
- Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR). Goiânia, Goiás.
- Agência Rural do Estado de Goiás. Goiânia, Goiás.
- Secretaria de Estado da Fazenda. Goiânia, Goiás.
- Escritórios da Empresa de Assistência Técnica Rural de Goiás (EMATER-GO) na área em estudo. Goiás.
- Prefeituras Municipais na área em estudo. Goiás
- Terminais rodoviários de Goiânia, São Luiz de Montes Belos e Iporá. Goiás.
- Laticínios Morrinhos Indústria e Comércio Ltda. Goiânia, Goiás.
- Frigorífico Rio Vermelho Ltda. São Luiz de Montes Belos, Goiás.
- BRACOL Indústria e Comércio Ltda. São Luiz de Montes Belos, Goiás.
- Folhas Topográficas:
  - DSG, 1973. Esc.:1:100.000.
    - SE.22-X-A-III – Itaberaí,
    - SE.22-X-A-VI – Nazário,
  - IBGE, 1974. Esc.:1:100.000.
    - SE.22-X-A-I – Fazenda Nova,

SE.22-X-A-II – Sanclerlândia,  
 SE.22-X-A-IV – Ivolândia,  
 SE.22-X-A-V – São Luiz de Montes Belos,

IBGE, 1976. Esc.:1:100.000.

SE.22-Y-D-IV – Barra do Garças,  
 SE.22-Y-D-V – Araguaína,  
 SE.22-Y-D-VI – Santa Fé,  
 SE.22-V-A-III – Torixoréu,  
 SE.22-V-B-I – Bom Jardim de Goiás,  
 SE.22-V-B-II – Piranhas,  
 SE.22-V-B-III – Iporá,  
 SE.22-X-A-VI – Ponte Branca,  
 SE.22-V-B-V – Caipônia,  
 SE.22-V-B-VI – Amorinópolis,

IBGE, 1982. Esc.:1:250.000.

SE.22-X-A - São Luiz de Montes Belos,  
 SE.22-V-B – Iporá,  
 SE.22-V-A – Guiratinga,  
 SE.22-Y-D - Barra do Garças.

- **Imagens de Satélite:**

Imagens Landsat TM-5, 1993. Esc.:1:250.000. Composição colorida RGB – 5/4/3, cenas de órbita/ponto: 222/71, 222/72, 223/71, 223/72, 224/71, 224/72, datadas do mês de julho de 1993.

- **Mapas:**

Goiás. Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DER-GO), 1982. *Mapa Rodoviário*. Esc.:1:1.500.000.

Goiás. Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DER-GO), 1999. *Mapa Rodoviário Estadual*. Esc.:1:1.000.000.

Brasil. Ministério das Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais. *Mapa Exploratório de Solos*. Folha SD.22 Goiás. Esc.:1:1.000.000. Rio de Janeiro, 1981. v. 25.

Brasil. Ministério das Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais. *Mapa de Vegetação*. Folha SD.22 Goiás. Esc.:1:1.000.000. Rio de Janeiro, 1981. v. 25.

Brasil. Ministério das Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais. *Mapa Geomorfológico*. Folha SD.22 Goiás. Esc.:1:1.000.000. Rio de Janeiro, 1981. v. 25.

Brasil. Ministério das Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais. *Mapa Exploratório de Solos*. Folha SE.22 Goiânia. Esc.:1:1.000.000. Rio de Janeiro, 1983. v.31.

Brasil. Ministério das Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais. *Mapa de Vegetação*. Folha SE.22 Goiânia. Esc.:1:1.000.000. Rio de Janeiro, 1983. v.31.

Brasil. Ministério das Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais. *Mapa Geomorfológico*. Folha SE.22 Goiânia. Esc.:1:1.000.000. Rio de Janeiro, 1983. v.31.

- Entrevistas:

Zélia Diniz, Aragarças, em 17 de novembro de 1999.

Ismail Batista da Silva, Baliza, em 18 de novembro de 1999.

Marcionílio Batista da Silva, Aragarças, em 19 de novembro de 1999.

Ivaldo Joaquim de Almeida, Aragarças, em 19 de novembro de 1999.

Gercino Francisco Itacarambi, Diorama, em 01 de dezembro de 1999.

Aguinelo Ferreira do Santos, São Luiz de Montes Belos, em 01 de dezembro de 1999.

Geraldo Antônio Ribeiro, São Luiz de Montes Belos, em 02 de dezembro de 1999.

Ederjon Fernandes Braga, São Luiz de Montes Belos, em 02 de dezembro de 1999.

Antônio, Nazário, em 03 de dezembro de 1999.

Artur de Melo, Nazário, em 03 de dezembro de 1999.

Delmiro de Souza Porto, Nazário, em 03 de dezembro de 1999.

Raimundo, Santa Bárbara de Goiás, em 21 de junho de 2000.

Isnard Borges Machado Júnior, em Avelinópolis, 28 de junho de 2000.

João Amancio Alves, Avelinópolis, em 28 de junho de 2000.

Gerci de Paiva Lopes, Sanclerlândia, em 30 de junho de 2000.

José da Silva Rodrigues, Sanclerlândia, em 30 de junho de 2000.

Valdivino Carlos Pinto, Fazenda Nova, em 03 de outubro de 2000.

José Francisco Pinto Filho, São Luiz de Montes Belos, em 04 de outubro de 2000.

José de Souza, São Luiz de Montes Belos, em 04 de outubro de 2000.

José Sebastião da Costa, Amorinópolis, em 05 de outubro de 2000.

Leosmino José da Mota, Iporá, em 05 de dezembro de 2000.

Fábio de Paula Schmidt, São Luiz de Montes Belos, em 06 de outubro de 2000.

Amado Paulo da Cruz, São Luiz de Montes Belos, em 06 de outubro de 2000.

Luiz Calixto, São Luiz de Montes Belos, em 06 de outubro de 2000.

Cassimiro Ramiro Garcia, Sanclerlândia, em 07 de outubro de 2000.

## GLOSSÁRIO

**Alqueire goiano** – Medida de terra ainda utilizada em diversos pontos dos Estados de Goiás e Tocantins, equivalendo a 48.000 m<sup>2</sup> ou 4,8 hectares.

**Areias Quartzosas** - Solos minerais, muito profundos, pouco desenvolvidos, excessivamente drenados, com alta lixiviação e baixa retenção de umidade. São originados principalmente a partir da meteorização de arenitos. Possuem baixa fertilidade natural. Em consequência dessas limitações, prestam-se pouco ao uso agrícola, sendo a sua utilização restrita à pecuária, com aproveitamento das espécies nativas ou plantio de braquiária, bem como reflorestamento de eucalipto.

**Cambissolos distróficos** - Solos minerais, não hidromórficos, bem drenados, pouco profundos a profundos e caracterizados por apresentarem um horizonte B incipiente ou câmbico. Apresentam fertilidade natural baixa e elevada acidez. No tocante à utilização agrícola, de maneira geral apresentam sérias limitações, principalmente por impedimentos físicos e serem associados a relevo de declives muito acentuados.

**Cambissolos eutróficos** - Solos que possuem características gerais semelhantes aos Cambissolos distróficos, apresentando, no entanto, fertilidade natural alta.

**Cargueiro** – Antiga denominação dada a veículos de dois eixos tracionados por juntas de bois. Bem comuns na área em estudo até a década de 1960, eram utilizados para o transporte de produtos agrícolas, mantimentos e pessoas.

**Clima quente** – Regime térmico que tem como característica principal a frequência quase diária de altas temperaturas, sendo comuns nos meses mais quentes (setembro e outubro) máximas diárias superiores a 38°C, alcançando, por vezes valores superiores a 40°C. Embora durante o inverno esteja sujeita a bruscas mudanças de tempo devido a ação de *anticiclones* de origem polar, quando esporadicamente chega a 10°C durante a madrugada, estas alterações de temperatura não são suficientes para que as médias mensais sejam inferiores a 18°C (NÍMER, *op.cit.*).

**Clima subquente** – Comparando-se ao clima quente, este regime térmico apresenta máximas diárias menos elevadas, em torno de 32°C, restritas praticamente ao final da Primavera e início do Verão. Entretanto, são mais sentidos os efeitos do *anticiclone polar* no Inverno, sobretudo nos compartimentos topográficos mais elevados, embora muito raramente registrem-se temperaturas negativas, ficando as médias mensais pouco inferiores a 18°C neste período (NÍMER, *op.cit.*).

**Latossolos Vermelho-Escuro distróficos** - Solos minerais, não hidromórficos caracterizados por apresentarem um horizonte B latossólico. De uma maneira geral, são solos ácidos, de baixa fertilidade natural e baixa capacidade de

retenção de umidade; entretanto são profundos, com boas condições físicas, associados a superfícies de relevo plano (0 a 3% de declividade) ou suave ondulado (3 a 8% de declividade), sendo, portanto, viáveis à motomecanização.

**Latossolos Vermelho-Amarelo distróficos** – Solos que possuem características gerais semelhantes aos Latossolos Vermelho-Escuro distróficos.

**Litólicos distróficos** - Solos minerais, rasos e pouco desenvolvidos. Normalmente não apresentam horizonte B. Possuem fertilidade natural baixa. Em função da forma de relevo em que ocorrem (áreas com declives acentuados), profundidade dos solos, impedimento físico e de suscetibilidade à erosão, torna-se inviável a sua exploração agrícola.

**Planalto Central Goiano** - Conforme MAMEDE *et.al* (*op.cit.:370*) esta unidade geomorfológica, *"de um modo geral, compreende um grande planalto subcompartimentado em níveis topográficos distintos e com características próprias, mas ligados entre si por traços genéticos comuns. (...). Em função da subcompartimentação topográfica e da fisionomia do relevo, reconhece-se a existência de quatro subunidades (...), quais sejam: o Planalto do Distrito Federal, o Planalto do Alto Tocantins-Paranaíba", as Depressões Intermontanas e o Planalto Rebaixado de Goiânia.*

**Podzólicos Vermelho-Amarelo distróficos** - Solos minerais, não hidromórficos normalmente profundos, bem drenados, apresentando o horizonte B textural com saturação de bases sempre inferior a 50%. Ocorrem em relevo ondulado a forte ondulado (declives compreendidos entre 8 e 45%). Possuem baixa fertilidade natural. Em áreas de topografia movimentada apresentam sérias restrições ao uso agrícola, mesmo quando minimizadas as limitações de fertilidade através de correção dos solos.

**Podzólicos Vermelho-Amarelo eutróficos** - Solos que possuem características gerais semelhantes aos Podzólicos Vermelho-Amarelo distróficos, diferenciando-se destes sobretudo pelo teor de saturação de bases, sempre superior a 50%, e por apresentarem fertilidade natural média a alta.

**Terra Roxa Estruturada eutrófica** – Solos argilosos ou muito argilosos, profundos, bem drenados, com boa reserva de elementos nutritivos, exceto o fósforo que é baixo. Possuem horizonte B textural, com baixo gradiente textural. Ocorrem com mais frequência em relevo ondulado (3 a 8% de declividade), sendo verificados também em relevo suave ondulado (8 a 20% de declividade) e forte ondulado (20 a 45% de declividade), sob vegetação de floresta. Em condições de relevo favoráveis apresentam grande potencialidade agrícola.

**Unidade animal** - De acordo com INCRA (1999a), corresponde a uma representação do rebanho de diferentes espécies e/ou idades em uma unidade homogênea, correspondendo a 450 kg do peso vivo.

**ANEXOS**

## ANEXO I

**Entrevista:** Luiz Calixto, 75 anos, natural de Minas Gerais, pequeno produtor de leite, residente em São Luiz de Montes Belos.

**Pergunta:** O senhor trabalha com leite desde quando?

**Resposta:** Bom, primeiro era desnatação. Então isso tá com uns 30 anos. E nós desnatava e vendia pro povo em São Luiz, né, a manteiga, sabe. Creme, como diz eles. Aí, exportava certamente, né. Aí passou a vender leite para essas leiteria aí, né. O que nós vende hoje, é o recurso para nossas precisãozinha. Hoje tá apertado. A única renda que nós tá tendo que serve nós numa hora. É isso aí. Se acaba isso acabou tudo.

**Pergunta:** O senhor vende prá Leitbom [Laticínios Morrinhos].

**Resposta:** Para Leitbom. E vende também na rua só entrega lá. Também não tô podendo nem por gado aí, acabou o capim todo. E o gado foi lá pra Cachoeira [Cachoeira de Goiás]. Tem aqui só um gadinho de leite pouco.

**Pergunta:** O capim ficou ruim?

**Resposta:** Foi, o capim acabou, e fez essas curvas de nível aí e acabou com o resto.

**Pergunta:** A terra era muito boa aqui antes?

**Resposta:** É justamente. Foi enfraquecendo, né?

**Pergunta:** O senhor tem capim braquiária?

**Resposta:** Não, o meu é Jaraguá. Braquiária é pouco.

**Pergunta:** O senhor vai aderir ao tanque de resfriamento que a Leitbom está implantando entre os produtores rurais?

**Resposta:** Não. O meu não compensa, porque meu leite é pouco.

**Pergunta:** O que o senhor acha que vai acontecer com o pessoal que não for mais trabalhar com o leite aqui?

**Resposta:** Isso aí tá meio difícil. Hoje não está tendo jeito.

**Pergunta:** Quem não trabalhar o com tanque de resfriamento vai ficar de fora?

**Resposta:** Justo.

**Pergunta:** E quem ficar fora vai vender terra?

**Resposta:** As vezes não tem nem terra para vender, é complicado.

## ANEXO II

**Entrevista:** José de Souza, natural de São Luiz de Montes Belos, onde reside. Negociante de gado.

**Pergunta:** Quando o senhor começou a negociar gado em São Luiz de Montes Belos era só cria e recria?

**Resposta:** Só cria e recria. Engorda era mais pouca. Agora hoje é mais engorda, e aumentou muito engorda de boi. Na época que eu entrei aqui na região, em 83, existia muito pouco boi, praticamente a gente comprava só vacas, descarte, novilhas gordas, mas boi era pouco. Aí, de 80, 82 prá cá, aí sim aumentou muito o poder de boi gordo, no caso boi para abate.

**Pergunta:** Isso aconteceu naquele processo do pessoal trocar o jaraguá pela braquiária e os pastos melhorarem?

**Resposta:** Exatamente. Na seca existe mais pasto devido a braquiária ser mais forte pra entressafra .

**Pergunta:** O jaraguá, quando entra a seca, acaba?

**Resposta:** Acaba tudo. Teve época aqui que eu passava de 3 a 4 meses sem comprar praticamente nada de gado gordo. Hoje não existe entressafra aqui. Primeiro porque o pessoal está aprendendo tratar do gado; semi-confinamento. Tá fazendo confinamento que é o gado fechado. Então, na entressafra hoje tá matando mais boi, mais vacas gordas, que na safra.

**Pergunta:** Quando o senhor começou a trabalhar com gado, o senhor trabalhava só em São Luiz de Montes Belos ou também em municípios circunvizinhos, como em Sanclerlândia, Córrego do Ouro?

**Resposta:** Eu trabalho também no entorno: Córrego do Ouro e Sanclerlândia, lá é uma potência enorme, até mais que São Luiz de Montes Belos. Então, eu compro no Córrego do Ouro, Fazenda Nova, Jaupaci, Ivolândia, tem muito gado, região muito boa mesmo.

**Pergunta:** Basicamente, de corte?

**Resposta:** É. Paraúna hoje já diminuiu muito. Firminópolis é uma bacia mais leiteira, o gado é mais fraco para corte.

**Pergunta:** Qual tipo de gado que o senhor mais trabalha, corte ou leite?

**Resposta:** *Só gado de corte. Eu comecei aqui, eu comprava de todo o tipo de gado, e fui chegando num ponto que eu tava ficando muito gambireiro e tava chegando num ponto que não tava servindo. Então o que é? Eu sou praticamente um representante de frigorífico, sou comissionado só do frigorífico.*

**Pergunta:** *O senhor trabalha em qual frigorífico ?*

**Resposta:** *Eu só trabalho com frigorífico. Hoje eu trabalho no Rio Vermelho, no Morbim que é de Goiânia, e no Frigoberto que é de Goiânia. Trabalho pra três frigoríficos.*

**Pergunta:** *Tem algum concorrente do senhor, que é dá região e compra gado em outro lugar, por exemplo, Mato Grosso?*

**Resposta:** *Mato Grosso não existe. Nós podemos buscar gado no Mato Grosso, mas o Mato Grosso não busca gado aqui. Nunca houve isso. Apesar de que, na divisa, beirando o Mato Grosso, já tem cliente meu que abate de vez em quando em Barra do Garças. Agora eu sou uma pessoa que tenho cliente em Nova Crixás, São Miguel do Araguaia; em quase todo o Estado de Goiás. Em São Miguel do Araguaia eu tenho bastante.*

**Pergunta:** *Então o senhor trabalha também na bacia do Araguaia?*

**Resposta:** *Trabalho.*

**Pergunta:** *Qual a importância de São Luiz de Montes Belos neste processo?*

**Resposta:** *A parte mais importante de São Luiz de Montes Belos para mim, é que eu achei um lugar próximo a Goiânia, próximo a minha cidade natal que tem muito parente, então eu parei de viajar dia e noite, praticamente de São Miguel do Araguaia para Goiânia, de Goiânia para Nova Crixás, para Aruanã, para Montes Claros. Então quer dizer, eu fiz o entorno e quietei aqui. Fui muito bem recebido e estou muito contente, e graças a Deus eu tenho o apoio maciço de São Luiz de Montes Belos e região.*

**Pergunta:** *Em relação ao acesso para compra e venda, é mais vantajoso para o senhor?*

**Resposta:** *Todo negócio tem dificuldades, mas, por mais dificuldade que eu tenho aqui, como eu conheço o Estado praticamente quase todo, eu ainda acho que o melhor lugar que eu achei para ficar foi aqui. Porque eu fiz uma pesquisa muito minuciosa para depois escolher São Luiz de Montes Belos para mim montar o escritório. Eu ia nas fazendas fazer visita aos fazendeiros, e tive muita ajuda de*

amigos de Córrego do Ouro e amigos de São Luiz de Montes Belos, que foi me ajudando também a fazer o ciclo de amizades e o ciclo de freguesia.

**Pergunta:** Quando, efetivamente, o senhor tornou-se negociante de gado?

**Resposta:** De 83 para cá, que eu comecei a comprar gado porque eu era funcionário lá em Goiânia de açougue, eu era açougueiro na época. Aí com em 76, começou a ter uma crise muito grande de falta de carne, que é aquilo que eu citei, o povo não tratava do gado na entressafra. Aí eu fui para Indiará para ver se eu arrumava pelo menos umas cinco a dez vacas para pôr nos açougues, pois eu já estava cansado de ficar com os açougues fechados, e eu tinha um açougue e tomava conta de outro açougue do meu patrão. Aí eu cheguei em Indiará e dei uma sorte danada que eu achei 480 cabeças de gado que o fazendeiro tava vendendo para Vera Cruz na época que era até família do Iris Rezende, pais e irmãos. Aí eu ganhei a concorrência porque ele queria só 90 dias de prazo e paguei pelo mesmo preço com 30 dias de prazo, aí eu comprei pro Maitrim de Trindade. Aí foi a primeira compra minha oficial como comprador de gado. E daí eu já não quis ficar mais dentro de açougue. Era meu sonho porque eu nasci em fazenda no meio do gado, desde os 7 anos de idade eu piava gado, pro vaqueiro tirar leite. Então foi nessa aí que eu fui para São Miguel do Araguaia, aí eu fui para muitos lugares pois eu era empregado do Maitrim e o Maitrim mandava eu fazer a região do Novo Brasil, Montes Claros, Jussara e assim foi muitos anos. Aí quando foi em 89 é que eu cansei de tanto viajar, e achei por bem, depois da minha pesquisa feita, montar o escritório aqui na região.

**Pergunta:** Os moradores dos municípios circunvizinhos a São Luiz de Montes Belos comentam que a atividade criatória desenvolveu-se vigorosamente nos últimos anos, havendo inclusive fazendas que utilizam-se de inseminação artificial.

**Resposta:** Tem muita inseminação porque hoje cresceu o rebanho, né. A partir do momento que você faz mais um pasto, você reforma um pasto, tira o jaraguá, porque a terra tá cansada, tem isso também, então você forma mais um pasto e você aumenta mais o seu rebanho.

**Pergunta:** Como era transportado o gado nas décadas de 50 e 60?

**Resposta:** Era tudo na base da tropa. Levava para Goiânia, para Uberaba, Uberlândia. Eu conheço fazendeiro com oitenta e tantos anos de vida aqui em

São Luiz de Montes Belos, que levava gado para Buriti Alegre, levava para todo lado. Era gado de cria e recria para engordar pra lá, levava tocado. Negócio de carreta, foi de 1970 para cá.

**Pergunta:** Depois que asfaltaram a rodovia ainda levavam o gado em pé?

**Resposta:** Depois do asfalto não. Aliás, em 60, quando não tinha asfalto, ainda era tocado. Eu lembro que eu era menino, eu até ajudava a levar gado em Goiânia. Como eu tinha 9 anos de idade eu ajudei.

**Pergunta:** Quando implantaram o frigorífico mais próximo da região?

**Resposta:** Mais próximo aqui, foi um matadouro que surgiu aqui da prefeitura, aí veio o Edmilson Cecílio, que hoje é o nosso prefeito eleito. Aí ele arrendou o matadouro, aí foi ampliando devagar, e hoje o frigorífico [Frigorífico Rio Vermelho] é uma potência aqui no Mato Grosso Goiano. Em 68, 69 e 70, o mais próximo que tinha era em Trindade. Antes não tinha nem em Trindade, era só Goiânia, pronto e acabou. Trindade começou por volta de 70.

**Pergunta:** Quanto tempo levava-se daqui para Trindade tocando gado?

**Resposta:** Goiânia era mais ou menos 6-8 marchas. Dependendo a época. Na seca, levava até 15 marchas.

**Pergunta:** O que é uma marcha?

**Resposta:** Marcha é um dia de viagem. Para Minas Gerais, por exemplo, levava 60 dias. Na entressafra o gado era mais fraco, levava até 4 meses para chegar lá.

**Pergunta:** Cargueiro [carro de boi] também ia para lá?

**Resposta:** Ia, levava uma faixa de 20-25 dias para Goiânia. Isso em 64. Foi quando eu mudei para Goiânia.

**Pergunta:** Em 1971 o Leitborn [Laticínios Morrinhos] montou o laticínio aqui. Houve alguma alteração para a pecuária? Melhorou alguma coisa?

**Resposta:** Prá nós de frigorífico não é bom, pois aí aumentou muito gado de leite e o gado leiteiro em si, ele nunca é bom pra gado de corte. É que ele não engorda. Quando ele chega a engordar pra valer, ele está próximo de produzir, e quando vai produzir não pode matar, porque tem o limite de quando a vaca está gestante, muito próximo a parir, então não pode matar senão da prejuízo, por causa do bezerro.

**Pergunta:** Por quê o gado de corte é mais vantajoso que a pecuária de leite?

**Resposta:** *É mais vantajoso no meu caso que mexo com frigorífico. Em matéria pro produtor, eu acho que o gado de corte é mais vantajoso porque o frigorífico é apenas um repassador do produtor para o consumidor. Eu considero assim. E o laticínio não considerara assim. Ele paga o leite apenas com o soro que vende, lá na cidade, nas capitais, nas capitais. Porque aquilo lá praticamente não é um leite. É um soro. Pois o grosso mesmo ele tira a manteiga, então eles mesmos não dão valor ao produtor do leite, porque paga o leite muito barato. Prá você ter uma idéia: essa semana foi pago o leite na nossa região aqui de R\$0,32. Quanto que é um litro de leite, de soro, lá em Goiânia? Então não justifica tirar o leite nesse país. Dificilmente você vê um produtor de leite saudável com a vida financeira, quando você vê é porque mexe com leite mas tem o gado de corte também. Causo contrário, é um chacareirinho, um fazendeirinho. Tem que trazer o leite de carroça aqui. Não dá uma renda satisfatória para ele crescer. Eu, por exemplo, tenho uma chácara pequenininha eu parei de tirar leite. Eu comprei uma bezerra, deixo ela lá, oito, dez meses, e ponho ela para gado de corte. Que é mais vantajoso que eu pagar um peão lá, e tirar cinqüenta, sessenta litros, chega no fim do mês não dá pra pagar o peão.*

**Pergunta:** *No mesmo ramo de atividades que o senhor, negociante de gado, tem quantas pessoas que trabalham aqui em São Luiz de Montes Belos?*

**Resposta:** *Eu não tenho idéia, mas são vários. Quer dizer, do meu tipo, igual eu trabalho aqui, são poucos. É umas vinte, vinte e cinco pessoas.*

**Pergunta:** *Excetuando o Frigorífico Rio Vermelho a produção de carne aqui é mandada para onde?*

**Resposta:** *Eu mando muito gado também para Goiânia.*

**Pergunta:** *E o Frigorífico Rio Vermelho manda a carne para onde?*

**Resposta:** *A carne vai para Brasília. O frigorífico aqui manda carne para São Paulo, Minas Gerais.*

**Pergunta:** *O Estado de Goiás consome pouca carne?*

**Resposta:** *Goiás é uma região que consome pouco boi, ela consome mais é vaca e novilha.*

**Pergunta:** *Que normalmente são animais descartados?.*

**Resposta:** *É. E também por causa do preço, né. Porque nossa região ainda tem muita vaca, muita novilha. Nosso Estado ainda mata muita matriz, no meu ponto*

*de vista, matar uma novilha tinha que ser até proibido, como existe a lei, só que ela não é cumprida, então, por isso, a carne de vaca é mais barata, então no entorno de Goiás se consome a vaca.*

**Pergunta:** *Sempre foi assim?*

**Resposta:** *Sempre foi assim. Toda vida.*

**Pergunta:** *Quando o preço da carne sobe, e o do leite baixa, há aumento de descarte das matrizes leiteiras?*

**Resposta:** *Sempre foi assim. A lei da oferta é que manda no mercado.*

**Pergunta:** *A carne é mais estável?*

**Resposta:** *Não é mais estável, ela é praticamente tipo o leite. Ela é mais rendosa.*

## ANEXO III

### Documentos:

Goiás. Secretaria de Estado da Fazenda. Receita Agregada Territorial - Município de São Luiz de Montes Belos (1999).

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Fazenda. Receita Sintética por CAE Analítico - Município de São Luiz de Montes Belos (1999).

ESTADO DE GOIAS - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

DATA: 24/11/2000

7900 - SECRETARIA DA FAZENDA

HORA: 15:49:59

SARE - RECEITA AGREG. TERRITORIAL

CONSULTOR: JOSE RODRIGUES BARROS

VISAO: ORCAMENTARIA REFERENCIA: / 01 / 1999 A / 12 / 1999

ABRANGENCIA: SAO LUIS DE MONTES BELOS

CLASSIFICACAO DA RECEITA	VALORES EM R\$	% S/TOTAL
RECEITAS CORRENTES	5.980.327,99	99,88
RECEITAS TRIBUTARIAS	5.564.803,79	92,94
ICMS	5.127.303,38	85,64
IPVA	367.763,86	6,14
IHD	42.009,83	0,70
OUTROS TRIBUTOS	27.726,72	0,46
TRANSFERENCIAS CORRENTES		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	415.524,20	6,94
RECEITAS DE CAPITAL		
RECEITAS EXTRA ORCAMENTARIAS	6.626,00	0,11
RECEITA BRUTA TOTAL	5.986.953,99	100,00
COTA PARTE DE IPVA	192.059,62	

NOTA: VISAO ORCAMENTARIA = VALOR ORIGINAL DA RECEITA + ATUALIZACAO MONETARIA  
 PF1 PARA RETORNAR ==== 'PF5' PARA CONSULTA ANALITICA===== STEM0022

ESTADO DE GOIAS - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
 7900 - SECRETARIA DA FAZENDA

DATA: 24/11/2000

HORA: 16:06:21

SARE - RECEITA SINTETICA POR CAE ANALITICO CONSULTOR: JOSE RODRIGUES BARROS

ABRANGENCIA: SAO LUIS DE MONTES BELOS

MOEDA DO PERIODO: 1999

C.A.E DESCRICAO DO CAE

VALOR TOTAL

C.A.E	DESCRICAO DO CAE	VALOR TOTAL
3.17.00	INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS	2.421.861,76
3.17.01	BENEFICIAMENTO MOAGEM OU TORREFACAO DE	18.610,20
3.17.04	PREPARACAO DO LEITE OU FABRICACAO DE PR	2.079.521,15
3.17.05	RESFRIAMENTO DE LEITE IN NATURA	17,22
3.17.08	FABRICACAO DE PRODUTOS DE PADARIA, CONF	2.307,81
3.17.11	FABRICACAO DE PICOLES, SORVETES E SIMIL	163,08
3.17.18	FAB. DE PROD. ALIMENTICIOS DERIVADOS DE	534,92
3.17.19	TORREFACAO E MOAGEM DE CAFE	892,94
3.17.22	ABATE DE BOVINOS EM ABATEDOUROS, FRIGOR	318.387,75
3.17.24	ABATE DE ANIMAIS, EXCLUSIVE ABATE DE BO	1.426,69

PF1 PARA RETORNAR ===== SACE0006

**ANEXO IV****Tabelas**

Tabela 03

## UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DA GO-060 E NO ESTADO DE GOIÁS (1950-1996)

1950

MUNICÍPIOS	TOTAL (ha)	LAVOURAS		PAST. (NAT./ART.) <sup>1</sup>		PAST. NATURAIS <sup>2</sup>		PAST. ARTIFIC. <sup>3</sup>		FLOR. NATURAIS <sup>4</sup>		PROD. NÃO UTIL. <sup>5</sup>	
		área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)	Área(ha)	área (%)	área (ha)	área (%)
Anicuns	130.651	6.639	5,09	63.074	52,87	20.544	20,32	42.530	32,55	40.839	31,26	7.302	5,59
Aurilândia	130.065	5.149	3,96	44.235	33,99	16.486	12,66	27.749	21,33	32.949	25,33	22.218	17,08
Batiza	176.198	4.136	2,35	68.980	39,25	58.724	33,33	10.256	5,82	26.618	15,11	57.917	30,60
Firminópolis	27.483	2.082	7,57	11.905	43,31	3.033	11,03	8.872	32,28	9.183	33,43	3.297	12,00
Iporá	126.609	5.956	4,70	53.105	41,94	40.719	32,16	12.386	9,78	39.567	31,09	11.533	9,11
Nazário	25.689	2.125	8,25	17.387	67,49	821	3,20	16.566	64,49	4.930	19,19	436	1,70
Área Inf. da GO-060	616.698	25.576	4,15	264.686	42,92	146.327	23,73	118.359	19,19	153.891	24,95	98.703	16,01
Estado de Goiás	24.588.115	464.942	1,89	15.582.721	63,38	13.518.057	54,98	2.064.664	8,40	3.399.295	13,82	2.791.174	11,35

1960

MUNICÍPIOS	TOTAL (ha)	LAVOURAS		PAST. (NAT./ART.) <sup>1</sup>		PAST. NATURAIS <sup>2</sup>		PAST. ARTIFIC. <sup>3</sup>		FLOR. NATURAIS <sup>4</sup>		PROD. NÃO UTIL. <sup>5</sup>	
		área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)	Área(ha)	área (%)	área (ha)	área (%)
Amorinópolis	33.822	2.531	7,48	24.987	43,88	16.772	49,59	8.215	24,29	4.734	14,0	1057	3,13
Anicuns	97.369	9.165	9,41	63.383	64,90	11.556	11,87	51.827	53,23	18.395	18,89	3.438	3,53
Aragarcas	69.661	106	0,16	58.410	83,84	53.287	76,49	5.123	7,53	3.429	4,92	1.823	2,62
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aurilândia	39.003	2.084	5,34	28.689	73,56	7.696	19,74	20.993	53,82	6.335	16,24	37	0,09
Avelinópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Batiza	37.104	385	1,04	22.186	59,79	18.897	50,93	3.289	8,86	4.158	11,21	4.790	12,91
Bom Jardim de Goiás	67.118	779	1,16	52.196	77,75	45.356	67,56	6.840	10,19	9.281	13,83	3.107	4,63
Cachoeira de Goiás	15.067	467	3,10	9.873	65,53	6.350	42,15	3.523	23,38	1.439	9,55	891	5,91
Córrego do Ouro	44.405	1.881	4,23	30.871	69,36	1.589	3,57	29.282	65,79	8.135	18,28	2.669	6,00
Diorama	146.091	3.697	2,53	107.630	73,68	91.450	62,60	16.180	11,08	26.354	18,04	6.852	4,69
Fazenda Nova	82.125	4.492	5,47	52.726	64,21	52.146	63,50	580	0,71	13.914	16,94	5.101	6,21
Firminópolis	25.852	2.444	9,45	12.880	49,82	2.837	10,97	10.043	38,85	3.607	13,95	3.833	14,83
Iporá	65.399	3.376	5,17	50.392	77,05	33.859	51,77	16.533	25,28	4.986	7,62	4.467	6,83
Israelândia	37.616	3.205	8,52	18.333	48,73	8.459	22,43	9.894	26,30	8.216	21,84	3.292	8,75
Ivolândia	88.380	4.035	4,57	69.786	78,96	47.727	54,00	22.059	27,496	11.571	13,09	365	0,41
Jaupaci	30.297	1.496	4,87	20.419	74,00	16.183	60,02	4.236	13,98	3.818	12,60	1.740	5,74
Moiporá	29.052	1.336	4,58	20.156	69,38	9.663	33,95	10.293	35,43	6.175	21,25	440	1,51
Nazário	28.198	2.125	7,53	20.689	73,37	19.239	68,23	1.450	5,14	4.629	16,42	115	0,41
Piranhas	233.600	3.016	1,29	120.802	51,71	99.781	42,71	21.021	9,00	29.459	12,61	68.585	29,36
Sancelândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sta. Bárbara de Goiás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S. Luiz de Mtes. Belos	58.303	5.330	9,14	37.100	63,62	12.347	21,16	24.753	42,46	10.344	17,74	4.615	7,92
Turvânia	49.519	2.438	4,92	36.199	73,10	11.670	23,97	24.329	49,13	8.359	16,88	551	1,11
Área Inf. da GO-060	1.331.225	59.243	4,45	902.072	67,76	579.858	43,56	322.214	24,20	191.542	14,39	177.952	13,37
Estado de Goiás	29.977.314	988.554	3,42	19.168.094	66,38	16.060.502	55,62	3.107.592	10,76	4.641.970	16,07	2.335.544	8,09

continua...

...continuação (tabela 03 - Utilização das Terras nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996))

1970

MUNICÍPIOS	TOTAL (ha)	LAVOURAS		PAST. (NAT./ART.) <sup>1</sup>		PAST. NATURAIS <sup>2</sup>		PAST. ARTIFIC. <sup>3</sup>		FLOR. NATURAIS <sup>4</sup>		PROD. NÃO UTIL. <sup>5</sup>	
		área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)	área (ha)	Area (%)	área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)
Amorinópolis	45.084	3.709	8,23	21.683	48,09	19.995	44,35	1.688	3,74	16.384	36,34	1.509	3,35
Anicuns	104.207	14.440	13,86	72.620	69,69	6.242	5,99	66.378	63,70	14.227	13,65	114	0,11
Aragarças	21.638	129	0,60	6.610	30,79	6.600	30,74	10	0,05	227	1,05	11.632	57,76
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aurilândia	46.247	3.245	7,02	38.607	83,48	33.925	73,36	4.682	10,12	2.617	5,66	103	0,22
Avelinópolis	14.946	3.097	20,72	8.763	58,63	614	4,11	8.149	54,52	2.169	14,51	461	3,08
Baliza	70.945	1.030	1,45	45.461	64,06	45.461	64,06	-	-	11.622	16,38	9.796	13,81
Bom Jardim de Goiás	167.996	4.200	2,50	122.724	73,06	121.606	72,51	918	0,55	16.958	10,09	15.210	9,05
Cachoeira de Goiás	34.492	524	1,52	32.303	93,64	31.863	92,36	440	1,28	537	1,56	-	-
Córrego do Ouro	43.701	3.713	8,50	33.346	76,28	32.769	74,96	577	1,32	4.074	9,32	282	0,65
Diorama	64.132	2.867	4,47	49.809	77,67	49.451	77,11	358	0,56	4.071	6,35	103	0,16
Fazenda Nova	105.347	3.831	3,64	78.115	74,15	47.371	44,97	30.744	29,18	11.885	11,28	3.582	3,40
Firminópolis	42.911	6.291	14,66	29.279	70,52	29.921	69,73	358	0,79	4.035	9,40	281	0,65
Ipocá	89.412	5.324	5,95	78.141	87,35	77.323	86,46	818	0,91	1.432	1,60	48	0,05
Jaracelandia	29.953	1.808	6,04	19.207	64,12	17.930	59,86	1.277	4,26	1.656	5,53	4.071	13,59
Ivolândia	119.563	4.006	3,35	101.000	84,48	99.952	83,60	1.048	0,88	7.278	6,09	151	0,13
Jaupaci	46.388	2.248	4,85	30.838	66,91	30.666	66,54	172	0,37	1.951	4,21	5.879	12,67
Moiporá	48.169	2.595	5,39	40.176	83,40	39.496	81,99	680	1,41	3.155	6,55	409	0,85
Nazário	34.425	3.772	10,95	25.990	76,08	24.618	72,09	1.374	3,99	2.853	8,29	117	0,34
Piranhas	287.285	5.682	1,98	110.575	38,49	104.634	36,42	5.941	2,07	18.564	6,46	147.786	51,44
Santariândia	53.144	4.859	9,15	42.363	79,72	10.612	19,97	31.751	59,75	4.204	7,91	184	0,35
St. Bárbara de Goiás	15.643	2.602	16,64	9.471	60,54	4.604	29,43	4.867	31,11	2.638	16,86	159	1,02
S. Luiz de Mtes Belos	75.387	10.738	14,24	56.683	74,99	54.929	72,66	1.754	2,33	5.046	6,69	594	0,79
Turvânia	48.509	5.587	11,52	35.789	73,78	33.035	68,10	2.754	5,68	5.332	10,99	172	0,35
Área de Inf. GO-060	1.609.514	96.301	5,98	1.092.939	67,91	936.221	57,55	166.718	10,36	142.915	8,88	206.360	12,82
Estado de Goiás	35.783.039	1.636.170	4,57	23.785.182	66,47	19.423.118	54,28	4.362.064	12,19	4.911.062	13,72	3.869.843	10,81

continua...

...continuação (tabela 03 - Utilização das Terras nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996))

1975

MUNICÍPIOS	TOTAL (ha)	LAVOURAS		PAST. (NAT./ART.) <sup>1</sup>		PAST. NATURAIS <sup>2</sup>		PAST. ARTIFIC. <sup>3</sup>		FLOR. NATURAIS <sup>4</sup>		PROD. NÃO UTIL. <sup>5</sup>	
		área (há)	área (%)	área (ha)	área (%)	Área (ha)	Área (%)	área (ha)	área (%)	Área(ha)	área (%)	área (ha)	área (%)
Americópolis	45.446	3.651	8,03	38.307	74,29	16.753	36,86	21.554	47,43	728	1,60	288	0,03
Anicuns	108.639	24.923	22,94	64.738	59,59	62.436	57,47	2.302	2,12	13.518	12,44	1.737	1,60
Aragarças	31.581	1.139	3,60	11.863	37,56	10.204	32,31	1.659	5,25	15.928	50,44	809	2,56
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aurilândia	53.424	2.491	4,66	45.728	85,50	44.177	82,60	1.551	2,90	2.466	4,62	376	0,71
Avelinópolis	14.811	3.418	23,07	9.171	61,92	3.405	22,99	5.766	38,93	1.799	12,15	13	0,09
Baltiza	134.655	3.276	2,43	45.614	33,88	42.453	31,53	3.161	2,35	15.208	11,29	62.513	46,42
Bom Jardim de Goiás	168.350	6.511	3,87	132.747	78,85	111.992	66,52	20.755	12,33	8.008	4,76	12.244	7,27
Cachoeira de Goiás	36.265	605	1,67	34.237	94,42	31.366	96,49	2.871	7,92	315	0,87	24	0,07
Córrego do Ouro	45.133	2.531	5,61	37.644	93,61	36.200	90,41	1.444	3,20	2.693	5,97	325	0,72
Diorama	63.180	4.942	7,82	50.956	80,65	20.955	33,17	3.001	47,48	2.982	4,72	2.194	3,47
Fazenda Nova	116.523	5.197	4,46	95.123	81,67	31.648	27,10	63.475	54,47	4.177	3,58	9.481	8,14
Firminópolis	42.175	8.472	20,13	29.244	69,34	27.113	64,29	2.131	5,05	2.841	6,74	63	0,76
Iporá	92.602	8.612	9,30	73.660	79,55	39.336	42,48	34.324	37,07	2.558	2,76	2.179	2,35
Israelândia	64.759	2.886	4,46	58.572	85,99	16.781	25,91	38.905	60,08	1.544	2,38	851	1,31
Ivolândia	123.196	5.102	4,14	104.037	84,45	67.584	54,86	36.453	29,59	2.523	2,05	5.121	4,16
Jaupaci	48.347	3.041	6,29	38.508	79,65	22.256	46,03	16.252	33,62	1.423	2,94	2.190	4,53
Moiporá	34.785	2.077	5,97	28.646	82,35	10.765	30,95	17.881	51,40	2.741	7,88	195	0,56
Nazário	27.453	4.047	14,74	18.822	68,47	17.596	64,00	1.226	4,47	2.838	10,34	754	2,75
Piranhas	309.107	15.280	4,95	249.803	80,81	143.673	46,48	106.130	34,33	16.203	5,24	22.046	7,13
Superlândia	50.561	6.786	13,64	39.875	76,89	38.497	76,14	378	0,75	3.190	6,31	234	0,46
Stá. Bárbara de Goiás	15.553	2.685	17,27	9.793	62,96	6.199	39,95	3.595	23,11	1.784	11,47	603	5,16
S. Luiz de Mtes. Belos	75.419	10.521	13,95	58.035	76,95	55.042	72,98	2.993	3,97	3.562	4,72	572	0,76
Turvânia	49.246	11.001	21,74	31.587	63,15	29.521	50,85	2.066	4,20	4.511	9,16	594	1,21
Área Inf. da GO-060	1.751.210	139.200	7,94	1.302.914	74,40	886.041	50,60	416.873	23,80	113.540	6,48	125.615	7,17
Estado de Goiás	43.126.867	2.555.094	5,94	29.164.163	67,75	21.712.529	50,35	7.451.634	17,28	6.369.257	14,77	3.036.438	7,04

continua...

...continuação (tabela 03 - Utilização das Terras nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996))

1980

MUNICÍPIOS	TOTAL (ha)	LAVOURAS		PAST. (NAT./ART.) <sup>1</sup>		PAST. NATURAIS <sup>3</sup>		PAST. ARTIFIC. <sup>3</sup>		FLOR. NATURAIS <sup>4</sup>		PROD. NÃO UTIL. <sup>5</sup>	
		Área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)	Área (ha)	Área (%)	área (ha)	Área (%)	Área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)
Amarinópolis	46.670	4.515	9,76	36.727	78,68	11.097	23,78	25.630	54,92	1.391	2,98	1.813	3,88
Anicuns	102.590	23.312	22,75	63.344	62,62	18.080	18,50	45.264	44,12	10.837	10,56	308	0,36
Aragarças	49.315	4.979	10,10	23.127	46,90	15.024	30,47	8.103	16,43	1.183	2,4	14.651	29,71
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aurilândia	57.147	2.066	3,61	48.068	85,12	4.576	9,01	43.492	76,11	2.890	5,06	722	1,26
Avelinópolis	18.845	4.149	22,02	11.620	61,66	548	2,91	11.072	58,75	2.090	11,09	10	0,05
Beizão	145.028	3.519	2,43	59.487	32,12	43.230	20,91	16.257	11,21	9.652	6,66	60.851	41,90
Bom Jardim de Goiás	179.662	9.299	5,18	137.468	71,50	99.375	50,30	38.093	21,20	11.283	6,28	18.622	10,37
Cachoeira de Goiás	38.405	562	1,46	35.268	91,83	22.272	57,99	12.996	33,84	142	0,37	-	-
Cárcere do Ouro	46.461	2.979	6,41	38.816	73,54	2.678	5,76	36.137	77,78	2.520	5,42	66	0,19
Diorama	64.740	5.708	8,81	51.544	79,62	42.028	64,92	9.516	14,70	1.848	2,85	784	1,21
Fazenda Nova	123.200	10.677	8,67	93.743	76,09	40.829	33,14	52.914	42,95	8.258	6,70	5.249	4,26
Firminópolis	44.736	8.450	18,88	32.7489	73,20	1.023	2,29	31.723	70,91	2.060	4,60	170	0,38
Iporá	91.408	8.596	9,40	63.688	69,67	44.044	48,18	19.644	21,49	4.477	4,90	6.671	7,30
Israelândia	50.794	2.550	5,02	37.977	74,77	18.376	36,19	19.601	38,59	2.399	4,72	3.232	6,38
Ivolândia	123.658	5.744	4,64	101.297	81,11	368.281	55,22	32.016	25,89	7.809	6,31	4.724	3,82
Jaupaci	52.839	3.665	6,94	34.767	65,80	16.776	31,75	17.992	34,05	3.010	5,70	4.976	9,42
Molporá	50.019	1.800	3,60	41.585	84,14	9.279	19,55	32.306	64,59	2.964	5,93	1.983	3,96
Nazário	30.429	4.080	13,42	20.370	66,95	4.022	13,22	16.348	53,73	3.042	10,00	196	0,85
Piranhas	300.151	32.970	10,99	193.050	60,98	83.595	27,95	99.455	33,13	12.456	4,15	63.641	21,27
Saquarema	50.751	6.657	13,42	38.251	75,37	6.279	12,37	31.972	63,00	4.089	8,06	230	0,45
Sít. Bárbara de Goiás	14.583	2.299	15,77	9.404	63,80	4.979	33,46	4.425	30,34	1.696	11,63	622	4,27
S. Luiz de Mtes. Belos	75.411	10.663	14,14	57.805	76,65	9.927	13,16	47.878	63,49	3.041	4,03	664	0,88
Turvânia	50.088	7.241	14,45	37.210	74,29	5.159	10,30	32.051	63,99	3.434	6,86	247	0,49
Área Inf. da GO-060	1.806.930	166.565	9,21	1.248.153	69,07	563.268	31,17	684.885	37,90	102.571	5,68	192.918	10,68
Estado de Goiás	47.853.028	3.226.269	6,74	31.423.129	65,66	20.578.467	43,00	10.843.662	22,66	6.888.654	14,40	2.980.905	6,16

continua...

...continuação (tabela 03 - Utilização das Terras nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996))

1985

MUNICÍPIOS	TOTAL (ha)	LAVOURAS		PAST. (NAT./ART.) <sup>1</sup>		PAST. NATURAIS <sup>2</sup>		PAST. ARTIFIC. <sup>3</sup>		FLOR. NATURAIS <sup>4</sup>		PROD. NÃO UTIL. <sup>5</sup>	
		Área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)	Área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)
Amorinópolis	43.157	3.216	7,45	34.756	80,53	2.671	6,19	32.085	74,34	1.103	2,56	41	0,10
Anicuns	89.409	18.093	20,94	59.262	65,38	4.456	4,08	54.807	61,30	9.150	10,23	431	0,48
Araguás	49.662	1.089	2,19	41.403	87,44	26.966	58,37	14.437	29,07	561	1,13	2.167	4,36
Arenópolis	105.364	5.150	4,89	87.615	83,16	23.314	22,13	64.301	61,03	6.387	6,06	972	0,92
Aurilândia	47.396	2.143	4,52	40.547	85,55	29.178	61,56	11.369	23,99	2.658	5,61	691	1,46
Avelinópolis	16.926	3.181	18,20	11.604	68,56	47	0,28	11.557	68,28	1.680	9,93	70	0,41
Baliza	141.719	5.401	3,81	65.280	46,07	31.951	22,55	33.329	23,52	27.982	19,74	35.079	24,75
Bom Jardim de Goiás	158.447	11.575	7,30	80.497	50,80	32.229	20,34	48.268	30,46	8.446	5,33	46.620	30,09
Cachoira de Goiás	38.009	695	1,85	35.861	94,35	23.028	60,59	12.832	33,76	755	1,99	-	-
Córrego do Ouro	42.762	2.372	5,55	35.786	83,79	2.504	5,96	33.282	77,83	3.098	7,24	122	0,29
Diorama	71.518	3.487	4,87	64.103	89,63	17.911	25,04	46.192	64,59	1.474	2,06	03	0,09
Fazenda Nova	125.614	9.191	8,11	100.626	81,01	23.925	19,05	76.701	61,06	7.599	6,05	1.997	1,59
Firminópolis	4.180	6.671	16,20	30.677	74,50	8.321	20,21	22.356	54,29	2.315	5,62	160	0,39
Iporá	90.934	8.658	9,53	75.241	82,74	19.204	21,12	56.037	61,62	3.051	3,36	606	0,67
Israelândia	63.397	2.709	5,08	53.542	84,55	11.407	17,99	42.135	66,46	2.162	3,41	1.119	1,77
Ivolândia	102.445	6.862	6,70	85.734	76,99	30.261	29,54	48.611	47,45	10.882	10,62	1.151	1,12
Jaupaci	44.153	2.091	4,74	35.349	80,06	11.597	26,27	23.752	53,79	4.385	9,93	222	0,50
Moiporá	45.028	1.445	3,21	39.596	87,69	11.983	26,39	27.603	61,30	1.975	4,39	283	0,56
Nazário	31.300	3.742	11,95	23.944	85,50	3.215	19,27	20.729	66,23	2.972	9,50	170	0,54
Piranhas	209.628	15.739	7,51	154.926	73,91	55.586	26,52	99.340	47,39	6.306	3,01	27.393	13,07
Sancarlândia	48.865	5.061	10,36	39.459	80,75	45.488	11,23	33.971	69,52	1.577	3,23	692	1,42
Sra. Bárbara de Goiás	16.747	2.111	12,61	11.310	67,54	10.681	63,78	629	3,76	2.455	14,66	195	1,16
S. Luiz de Mtes. Belos	82.188	10.360	12,61	64.666	79,43	9.199	11,19	55.267	67,24	4.077	4,96	187	0,23
Turvânia	53.577	8.287	15,47	39.476	73,69	4.396	9,21	35.080	65,48	3.648	6,81	466	0,87
Área Inf. da GO-060	1.759.425	139.343	7,92	1.306.107	74,24	401.437	22,82	904.670	51,42	116.698	6,63	125.575	7,14
Estado de Goiás	29.864.106	32.928.199	9,80	20.894.584	69,97	9.569.989	32,05	11.324.595	37,92	2.828.529	9,47	1.227.461	4,11

continua...

...continuação (tabela 03 - Utilização das Terras nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996))

**1996**

MUNICÍPIOS	TOTAL (ha)	LAVOURAS		PAST. (NAT./ART.) <sup>1</sup>		PAST. NATURAIS <sup>2</sup>		PAST. ARTIFIC. <sup>3</sup>		FLOR. NATURAIS <sup>4</sup>		PROD. NÃO UTIL. <sup>5</sup>	
		área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)	área (ha)	área (%)
Amorimópolis	48.747	1.035	2,12	45.002	92,32	6.485	23,51	38.417	78,81	1.334	2,74	-	-
Anicuns	84.302	13.316	15,12	59.256	70,29	1.793	2,13	57.463	68,16	7.322	8,69	599	0,71
Aragarças	45.526	157	0,35	30.824	67,70	4.632	10,17	26.192	57,53	9.752	21,41	227	0,50
Arenópolis	88.164	1.455	1,66	70.071	79,47	15.141	17,17	54.930	62,30	15.401	17,47	19	0,02
Aurilândia	50.616	929	1,83	42.155	83,28	5.552	10,57	36.803	72,71	5.991	11,84	63	0,12
Avelinópolis	15.106	301	1,99	11.936	79,02	317	2,10	11.619	76,92	1.347	8,92	77	0,51
Baliza	182.484	1.620	0,89	119.131	65,28	41.448	22,71	77.683	42,57	30.550	16,74	353	0,19
Bom Jardim de Goiás	143.335	2.253	1,57	104.177	72,68	21.162	14,76	83.015	57,92	11.920	8,32	11.460	6,01
Cachoira de Goiás	30.981	378	1,23	26.855	83,42	9.385	27,06	17.460	56,36	4.453	14,37	33	0,11
Córrego do Ouro	43.634	2.093	4,20	35.638	81,68	21.117	48,40	14.521	33,28	3.819	8,75	447	1,02
Diorama	66.948	1.227	1,84	51.846	77,43	13.683	20,44	38.153	56,99	11.066	16,53	709	1,06
Fazenda Nova	121.802	2.183	1,79	95.571	78,46	13.124	10,77	82.447	67,69	11.746	9,64	5.266	4,32
Firminópolis	36.776	565	4,17	32.670	88,83	964	2,62	31.706	86,21	955	5,32	217	0,59
Inorá	91.994	2.977	3,24	78.851	85,71	10.972	11,92	67.879	73,79	6.659	7,24	340	0,37
Israelândia	47.269	936	2,71	35.833	75,60	4.810	10,18	30.923	65,42	8.218	17,39	647	1,37
Ivolândia	118.263	1.926	1,61	85.700	72,47	7.153	6,05	78.547	66,42	24.306	20,55	1.024	0,87
Jaurupaci	36.694	840	2,29	26.409	71,97	2.306	6,28	24.103	65,69	6.544	17,83	417	1,14
Moiporá	44.818	934	2,04	38.387	85,65	8.241	18,39	30.146	67,26	3.901	8,70	92	0,21
Nazário	41.440	1.482	3,58	37.837	91,30	7.212	17,40	30.625	713,90	1.640	3,96	26	0,06
Piranhas	179.534	2.682	1,49	137.590	76,63	21.333	11,88	116.257	64,75	21.862	12,18	6.089	3,39
Santelândia	48.302	2.512	5,32	40.408	83,65	12.874	26,65	27.534	57,00	3.260	6,75	44	0,09
Sra. Bárbara de Goiás	17.572	963	5,48	13.831	78,71	942	5,36	12.889	73,35	1.886	10,73	86	0,49
S. Luiz de M'le, Belos	72.222	4.208	5,75	63.813	88,36	8.406	11,64	55.407	76,72	4.446	6,16	386	0,53
Turvânia	52.301	5.189	9,92	41.547	79,25	1.810	3,48	39.628	75,77	3.998	7,64	14	0,03
Área Inf. da GO-060	1.708.830	53.269	3,12	1.378.108	80,65	293.671	17,19	1.084.437	63,46	203.376	11,90	28.443	1,66
Estado de Goiás	27.472.648	2.174.853	7,99	19.404.706	70,63	5.137.285	18,70	14.267.411	51,93	3.774.654	13,74	545.549	1,99

Fonte: IBGE (1956a, 1961a, 1974b, 1979, 1984b, 1991, 1998).

Organização: Rodrigo Borges (2001).

Observações: 1 - PAST. (NAT./ART.) = Pastagens (Naturais/Artificiais);

2 - PAST. NATURAIS = Pastagens Naturais;

3 - PAST. ARTIFIC. = Pastagens Artificiais;

4 - FLOR. NATURAIS = Florestas Naturais;

5 - PROD. NÃO UTIL. = Terras Produtivas não Utilizadas.

## EFETIVOS DA PECUÁRIA BOVINA NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DA GO-060 E NO ESTADO DE GOIÁS (1950-1996)

MUNICÍPIO	1950											
	Rebanho		Vacas ordenhadas		Leite (mil litros)							
	Total	Evol. (%)	Total	Evol. (%)	Total	Evol. (%)						
Anicuns	36.025	-	7.109	-	3.551	-						
Aurilândia	27.633	-	4.808	-	1.001	-						
Baltza	22.386	-	1.538	-	209	-						
Fimbrópolis	6.541	-	1.441	-	282	-						
Iporá	16.453	-	2.840	-	640	-						
Mazário	9.535	-	1.402	-	361	-						
Área da GO-060	118.573	-	19.138	-	6.044	-						
Estado de Goiás	3.373.540	-	473.750	-	104.264	-						
MUNICÍPIO	1960						1970					
	Rebanho		Vacas ordenhadas		Leite (mil litros)		Rebanho		Vacas ordenhadas		Leite (mil litros)	
	Total	Evol. (%)	Total	Evol. (%)	Total	Evol. (%)	Total	Evol. (%)	Total	Evol. (%)	Total	Evol. (%)
Amarinópolis	7.874	-	1.543	-	509	-	23.017	188,65	3.232	109,46	977	91,94
Anicuns	43.555	20,90	7.294	2,60	1.783	-49,78	61.072	40,22	9.405	28,84	3.311	65,70
Aragarças	6.484	-	-	-	-	-	2.560	-60,52	82	-	22	-
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aurilândia	20.628	-24,63	2.675	-44,36	1.362	36,06	41.526	99,38	3.689	37,91	1.353	-0,66
Avelinópolis	-	-	-	-	-	-	9.702	-	2.051	-	611	-
Baltza	3.667	-63,62	706	-54,10	150	-28,23	7.757	111,54	458	-35,13	139	-7,33
Bom Jardim de Goiás	8.059	-	968	-	351	-	27.873	245,86	823	-14,98	159	-54,70
Cachoeira de Goiás	4.035	-	374	-	188	-	12.232	203,15	1.438	284,49	300	59,57
Córrego do Ouro	23.527	-	593	-	2.188	-	37.217	58,19	5.896	894,27	2.494	13,99
Diorama	22.793	-	1.567	-	3.139	-	24.587	8,06	2.771	77,97	877	-72,03
Fazenda Nova	17.201	-	4.088	-	1.245	-	52.043	202,56	6.037	97,66	2.841	-128,19
Fimbrópolis	9.315	42,46	2.309	60,24	813	188,30	27.836	196,73	4.939	113,90	2.484	205,54
Iporá	19.780	20,22	3.083	8,56	1.199	87,34	48.231	143,84	9.471	207,20	2.924	143,87
Iraulândia	9.228	-	318	-	70	-	12.110	31,22	1.308	311,64	372	431,43
Iralândia	16.443	-	2.465	-	898	-	34.982	112,14	4.693	90,39	1.450	45,58
Jaupaci	4.799	-	1.862	-	219	-	19.904	314,75	3.289	97,89	684	212,33
Milopólis	8.699	-	917	-	428	-	38.166	315,75	3.209	249,95	1.253	192,76
Mazário	14.946	56,75	1.545	10,20	610	68,98	22.427	50,05	1.824	24,53	847	38,85
Piranhas	24.762	-	2.937	-	692	-	68.437	176,38	4.401	49,85	1.438	107,80
Sanclerlândia	-	-	-	-	-	-	43.743	-	6.948	-	3.008	-
Sít. Bárbara de Goiás	-	-	-	-	-	-	6.770	-	1.294	-	875	-
S. Luz de Mtes. Beios	29.492	-	6.320	-	2.530	-	68.570	132,50	9.388	48,54	2.607	3,04
Turvânia	15.808	-	2.485	-	813	-	26.413	69,22	4.018	61,69	1.756	186,46
Área da GO-060	311.160	162,42	43.817	128,95	19.081	215,70	715.075	129,81	92.765	111,71	32.562	70,76
Estado de Goiás	4.862.762	44,14	681.629	43,75	182.657	84,78	7.792.839	66,25	914.263	34,25	337.969	75,43
MUNICÍPIO	1975						1980					
	Rebanho		Vacas ordenhadas		Leite (mil litros)		Rebanho		Vacas ordenhadas		Leite (mil litros)	
	Total	Evol. (%)	Total	Evol. (%)	Total	Evol. (%)	Total	Evol. (%)	Total	Evol. (%)	Total	Evol. (%)
Amarinópolis	37.728	63,90	5.127	58,63	1.607	64,48	37.348	-1,00	4.959	-3,28	2.923	81,89
Anicuns	78.913	29,21	12.447	32,34	4.730	42,86	86.962	10,20	12.784	2,71	7.040	46,84
Aragarças	5.160	101,58	49	-40,24	14	-36,36	9.121	76,76	460	879,59	172	1128,57
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aurilândia	58.064	42,23	4.661	26,35	2.479	83,22	53.008	-10,25	3.934	-15,80	1.995	-18,32
Avelinópolis	13.620	40,38	2.325	13,36	684	11,95	16.051	17,85	1.695	-20,22	1.625	137,57
Baltza	12.578	62,15	604	31,88	157	12,85	19.082	61,71	999	65,40	244	55,41
Bom Jardim de Goiás	40.392	44,81	1.258	52,86	330	107,55	53.076	31,40	3.281	160,81	800	142,42
Cachoeira de Goiás	17.591	43,81	698	-51,46	198	-34,00	15.018	-14,63	1.326	69,97	718	262,63
Córrego do Ouro	38.363	5,77	5.225	-11,38	1.752	-29,75	51.465	30,74	6.233	19,29	4.801	174,03
Diorama	33.991	36,25	5.027	81,41	1.536	75,14	41.220	21,27	4.694	-6,82	2.554	66,28
Fazenda Nova	81.144	55,82	10.799	34,37	3.758	32,28	79.059	-2,57	9.861	-8,69	4.475	19,08
Fimbrópolis	38.161	37,09	5.949	20,45	2.386	-3,95	38.316	0,41	6.904	-8,69	4.475	19,08
Iporá	72.303	49,91	15.509	63,75	5.193	77,60	65.256	-9,75	14.823	-4,42	6.998	73,27
Iraulândia	55.395	357,35	4.829	268,83	1.465	293,82	38.546	-30,40	2.897	-40,00	1.711	16,79
Iralândia	53.392	53,06	5.414	15,36	1.659	14,41	58.948	10,41	8.900	64,39	5.864	253,47
Jaupaci	23.553	18,33	2.822	-14,20	1.039	51,90	31.338	33,04	3.223	21,30	2.272	118,67
Milopólis	33.322	-7,98	3.715	16,77	982	-23,22	41.400	24,24	2.695	-27,46	1.773	84,30
Mazário	17.731	-20,94	1.956	1,66	1.013	19,60	24.591	38,69	2.286	15,85	1.719	69,69
Piranhas	118.763	73,54	7.154	62,55	3.032	110,85	148.515	25,06	13.069	82,68	7.336	141,95
Sanclerlândia	49.765	13,77	5.443	-21,66	1.685	-43,98	51.332	3,15	5.877	7,97	3.410	102,37
Sít. Bárbara de Goiás	10.334	52,64	1.373	6,11	1.019	50,96	11.731	13,82	1.310	-4,59	1.248	22,47
S. Luz de Mtes. Beios	95.376	39,69	12.705	35,33	6.536	112,38	99.308	-6,37	11.364	-10,55	8.305	50,02
Turvânia	39.993	51,41	4.269	8,00	1.780	0,23	50.548	26,39	5.616	36,56	3.949	124,38
Área da GO-060	1.027.620	43,71	119.347	26,68	43.894	35,03	1.111.234	8,14	129.790	8,72	79.845	81,04
Estado de Goiás	12.728.284	63,33	1.219.284	33,38	506.605	49,96	16.089.510	28,41	1.582.962	29,83	863.628	90,14
MUNICÍPIO	1985						1996					
	Rebanho		Vacas ordenhadas		Leite (mil litros)		Rebanho		Vacas ordenhadas		Leite (mil litros)	
	Total	Evol. (%)	Total	Evol. (%)	Total	Evol. (%)	Total	Evol. (%)	Total	Evol. (%)	Total	Evol. (%)
Amarinópolis	27.925	-25,23	5.492	10,75	2.819	-3,56	44.101	57,93	6.073	10,58	4.606	63,39
Anicuns	82.628	-4,99	11.014	-13,85	6.943	-1,38	94.281	14,11	12.055	9,45	14.230	104,85
Aragarças	16.612	82,13	714	48,75	315	83,14	26.404	58,95	1.364	91,04	1.198	280,32
Arenópolis	78.861	-	8.285	-	5.167	-	89.033	-12,24	7.912	-4,50	8.793	70,18
Aurilândia	48.831	-7,88	5.375	38,63	3.261	63,48	50.428	3,27	4.778	-11,11	3.899	19,26
Avelinópolis	17.145	6,82	2.694	40,38	2.100	29,23	16.544	-3,51	2.511	-3,57	2.626	25,05
Baltza	22.252	16,61	1.537	33,85	627	156,97	62.150	179,30	3.407	121,67	3.499	458,05
Bom Jardim de Goiás	45.168	-14,90	5.056	54,10	1.843	130,38	81.488	80,43	8.693	71,83	6.730	373,68
Cachoeira de Goiás	22.128	47,34	1.574	16,70	1.128	57,10	15.785	-28,67	1.842	17,03	1.781	57,89
Córrego do Ouro	39.378	-23,49	6.158	-1,20	4.480	-6,69	36.727	-6,73	6.224	1,07	5.965	33,15
Diorama	45.344	10,00	5.920	26,12	3.258	27,58	58.933	25,58	8.219	38,83	6.214	90,73
Fazenda Nova	112.878	42,78	11.701	18,66	4.714	5,34	108.285	-5,83	23.618	101,85	13.840	193,59
Fimbrópolis	43.160	12,64	7.973	15,48	5.552	-2,82	39.633	-8,17	8.742	9,65	7.565	36,25
Iporá	84.861	-0,61	13.589	-8,26	8.362	-7,18	83.703	29,05	14.740	8,39	16.269	94,79
Iraulândia	45.526	18,11	3.872	33,66	2.187	27,82	39.431	-13,99	3.282	-15,75	2.960	34,89
Jaupaci	49.137	-16,64	5.082	-42,80	2.558	-58,38	77.879	58,49	6.480	27,51	6.001	134,60
Milopólis	22.313	-28,79	3.356	-1,86	2.028	-10,74	31.050	39,16	4.344	29,44	3.256	60,55
Mazário	37.112	-10,38	3.400	26,16	2.133	20,30	44.193	19,06	3.390	-0,29	3.198	49,98
Piranhas	26.329	7,07	1.983	-12,49	1.050	-38,92	32.365	22,86	3.546	78,82	4.528	331,05
Sanclerlândia	107.710	-27,48	11.327	-13,33	7.479	1,95	135.069	25,40	15.064	32,99	15.549	107,90
Sít. Bárbara de Goiás	55.761	6,63	7.326	24,86	4.688	37,48	55.831	0,13	4.901	-33,10	4.478	-4,48
S. Luz de Mtes. Beios	12.464	6,25	1.295	-1,15	997	-20,11	16.412	31,68	1.789	38,15	2.517	152,46
Turvânia	106.088	18,80	13.452	18,37	8.903	7,20	102.773	-3,13	12.737	-5,32	12.913	45,04
Área da GO-060	1.187.697	6,88	144.667	11,50	87.953	9,66	1.3					

Tabela 05

MUNICÍPIOS	PERCENTUAL DE ARRECADAÇÃO DE ICMS POR SETOR DE ATIVIDADE NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DA GO-060 E NO ESTADO DE GOIÁS (1973, 1983 e 1993)														
	1973					1983					1993				
	Agricult. <sup>1</sup>	Pecuária	Comércio	Indústria	Agricult. <sup>1</sup>	Pecuária	Com./Ind. <sup>2</sup>	Agricult. <sup>1</sup>	Pecuária	Comércio	Indústria	Agricult. <sup>1</sup>	Pecuária	Comércio	Indústria
Amorinópolis	54,40	34,86	8,31	2,44	19,00	41,48	38,86	2,29	86,31	7,44	3,97	2,29	86,31	7,44	3,97
Anicuns	72,69	14,14	11,35	1,82	37,51	38,21	24,28	11,71	33,77	10,35	44,17	11,71	33,77	10,35	44,17
Aragarças	25,22	3,73	71,02	0,02	26,90	9,95	63,15	0,71	23,93	69,37	2,00	0,71	23,93	69,37	2,00
Arenópolis	-	-	-	-	0,41	22,58	8,96	1,02	55,55	17,69	25,75	1,02	55,55	17,69	25,75
Aurilândia	28,28	58,86	12,39	0,46	7,80	63,31	28,89	3,46	88,24	7,18	1,13	3,46	88,24	7,18	1,13
Avellanópolis	72,21	24,13	3,04	0,62	85,78	10,30	3,93	19,68	72,66	7,19	0,48	19,68	72,66	7,19	0,48
Baliza	58,04	33,09	8,91	0,0	49,20	15,37	34,51	1,83	95,15	2,12	0,90	1,83	95,15	2,12	0,90
Bom Jardim de Goiás	55,28	31,02	9,46	4,25	48,08	25,74	26,25	8,57	51,99	10,23	29,21	8,57	51,99	10,23	29,21
Cachoeira de Goiás	37,06	55,59	7,34	0,0	13,41	47,46	39,14	1,98	48,84	7,91	41,28	1,98	48,84	7,91	41,28
Córrego do Ouro	39,68	37,62	12,29	10,44	15,55	65,95	18,51	1,89	73,88	13,36	10,88	1,89	73,88	13,36	10,88
Diorama	63,40	20,94	13,21	2,45	50,62	42,43	6,95	0,25	93,28	6,09	0,38	0,25	93,28	6,09	0,38
Fazenda Nova	27,79	50,79	20,45	0,96	20,24	38,01	41,75	6,06	48,74	10,62	34,59	6,06	48,74	10,62	34,59
Fimminópolis	59,23	24,63	14,21	1,92	59,48	18,33	22,19	11,06	33,04	33,33	22,57	11,06	33,04	33,33	22,57
Iporá	43,85	11,23	44,21	0,71	11,85	13,06	75,09	0,89	18,57	54,65	25,86	0,89	18,57	54,65	25,86
Israelândia	27,40	62,80	9,27	0,53	9,19	77,82	12,98	1,01	73,35	22,01	3,63	1,01	73,35	22,01	3,63
Ivolândia	53,42	40,83	5,50	0,25	37,67	22,29	40,04	11,00	74,91	5,36	8,73	11,00	74,91	5,36	8,73
Jaupaci	28,67	60,30	13,01	0,03	20,34	52,19	27,47	2,46	44,62	26,53	26,39	2,46	44,62	26,53	26,39
Molporá	37,82	59,89	1,79	0,51	9,91	65,81	24,29	0,29	89,76	2,22	7,73	0,29	89,76	2,22	7,73
Nazário	43,78	40,93	13,94	1,35	50,85	12,36	36,79	2,69	66,20	10,95	20,16	2,69	66,20	10,95	20,16
Piranhas	34,87	52,08	13,01	0,04	31,43	28,62	39,96	1,52	58,90	31,51	8,08	1,52	58,90	31,51	8,08
Sanclerlândia	61,14	30,95	5,88	2,04	66,13	15,73	18,14	4,36	10,43	12,40	72,81	4,36	10,43	12,40	72,81
Sia. Bárbara de Goiás	88,28	4,18	6,69	0,86	59,67	16,10	24,23	5,16	14,52	53,47	26,85	5,16	14,52	53,47	26,85
S. Luiz de Mtes. Belos	39,78	24,82	34,50	1,10	19,41	18,29	62,31	3,21	26,42	36,38	34,00	3,21	26,42	36,38	34,00
Turvânia	68,16	24,85	6,50	0,50	82,20	8,21	9,59	17,55	48,22	7,49	26,74	17,55	48,22	7,49	26,74
Área da GO-060	53,57	28,08	16,84	1,51	33,62	25,04	41,34	4,67	43,12	26,93	25,28	4,67	43,12	26,93	25,28
Estado de Goiás	35,97	14,08	44,15	5,80	13,13	20,03	66,84	6,55	11,33	55,41	26,71	6,55	11,33	55,41	26,71

Fonte: Goiás (1979, 1984), SEPLAN (1995).

Organização: Rodrigo Borges (2001).

Observações: 1 - Agricultura; 2 - Com./Ind. = Comércio/Indústria.

Tabela 06

## ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR GRUPOS DE ÁREA NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DA GO-060 E NO ESTADO DE GOIÁS (1950-1996), CONFORME IBGE

Grupos de Área (ha)	1950			1960			1970			1976		
	Estab.	%	Área									
0 a 100	-	-	-	211	71,28	8.292	24,82	71,88	9.090	261	20,16	89,60
100 a 1000	-	-	-	84	28,38	23.592	69,76	27,34	28.185	111	64,73	31.327
1000 e mais	-	-	-	1	0,34	1.936	5,72	0,78	6.810	3	15,11	4.603
Total	-	-	-	296	100,00	33.820	100,00	384	100,00	375	100,00	45.446
<b>Grupos de Área (ha)</b>	<b>Estab.</b>	<b>%</b>	<b>Área</b>									
0 a 100	256	71,11	9.699	187	64,04	7.038	16,31	71,94	9.362	259	19,21	19,21
100 a 1000	99	27,50	27.192	102	34,93	30.841	71,48	93	25,83	25.762	52,85	52,85
1000 e mais	5	1,39	9.774	3	1,03	5.270	12,21	7	1,94	13.624	27,95	27,95
Total	360	100,00	46.665	292	100,00	43.149	100,00	360	100,00	48.747	100,00	100,00
<b>Grupos de Área (ha)</b>	<b>Estab.</b>	<b>%</b>	<b>Área</b>									
0 a 100	573	67,97	18.042	644	72,77	23.060	23,68	943	78,65	30.766	28,52	28,52
100 a 1000	245	29,05	67.045	232	26,21	60.380	62,01	247	20,60	59.328	56,93	56,93
1000 e mais	25	2,97	44.563	9	1,02	13.929	14,31	9	0,75	14.114	13,54	13,54
Total	843	100,00	130.651	885	100,00	97.369	100,00	1.199	100,00	104.207	100,00	100,00
<b>Grupos de Área (ha)</b>	<b>Estab.</b>	<b>%</b>	<b>Área</b>									
0 a 100	892	77,92	29.045	1.013	83,63	26.795	29,97	1.200	87,34	27.517	32,54	32,54
100 a 1000	242	21,38	61.380	207	15,88	52.905	59,17	166	12,08	44.539	52,83	52,83
1000 e mais	8	0,71	12.159	6	0,48	9.703	10,85	8	0,58	12.247	14,53	14,53
Total	1.132	100,00	102.580	1.225	100,00	88.409	100,00	1.374	100,00	94.302	100,00	100,00
<b>Grupos de Área (ha)</b>	<b>Estab.</b>	<b>%</b>	<b>Área</b>									
0 a 100	-	-	-	6	15,79	324	0,47	17	45,95	544	2,51	516
100 a 1000	-	-	-	18	47,37	7.198	10,33	15	40,54	6.271	28,98	46,88
1000 e mais	-	-	-	14	36,84	62.141	89,20	5	13,51	14.824	68,51	25,00
Total	-	-	-	38	100,00	69.661	100,00	37	100,00	21.639	100,00	31.581
<b>Grupos de Área (ha)</b>	<b>Estab.</b>	<b>%</b>	<b>Área</b>									
0 a 100	27	47,37	1.181	30	43,48	1.052	2,12	59	56,19	2.208	5,19	5,19
100 a 1000	21	36,84	9.297	27	39,13	10.165	20,47	34	32,36	12.558	29,53	29,53
1000 e mais	9	15,79	38.821	12	17,39	38.438	77,40	12	11,43	27.788	65,27	65,27
Total	57	100,00	49.315	69	100,00	49.652	100,00	105	100,00	42.526	100,00	100,00
<b>Grupos de Área (ha)</b>	<b>Estab.</b>	<b>%</b>	<b>Área</b>									
0 a 100	-	-	-	208	53,47	9.350	8,87	187	53,43	9.007	10,22	10,22
100 a 1000	-	-	-	157	40,36	53.321	50,61	139	39,71	44.725	50,73	44,73
1000 e mais	-	-	-	24	6,17	42.688	40,51	24	6,66	39.432	44,73	44,73
Total	-	-	-	389	100,00	105.364	100,00	350	100,00	88.164	100,00	100,00

continua...

...continuação (tabela 06 - Estrutura Fundiária por Grupos de Área nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996), Conforme IBGE)

Grupos de Área (ha)	1950			1960			1970			1975		
	Estab.	%	Área	Estab.	%	Área	Estab.	%	Área	Estab.	%	Área
<b>AURILÂNDIA</b>												
0 a 100	312	57,35	13.710	143	63,56	6.143	15,76	244	69,62	8.169	17,66	7.443
100 a 1000	210	38,60	64.878	76	33,78	17.607	45,14	101	28,77	25.065	54,20	25.421
1000 e mais	22	4,04	51.477	6	2,67	15.253	39,11	6	1,71	13.015	28,14	2.99
Total	644	100,00	130.065	225	100,00	39.003	100,00	351	100,00	46.247	100,00	53.424
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	146	61,08	5.877	223	69,91	7.534	15,90	208	68,66	7.568	14,95	
100 a 1000	81	33,88	21.738	80	28,21	23.810	50,34	87	28,71	25.044	49,48	
1000 e mais	12	5,02	29.726	6	1,88	16.046	33,86	8	2,64	18.005	35,57	
Total	239	100,00	57.147	319	100,00	47.396	100,00	303	100,00	50.616	100,00	
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
100 a 1000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	129	76,33	4.043	160	80,81	3.910	23,10	149	80,54	3.646	24,14	
100 a 1000	37	21,88	9.797	38	18,18	10.499	61,67	35	18,92	10.434	69,07	
1000 e mais	3	1,78	5.000	2	1,01	2.570	15,18	1	0,54	1.026	8,79	
Total	169	100,00	18.845	198	100,00	16.928	100,00	185	100,00	15.108	100,00	
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	506	71,17	8.448	28	35,44	1.267	3,41	53	32,72	2.154	3,04	
100 a 1000	162	22,78	45.262	44	55,70	17.249	46,49	92	56,79	34.070	48,02	
1000 e mais	43	6,05	122.488	7	8,88	18.588	50,10	17	10,49	34.711	48,93	
Total	711	100,00	176.198	79	100,00	37.104	100,00	162	100,00	70.945	100,00	
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	39	29,65	1.938	128	54,24	4.585	3,22	92	38,17	4.296	2,35	
100 a 1000	78	57,58	24.146	85	36,02	27.390	19,33	116	48,13	41.825	22,92	
1000 e mais	17	12,88	118.939	23	9,76	109.758	77,45	33	13,68	136.363	74,73	
Total	132	100,00	145.028	236	100,00	141.718	100,00	241	100,00	182.484	100,00	
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	-	-	-	46	36,80	1.862	2,77	90	38,98	3.948	2,35	
100 a 1000	-	-	-	63	50,40	21.604	32,19	106	45,68	41.051	24,44	
1000 e mais	-	-	-	16	12,80	43.662	65,04	35	15,15	122.965	73,22	
Total	-	-	-	125	100,00	67.118	100,00	231	100,00	167.966	100,00	
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	184	50,27	7.434	251	56,79	7.476	4,72	280	55,67	12.260	8,55	
100 a 1000	140	38,25	47.048	149	37,11	52.711	33,27	187	37,18	63.344	44,19	
1000 e mais	42	11,48	125.204	42	9,50	98.263	62,01	34	6,76	67.729	47,25	
Total	366	100,00	179.682	442	100,00	158.447	100,00	503	100,00	143.355	100,00	
<b>BALIZA</b>												
0 a 100	506	71,17	8.448	28	35,44	1.267	3,41	53	32,72	2.154	3,04	
100 a 1000	162	22,78	45.262	44	55,70	17.249	46,49	92	56,79	34.070	48,02	
1000 e mais	43	6,05	122.488	7	8,88	18.588	50,10	17	10,49	34.711	48,93	
Total	711	100,00	176.198	79	100,00	37.104	100,00	162	100,00	70.945	100,00	
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	39	29,65	1.938	128	54,24	4.585	3,22	92	38,17	4.296	2,35	
100 a 1000	78	57,58	24.146	85	36,02	27.390	19,33	116	48,13	41.825	22,92	
1000 e mais	17	12,88	118.939	23	9,76	109.758	77,45	33	13,68	136.363	74,73	
Total	132	100,00	145.028	236	100,00	141.718	100,00	241	100,00	182.484	100,00	
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	-	-	-	46	36,80	1.862	2,77	90	38,98	3.948	2,35	
100 a 1000	-	-	-	63	50,40	21.604	32,19	106	45,68	41.051	24,44	
1000 e mais	-	-	-	16	12,80	43.662	65,04	35	15,15	122.965	73,22	
Total	-	-	-	125	100,00	67.118	100,00	231	100,00	167.966	100,00	
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	184	50,27	7.434	251	56,79	7.476	4,72	280	55,67	12.260	8,55	
100 a 1000	140	38,25	47.048	149	37,11	52.711	33,27	187	37,18	63.344	44,19	
1000 e mais	42	11,48	125.204	42	9,50	98.263	62,01	34	6,76	67.729	47,25	
Total	366	100,00	179.682	442	100,00	158.447	100,00	503	100,00	143.355	100,00	
<b>BOM JD. DE GOIÁS</b>												
0 a 100	506	71,17	8.448	28	35,44	1.267	3,41	53	32,72	2.154	3,04	
100 a 1000	162	22,78	45.262	44	55,70	17.249	46,49	92	56,79	34.070	48,02	
1000 e mais	43	6,05	122.488	7	8,88	18.588	50,10	17	10,49	34.711	48,93	
Total	711	100,00	176.198	79	100,00	37.104	100,00	162	100,00	70.945	100,00	
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	39	29,65	1.938	128	54,24	4.585	3,22	92	38,17	4.296	2,35	
100 a 1000	78	57,58	24.146	85	36,02	27.390	19,33	116	48,13	41.825	22,92	
1000 e mais	17	12,88	118.939	23	9,76	109.758	77,45	33	13,68	136.363	74,73	
Total	132	100,00	145.028	236	100,00	141.718	100,00	241	100,00	182.484	100,00	
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	-	-	-	46	36,80	1.862	2,77	90	38,98	3.948	2,35	
100 a 1000	-	-	-	63	50,40	21.604	32,19	106	45,68	41.051	24,44	
1000 e mais	-	-	-	16	12,80	43.662	65,04	35	15,15	122.965	73,22	
Total	-	-	-	125	100,00	67.118	100,00	231	100,00	167.966	100,00	
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	184	50,27	7.434	251	56,79	7.476	4,72	280	55,67	12.260	8,55	
100 a 1000	140	38,25	47.048	149	37,11	52.711	33,27	187	37,18	63.344	44,19	
1000 e mais	42	11,48	125.204	42	9,50	98.263	62,01	34	6,76	67.729	47,25	
Total	366	100,00	179.682	442	100,00	158.447	100,00	503	100,00	143.355	100,00	

continua..

...continuação (tabela 06 - Estrutura Fundiária por Grupos de Área nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996), Conforme IBGE)

Grupos de Área (ha)	1950			1960			1970			1975						
	Estab.	%	Área	Estab.	%	Área	Estab.	%	Área	Estab.	%	Área				
0 a 100	-	-	-	14	30,43	636	4,22	28	33,72	1.553	4,59	20	25,97	1.360	17,0	3,75
100 a 1000	-	-	-	30	65,22	9.146	60,70	48	55,81	14.615	42,37	51	66,23	17.847	47,04	47,04
1000 e mais	-	-	-	2	4,35	5.285	35,08	9	10,47	18.295	53,04	6	7,78	38.266	49,21	49,21
Total	-	-	-	46	100,00	15.067	100,00	86	100,00	34.462	100,00	77	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>CACH. DE GOIÁS</b>																
<b>Grupos de Área (ha)</b>																
0 a 100	18	23,68	1.027	20	26,32	982	2,83	47	46,53	2.128	8,87	47	46,53	2.128	8,87	8,87
100 a 1000	47	61,84	13.688	46	60,53	15.410	40,84	44	43,56	13.965	46,08	44	43,56	13.965	46,08	46,08
1000 e mais	11	14,47	23.886	10	13,16	21.635	56,82	10	9,90	14.889	48,06	10	9,90	14.889	48,06	48,06
Total	76	100,00	38.405	76	100,00	38.009	100,00	101	100,00	30.961	100,00	101	100,00	30.961	100,00	100,00
<b>Grupos de Área (ha)</b>																
0 a 100	-	-	-	183	59,22	8.698	19,54	255	69,00	11.786	25,60	229	64,69	9.356	20,73	20,73
100 a 1000	-	-	-	124	40,13	32.963	74,07	113	30,13	24.202	55,38	119	33,62	28.117	62,30	62,30
1000 e mais	-	-	-	2	0,65	2.846	6,38	7	1,87	8.314	19,02	6	1,69	7.680	16,97	16,97
Total	-	-	-	306	100,00	44.505	100,00	375	100,00	43.701	100,00	354	100,00	45.133	100,00	100,00
<b>Grupos de Área (ha)</b>																
0 a 100	188	60,65	8.334	188	60,26	8.215	19,21	279	70,45	9.910	22,71	279	70,45	9.910	22,71	22,71
100 a 1000	115	37,10	28.855	121	38,78	29.777	69,63	113	29,54	27.737	63,57	113	29,54	27.737	63,57	63,57
1000 e mais	7	2,26	9.288	3	0,96	4.767	11,15	4	1,01	5.887	13,72	4	1,01	5.887	13,72	13,72
Total	310	100,00	46.461	312	100,00	42.762	100,00	396	100,00	43.634	100,00	396	100,00	43.634	100,00	100,00
<b>Grupos de Área (ha)</b>																
0 a 100	-	-	-	442	75,43	14.468	9,90	143	48,15	6.772	10,56	106	42,23	5.488	8,65	8,65
100 a 1000	-	-	-	120	20,48	42.161	29,86	146	48,82	41.743	66,09	134	53,38	37.636	59,57	59,57
1000 e mais	-	-	-	24	4,10	89.484	61,24	9	3,03	15.618	24,35	11	4,38	20.076	31,78	31,78
Total	-	-	-	586	100,00	146.091	100,00	297	100,00	64.132	100,00	251	100,00	63.180	100,00	100,00
<b>Grupos de Área (ha)</b>																
0 a 100	111	43,36	5.575	111	43,53	5.966	8,34	204	56,82	9.076	13,56	204	56,82	9.076	13,56	13,56
100 a 1000	132	51,56	36.108	133	52,16	41.071	57,43	147	40,96	47.505	70,96	147	40,96	47.505	70,96	70,96
1000 e mais	13	5,08	23.053	11	4,31	24.474	34,22	8	2,23	10.387	15,49	8	2,23	10.387	15,49	15,49
Total	256	100,00	64.740	255	100,00	71.518	100,00	359	100,00	66.948	100,00	359	100,00	66.948	100,00	100,00
<b>Grupos de Área (ha)</b>																
0 a 100	-	-	-	380	66,67	19.592	23,95	421	64,18	19.521	18,53	473	64,79	16.257	16,68	16,68
100 a 1000	-	-	-	172	31,85	40.471	49,25	219	33,38	53.035	50,34	240	32,88	59.341	50,93	50,93
1000 e mais	-	-	-	8	1,48	22.022	26,80	12	1,93	32.795	31,13	17	2,33	38.645	33,17	33,17
Total	-	-	-	540	100,00	82.175	100,00	656	100,00	105.347	100,00	730	100,00	115.623	100,00	100,00
<b>Grupos de Área (ha)</b>																
0 a 100	484	63,52	18.277	543	64,80	19.421	15,45	490	66,22	20.110	16,51	490	66,22	20.110	16,51	16,51
100 a 1000	255	33,45	63.981	276	32,94	68.414	56,26	230	31,08	60.097	49,33	230	31,08	60.097	49,33	49,33
1000 e mais	23	3,02	40.926	19	2,27	36.774	29,29	18	2,43	41.605	34,16	18	2,43	41.605	34,16	34,16
Total	762	100,00	123.200	838	100,00	125.614	100,00	740	100,00	121.802	100,00	740	100,00	121.802	100,00	100,00
<b>Grupos de Área (ha)</b>																

continua...

Grupos de Área (ha)		1950			1960			1970			1975					
		Estab.	%	Área	Estab.	%	Área	Estab.	%	Área	Estab.	%	Área			
FRMINÓPOLIS		180	71,71	7.952	186	72,09	7.470	28,90	390	78,47	13.848	402	78,82	14.566		
0 a 100		68	27,09	14.754	71	27,52	16.910	65,02	105	21,13	26.086	106	20,78	25.353		
1000 e mais		3	1,20	4.780	1	0,39	1.572	6,08	2	0,40	2.976	2	0,39	2.255		
Total		251	100,00	27.486	258	100,00	25.852	100,00	497	100,00	42.911	510	100,00	42.175		
Grupos de Área (ha)		1980			1985			1996			1970			1975		
0 a 100		498	81,51	15.221	492	82,55	13.650	33,63	410	81,35	12.837	410	81,35	12.837	34,81	
100 a 1000		109	17,84	23.063	101	16,96	22.530	54,71	92	18,25	20.696	92	18,25	20.696	56,28	
1000 e mais		4	0,65	6.446	3	0,50	4.785	11,84	2	0,40	3.243	2	0,40	3.243	8,82	
Total		611	100,00	44.736	596	100,00	41.180	100,00	504	100,00	36.776	504	100,00	36.776	100,00	
Grupos de Área (ha)		1950			1960			1970			1975			1975		
0 a 100		437	58,82	19.085	320	66,12	16.110	24,63	434	61,39	18.080	434	61,39	18.080	20,22	
100 a 1000		294	39,57	73.627	180	33,06	38.411	60,26	266	37,62	61.871	266	37,62	61.871	69,20	
1000 e mais		12	1,62	33.897	4	0,83	9.878	15,10	7	0,99	9.461	7	0,99	9.461	10,58	
Total		743	100,00	126.609	484	100,00	65.399	100,00	707	100,00	89.412	746	100,00	92.602	100,00	
Grupos de Área (ha)		1980			1985			1996			1970			1975		
0 a 100		452	63,31	18.454	507	66,80	20.037	22,03	746	76,04	26.399	746	76,04	26.399	28,69	
100 a 1000		255	35,71	62.783	244	32,15	60.046	66,03	227	23,14	53.927	227	23,14	53.927	58,62	
1000 e mais		7	0,98	9.795	8	1,06	10.846	11,93	8	0,82	11.878	8	0,82	11.878	12,69	
Total		714	100,00	91.048	759	100,00	90.934	100,00	981	100,00	91.994	981	100,00	91.994	100,00	
Grupos de Área (ha)		1950			1960			1970			1975			1975		
0 a 100		-	-	-	85	59,03	4.062	10,77	128	61,24	5.509	170	57,63	7.058	10,90	
100 a 1000		-	-	-	53	38,81	16.706	44,41	78	37,32	19.978	112	37,97	28.536	44,06	
1000 e mais		-	-	-	6	4,17	16.856	44,82	3	1,44	4.487	13	4,41	28.166	45,04	
Total		-	-	-	144	100,00	37.616	100,00	209	100,00	29.953	295	100,00	64.759	100,00	
Grupos de Área (ha)		1980			1985			1996			1970			1975		
0 a 100		84	47,46	3.982	103	52,55	4.747	7,49	141	62,95	5.802	141	62,95	5.802	12,27	
100 a 1000		85	48,02	23.406	80	40,82	23.822	37,58	69	30,80	19.593	69	30,80	19.593	41,45	
1000 e mais		8	4,52	23.401	13	6,63	34.823	54,93	14	6,25	21.874	14	6,25	21.874	46,28	
Total		117	100,00	50.789	196	100,00	63.397	100,00	224	100,00	47.269	224	100,00	47.269	100,00	
Grupos de Área (ha)		1950			1960			1970			1975			1975		
0 a 100		-	-	-	123	41,84	7.393	8,30	166	44,03	8.167	191	45,26	8.096	6,57	
100 a 1000		-	-	-	180	54,42	59.784	67,64	184	48,81	57.870	203	48,10	64.997	52,76	
1000 e mais		-	-	-	11	3,74	21.297	24,05	27	7,16	53.527	28	6,64	50.100	40,67	
Total		-	-	-	294	100,00	88.360	100,00	377	100,00	119.563	422	100,00	123.196	100,00	
Grupos de Área (ha)		1980			1985			1996			1970			1975		
0 a 100		194	46,75	8.597	157	43,13	7.648	7,47	228	49,24	11.332	228	49,24	11.332	9,56	
100 a 1000		192	46,27	61.812	182	50,00	55.717	64,39	212	45,79	66.377	212	45,79	66.377	56,13	
1000 e mais		28	6,98	53.456	25	6,87	39.075	38,14	23	4,97	40.553	23	4,97	40.553	34,29	
Total		415	100,00	123.656	364	100,00	102.445	100,00	463	100,00	118.263	463	100,00	118.263	100,00	

continua...

...continuação (tabela 06 - Estrutura Fundiária por Grupos de Área nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996), Conforme IBGE)

Grupos de Área (ha)	1950			1960			1970			1975			
	Estab.	%	Area	Estab.	%	Area	Estab.	%	Area	Estab.	%	Area	
0 a 100	-	-	-	52	50,48	2.322	7,66	74	50,68	44	36,36	2.232	4,62
100 a 1000	-	-	-	40	38,83	12.371	40,83	56	39,38	65	59,72	23.126	47,83
1000 e mais	-	-	-	11	10,68	15.604	51,50	16	10,96	12	9,92	22.989	47,55
Total	-	-	-	103	100,00	30.297	100,00	146	100,00	121	100,00	48.347	100,00
<b>JAUPACI</b>													
<b>Grupos de Área (ha)</b>													
0 a 100	80	49,38	3.868	30	27,62	1.614	3,66	73	55,30	5,40	15,40	15,40	
100 a 1000	70	43,21	24.370	70	64,22	23.712	53,70	59	44,70	31.043	84,80	84,80	
1000 e mais	12	7,41	24.566	9	8,26	18.823	42,63	-	0,00	-	0,00	0,00	
Total	162	100,00	52.839	109	100,00	44.153	100,00	132	100,00	36.694	100,00	100,00	
<b>MOIPORA</b>													
<b>Grupos de Área (ha)</b>													
0 a 100	-	-	-	72	52,17	3.391	11,67	168	62,22	15,73	56,18	14,50	
100 a 1000	-	-	-	63	45,65	15.875	54,64	93	34,44	24.128	50,09	47,83	
1000 e mais	-	-	-	3	2,17	9.785	33,68	9	3,33	16.464	34,18	37,67	
Total	-	-	-	138	100,00	29.052	100,00	270	100,00	48.170	100,00	34.785	100,00
<b>NAZARIO</b>													
<b>Grupos de Área (ha)</b>													
0 a 100	352	89,34	4.369	141	72,31	4.344	15,41	171	77,38	5,158	14,98	5,843	
100 a 1000	39	9,90	11.815	60	25,84	14.366	51,02	40	18,10	13.924	40,45	43,58	
1000 e mais	3	0,76	9.505	4	2,05	9.468	33,58	10	4,52	15.342	44,57	35,86	
Total	394	100,00	25.689	195	100,00	28.198	100,00	221	100,00	34.425	100,00	27.453	100,00
<b>PIRANHAS</b>													
<b>Grupos de Área (ha)</b>													
0 a 100	113	68,90	4.508	135	71,81	4.677	14,94	190	77,87	4,834	11,67	4,26	
100 a 1000	45	27,44	14.788	47	25,00	14.112	45,09	47	19,26	12.974	31,31	39,10	
1000 e mais	6	3,66	11.126	6	3,19	12.508	39,96	6	2,46	23.633	57,03	56,64	
Total	164	100,00	30.429	188	100,00	31.300	100,00	244	100,00	41.440	100,00	309,107	100,00
<b>PIRANHAS</b>													
<b>Grupos de Área (ha)</b>													
0 a 100	-	-	-	80	26,85	3.494	1,50	245	38,46	11,182	3,89	4,26	
100 a 1000	-	-	-	160	53,69	67.740	29,00	318	49,92	113.498	39,51	120.864	
1000 e mais	-	-	-	56	18,79	162.366	69,51	74	11,82	182.605	56,60	175.066	
Total	-	-	-	296	100,00	233.600	100,00	637	100,00	287.285	100,00	309,107	100,00
<b>PIRANHAS</b>													
<b>Grupos de Área (ha)</b>													
0 a 100	350	43,75	16.295	282	45,08	10.972	5,23	293	47,41	13.404	7,47	7,47	
100 a 1000	376	47,00	132.213	286	45,78	94.790	45,22	287	46,44	98.097	54,84	54,84	
1000 e mais	74	9,25	151.837	53	8,12	103.861	49,55	38	6,15	68.033	37,88	37,88	
Total	800	100,00	300.351	581	100,00	209.628	100,00	618	100,00	179.534	100,00	100,00	

continua...

continuação (tabela 06 - Estrutura Fundiária por Grupos de Área nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996), Conforme IBGE)

Grupos de Área (ha)	1950			1960			1970			1975		
	Estab.	%	Área									
0 a 100	-	-	-	-	-	-	305	70,44	11.002	296	71,33	30.279
100 a 1000	-	-	-	-	-	-	121	27,94	30.845	114	27,47	9.288
1000 e mais	-	-	-	-	-	-	7	1,62	11.298	5	1,20	10.994
Total	-	-	-	-	-	-	433	100,00	53.144	415	100,00	50.561
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	304	69,89	10.280	322	72,88	10.327	286	71,14	9.750	286	71,14	9.750
100 a 1000	125	28,74	31.480	114	26,73	28.298	110	27,36	28.754	110	27,36	28.754
1000 e mais	6	1,38	8.985	7	1,58	10.234	6	1,49	8.768	6	1,49	8.768
Total	435	100,00	50.751	443	100,00	48.865	402	100,00	48.302	402	100,00	48.302
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	-	-	-	-	-	-	90	73,17	1.986	81	72,97	2.245
100 a 1000	-	-	-	-	-	-	31	25,20	10.438	27	24,32	7.804
1000 e mais	-	-	-	-	-	-	2	1,63	3.208	3	2,70	5.503
Total	-	-	-	-	-	-	123	100,00	15.643	111	100,00	15.553
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	94	71,76	2.203	70	67,96	2.070	111	75,51	2.813	161	16,01	16,01
100 a 1000	35	26,72	8.794	31	30,10	8.738	35	23,81	9.919	35	23,81	9.919
1000 e mais	2	1,53	2.582	2	1,94	5.933	1	0,68	4.840	1	0,68	4.840
Total	131	100,00	14.583	103	100,00	16.747	147	100,00	17.572	147	100,00	17.572
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	-	-	-	-	-	-	450	73,17	17.039	769	80,27	23.982
100 a 1000	-	-	-	-	-	-	162	26,34	36.958	186	19,31	44.400
1000 e mais	-	-	-	-	-	-	3	0,49	4.308	4	0,42	6.984
Total	-	-	-	-	-	-	615	100,00	58.303	958	100,00	75.387
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	693	78,48	21.864	821	82,21	25.274	693	79,29	20.983	662	82,73	25.211
100 a 1000	182	20,61	43.416	179	17,03	42.746	173	19,79	40.990	172	19,51	40.585
1000 e mais	8	0,91	10.127	11	1,05	14.163	8	0,92	13.349	8	0,77	9.824
Total	883	100,00	75.411	1.001	100,00	82.188	874	100,00	75.222	842	100,00	75.419
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	-	-	-	-	-	-	129	59,17	4.896	257	70,60	7.916
100 a 1000	-	-	-	-	-	-	78	35,78	24.819	98	26,92	24.913
1000 e mais	-	-	-	-	-	-	11	5,05	20.004	9	2,47	15.681
Total	-	-	-	-	-	-	218	100,00	49.519	364	100,00	48.509
<b>Grupos de Área (ha)</b>												
0 a 100	213	66,15	7.961	206	63,98	7.298	236	70,03	8.127	210	66,04	7.415
100 a 1000	104	32,30	32.108	111	34,47	33.324	96	28,48	31.530	101	31,76	29.776
1000 e mais	5	1,55	10.415	5	1,55	12.950	5	1,48	12.644	6	1,89	12.056
Total	322	100,00	50.088	322	100,00	53.577	337	100,00	52.301	318	100,00	49.246

...continuação (tabela 06 – Estrutura Fundiária por Grupos de Área nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996), Conforme IBGE)

Grupos de Área (ha)	1950			1960			1970			1976				
	Estab.	%	Area	Estab.	%	Area	Estab.	%	Area	Estab.	%	Area		
0 a 100	2.360	67,70	72.605	3.715	63,22	154.679	12,10	5.765	65,21	216.045	13,42	5.853	64,87	216.185
100 a 1000	1.016	29,20	277.382	44,98	1.980	577.229	45,16	2.795	31,55	761.956	48,58	2.862	31,72	815.037
1000 e mais	108	3,10	266.710	43,25	199	546.217	42,74	293	3,19	611.538	38,00	305	3,39	719.717
Total	3.495	100,00	616.696	100,00	5.878	1.278.129	100,00	8.871	100,00	1.609.514	100,00	9.022	100,00	1.751.210
<b>Grupos de Área (ha)</b>	<b>1980</b>			<b>1985</b>			<b>1996</b>			<b>1976</b>				
0 a 100	5.651	63,77	209.297	11,58	6.322	215.789	12,28	6.993	69,82	243.874	14,27	6.993	69,82	243.874
100 a 1000	2.881	32,51	819.223	45,34	2.905	840.738	47,79	2.875	28,29	857.796	50,20	2.875	28,29	857.796
1000 e mais	329	3,71	778.186	43,07	317	702.771	39,94	288	2,83	612.160	35,82	288	2,83	612.160
Total	8.851	100,00	1.806.795	100,00	9.542	1.759.417	100,00	10.152	100,00	1.708.850	100,00	10.152	100,00	1.708.850
<b>Grupos de Área (ha)</b>	<b>1950</b>			<b>1960</b>			<b>1970</b>			<b>1976</b>				
0 a 100	33.914	53,21	1.232.478	5,02	69.576	2.397.177	8,30	85.899	59,19	3.204.614	8,96	87.059	56,70	3.197.909
100 a 1000	25.012	39,24	9.120.250	37,14	36.149	12.008.648	41,59	52.983	36,51	16.194.427	45,26	58.519	38,11	18.248.502
1000 e mais	4.810	7,55	14.236.386	57,97	5.284	14.471.469	50,11	6.211	4,28	16.383.997	45,79	7.943	5,17	18.680.456
Total	63.736	100,00	24.588.115	100,00	111.015	28.877.314	100,00	145.115	100,00	35.783.038	100,00	153.535	100,00	43.126.867
<b>Grupos de Área (ha)</b>	<b>1980</b>			<b>1985</b>			<b>1996</b>			<b>1976</b>				
0 a 100	83.609	54,37	3.203.968	6,70	84.305	2.731.453	9,15	67.599	60,47	2.494.585	8,08	67.599	60,47	2.494.585
100 a 1000	61.338	39,89	18.893.706	39,48	41.217	12.622.853	42,27	38.728	34,84	12.011.556	43,72	38.728	34,84	12.011.556
1000 e mais	8.748	5,69	25.755.344	53,82	5.811	14.509.795	48,59	5.437	4,86	12.966.497	47,20	5.437	4,86	12.966.497
Total	153.770	100,00	47.853.028	100,00	131.385	29.864.106	100,00	111.791	100,00	27.472.648	100,00	111.791	100,00	27.472.648

Organização: Rodrigo Borges (2001).  
 Fonte: IBGE (1955a, 1961a, 1974b, 1979, 1984b, 1991, 1998).

Observação: 1 - Estab. = Estabelecimentos.

Tabela 07

**ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR GRUPOS DE ÁREA  
NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DA GO-060 E NO ESTADO DE GOIÁS (1992 E 1998), CONFORME INCRA**

Grupos de Área (ha)	AMORINÓPOLIS						ANICUNS									
	1992			1998			1992			1998						
	Imóveis	%	Área	Imóveis	%	Área	Imóveis	%	Área	Imóveis	%	Área				
0 a 100	207	73,67	7.032,6	24,53	74,03	7.772,6	23,81	886	75,88	23.317,7	29,78	911	82,67	27.672,6	32,24	
100 a 1000	72	25,62	19.107,6	66,66	78	25,32	22.189,5	68,41	217	17,16	41.511,4	53,01	185	16,79	48.128,9	56,07
1000 e mais	2	0,71	2.623,6	8,90	2	0,65	2.623,6	7,76	7	0,77	13.483,1	17,22	6	0,54	10.030,9	11,69
Total	281	100,00	28.663,8	100,00	308	100,00	32.435,7	100,00	848	100,00	78.311,8	100,00	1.102	100,00	86.832,4	100,00
Grupos de Área (ha)	ARAGARCAS						ARENÓPOLIS									
0 a 100	38	51,35	2.391,4	7,94	60,88	4.238,6	9,89	142	48,14	7.640,4	9,82	127	49,80	6.882,5	10,06	
100 a 1000	31	41,89	11.586,3	38,41	37	31,82	12.979,0	30,88	138	48,76	43.980,7	56,44	113	44,31	34.926,1	51,06
1000 e mais	5	6,76	16.194,1	59,65	9	7,68	25.222,5	59,43	15	5,08	26.243,4	33,74	15	5,88	26.592,8	38,88
Total	74	100,00	30.111,8	100,00	117	100,00	42.440,6	100,00	295	100,00	77.792,5	100,00	255	100,00	68.401,2	100,00
Grupos de Área (ha)	AURILÂNDIA						AVELINÓPOLIS									
0 a 100	242	74,92	8.281,6	21,45	73,43	8.272,4	19,76	127	73,41	3.876,0	24,45	131	73,18	3.598,6	21,65	
100 a 1000	76	23,22	19.020,5	49,27	63	24,78	22.280,2	53,24	46	26,01	11.280,5	69,93	47	26,28	11.995,8	72,17
1000 e mais	6	1,86	11.301,4	29,28	6	1,79	11.301,1	26,99	1	0,58	1.012,0	6,22	1	0,56	1.027,8	6,18
Total	323	100,00	36.603,5	100,00	335	100,00	41.864,0	100,00	173	100,00	16.271,3	100,00	173	100,00	16.622,2	100,00
Grupos de Área (ha)	BALIZA						BOM JARDIM DE GOIÁS									
0 a 100	80	36,04	3.995,8	2,72	100	36,50	4.950,1	2,60	212	48,07	10.139,3	6,05	204	45,84	9.820,9	5,97
100 a 1000	120	54,05	41.595,9	28,28	143	52,19	52.159,7	30,50	188	43,75	59.204,1	47,03	202	45,39	64.229,4	39,02
1000 e mais	22	9,91	101.444,5	68,96	31	11,31	113.864,3	66,60	31	7,18	56.860,0	44,92	39	8,76	90.559,3	55,01
Total	222	100,00	147.063,2	100,00	274	100,00	170.974,1	100,00	432	100,00	125.893,4	100,00	445	100,00	164.609,0	100,00
Grupos de Área (ha)	CACHOEIRA DE GOIÁS						CORREGO DO OURO									
0 a 100	56	43,41	2.663,6	6,73	67	43,79	3.352	7,53	186	66,91	7.621,3	22,18	206	68,67	8.460,0	23,61
100 a 1000	64	49,61	19.784,6	29,97	74	48,37	22.861	51,37	88	31,65	22.225,7	64,69	91	30,33	23.021,5	63,97
1000 e mais	9	6,98	17.148,8	43,41	12	7,84	18.291	41,10	3	1,06	4.512,1	13,13	3	1,00	4.505,4	12,52
Total	129	100,00	59.597,0	100,00	153	100,00	44.503	100,00	278	100,00	34.359,1	100,00	300	100,00	36.986,9	100,00
Grupos de Área (ha)	DIORAMA						FAZENDA NOVA									
0 a 100	118	48,76	5.957,0	11,84	121	47,27	6.094,5	11,17	448	69,57	18.427,1	21,32	501	70,56	20.203,7	20,55
100 a 1000	121	50,00	37.878,4	75,30	131	51,47	40.114,5	74,04	185	28,73	43.255,4	50,05	196	27,61	48.552,2	50,39
1000 e mais	3	1,24	6.470,7	12,86	4	1,56	8.015,6	14,79	11	1,71	27.750,1	28,64	13	1,83	28.574,2	29,06
Total	242	100,00	50.306,1	100,00	256	100,00	54.179,6	100,00	644	100,00	86.432,6	100,00	710	100,00	98.330,1	100,00

continua...

...continuação (tabela 07 – Estrutura Fundiária por Grupos de Área nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1992 e 1998), Conforme INCRA)

Grupos de Área (ha)	FIRMINÓPOLIS						IPORA									
	1992		1998		1992		1998		1992		1998					
	Imóveis	%	Área	%	Imóveis	%	Área	%	Imóveis	%	Área	%				
0 a 100	445	84,28	13.760,1	41,20	482	85,01	14.341,9	43,48	484	70,45	18.881,2	24,12	531	73,14	19.872,4	27,27
100 a 1000	81	15,34	16.992,0	51,16	84	14,81	17.414,9	52,79	197	28,68	48.399,5	62,43	185	26,86	48.864,3	67,08
1000 e mais	2	0,38	2.484,6	7,42	1	0,18	1.230,5	3,73	4	0,58	10.424,2	13,46	3	0,41	4.132,2	5,87
Total	528	100,00	33.217,3	100,00	567	100,00	32.986,8	100,00	687	100,00	77.464,9	100,00	726	100,00	72.868,9	100,00
<b>ISRAELÂNDIA</b>																
<b>Grupos de Área (ha)</b>																
<b>1992</b>																
0 a 100	166	56,08	7.675,6	10,32	105	57,69	4.694,8	9,43	157	43,25	7.266,4	7,64	200	46,40	8.764,9	8,14
100 a 1000	118	39,88	35.867,8	48,24	66	36,26	18.957,6	40,10	192	52,89	61.716,0	64,89	216	50,12	68.170,1	63,28
1000 e mais	12	4,05	30.816,8	41,44	11	6,04	25.117,1	50,47	14	3,86	28.121,2	27,47	15	3,48	30.793,6	28,88
Total	296	100,00	75.360,2	100,00	182	100,00	48.769,7	100,00	363	100,00	96.103,6	100,00	431	100,00	107.728,5	100,00
<b>JAUPACI</b>																
<b>Grupos de Área (ha)</b>																
<b>1992</b>																
0 a 100	48	38,71	2.229,7	5,50	56	40,29	2.615,8	6,02	115	62,16	4.658,9	14,35	130	62,20	5.077,2	14,54
100 a 1000	69	55,65	25.201,7	62,11	76	53,96	26.925,2	59,64	61	32,97	14.949,2	46,03	70	33,49	17.076,1	48,89
1000 e mais	7	5,65	13.143,7	32,39	8	5,76	14.927,9	34,34	9	4,86	12.868,9	39,62	9	4,31	12.774,8	36,57
Total	124	100,00	40.575,1	100,00	139	100,00	43.489,9	100,00	185	100,00	32.477,0	100,00	209	100,00	34.928,1	100,00
<b>NAZÁRIO</b>																
<b>Grupos de Área (ha)</b>																
<b>1992</b>																
0 a 100	101	73,72	3.124,7	19,27	119	70,83	3.544,5	13,51	266	46,85	12.267,9	6,05	293	45,50	13.610,4	6,44
100 a 1000	34	24,82	9.431,9	58,18	46	28,79	13.801,8	52,62	271	48,40	91.899,9	45,32	303	47,05	104.361,1	49,39
1000 e mais	2	1,46	3.656,1	22,55	4	2,38	8.882,6	33,86	47	8,05	98.544,5	48,62	48	7,45	93.310,7	44,16
Total	137	100,00	16.211,7	100,00	169	100,00	26.228,9	100,00	584	100,00	202.672,0	100,00	644	100,00	211.283,0	100,00
<b>SANCLERLÂNDIA</b>																
<b>Grupos de Área (ha)</b>																
<b>1992</b>																
0 a 100	326	78,55	10.731,7	25,76	364	79,18	12.025,3	28,86	58	70,73	1.728,4	18,17	66	70,97	1.984,5	19,73
100 a 1000	84	20,24	23.172,3	55,62	97	20,00	26.041,8	58,20	23	28,05	6.699,3	70,44	26	27,96	6.991,1	69,50
1000 e mais	5	1,20	7.752,9	18,61	4	0,82	6.675,7	14,92	1	1,22	1.083,4	11,39	1	1,08	1.083,4	10,77
Total	415	100,00	41.658,9	100,00	465	100,00	44.743,8	100,00	82	100,00	9.511,1	100,00	93	100,00	10.059,8	100,00
<b>SANTA BARBARA DE GOIÁS</b>																
<b>Grupos de Área (ha)</b>																
<b>1992</b>																
0 a 100	887	86,09	18.040,9	36,88	773	86,37	19.697,4	38,62	189	67,99	7.165,4	18,08	241	70,08	8.254,0	17,29
100 a 1000	108	13,53	26.612,7	54,40	118	13,18	28.636,7	53,35	87	31,29	29.000,3	73,15	98	28,78	31.377,8	65,73
1000 e mais	3	0,38	4.268,1	8,72	4	0,45	5.967,5	10,03	2	0,72	3.476,5	8,77	4	1,15	6.108,2	16,98
Total	998	100,00	48.921,7	100,00	895	100,00	53.493,5	100,00	278	100,00	39.642,5	100,00	344	100,00	47.740,0	100,00
<b>TAURVÂNIA</b>																
<b>Grupos de Área (ha)</b>																
<b>1992</b>																
0 a 100	887	86,09	18.040,9	36,88	773	86,37	19.697,4	38,62	189	67,99	7.165,4	18,08	241	70,08	8.254,0	17,29
100 a 1000	108	13,53	26.612,7	54,40	118	13,18	28.636,7	53,35	87	31,29	29.000,3	73,15	98	28,78	31.377,8	65,73
1000 e mais	3	0,38	4.268,1	8,72	4	0,45	5.967,5	10,03	2	0,72	3.476,5	8,77	4	1,15	6.108,2	16,98
Total	998	100,00	48.921,7	100,00	895	100,00	53.493,5	100,00	278	100,00	39.642,5	100,00	344	100,00	47.740,0	100,00
<b>ESTADO DE GOIÁS</b>																
<b>Grupos de Área (ha)</b>																
<b>1992</b>																
0 a 100	5.584	65,90	208.771,1	14,25	6.293	67,54	225.997,0	14,18	56.857	60,39	2.195.224,1	10,02	70.744	60,33	2.683.387,1	9,82
100 a 1000	2.808	30,78	780.200,8	51,86	2.774	29,77	812.967,5	51,08	33.417	35,49	10.272.449,3	46,87	40.903	35,05	12.702.634	46,63
1000 e mais	223	2,63	496.210,6	33,87	253	2,72	552.912,2	34,74	3.878	4,12	9.451.142,1	43,12	5.038	4,32	11.934.382	43,63
Total	8.474	100,00	1.485.217,2	100,00	9.317	100,00	1.591.478,5	100,00	94.152	100,00	21.918.819,5	100,00	116.683	100,00	27.320.410	100,00

Fonte: INCRA (1999a, 1999b).

Organização: Rodrigo Borges (2001).

Tabela 08

**FINALIDADE DO REBANHO BOVINO  
NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DA GO-060 E NO ESTADO DE GOIÁS (1970-1996)**

MUNICÍPIO	1970									
	Rebanho		Corte		Leite		Corte e Leite		Trabalho	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Amorinópolis	23.017	100,00	14.621	63,52	3.147	13,67	5.245	22,79	4	0,02
Anicuns	61.072	100,00	44.395	72,69	5.080	8,32	11.512	18,85	15	0,02
Aragarças	2.560	100,00	2.273	88,79	287	11,21	-	0,00	-	0,00
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aurilândia	41.526	100,00	30.251	72,85	4.430	10,67	6.839	16,47	6	0,01
Avelinópolis	9.702	100,00	5.978	61,62	1.270	13,09	2.444	25,19	10	0,10
Baliza	7.757	100,00	7.232	93,23	360	4,64	157	2,02	8	0,10
Bom Jardim de Goiás	27.873	100,00	26.305	94,37	1.372	4,92	194	0,70	2	0,01
Cachoeira de Goiás	12.232	100,00	10.221	83,58	833	6,81	1.170	9,57	8	0,07
Córrego do Ouro	37.217	100,00	11.710	31,46	23.890	64,19	1.603	4,31	14	0,04
Diorama	24.587	100,00	18.115	73,68	1.784	7,26	4.582	18,64	106	0,43
Fazenda Nova	52.043	100,00	33.974	65,28	8.558	16,44	9.451	18,16	60	0,12
Firminópolis	27.836	100,00	1.060	3,81	25.382	91,18	1.377	4,95	17	0,06
Iporá	48.231	100,00	28.222	58,51	5.344	11,08	14.649	30,37	16	0,03
Israelândia	12.110	100,00	7.997	66,04	2.086	17,23	2.027	16,74	-	0,00
Ivolândia	34.882	100,00	20.379	58,42	9.023	25,87	5.470	15,68	10	0,03
Jaupaci	19.904	100,00	16.010	80,44	1.376	6,91	2.518	12,65	-	0,00
Molporá	36.166	100,00	24.343	67,31	4.225	11,68	7.598	21,01	-	0,00
Nazário	22.427	100,00	14.974	66,77	4.213	18,79	3.322	14,81	8	0,04
Piranhas	68.437	100,00	59.086	86,34	2.910	4,25	6.437	9,41	4	0,01
Sanclerlândia	43.743	100,00	24.697	56,46	12.165	27,81	5.944	13,59	937	2,14
Sta. Bárbara de Goiás	6.770	100,00	2.705	39,96	2.078	30,69	1.980	29,25	7	0,10
S. Luiz de Mtes. Belos	68.570	100,00	44.145	64,38	11.625	16,95	12.796	18,66	4	0,01
Turvânia	26.413	100,00	16.167	61,21	5.500	20,82	4.114	15,58	632	2,39
Área da GO-060	715.075	100,00	464.860	65,01	136.938	19,15	111.429	15,58	1.868	0,26
Estado de Goiás	7.792.839	100,00	4.486.665	57,57	1.982.902	25,45	1.290.186	16,56	33.086	0,42

MUNICÍPIO	1975									
	Rebanho		Corte		Leite		Corte e Leite		Trabalho	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Amorinópolis	37.726	100,00	30.366	80,49	900	2,39	3.360	8,91	-	0,00
Anicuns	78.913	100,00	56.624	71,75	10.075	12,77	12.062	15,29	152	0,19
Aragarças	5.160	100,00	5.110	99,03	-	0,00	50	0,97	-	0,00
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aurilândia	59.064	100,00	52.531	88,94	2.236	3,79	4.297	7,28	-	0,00
Avelinópolis	13.620	100,00	9.970	73,20	922	6,77	2.728	20,03	-	0,00
Baliza	12.578	100,00	11.336	90,13	400	3,18	842	6,69	-	0,00
Bom Jardim de Goiás	40.392	100,00	37.905	93,84	440	1,09	2.047	5,07	-	0,00
Cachoeira de Goiás	17.591	100,00	17.357	98,67	-	0,00	234	1,33	-	0,00
Córrego do Ouro	39.363	100,00	28.650	72,78	5.833	14,82	4.880	12,40	-	0,00
Diorama	33.991	100,00	32.171	94,65	472	1,39	1.348	3,97	-	0,00
Fazenda Nova	81.144	100,00	62.087	76,51	5.103	6,29	13.950	17,19	4	0,00
Firminópolis	38.161	100,00	22.628	59,30	6.521	17,09	9.012	23,62	-	0,00
Iporá	72.303	100,00	62.044	85,81	2.515	3,48	7.647	10,58	97	0,13
Israelândia	55.385	100,00	51.727	93,40	897	1,62	2.753	4,97	8	0,01
Ivolândia	53.392	100,00	49.673	93,03	473	0,89	3.235	6,06	11	0,02
Jaupaci	23.553	100,00	20.490	87,00	1.235	5,24	1.811	7,69	17	0,07
Molporá	33.322	100,00	33.037	99,14	152	0,46	133	0,40	-	0,00
Nazário	17.731	100,00	14.236	80,29	990	5,58	2.136	12,05	9	0,05
Piranhas	118.763	100,00	108.825	91,63	2.195	1,85	7.730	6,51	13	0,01
Sanclerlândia	49.765	100,00	44.907	90,24	2.184	4,39	2.674	5,37	-	0,00
Sta. Bárbara de Goiás	10.334	100,00	6.534	63,23	1.514	14,65	2.275	22,01	11	0,11
S. Luiz de Mtes. Belos	95.376	100,00	75.118	78,76	8.356	8,76	11.885	12,46	17	0,02
Turvânia	39.993	100,00	34.130	85,34	1.991	4,98	3.872	9,68	-	0,00
Área da GO-060	1.027.620	100,00	867.456	84,41	55.404	5,39	100.961	9,82	339	0,03
Estado de Goiás	12.728.294	100,00	9.654.808	75,85	1.312.619	10,31	1.750.813	13,76	10.054	0,08

continua...

...continuação (tabela 08 - Finalidade do Rebanho Bovino nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1970-1996))										
MUNICÍPIO	1980									
	Rebanho		Corte		Leite		Corte e Leite		Trabalho	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Amorinópolis	37.348	100,00	27.939	74,81	3.879	10,39	3.530	9,45	-	0,00
Anicuns	86.962	100,00	61.123	70,29	16.788	19,28	9.030	10,38	5	0,01
Aragarças	9.121	100,00	8.894	97,51	175	1,92	52	0,57	-	0,00
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aurilândia	53.008	100,00	46.982	88,63	4.339	8,19	1.687	3,18	-	0,00
Avelinópolis	16.051	100,00	13.195	82,21	2.251	14,02	605	3,77	-	0,00
Baliza	19.082	100,00	18.870	98,89	95	0,50	117	0,61	-	0,00
Bom Jardim de Goiás	53.076	100,00	51.750	97,50	635	1,20	691	1,30	-	0,00
Cachoeira de Goiás	15.018	100,00	13.180	87,76	796	5,30	1.042	6,94	-	0,00
Córrego do Ouro	51.465	100,00	37.500	72,87	9.504	18,47	4.461	8,67	-	0,00
Diorama	41.220	100,00	36.254	87,95	3.168	7,69	1.798	4,36	-	0,00
Fazenda Nova	79.059	100,00	63.527	80,35	7.822	9,89	7.710	9,75	-	0,00
Firminópolis	38.316	100,00	19.262	50,27	14.055	36,68	4.999	13,05	-	0,00
Iporá	65.256	100,00	36.102	55,32	12.578	19,27	16.576	25,40	-	0,00
Israelândia	38.546	100,00	34.154	88,61	2.670	6,93	1.722	4,47	-	0,00
Ivolândia	58.948	100,00	40.243	68,27	8.261	14,01	10.444	17,72	-	0,00
Jaupaci	31.336	100,00	26.537	84,69	1.765	5,63	3.034	9,68	-	0,00
Moiporá	41.400	100,00	36.552	88,29	1.697	4,10	3.151	7,61	-	0,00
Nazário	24.591	100,00	19.975	81,23	3.680	14,96	936	3,81	-	0,00
Piranhas	148.515	100,00	133.133	89,64	5.753	3,87	9.519	6,41	1	0,00
Sanclerlândia	51.332	100,00	42.776	83,33	4.173	8,13	4.383	8,54	-	0,00
Sta. Bárbara de Goiás	11.731	100,00	8.061	68,72	2.668	22,74	998	8,51	-	0,00
S. Luiz de Mtes. Belos	89.305	100,00	62.668	70,17	18.315	20,51	8.102	9,07	-	0,00
Turvânia	50.548	100,00	40.555	80,23	5.508	10,90	4.481	8,86	-	0,00
Área da GO-060	1.111.234	100,00	879.232	79,12	130.555	11,75	99.068	8,92	6	0,00
Estado de Goiás	16.089.510	100,00	12.799.361	79,55	2.277.916	14,16	1.009.698	6,28	2.535	0,02
MUNICÍPIO	1996									
	Rebanho		Corte		Leite		Corte e Leite		Trabalho	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Amorinópolis	44.101	100,00	32.800	74,37	7.351	16,67	3.950	8,96	-	0,00
Anicuns	94.281	100,00	61.784	65,53	25.412	26,95	7.058	7,49	27	0,03
Aragarças	26.404	100,00	24.653	93,37	1.181	4,47	570	2,16	-	0,00
Arenópolis	69.003	100,00	45.915	66,54	16.757	24,28	6.331	9,17	-	0,00
Aurilândia	50.428	100,00	39.444	78,22	7.624	15,12	3.360	6,66	-	0,00
Avelinópolis	16.544	100,00	8.624	52,13	5.036	30,44	2.884	17,43	-	0,00
Baliza	82.150	100,00	55.587	67,67	4.805	5,85	1.758	2,14	-	0,00
Bom Jardim de Goiás	81.498	100,00	59.810	73,39	17.627	21,63	4.061	4,98	4	0,00
Cachoeira de Goiás	15.785	100,00	11.570	73,30	3.790	24,01	423	2,68	2	0,01
Córrego do Ouro	36.727	100,00	20.324	55,34	13.437	36,59	2.964	8,07	2	0,01
Diorama	56.933	100,00	38.413	67,47	12.407	21,79	6.113	10,74	-	0,00
Fazenda Nova	106.295	100,00	56.002	52,69	34.943	32,87	15.350	14,44	-	0,00
Firminópolis	39.633	100,00	12.731	32,12	23.077	58,23	3.825	9,65	-	0,00
Iporá	83.703	100,00	45.655	54,54	30.752	36,74	7.296	8,72	-	0,00
Israelândia	39.431	100,00	33.674	85,40	4.119	10,45	1.638	4,15	-	0,00
Ivolândia	77.879	100,00	60.828	78,11	12.604	16,18	4.447	5,71	-	0,00
Jaupaci	31.050	100,00	20.397	65,69	7.914	25,49	2.739	8,82	-	0,00
Moiporá	44.193	100,00	35.014	79,23	7.456	16,87	1.723	3,90	-	0,00
Nazário	32.353	100,00	23.163	71,59	8.159	25,22	1.031	3,19	-	0,00
Piranhas	135.063	100,00	97.955	72,53	28.973	21,45	8.135	6,02	-	0,00
Sanclerlândia	55.831	100,00	44.513	79,73	9.084	16,27	2.234	4,00	-	0,00
Sta. Bárbara de Goiás	16.412	100,00	11.489	70,00	4.033	24,57	890	5,42	-	0,00
S. Luiz de Mtes. Belos	102.773	100,00	67.776	65,95	23.385	22,75	6.612	6,43	-	0,00
Turvânia	57.838	100,00	43.370	74,99	11.436	19,77	2.732	4,72	-	0,00
Área da GO-060	1.376.308	100,00	951.491	69,13	321.362	23,35	98.124	7,13	35	0,00
Estado de Goiás	16.488.960	100,00	12.326.774	74,76	3.360.833	20,38	799.044	4,85	103	0,00

Organização: Rodrigo Borges (2001).

Fonte: IBGE (1974b, 1979, 1984b, 1998).

Tabela 09

**USO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E ORDENHA MECÂNICA  
NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DA GO-060 E NO ESTADO DE GOIÁS (1980, 1985 E 1996)**

MUNICÍPIOS	1980						1985			1996		
	Criadores de bovinos			Produtores de leite			Criadores de bovinos			Produtores de leite		
	Infor- mantes	Insem. artificial*		Infor- mantes	Ord. mecânica**		Infor- mantes	Insem. artificial*	%	Infor- mantes	Ord. mecânica**	%
	Total	%	Total	Total	%	Total	Total	%	Total	Total	%	
Amorinópolis	308	-	-	216	-	-	246	-	-	292	6	2,05
Anicuns	847	3	0,35	707	1	0,14	535	6	1,12	856	13	1,52
Aragarças	46	-	-	43	-	-	45	-	-	79	3	3,80
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	332	-	-	298	2	0,67
Aurilândia	227	-	-	177	1	0,56	285	3	1,05	241	10	4,15
Avelinópolis	111	-	-	93	-	-	107	4	3,74	156	12	7,69
Baliza	121	1	0,83	113	-	-	94	1	1,06	194	2	1,03
Bom Jardim de Goiás	284	-	-	256	1	0,39	174	-	-	366	5	1,37
Cachoeira de Goiás	69	-	-	58	-	-	71	-	-	78	-	-
Córrego do Ouro	289	1	0,35	231	2	0,87	253	1	0,40	267	4	1,50
Diorama	237	1	0,42	206	-	-	211	1	0,47	309	3	0,97
Fazenda Nova	685	1	0,15	487	-	-	578	-	-	606	10	1,65
Firminópolis	443	11	2,48	356	1	0,28	379	-	-	422	12	2,84
Iporá	651	6	0,92	615	1	0,16	602	2	0,33	789	27	3,42
Israelândia	171	-	-	117	-	-	150	-	-	198	6	3,03
Ivolândia	385	2	0,52	349	1	0,29	314	-	-	300	6	2,00
Jaupaci	155	-	-	106	-	-	93	1	1,08	119	1	0,84
Moiporá	176	1	0,57	141	-	-	158	-	-	176	-	-
Nazário	135	-	-	116	2	1,72	90	-	-	164	11	6,71
Piranhas	653	5	0,77	573	-	-	406	8	1,97	526	24	4,56
Sanclerlândia	358	7	1,96	288	2	0,69	321	4	1,25	287	8	2,79
Santa Bárbara de Goiás	81	5	6,17	65	-	-	54	2	3,70	102	4	3,92
São Luiz de Montes Belos	723	1	0,14	619	-	-	752	5	0,66	688	14	2,03
Turvânia	253	1	0,40	206	-	-	207	1	0,48	256	4	1,56
Área da GO-060	7.408	46	0,62	6.138	12	0,20	6.457	39	0,60	7.769	187	2,41
Estado de Goiás	118.409	886	0,75	87.535	267	0,31	78.106	617	0,79	79.522	2.649	3,33

Organização: Rodrigo Borges (2001).

Fonte: IBGE (1984b, 1991, 1998).

Observações: Insem. artificial\* = Inseminação artificial;

Ord. Mecânica\*\* = Ordenha mecânica.

Tabela 10

**UTILIZAÇÃO DE ASSISTENCIA TÉCNICA NOS ESTABELECIMENTOS  
DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DA GO-060 E DO ESTADO DE GOIÁS (1985 E 1996)**

1986

MUNICÍPIOS	Estabelecimentos informantes de assistência técnica													
	Total Geral de Estabelecimentos	Total*				Finalidade				Origem				
		Exploração vegetal		Exploração animal		Governamental		Própria		Outra e s/ declaração				
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
Amorinópolis	292	13	4,45	4	30,77	11	84,62	5	38,46	3	23,08	5	38,46	
Anicuns	1.226	107	8,73	76	71,03	66	61,68	78	72,90	14	13,08	16	14,95	
Aragarças	69	5	7,25	3	60,00	5	100,00	1	20,00	-	0,00	4	80,00	
Arenópolis	389	23	5,91	16	69,57	17	73,91	10	49,48	6	26,09	8	34,78	
Aurilândia	319	46	14,42	10	21,74	44	95,65	42	91,30	3	6,52	1	2,17	
Avellanópolis	198	41	20,71	26	63,41	28	68,29	24	58,54	11	26,83	7	17,07	
Bom Jardim de Goiás	236	40	16,95	30	75,00	14	35,00	32	80,00	7	17,50	3	7,50	
442	102	23,05	87	85,29	54	52,94	92	90,20	2	1,96	13	12,75		
Cachoelra de Goiás	76	1	1,32	-	0,00	1	100,00	1	100,00	-	0,00	-	0,00	
Córrego do Ouro	312	63	20,19	29	46,03	62	98,41	59	93,65	-	0,00	5	7,94	
Diorama	255	13	5,10	6	46,15	9	69,23	4	30,77	3	23,08	7	53,85	
Fazenda Nova	838	53	6,32	28	52,83	49	92,45	31	58,49	12	22,64	11	20,75	
Firminópolis	596	214	35,91	160	74,77	174	81,31	193	90,19	9	4,21	12	5,61	
Iporá	759	113	14,89	69	61,06	81	71,68	95	84,07	11	9,73	12	10,62	
Israelândia	196	8	4,08	2	25,00	8	100,00	2	25,00	2	25,00	5	62,50	
Ivolândia	364	5	1,37	4	80,00	4	80,00	2	40,00	1	20,00	2	40,00	
Jaupaci	109	21	19,27	13	61,90	11	52,38	16	76,19	2	9,52	3	14,29	
Moiporá	178	11	6,18	6	54,55	7	63,64	2	18,18	5	45,45	4	36,36	
Nazário	188	18	9,57	6	33,33	12	66,67	7	38,89	7	38,89	4	22,22	
Piranhas	581	123	21,17	73	59,35	72	58,54	80	65,04	7	5,69	45	36,59	
Sanclerlândia	443	20	4,51	8	40,00	18	90,00	8	40,00	10	50,00	3	15,00	
Santa Bárbara de Goiás	103	19	18,45	7	36,84	17	89,47	10	52,63	12	63,16	-	0,00	
São Luiz de Montes Belos	1.051	130	12,37	45	34,62	106	81,54	100	76,92	8	6,15	22	16,92	
Turvânia	322	167	51,86	93	55,69	146	87,43	131	78,44	18	10,78	19	11,38	
Área da GO-060	9.542	1.356	14,21	801	59,07	1.016	74,93	1.025	75,59	163	11,28	211	15,56	
Estado de Goiás	131.365	17.144	13,05	10.785	62,91	12.026	70,15	9.592	55,95	3.879	22,63	4.346	25,35	

continua...

...continuação (tabela 10 - Utilização de Assistência Técnica nos Estabelecimentos dos Municípios da Área da GO-060 e do Estado de Goiás (1985 e 1996))

1996

MUNICÍPIOS	Total Geral de Estabelecimentos		Estabelecimentos informantes de assistência técnica											
	Total*		Finalidade				Origem				Outra e s/ declaração			
	Nº	%	Exploração vegetal		Exploração animal		Governamental		Própria		Nº		%	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Amorinópolis	360	1,67	4	66,67	3	50,00	1	16,67	2	33,33	-	-	0,00	
Anicuns	1.374	34,06	291	62,18	311	66,45	53	11,32	373	79,70	27	27	5,77	
Aragarcas	105	20,95	13	59,09	21	95,45	14	63,64	5	22,73	3	3	13,64	
Arenópolis	350	32,29	43	38,05	102	90,27	60	53,10	28	24,78	2	2	1,77	
Aurilândia	303	11,86	17	47,22	29	80,56	21	58,33	7	19,44	3	3	8,33	
Avelinópolis	185	23,78	24	54,55	33	75,00	17	38,84	21	47,73	-	-	0,00	
Baliza	241	8,30	4	20,00	16	80,00	5	25,00	13	65,00	-	-	0,00	
Bom Jardim de Goiás	503	12,52	27	42,86	45	71,43	42	66,67	11	17,46	6	6	9,52	
Cachoeira de Goiás	101	32,67	9	27,27	33	100,00	6	18,18	22	66,67	-	-	0,00	
Córrego do Ouro	396	31,06	46	37,40	111	90,24	97	78,86	23	18,70	-	-	0,00	
Diorama	359	10,56	14	36,84	28	73,68	16	42,11	4	10,53	13	13	34,21	
Fazenda Nova	740	32,57	138	57,26	227	94,19	212	87,97	22	9,13	2	2	0,83	
Firminópolis	504	13,66	27	39,13	63	91,30	47	66,12	13	18,84	-	-	0,00	
Iporá	981	15,19	68	45,64	110	73,83	101	67,79	32	21,46	13	13	8,72	
Israelândia	224	16,07	10	27,78	33	91,67	11	30,56	17	47,22	1	1	2,78	
Ivolândia	463	7,56	13	37,14	30	85,71	6	17,14	25	71,43	4	4	11,43	
Jaupaci	132	36,36	31	64,58	45	93,75	34	70,83	11	22,92	2	2	4,17	
Molporá	219	8,22	8	44,44	13	72,22	1	5,56	5	27,78	3	3	16,67	
Nazário	244	77,05	120	63,83	159	84,57	176	83,62	4	2,13	1	1	0,53	
Piranhas	618	50,49	32	10,26	300	96,15	278	89,10	22	7,05	12	12	3,85	
Sancierlândia	402	7,46	17	56,67	23	76,67	17	56,67	5	16,67	1	1	3,33	
Santa Bárbara de Goiás	147	37,41	18	32,73	40	72,73	37	67,27	3	5,45	11	11	20,00	
São Luiz de Montes Belos	874	13,84	34	28,10	103	85,12	50	41,32	64	52,89	3	3	2,48	
Turvânia	337	37,09	70	56,00	97	77,60	73	58,40	26	20,80	28	28	22,40	
Área da GO-060	10.162	23,55	1.078	45,05	1.975	82,53	1.375	57,46	758	31,68	135	135	5,64	
Estado de Goiás	111.791	32,07	15.499	43,24	29.190	81,43	15.362	42,91	12.104	33,77	6.717	6.717	18,74	

Fonte: IBGE (1991, 1998).

Organização: Rodrigo Borges (2001).

Observação: \* - inclusive os estabelecimentos que declararam mais de uma atividade.

Tabela 11

**CLASSES DE ATIVIDADE ECONÔMICA  
NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DA GO-060 E NO ESTADO DE GOIÁS (1950-1996)**

MUNICÍPIOS	1950									
	Total	Agricultura		Pecuária		Agropecuária		Outras atividades		
	Estabelecimentos	Estabelecimentos	(%)	Estabelecimentos	(%)	Estabelecimentos	(%)	Estabelecimentos	(%)	
	Nº	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	
Anicuns	843	310	36,77	112	13,29	415	49,23	6	0,71	
Aurilândia	544	95	17,46	140	25,74	288	52,94	21	3,86	
Baliza	711	379	53,31	76	10,69	242	34,04	14	1,97	
Firminópolis	251	98	39,04	14	5,58	123	49,00	16	6,37	
Iporá	743	248	33,38	56	7,54	422	56,80	17	2,29	
Nazário	394	264	67,01	9	2,28	120	30,46	1	0,25	
Área da GO-060	3.486	1.394	39,99	407	11,88	1.610	46,18	75	2,15	
Estado de Goiás	63.736	21.245	33,33	10.437	16,38	29.495	46,28	2.550	4,01	
MUNICÍPIOS	1960									
	Total	Agricultura		Pecuária		Agropecuária		Outras atividades		
	Estabelecimentos	Estabelecimentos	(%)	Estabelecimentos	(%)	Estabelecimentos	(%)	Estabelecimentos	(%)	
	Nº	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	
Amorinópolis	296	-	-	142	47,97	153	51,69	1	0,34	
Anicuns	885	-	-	510	57,63	371	41,92	4	0,45	
Aragarças	38	-	-	32	84,21	3	7,89	3	7,89	
Aurilândia	225	-	-	194	86,22	31	13,78	-	-	
Baliza	79	-	-	31	39,24	48	60,76	-	-	
Bom Jardim de Goiás	125	-	-	50	40,00	75	60,00	-	-	
Cachoeira de Goiás	46	-	-	27	58,70	18	39,13	1	2,17	
Córrego do Ouro	309	-	-	147	47,57	136	44,01	26	8,41	
Diorama	586	-	-	136	23,21	450	76,79	-	-	
Fazenda Nova	540	-	-	157	29,07	368	68,15	15	2,78	
Firminópolis	258	-	-	132	51,16	120	46,51	6	2,33	
Iporá	484	-	-	236	48,76	228	47,11	20	4,13	
Israelândia	144	-	-	53	36,81	66	45,83	25	17,36	
Ivolândia	294	-	-	169	57,48	118	40,14	7	2,38	
Jaupaci	103	-	-	41	39,81	61	59,22	1	0,97	
Moiporá	138	-	-	82	59,42	51	36,96	5	3,62	
Nazário	195	-	-	130	66,67	60	30,77	5	2,56	
Piranhas	298	-	-	175	58,72	122	40,94	1	0,34	
São Luiz de Montes Belos	615	-	-	268	43,58	330	53,66	17	2,76	
Turvânia	218	-	-	148	67,89	70	32,11	-	-	
Área da GO-060	5.876	-	-	2.860	48,67	2.879	49,00	137	2,33	
Estado de Goiás	111.015	-	-	38.625	34,79	70.159	63,20	2.231	2,01	
MUNICÍPIOS	1975									
	Total	Agricultura		Pecuária		Agropecuária		Outras atividades		
	Estabelecimentos	Estabelecimentos	(%)	Estabelecimentos	(%)	Estabelecimentos	(%)	Estabelecimentos	(%)	
	Nº	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	
Amorinópolis	375	158	42,13	207	55,20	10	2,67	-	-	
Anicuns	1.322	939	71,03	352	26,63	30	2,27	1	0,08	
Aragarças	32	9	28,13	23	71,88	-	-	-	-	
Aurilândia	301	37	12,29	264	87,71	-	-	-	-	
Avelinópolis	130	68	52,31	53	40,77	9	6,92	-	-	
Baliza	150	92	61,33	53	35,33	5	3,33	-	-	
Bom Jardim de Goiás	262	71	27,10	185	70,61	6	2,29	-	-	
Cachoeira de Goiás	77	8	10,39	69	89,61	-	-	-	-	
Córrego do Ouro	354	52	14,69	299	84,46	2	0,56	1	0,28	
Diorama	251	49	19,52	198	78,88	4	1,59	-	-	
Fazenda Nova	730	143	19,59	579	79,32	8	1,10	-	-	
Firminópolis	510	152	29,80	257	50,39	101	19,80	-	-	
Iporá	746	256	34,32	458	61,39	28	3,75	4	0,54	
Israelândia	295	55	18,64	234	79,32	6	2,03	-	-	
Ivolândia	422	91	21,56	322	76,30	9	2,13	-	-	
Jaupaci	121	17	14,05	97	80,17	7	5,79	-	-	
Moiporá	204	28	13,73	169	82,84	7	3,43	-	-	
Nazário	198	132	66,67	61	30,81	4	2,02	1	0,51	
Piranhas	656	142	21,65	491	74,85	23	3,51	-	-	
Sanclerlândia	415	203	48,92	204	49,16	8	1,93	-	-	
Santa Bárbara de Goiás	111	67	60,36	36	32,43	7	6,31	1	0,90	
São Luiz de Montes Belos	1.042	379	36,37	492	47,22	170	16,31	1	0,10	
Turvânia	318	192	60,38	114	35,85	11	3,46	1	0,31	
Área da GO-060	9.022	3.340	37,02	5.217	57,83	455	5,04	10	0,11	
Estado de Goiás	153.535	77.637	50,57	65.956	42,96	8.720	5,68	1.222	0,80	

continua...

...continuação (tabela 11 - Classes de Atividade Econômica nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1996))

MUNICÍPIOS	1985								
	Total	Agricultura		Pecuária		Agropecuária		Outras atividades	
	Estabelecimentos	Estabelecimentos		Estabelecimentos		Estabelecimentos		Estabelecimentos	
	Nº	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Amorinópolis	292	42	14,38	246	84,25	3	1,03	1	0,34
Anicuns	1.226	618	50,41	535	43,64	61	4,98	12	0,98
Aragarças	69	21	30,43	45	65,22	1	1,45	2	2,90
Arenópolis	369	37	9,51	332	85,35	13	3,34	7	1,80
Aurilândia	319	24	7,52	285	89,34	8	2,51	2	0,63
Avelinópolis	198	80	40,40	107	54,04	9	4,55	2	1,01
Baliza	236	118	50,00	94	39,83	24	10,17	-	-
Bom Jardim de Goiás	442	235	53,17	174	39,37	22	4,98	11	2,49
Cachoeira de Goiás	76	3	3,95	71	93,42	1	1,32	1	1,32
Córrego do ouro	312	43	13,78	253	81,09	15	4,81	1	0,32
Diorama	255	34	13,33	211	82,75	8	3,14	2	0,78
Fazenda Nova	838	224	26,73	578	68,97	32	3,82	4	0,48
Firminópolis	596	199	33,39	379	63,59	16	2,68	2	0,34
Iporá	759	116	15,28	602	79,31	29	3,82	12	1,58
Israelândia	196	33	16,84	150	76,53	11	5,61	2	1,02
Ivolândia	364	37	10,16	314	86,26	10	2,75	3	0,82
Jaupaci	109	14	12,84	93	85,32	2	1,83	-	-
Moiporá	178	15	8,43	158	88,76	5	2,81	-	-
Nazário	188	83	44,15	90	47,87	12	6,38	3	1,60
Piranhas	581	128	22,03	406	69,88	26	4,48	21	3,61
Sanclerlândia	443	92	20,77	321	72,46	26	5,87	4	0,90
Santa Bárbara de Goiás	103	45	43,69	54	52,43	1	0,97	3	2,91
São Luiz de Montes. Belos	1.051	237	22,55	752	71,55	48	4,57	14	1,33
Turvânia	322	94	29,19	207	64,29	20	6,21	1	0,31
Área da GO-060	9.542	2.572	26,95	6.457	67,87	403	4,22	110	1,15
Estado de Goiás	131.365	45.590	34,70	78.106	59,46	4.818	3,67	2.851	2,17

MUNICÍPIOS	1996								
	Total	Agricultura		Pecuária		Agropecuária		Outras atividades	
	Estabelecimentos	Estabelecimentos		Estabelecimentos		Estabelecimentos		Estabelecimentos	
	Nº	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Amorinópolis	360	7	1,94	330	91,67	20	5,56	3	0,83
Anicuns	1.374	391	28,46	776	56,48	201	14,63	6	0,44
Aragarças	105	4	3,81	90	85,71	4	3,81	7	6,67
Arenópolis	350	9	2,57	322	92,00	17	4,86	2	0,57
Aurilândia	303	9	2,97	270	89,11	21	6,93	3	0,99
Avelinópolis	185	29	15,68	90	48,65	57	30,81	9	4,86
Baliza	241	8	3,32	210	87,14	12	4,98	11	4,56
Bom Jardim de Goiás	503	53	10,54	396	78,73	47	9,34	7	1,39
Cachoeira de Goiás	101	10	9,90	85	84,16	4	3,96	2	1,98
Córrego do Ouro	396	13	3,28	293	73,99	65	16,41	25	6,31
Diorama	359	7	1,95	319	88,86	31	8,64	2	0,56
Fazenda Nova	740	14	1,89	676	91,35	45	6,08	5	0,68
Firminópolis	504	22	4,37	448	88,89	30	5,95	4	0,79
Iporá	981	44	4,49	842	85,83	80	8,15	15	1,53
Israelândia	224	8	4,02	187	87,95	18	8,04	-	0,00
Ivolândia	463	9	1,94	417	90,06	30	6,48	7	1,51
Jaupaci	132	-	0,00	118	89,39	14	10,61	-	0,00
Moiporá	218	8	3,65	190	86,76	19	8,68	2	0,91
Nazário	244	42	17,21	160	65,57	33	13,52	9	3,69
Piranhas	618	26	4,21	552	89,32	32	5,18	8	1,29
Sanclerlândia	402	40	9,95	315	78,36	47	11,69	-	0,00
Santa Bárbara de Goiás	147	29	19,73	96	66,67	19	12,93	1	0,68
São Luiz de Montes Belos	874	54	6,18	720	82,38	89	10,18	11	1,26
Turvânia	337	48	14,24	240	71,22	45	13,35	4	1,19
Área da GO-060	10.162	885	8,71	8.154	80,24	980	9,64	143	1,41
Estado de Goiás	111.791	14.103	12,62	82.295	73,62	13.452	12,03	1.941	1,74

Organização: Rodrigo Borges (2001).

Fonte: IBGE (1956a, 1961a, 1974a, 1979, 1984b, 1991, 1998).



continuação (tabela 12 - Produção de Aroz em Casca nos Municípios da Área de GO-900 e no Estado de Goiás (1950-1996))

MUNICÍPIOS	1975						1980					
	Info- rman- tos	Incremento(%) 1970/75	Área (ha)	Incremento(%) 1970/75	Produção (t)	Incremento(%) 1970/75	Info- rman- tos	Incremento(%) 1975/80	Área (ha)	Incremento(%) 1975/80	Produção (t)	Incremento(%) 1975/80
Amorimópolis	214	12,04	2.276	15,42	1.986	10,22	163	18,73	1.827	1,92	1.992	0,35
Anteuna	1.069	11,35	12.323	54,98	16.200	74,46	807	12,83	6.768	(26,90)	8.264	(48,99)
Aragarças	13	(38,10)	178	231,48	173	321,95	46	1.690,60	3.663	1.932,37	987	2,10
Arenópolis												
Auriflândia	132	(46,34)	915	(32,57)	1.093	(24,20)	134	(16,85)	770	(33,21)	948	(20,83)
Avellanópolis	118	(13,87)	1.680	12,37	2.367	39,81	124	(34,88)	1.094	(47,78)	1.130	(19,81)
Belaia	130	(5,11)	717	40,59	916	64,45	120	(7,69)	1.946	114,63	1.010	(20,92)
Bom. Jd. de Goiás	207	14,36	2.163	(13,20)	1.729	9,85	286	38,16	6.724	164,63	1.016	27,11
Cachoeira de Goiás	45	(4,28)	257	42,78	324	46,61	39	(13,33)	333	(30,56)	676	(46,40)
Córrego do Ouro	228	(13,41)	780	(46,73)	784	(66,30)	992	(16,09)	929	(4,87)	20,28	17,58
Diorama	151	0,67	1.865	3,10	1.572	18,56	168	4,84	2.910	56,03	2.796	96,7
Fazenda Nova	397	7,01	2.176	69,60	2.438	94,56	548	38,04	6.949	219,35	8.081	262,26
Firminópolis	408	3,93	3.217	37,07	3.863	50,39	480	12,75	3.785	5,333	17,68	1,409
Iporá	525	33,83	3.998	58,09	3.111	83,76	916	(1,25)	4.062	(10,48)	4.389	40,12
Israelândia	193	54,40	1.297	122,47	1.242	144,97	116	(36,96)	1.417	9,26	1.613	28,87
Ivolândia	243	(10,96)	2.923	59,08	2.218	68,23	207	(14,81)	4.932	58,73	4.836	117,94
Jesuápi	67	(36,64)	925	(14,03)	711	(13,19)	768	0,98	2.285	147,03	2.204	209,99
Moiporá	109	(40,44)	980	(21,74)	921	(30,48)	117	(11,18)	819	(17,27)	802	(12,92)
Nazário	471	(2,84)	2.170	6,14	2.762	12,78	1.273	7,27	2.019	(32,76)	2.775	0,47
Piranhas	437	4,86	6.235	142,61	5.434	68,08	483	(30,72)	16.704	167,81	18.768	245,40
Sancelândia	329	2,17	3.361	61,20	4.565	(10,61)	306	(3,44)	2.237	(33,44)	1.466	7,20
Sa. Bárbara de Goiás	100	1,01	1.508	(14,90)	1.485	(21,15)	891	(7,35)	976	(18,00)	1.072	(28,29)
S. Luiz de Montes. Belo	764	3,10	3.490	(21,64)	3.615	(18,80)	598	(3,63)	3.307	(5,24)	3.263	18,59
Turvânia	289	(14,80)	6.117	120,51	6.631	138,18	248	(7,43)	2.862	(53,21)	3.756	(43,38)
Área de GO-900	8.337	1,04	60.872	34,73	66.938	38,62	5.928	3,04	78.208	(6,45)	89.117	36,16
Estado de Goiás	117.125	3,42	1.128.159	25,91	1.100.355	23,19	101.826	(13,07)	1.239.017	9,83	1.337.975	21,60

MUNICÍPIOS	1985						1996					
	Info- rman- tos	Incremento(%) 1980/85	Área (ha)	Incremento(%) 1980/85	Produção (t)	Incremento(%) 1980/85	Info- rman- tos	Incremento(%) 1985/96	Área (ha)	Incremento(%) 1985/96	Produção (t)	Incremento(%) 1985/96
Amorimópolis	146	(10,43)	1.129	(38,20)	956	(52,01)	847	(46,56)	328	(74,88)	243	(74,88)
Anteuna	774	(4,09)	3.959	(30,72)	6.725	17,07	317	(75,32)	987	(75,34)	1.412	(12,77)
Aragarças	28	(39,13)	474	(86,70)	634	(84,61)	8	(94,30)	27	(95,51)	24	(88,88)
Arenópolis	209		2.528		2.291		56	(73,86)	297	(83,59)	376	(36,75)
Auriflândia	143	6,72	445	(42,21)	362	(50,41)	42	(70,63)	64	(81,77)	66	(1,031)
Avellanópolis	151	21,77	603	(44,88)	815	(34,06)	85	(43,71)	178	(70,48)	343	(42,87)
Belaia	186	63,33	2.166	10,78	2.262	15,08	1.049	(3,85)	1.163	(80,10)	1.008	(55,39)
Bom. Jd. de Goiás	318	11,19	3.312	(42,14)	3.878	(33,37)	94	(16,16)	486	(85,05)	678	(82,48)
Cachoeira de Goiás	60	28,21	226	(32,13)	168	(24,88)	33	(34,00)	118	(47,79)	181	(4,79)
Córrego do Ouro	175	(18,60)	682	(28,74)	584	(37,01)	887	(11,50)	485	(40,00)	527	(11,28)
Diorama	103	(34,81)	888	(76,69)	677	(76,69)	989	(1,20)	192	(72,53)	212	(68,09)
Fazenda Nova	505	(7,86)	4.523	(34,91)	6.837	(19,16)	1.534	(24,20)	542	(82,03)	553	(92,03)
Firminópolis	403	(12,39)	3.401	(10,15)	2.708	(49,22)	796	(43,49)	214	(95,71)	239	(91,17)
Iporá	420	(10,64)	3.484	(14,23)	3.376	(22,55)	161	(88,12)	414	(86,37)	480	(1,111)
Israelândia	141	21,56	1.358	(4,16)	1.066	(33,97)	784	(31,11)	217	(84,02)	188	(81,41)
Ivolândia	201	(2,90)	2.703	(46,19)	1.816	(62,45)	70	(66,17)	238	(88,07)	253	(88,07)
Jesuápi	76	(10,59)	1.113	(61,29)	1.069	(50,59)	978	1,44	279	(74,93)	308	(71,72)
Moiporá	96	(17,95)	682	(28,94)	588	(28,56)	3,36	(33,33)	297	(46,97)	337	(42,78)
Nazário	133	16,65	1.350	(33,14)	1.962	(62,82)	49	(63,16)	283	(73,81)	519	(1,771)
Piranhas	343	(29,98)	6.304	(62,26)	7.104	(82,15)	1.127	(0,29)	738	(88,29)	789	(88,89)
Sancelândia	286	(13,07)	1.287	(50,42)	1.575	(61,64)	133	(16,95)	593	(53,92)	646	(66,63)
Sa. Bárbara de Goiás	61	(25,61)	480	(90,82)	573	(8,69)	194	(49,18)	165	(67,24)	245	(67,24)
S. Luiz de Montes. Belo	633	5,85	2.431	(26,49)	2.647	(40,56)	1.048	(19,18)	703	(70,46)	865	(68,04)
Turvânia	227	(8,84)	3.197	16,35	1.967	(4,16)	76	(66,96)	525	(81,59)	806	(1,533)
Área de GO-900	5.796	(2,19)	48.447	38,05	53.991	(39,42)	1.114	(38,28)	9.493	(60,41)	11.289	(70,13)
Estado de Goiás	79.205	(22,22)	883.105	(44,06)	771.280	(42,35)	1.113	(68,78)	162.263	(78,03)	201.115	(73,92)

Fonte: IBGE (1956a, 1961a, 1974b, 1979, 1984b, 1991, 1998).

Organização: Rodrigo Borges (2001).



...continuação (tabelas 1 - Produção de Milho em Gram nos Municípios da Área de Governo e no Estado de Goiás (1950-1988))

MUNICÍPIO	1976						1980						1988											
	Infer- mantes	Incremento(%) 1970/75	Área (ha)	Incremento(%) 1970/75	Produção (t)	Incremento(%) 1970/75	Rendimento (kg/ha)	Incremento(%) 1970/75	Área (ha)	Incremento(%) 1970/75	Produção (t)	Incremento(%) 1970/75	Rendimento (kg/ha)	Incremento(%) 1970/75	Infer- mantes	Incremento(%) 1970/75	Área (ha)	Incremento(%) 1970/75	Produção (t)	Incremento(%) 1970/75	Rendimento (kg/ha)	Incremento(%) 1970/75		
Anaotimópolis	137	(15,43)	887	(28,98)	1.181	(22,40)	1.221	(42,03)	42,34	(4,27)	55,74	(13,15)	63,74	(15,08)	185	(42,03)	1.221	(42,03)	1.181	(22,40)	1.221	(42,03)	1.221	(42,03)
Atacama	914	(1,33)	6.306	(25,64)	11.812	(86,08)	1.841	(60,23)	10,473	(4,27)	60,06	(6,87)	79,69	(1,82)	875	(60,23)	10,473	(4,27)	20.882	(20,882)	20.882	(20,882)	20.882	(20,882)
Araguarias	7	(30,00)	27	(42,11)	26	(28,09)	1.074	(1,27)	842,86	(4,27)	381	(1,27)	1.248,28	(81,6)	45	(1,27)	842,86	(4,27)	381	(1,27)	381	(1,27)	381	(1,27)
Aurilândia	184	(17,80)	1.387	(12,14)	4.297	(78,22)	3.076	(102,85)	1.089	(15,49)	(23,49)	(2,108)	(60,92)	(1,973)	164	(102,85)	1.089	(15,49)	4.297	(78,22)	4.297	(78,22)	4.297	(78,22)
Avanópolis	111	(8,13)	1.333	(35,47)	2.280	(84,00)	1.076	(21,51)	2.152	(21,62)	(69,08)	(4,158)	(65,89)	(1,806)	118	(21,51)	2.152	(21,62)	2.280	(84,00)	2.280	(84,00)	2.280	(84,00)
Balsas	174	(18,24)	299	(23,72)	292	(2,82)	977	(54,90)	3,51	(40,47)	(402)	(37,87)	(987)	(1,58)	118	(54,90)	3,51	(40,47)	292	(2,82)	292	(2,82)	292	(2,82)
Bom Jardim de Goiás	175	(9,38)	1.188	(22,39)	1.268	(89,74)	1.041	(105,82)	27,43	(1,700)	(42,86)	(1,487)	(20,11)	(1,586)	223	(105,82)	1.041	(1,700)	1.268	(89,74)	1.268	(89,74)	1.268	(89,74)
Cachoeira de Goiás	48	(2,08)	279	(0,72)	796	(133,72)	2.717	(18,37)	297	(7,89)	(7,89)	(309)	(66,25)	(1,202)	210	(18,37)	297	(7,89)	796	(133,72)	796	(133,72)	796	(133,72)
Colinas do Suro	228	(10,84)	1.397	(26,59)	2.576	(48,13)	1.843	(10,17)	1.017	(7,89)	(8,90)	(2,064)	(19,27)	(1,970)	174	(10,17)	1.017	(7,89)	2.576	(48,13)	2.576	(48,13)	2.576	(48,13)
Diorama	181	(1,60)	1.023	(8,06)	1.046	(48,13)	1.023	(35,86)	174	(8,07)	(20,14)	(1,965)	(66,80)	(1,581)	174	(35,86)	1.023	(8,06)	1.046	(48,13)	1.046	(48,13)	1.046	(48,13)
Farmópolis	302	(21,86)	1.028	(42,34)	1.368	(35,01)	1.331	(12,72)	2.272	(31,48)	(2,218)	(2,594)	(15,71)	(2,535)	384	(12,72)	2.272	(31,48)	1.368	(35,01)	1.368	(35,01)	1.368	(35,01)
Formosa	820	(8,11)	2.776	(6,08)	6.088	(50,41)	2.385	(15,87)	3,305	(3,865)	(2,592)	(5,946)	(15,71)	(5,946)	820	(15,87)	3,305	(3,865)	6.088	(50,41)	6.088	(50,41)	6.088	(50,41)
Itaeralândia	140	(8,53)	690	(17,53)	878	(81,40)	1.468	(54,35)	68	(8,88)	(721)	(13,38)	(814)	(1,812)	170	(17,53)	690	(17,53)	878	(81,40)	878	(81,40)	878	(81,40)
Jupiaçu	68	(38,46)	438	(48,52)	585	(26,28)	1.138	(75,05)	104	(38,82)	(511)	(3,308)	(24,74)	(1,814)	88	(26,28)	1.138	(75,05)	585	(26,28)	585	(26,28)	585	(26,28)
Marabá	89	(50,28)	575	(50,99)	692	(53,53)	1.066	(5,39)	726	(38,82)	(68,81)	(1,217)	(18,40)	(1,834)	123	(53,53)	1.066	(5,39)	692	(53,53)	692	(53,53)	692	(53,53)
Natividade	394	(6,43)	2.347	(48,05)	2.233	(53,79)	1.371	(75,13)	116	(6,50)	(8,87)	(104,39)	(1,736)	(1,668)	296	(75,13)	1.371	(6,50)	2.233	(53,79)	2.233	(53,79)	2.233	(53,79)
Planaltina	286	(8,64)	2.202	(8,62)	4.073	(13,71)	1.890	(21,78)	314	(8,08)	(3,124)	(7,887)	(88,73)	(2,481)	304	(8,64)	2.202	(8,62)	4.073	(13,71)	4.073	(13,71)	4.073	(13,71)
Santa Bárbara de Goiás	38	(40,88)	414	(25,64)	952	(10,757)	1.430	(44,23)	625	(18,88)	(6,640)	(8,28)	(2,265)	(1,862)	743	(10,757)	1.430	(44,23)	952	(10,757)	952	(10,757)	952	(10,757)
São Luiz de Montes Belos	243	(10,88)	3.804	(4,28)	10.065	(18,82)	2.848	(52,78)	242	(9,41)	(23,29)	(5,748)	(1,989)	(2,580)	5.668	(18,82)	3.804	(4,28)	10.065	(18,82)	10.065	(18,82)	10.065	(18,82)
Área de GO-900	93.084	(8,33)	37.828	(0,18)	68.833	(45,28)	1.810	(44,98)	48.130	(6,18)	(29,53)	(34,84)	(1,586)	(4,10)	79.738	(44,98)	37.828	(0,18)	68.833	(45,28)	68.833	(45,28)	68.833	(45,28)
Estado de Goiás	93.084	(1,31)	387.091	(98,73)	1.000.103	(99,18)	1.587	(44,06)	87.784	(6,70)	(738.314)	(7,45)	(1.271.614)	(1,730)	79.738	(98,73)	387.091	(98,73)	1.000.103	(99,18)	1.000.103	(99,18)	1.000.103	(99,18)

MUNICÍPIO	1986						1988						
Infer- mantes	Incremento(%) 1980/85	Área (ha)	Incremento(%) 1980/85	Produção (t)	Incremento(%) 1980/85	Rendimento (kg/ha)	Incremento(%) 1980/85	Área (ha)	Incremento(%) 1980/85	Produção (t)	Incremento(%) 1980/85	Rendimento (kg/ha)	Incremento(%) 1980/85
Anaotimópolis	182	(22,03)	987	(38,78)	1.294	(60,17)	1.328	(24,30)	(525)	(45,71)	(1.197)	(2,223)	(67,41)
Atacama	844	(3,54)	6.148	(12,85)	20.614	(1,16)	2.363	(11,91)	(7.099)	(22,40)	(23.877)	(16,31)	(3.378)
Araguarias	21	(63,35)	176	(84,52)	77	(80,31)	1.041	(67,14)	(33)	(65,41)	(64)	(18,88)	(88,36)
Aurilândia	173		1.117		1.461	(3,81)	1.328	(45,69)	(824)	(28,23)	(1.863)	(32,85)	(2.982)
Avanópolis	195	(18,60)	1.057	(1,12)	2.056	(64,52)	1.425	(37,85)	(482)	(65,45)	(1.457)	(28,40)	(2.881)
Balsas	188	(17,78)	4.368	(3,57)	633	(32,59)	1.225	(27,04)	(783)	(82,07)	(2.643)	(38,84)	(3.375)
Bom Jardim de Goiás	161	(6,44)	435	(3,57)	1.720	(18,27)	1.331	(63,81)	(650)	(49,89)	(1.344)	(2,227)	(678,79)
Cachoeira de Goiás	238	(5,83)	1.268	(33,59)	1.720	(19,74)	1.331	(15,89)	(165)	(35,80)	(302)	(19,38)	(2.088)
Colinas do Suro	61	(27,50)	267		370	(19,74)	1.440	(15,89)	(108)	(49,89)	(1.344)	(2,227)	(678,79)
Diorama	184	(7,82)	1.343	(11,64)	2.097	(1,80)	2.167	(27,32)	(1.008)	(22,71)	(2.713)	(7,81)	(1.830)
Farmópolis	137	(21,28)	1.082	(11,86)	1.893	(1,84)	1.842	(4,38)	(651)	(49,09)	(1.862)	(41,75)	(2.107)
Formosa	388	(0,25)	4.170	(86,41)	2.066	(24,30)	404	(37,44)	(1.035)	(75,23)	(1.862)	(6,88)	(263,83)
Itaeralândia	379	(13,13)	3.202	(3,59)	7.428	(6,18)	2.300	(63,08)	(888)	(79,14)	(1.483)	(78,40)	(2.238)
Jupiaçu	478	(4,39)	3.058	(7,48)	6.138	(6,38)	2.007	(22,80)	(1.305)	(37,40)	(2.940)	(32,10)	(2.238)
Marabá	118	(20,41)	828	(82,04)	1.317	(42,22)	1.591	(34,75)	(819)	(37,32)	(1.008)	(32,10)	(1.248)
Planaltina	157	(60,86)	1.087	(50,78)	1.990	(26,20)	1.855	(31,85)	(1.141)	(47,22)	(2.754)	(82,86)	(2.414)
Uruaçu	87	(18,19)	701	(4,70)	893	(19,41)	1.417	(14,33)	(370)	(47,22)	(753)	(24,17)	(2.088)
Uruaçu	84	(23,64)	882	(8,95)	1.807	(80,88)	2.860	(66,03)	(373)	(45,31)	(887)	(63,09)	(3.251)
Planaltina	130	(13,04)	2.064	(73,65)	1.461	(35,45)	546	(62,81)	(61)	(60,11)	(1.928)	(12,20)	(483,86)
Santa Bárbara de Goiás	304	(23,44)	1.844	(53,06)	2.481	(89,19)	1.508	(61,90)	(815)	(60,43)	(1.498)	(38,89)	(2.108)
São Luiz de Montes Belos	87	(11,84)	2.807	(121,26)	2.887	(22,31)	418	(82,23)	(1.478)	(78,99)	(3.724)	(28,35)	(2.593)
Turvânia	725	(11,84)	2.807	(282,03)	1.314	(20,33)	604	(66,31)	(68)	(77,08)	(706)	(41,49)	(501,08)
Área de GO-900	217	(16,00)	8.481	(14,53)	13.076	(16,03)	2.024	(64,90)	(3.282)	(65,44)	(7.033)	(46,23)	(47,08)
Estado de Goiás	5.738	(8,33)	3.24	(8,514)	18.10	(8,94)	1.440	(39,02)	(27.244)	(35,44)	(78.228)	(88,84)	(2.978)
Organização: Rodrigo Borges (2001)	79.738	(6,17)	741.940	(9,6)	1.807.015	(18,04)	2.033	(45,84)	(786.986)	(3,54)	(2.971.570)	(87,99)	(3.898)

Fonte: IBGE (1958a, 1961a, 1974b, 1979, 1984b, 1991, 1993).



continuação Tabela 14 - Produção de feijão em gram nos municípios de áreas do GO-080 e no Estado de Goiás (1950-1996)

MUNICÍPIOS	1976										1980									
	Infir- maries	Incremento (%) 1970/75	Área (ha)	Incremento (%) 1970/75	Produção (t)	Incremento (%) 1970/75	Rendimento (kg/ha)	Incremento (%) 1970/75	Infir- maries	Incremento (%) 1975/80	Área (ha)	Incremento (%) 1975/80	Produção (t)	Incremento (%) 1975/80	Rendimento (kg/ha)	Incremento (%) 1975/80				
Amorimópolis	132	(8,87)	943	(23,70)	439	(15,25)	468	9,64	166	1.200	25,76	27,25	249	(43,28)	203	(85,43)				
Anicuns	878	9,88	5.428	30,34	1.775	42,11	327	9,03	751	8.478	14,46	18,41	1.690	(4,79)	281	(20,26)				
Aragarças	-	(100,00)	-	-	-	-	-	-	8	-	-	14	-	-	357	-				
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
Aurilândia	167	(10,53)	1.280	8,87	560	87,28	434	76,10	111	654	(40,50)	(49,30)	172	(66,28)	263	(38,42)				
Avanópolis	102	7,37	849	48,63	309	47,14	384	1,04	110	1.034	7,84	21,78	280	(15,88)	251	(30,81)				
Bela Vista	110	(14,06)	219	(6,01)	59	5,36	269	12,09	94	179	(23,64)	(19,53)	49	(19,95)	278	3,34				
Bom Jardim de Goiás	130	7,44	422	(11,18)	61	(7,85)	192	3,91	168	26,23	537	27,25	170	108,98	217	84,83				
Cachoeira de Goiás	41	(10,87)	284	23,22	110	8,91	417	(10,88)	34	(17,07)	189	(35,89)	36	(87,27)	213	(48,68)				
Corrego do Ouro	210	(12,13)	860	(33,87)	294	(24,82)	308	12,29	194	(7,82)	1,168	21,48	288	(1,70)	248	(18,07)				
Dianópolis	151	31,30	818	148,39	247	70,34	302	(30,86)	158	702	(14,18)	12,41	171	(30,77)	244	(18,33)				
Fazenda Nova	181	(34,81)	419	(37,37)	107	(41,55)	265	(6,84)	191	(5,24)	471	(2,58)	62	(4,02)	185	(23,51)				
Fazenda São João	369	0,64	2.200	14,35	768	(0,38)	382	(12,87)	208	(43,63)	1.703	(22,58)	734	(7,78)	431	16,12				
Formosa	487	11,69	2.224	11,51	810	15,48	408	3,75	422	(15,09)	2.117	(4,81)	448	(50,98)	211	(48,51)				
Itaerópolis	112	3,70	433	18,84	146	53,68	347	28,13	74	(33,93)	344	(20,25)	63	(58,85)	163	(43,69)				
Itumberrá	151	(41,25)	800	(18,65)	311	(24,33)	348	(8,78)	63	(58,29)	308	(65,78)	74	(78,21)	240	(34,22)				
Jauri	57	(37,38)	281	(4,70)	88	30,88	317	38,80	34	(40,35)	126	(55,52)	30	(66,28)	240	(24,22)				
Morada Nova	63	(50,00)	487	(38,64)	213	(11,82)	458	38,48	78	(6,02)	261	(44,11)	52	(75,59)	189	(58,32)				
Natividade	106	(7,02)	444	(19,13)	151	(5,03)	340	17,43	53	(80,00)	329	(25,90)	76	(48,67)	231	(32,08)				
Piracema	258	(15,61)	546	(16,18)	149	23,14	273	4,20	287	0,38	980	79,48	184	23,48	188	(31,20)				
Santa Bárbara de Goiás	283	(8,00)	2.020	(0,44)	771	(1,86)	382	(1,22)	291	(0,71)	2,391	18,37	902	4,02	355	(12,12)				
São Luiz de Montes Belos	52	10,84	289	8,08	54	(48,57)	201	(2,41)	44	(15,38)	130	(51,48)	35	(25,18)	269	33,62				
Turvelina	698	8,91	4.184	1,75	1.473	0,20	351	(28,56)	511	(28,56)	4.289	2,27	1.568	6,31	385	3,98				
Urucânia	228	(6,24)	3.195	135,68	1.366	235,58	442	42,21	93	(58,85)	652	(85,87)	180	(46,38)	420	(5,00)				
Área do GO-080	5.020	(5,28)	28.742	11,85	10.440	20,08	383	7,35	4.062	(18,68)	28.031	(8,43)	7.435	(28,78)	288	(21,37)				
Estado de Goiás	59.482	(12,44)	226.303	(8,13)	76.278	(10,92)	338	(1,67)	54.597	(6,23)	223.985	(0,99)	87.878	(11,28)	302	(10,78)				

MUNICÍPIOS	1986										1996									
	Infir- maries	Incremento (%) 1980/85	Área (ha)	Incremento (%) 1980/85	Produção (t)	Incremento (%) 1980/85	Rendimento (kg/ha)	Incremento (%) 1980/85	Infir- maries	Incremento (%) 1985/90	Área (ha)	Incremento (%) 1985/90	Produção (t)	Incremento (%) 1985/90	Rendimento (kg/ha)	Incremento (%) 1985/90				
Amorimópolis	111	(33,13)	510	(57,50)	87	(61,04)	190	(8,34)	8	(94,85)	-	-	6	(66,43)	625	226,81				
Anicuns	702	4,13	6.989	7,98	2.641	58,27	378	46,74	275	(84,83)	1.772	(74,87)	1.170	(85,70)	690	74,88				
Aragarças	2	(77,78)	-	(100,00)	2	(60,00)	-	(100,00)	4	(100,00)	-	-	1	(100,00)	500	-				
Arenópolis	103	-	338	-	84	-	189	-	-	(100,00)	-	-	-	(100,00)	-	-				
Aurilândia	184	47,75	680	3,86	119	(30,81)	178	(33,46)	-	(100,00)	-	-	-	(100,00)	-	-				
Avanópolis	142	39,09	1.218	17,79	374	43,95	307	22,12	-	(100,00)	-	-	-	(100,00)	-	-				
Bela Vista	69	(17,86)	108	(38,07)	40	(18,37)	387	31,81	8	(84,92)	131	(71,65)	118	(8,36)	885	219,81				
Bom Jardim de Goiás	116	(28,78)	482	(13,87)	128	(24,71)	377	(12,49)	12	(70,73)	19	(86,27)	9	(87,95)	474	174,06				
Cachoeira de Goiás	41	20,59	182	(4,18)	26	(22,22)	173	(18,86)	21	(88,45)	47	(84,84)	22	(87,36)	468	145,07				
Corrego do Ouro	155	(20,10)	911	(27,87)	174	(38,19)	191	(22,84)	21	(67,07)	17	(95,71)	7	(85,71)	389	21,08				
Dionópolis	116	(25,64)	510	(27,35)	183	(4,68)	320	31,21	15	(67,07)	47	(85,05)	131	15,93	1.385	875,28				
Fazenda Nova	200	10,50	642	38,31	113	28,85	178	(8,89)	10	(85,00)	68	(85,05)	1	(89,74)	500	98,03				
Fazenda São João	284	38,54	1.505	(46,23)	380	(41,42)	282	(41,42)	5	(88,24)	2	(90,87)	64	(90,99)	457	35,68				
Formosa	368	(6,88)	2.112	(0,24)	710	59,18	336	59,57	64	(83,82)	140	(93,37)	7	(84,07)	1.750	488,77				
Itaerópolis	84	13,51	387	19,41	116	(20,27)	172	(26,41)	4	(86,54)	5	(86,54)	1	(100,00)	200	18,27				
Itumberrá	84	33,33	343	11,38	69	(20,27)	153	(38,39)	-	(100,00)	-	-	-	(100,00)	-	-				
Jauri	24	(28,41)	131	4,80	20	(33,33)	238	19,63	11	(83,89)	16	(85,85)	8	(91,30)	500	108,78				
Morada Nova	87	(14,10)	386	47,88	92	76,92	238	48,70	3	(84,21)	31	(78,34)	24	(46,87)	774	125,36				
Natividade	19	(84,15)	131	(80,18)	45	(40,78)	344	48,70	3	(84,21)	25	(83,54)	21	(86,82)	940	282,36				
Piracema	142	(44,75)	220	(77,65)	51	(72,28)	232	23,47	11	(82,25)	308	(82,27)	220	(73,33)	567	50,38				
Santa Bárbara de Goiás	13	(70,46)	124	(4,62)	23	(34,29)	185	(31,11)	2	(84,82)	6	(85,16)	3	(86,90)	500	169,87				
São Luiz de Montes Belos	605	18,40	4.313	0,66	1.537	(1,85)	358	(17,11)	60	(80,09)	327	(62,42)	141	(90,83)	431	21,00				
Turvelina	128	38,71	1.181	183,50	417	118,42	348	(17,11)	3	(87,87)	1	(86,82)	-	(100,00)	-	(100,00)				
Área do GO-080	4.135	1,30	25.578	(1,74)	9.218	10,55	321	12,48	634	(84,87)	3.038	(88,12)	1.951	(76,28)	642	98,69				
Estado de Goiás	54.980	0,66	265.984	18,63	101.863	50,22	393	26,83	8.058	(85,34)	77.293	(70,91)	84.768	(16,62)	1.087	188,01				

Fonte: Organização: Rodrigo Borges (2001).

Tabela 15

**PRODUÇÃO DE MANDIOCA NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DA GO-060 E NO ESTADO DE GOIÁS (1950-1996)**

MUNICÍPIOS	1950						1980						1997					
	Info- mentos	Incremento(%) 1950/60	Área (ha)	Incremento(%)	Produção (t)	Incremento(%)	Info- mentos	Incremento(%) 1950/80	Área (ha)	Incremento(%)	Produção (t)	Incremento(%)	Info- mentos	Incremento(%) 1980/70	Área (ha)	Incremento(%)	Produção (t)	Incremento(%)
Anicuns	8	-	8	-	40	-	8	-	8	-	17	-	17	-	-	-	51	(100,00)
Auriflândia	8	-	1	-	22	-	1	-	22	-	12	-	12	-	-	-	51	5.000,00
Baliza	108	-	134	-	1.427	-	5	-	10.648	-	14	-	14	-	-	-	147	2.840,00
Firminópolis	4	-	8	-	33	-	-	-	6.600	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iporá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nazário	2	-	219	-	683	-	-	-	3.223	-	15	-	15	-	33	-	183	5.646
Área da GO-060	130	-	382	-	2.215	-	6	-	6.193	-	47	-	47	-	45	-	147	2.380,00
Estado de Goiás	10.594	-	13.218	-	83.974	-	39	-	4.940	-	12	-	12	-	32	-	137	372,41
<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>Info- mentos</b>	<b>Incremento(%) 1950/60</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Incremento(%)</b>	<b>Produção (t)</b>	<b>Incremento(%)</b>	<b>Info- mentos</b>	<b>Incremento(%) 1950/80</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Incremento(%)</b>	<b>Produção (t)</b>	<b>Incremento(%)</b>	<b>Info- mentos</b>	<b>Incremento(%) 1980/70</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Incremento(%)</b>	<b>Produção (t)</b>	<b>Incremento(%)</b>
Americópolis	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	8	-
Anicuns	-	-	-	-	1	(97,80)	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-
Atagartos	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	5	-
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Auriflândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Avelinópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baliza	-	-	-	-	6	(99,68)	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	6	-
Bom Jardim de Goiás	-	-	-	-	39	-	-	-	-	-	39	-	-	-	-	-	39	-
Cascheira de Goiás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Córrego do Ouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diorama	-	-	-	-	3.718	-	-	-	-	-	3.718	-	-	-	-	-	3.718	-
Fazenda Nova	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Firminópolis	-	-	-	-	-	(100,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iporá	-	-	-	-	234	-	-	-	-	-	234	-	-	-	-	-	234	-
Iterapitãndia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ivolândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jaupaci	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Molporá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nazário	-	-	-	-	-	(100,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piranhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sacristiãndia	-	-	-	-	24	-	-	-	-	-	24	-	-	-	-	-	24	-
Santa Bárbara de Goiás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Luiz de Montes Belos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turvânia	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	9	-
Uruaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Área da GO-060	-	-	-	-	4.035	-	-	-	-	-	4.035	-	-	-	-	-	4.035	-
Estado de Goiás	-	-	-	-	121.748	-	-	-	-	-	121.748	-	-	-	-	-	121.748	-

continua

continuação (tabela 15 - Produção de mandioca nos municípios da Área do GO-060 e no Estado de Goiás (1950-1986))

MUNICÍPIOS	1975							1980						
	Info- mantas	Área (ha)	Incremento (%) 1970/75	Produção (t)	Incremento (%) 1970/75	Rendimento (kg/ha)	Incremento (%) 1970/75	Info- mantas	Área (ha)	Incremento (%) 1975/80	Produção (t)	Incremento (%) 1975/80	Rendimento (kg/ha)	Incremento (%) 1975/80
Ameriñópolis	4	-	-	75	12,00	16,67	20	400,00	7	18,67	102	38,00	14,571	19,57
Anteuna	52	205,88	(25,00)	86	7,533	72,55	48	(7,69)	8	(11,11)	82	39,39	11,600	56,82
Aragarças	8	(33,33)	42,88	84	4,200	(80,00)	38	387,50	19	(5,00)	239	184,52	12,678	190,50
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aurilândia	8	(46,67)	(27,27)	143	(21,86)	5,958	8	(100,00)	4	(83,33)	27	(61,12)	8,750	13,28
Avelândia	3	(70,00)	(83,82)	37	(81,29)	9,000	44	2,100,00	35	(100,00)	325	8,025,00	9,288	-
Beizão	2	(85,74)	(100,00)	4	(87,28)	-	68	1,620,00	58	1,300,00	493	1,549,33	8,804	17,38
Bom Jardim de Goiás	5	(59,33)	(67,80)	30	(78,10)	7,500	8	4	8	-	70	-	8,750	-
Cachoira de Goiás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Córrego do Ouro	8	(79,49)	(68,90)	30	(68,47)	10,000	16	100,00	8	200,00	68	120,00	7,333	(28,67)
Diorama	5	(44,44)	(80,00)	54	(45,16)	18,000	58	-	18	-	128	-	7,000	-
Fazenda Nova	34	(28,09)	(68,93)	164	180,00	6,666	6	20,00	7	75,00	36	(35,18)	5,000	(67,96)
Firminópolis	62	(41,51)	(44,82)	401	(29,80)	10,553	63	50,00	61	54,21	318	(20,70)	9,235	(40,81)
Ipiralândia	2	(69,87)	(67,14)	22	120,00	4,13,33	8	300,00	4	33,33	28	18,18	8,500	(11,35)
Ivolândia	10	68,67	1,800,00	118	2,850,00	6,841	3	(70,00)	3	(82,35)	80	(49,15)	20,000	188,14
Jauripaci	1	(65,45)	(100,00)	1	(68,97)	-	3	200,00	-	-	1	(100,00)	-	-
Molপর	2	900,00	11	2	(80,00)	307,14	1	(95,24)	-	(100,00)	2	(68,25)	-	-
Nazário	39	(11,36)	(31,43)	242	13,08	10,384	78	94,87	48	100,00	556	126,75	11,683	14,88
Piranhas	35	(30,00)	(88,18)	67	(88,18)	7,444	117	234,28	44	389,28	458	583,58	10,408	39,82
Santa Bárbara de Goiás	6	(79,65)	(81,25)	58	(77,85)	6,444	8	(33,33)	2	(77,78)	18	(66,97)	9,000	39,89
São Luiz de Montes Belos	18	(20,83)	(82,78)	37	(84,08)	7,400	85	347,37	38	620,00	308	732,43	8,558	15,62
Turvânia	28	16,67	(79,31)	48	(56,34)	7,667	1	(69,43)	-	(100,00)	1	(67,83)	-	-
12.789	357	(32,39)	(63,49)	74.058	8,142	87,10	723	102,62	358	84,88	3.323	87,21	6,258	13,88
Estado de Goiás	13.135	(0,02)	(6,82)	74.014	9,36	13.138	74.014	2,73	(0,05)	-	-	-	7.411	6,72

MUNICÍPIOS	1985							1986						
	Info- mantas	Área (ha)	Incremento (%) 1980/85	Produção (t)	Incremento (%) 1980/85	Rendimento (kg/ha)	Incremento (%) 1980/85	Info- mantas	Área (ha)	Incremento (%) 1985/86	Produção (t)	Incremento (%) 1985/86	Rendimento (kg/ha)	Incremento (%) 1985/86
Ameriñópolis	17	(16,00)	7	45	(56,88)	6,428	32	88,24	42	500,00	323	617,78	7,060	19,83
Anteuna	40	(18,67)	18	98	4,35	5,333	31	(22,50)	45	330,21	413	330,21	9,178	72,08
Aragarças	21	(46,15)	28	349	48,03	12,034	23	8,52	47	82,07	501	43,55	10,860	(1,42)
Arenópolis	45	-	28	165	-	6,607	22	(91,11)	44	57,14	480	148,85	10,455	66,23
Aurilândia	35	337,50	27	975,00	94	248,15	27	(48,42)	24	(11,11)	281	177,85	10,875	212,37
Avelândia	42	-	8	100	-	12,500	18	(67,14)	13	62,80	136	39,00	10,452	(16,31)
Baliza	38	(18,18)	18	259	(20,31)	13,632	2	(84,44)	27	42,11	388	62,80	14,667	7,59
Bom Jardim de Goiás	37	(56,98)	28	231	(53,14)	8,865	26	(29,73)	52	60,00	360	55,84	6,923	(22,08)
Cachoira de Goiás	7	78,00	18	54	(51,43)	2,125	14	100,00	8	(50,00)	63	85,28	7,875	270,68
Córrego do Ouro	14	(12,50)	14	40	(39,39)	2,857	5	(84,29)	3	(78,87)	28	(30,00)	9,333	226,67
Diorama	71	22,41	74	311,11	67,48	2,851	41	(42,25)	18	(75,88)	152	(27,86)	8,444	186,16
Fazenda Nova	86	833,33	82	785,71	422,68	2,952	66	17,88	78	25,81	527	187,86	6,756	128,91
Firminópolis	86	-	31	102	-	3,280	31	(44,84)	14	(64,84)	188	62,16	14,000	325,48
Ipiralândia	172	84,85	88	760	139,88	8,699	68	(44,77)	81	3,41	915	20,38	10,055	16,43
Ivolândia	30	122,22	40	900,00	378,82	3,100	44	120,00	60	25,00	378	204,84	7,660	143,87
Jauripaci	83	1,890,97	25	735,33	30,00	3,120	20	(82,29)	35	60,00	172	120,51	4,914	87,51
Molপর	5	66,67	8	64	6,300,00	8,000	23	360,00	20	160,00	215	235,84	10,750	34,38
Nazário	1	-	10	400,00	400,00	10,000	45	4,400,00	33	3,200,00	183	1,730,00	5,545	(44,55)
Piranhas	87	27,63	72	50,00	(27,34)	5,811	67	(30,83)	42	(41,87)	468	(72,77)	10,867	86,10
Sancierlândia	92	(21,37)	41	(6,82)	(48,89)	5,732	27	(70,85)	6	(85,97)	64	(72,77)	7,211	-
Santa Bárbara de Goiás	3	(50,00)	2	(88,88)	-	-	14	368,87	18	-	137	6,750,00	7,211	-
São Luiz de Montes Belos	193	127,08	147	308,33	80,08	3,364	60	(68,61)	78	(48,80)	415	(15,82)	5,481	62,82
Turvânia	27	2,800,00	23	80	7,800,00	3,478	51	88,89	86	195,65	535	698,75	7,886	129,18
Área do GO-060	1.145	58,37	808	125,07	26,21	5,191	807	(28,52)	871	7,80	7,487	76,04	8,573	65,16
Estado de Goiás	13.135	(0,02)	12.623	26,38	(26,07)	4,300	9.988	(28,53)	13.438	8,43	111.138	104,78	9,272	92,40

Fonte: IBGE (1956a, 1961a, 1974b, 1979, 1984b, 1991, 1996).

Tabela 16				
ÁREA DE INFLUÊNCIA DA RODOVIA GO-060:				
GRUPOS DE ÁREA DE LAVOURA (1950-1996)				
Classes(ha)	1950		1960	
	Est.	Est.(%)	Est.	Est.(%)
Menos de 1	16	0,50	31	0,63
1 a menos de 2	121	3,78	248	5,02
2 a menos de 5	2.015	62,99	2.380	48,16
5 a menos de 10	691	21,60	1.143	23,13
10 a menos de 20	219	6,85	673	13,62
20 a menos de 50	83	2,59	358	7,24
50 a menos de 100	11	0,34	74	1,50
100 a menos de 200	4	0,13	30	0,61
200 a menos de 500	-	0,00	5	0,10
500 a menos de 1000	-	0,00	-	0,00
1000 e mais	-	0,00	-	0,00
Total	3.199	100,00	4.942	100,00
Classes(ha)	1970		1975	
	Est.	Est.(%)	Est.	Est.(%)
Menos de 1	100	1,38	-	0,00
1 a menos de 2	243	3,36	5	1,76
2 a menos de 5	3.057	42,28	109	38,38
5 a menos de 10	1.833	25,35	73	25,70
10 a menos de 20	1.227	16,97	57	20,07
20 a menos de 50	753	10,41	33	11,62
50 a menos de 100	190	2,63	5	1,76
100 a menos de 200	66	0,91	2	0,70
200 a menos de 500	23	0,32	-	0,00
500 a menos de 1000	5	0,07	-	0,00
1000 e mais	-	0,00	-	0,00
Total	7.230	100,00	284	100,00
Classes(ha)	1980		1985	
	Est.	Est.(%)	Est.	Est.(%)
Menos de 1	108	1,45	308	3,82
1 a menos de 2	198	2,67	418	5,18
2 a menos de 5	2.319	31,24	2.676	33,17
5 a menos de 10	1.704	22,95	1.871	23,19
10 a menos de 20	1.378	18,56	1.292	16,01
20 a menos de 50	1.070	14,41	1.013	12,56
50 a menos de 100	361	4,86	294	3,64
100 a menos de 200	180	2,42	215	2,66
200 a menos de 500	74	1,00	56	0,69
500 a menos de 1000	9	0,12	4	0,05
1000 e mais	3	0,04	2	0,02
Total	7.424	100,00	8.068	100,00
Classes(ha)	1996			
	Est.	Est.(%)		
Menos de 1	1	0,62		
1 a menos de 2	30	18,52		
2 a menos de 5	81	50,00		
5 a menos de 10	31	19,14		
10 a menos de 20	11	6,79		
20 a menos de 50	6	3,70		
50 a menos de 100	2	1,23		
100 a menos de 200	-	0,00		
200 a menos de 500	-	0,00		
500 a menos de 1000	-	0,00		
1000 e mais	-	0,00		
Total	162	100,00		

Fonte: IBGE (1956a, 1961, 1974b, 1979, 1984b, 1991, 1998).

Organização: Rodrigo Borges (2001).

**USO DE FERTILIZANTES, DEFENSIVOS E PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DO SOLO  
NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DA GO-060 E NO ESTADO DE GOIÁS (1960-1996)**

MUNICÍPIOS	Estabelecimentos	1960											
		Fertilizantes								Defensivos		Conservação do solo	
		Geral		Químicos		Orgânicos		Calcário		Total*	%	Total*	%
	Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%	
Amorinópolis	286	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Anicuns	885	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Aragarças	38	1	2,63	-	0,00	1	2,63	-	0,00	-	-	-	-
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aurilândia	225	1	0,44	-	0,00	1	0,44	-	0,00	-	-	-	-
Avelinópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baitza	79	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Bom Jardim de Goiás	125	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Cachoeira de Goiás	46	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Córrego do Ouro	309	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Diorama	586	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Fazenda Nova	540	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Firminópolis	258	6	2,33	-	0,00	6	2,33	-	0,00	-	-	-	-
Iporá	484	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Israelândia	144	1	0,69	-	0,00	1	0,69	-	0,00	-	-	-	-
Ivolândia	294	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Jaupaci	103	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Molporá	138	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Nazário	195	3	1,54	-	0,00	3	1,54	-	0,00	-	-	-	-
Piranhas	288	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Sanclerlândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Bárbara de Goiás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Luiz de Montes Belos	615	5	0,81	-	0,00	5	0,81	-	0,00	-	-	-	-
Turvânia	218	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Área da GO-060	5.676	17	0,29	-	0,00	17	0,29	-	0,00	-	-	-	-
Estado de Goiás	111.015	923	0,83	35	0,03	711	0,64	231	0,21	-	-	-	-
MUNICÍPIOS	Estabelecimentos	1970											
		Fertilizantes								Defensivos		Conservação do solo	
		Geral		Químicos		Orgânicos		Calcário		Total*	%	Total*	%
	Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%	
Amorinópolis	384	10	2,60	9	2,34	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Anicuns	1.199	47	3,92	32	2,67	10	0,83	3	0,25	-	-	-	-
Aragarças	37	37	100,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aurilândia	351	3	0,85	1	0,28	2	0,57	1	0,28	-	-	-	-
Avelinópolis	151	12	7,95	6	3,97	2	1,32	3	1,99	-	-	-	-
Baitza	162	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Bom Jardim de Goiás	231	3	1,30	1	0,43	1	0,43	-	0,00	-	-	-	-
Cachoeira de Goiás	86	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Córrego do Ouro	375	2	0,53	1	0,27	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Diorama	287	4	1,35	2	0,67	1	0,34	-	0,00	-	-	-	-
Fazenda Nova	656	8	1,22	5	0,76	1	0,15	1	0,15	-	-	-	-
Firminópolis	497	24	4,83	18	3,62	4	0,80	-	0,00	-	-	-	-
Iporá	707	26	3,68	17	2,40	5	0,71	2	0,28	-	-	-	-
Israelândia	209	1	0,48	1	0,48	-	0,00	1	0,48	-	-	-	-
Ivolândia	377	3	0,80	-	0,00	2	0,53	-	0,00	-	-	-	-
Jaupaci	146	6	4,11	5	3,42	1	0,68	-	0,00	-	-	-	-
Molporá	270	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Nazário	221	38	15,84	34	15,38	1	0,45	6	2,71	-	-	-	-
Piranhas	637	3	0,47	2	0,31	1	0,16	1	0,16	-	-	-	-
Sanclerlândia	433	19	4,39	19	4,39	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Santa Bárbara de Goiás	123	16	12,20	13	10,57	1	0,81	-	0,00	-	-	-	-
São Luiz de Montes Belos	958	28	2,92	20	2,09	5	0,52	1	0,10	-	-	-	-
Turvânia	364	30	8,24	29	7,97	1	0,27	-	0,00	-	-	-	-
Área da GO-060	8.871	316	3,56	215	2,42	38	0,43	19	0,21	-	-	-	-
Estado de Goiás	145.115	8.170	5,63	5.807	4,00	1.294	0,89	471	0,32	-	-	-	-
MUNICÍPIOS	Estabelecimentos	1975											
		Fertilizantes								Defensivos		Conservação do solo	
		Geral		Químicos		Orgânicos		Calcário		Total*	%	Total*	%
	Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%	
Amorinópolis	376	59	15,73	59	15,73	11	2,93	-	0,00	299	79,73	-	0,00
Anicuns	1.322	598	45,23	594	44,93	30	2,27	1	0,08	959	72,54	224	16,94
Aragarças	32	7	21,88	6	18,75	1	3,13	-	0,00	29	90,63	-	0,00
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aurilândia	301	13	4,32	9	2,99	6	1,99	1	0,33	284	94,35	21	6,98
Avelinópolis	130	74	56,92	74	56,92	12	9,23	-	0,00	123	94,62	15	11,54
Baitza	150	6	4,00	6	4,00	-	0,00	-	0,00	110	73,33	1	0,67
Bom Jardim de Goiás	262	47	17,94	47	17,94	2	0,76	-	0,00	213	81,30	1	0,38
Cachoeira de Goiás	77	3	3,90	3	3,90	-	0,00	-	0,00	70	90,91	-	0,00
Córrego do Ouro	354	13	3,67	13	3,67	1	0,28	-	0,00	304	85,88	-	0,00
Diorama	251	27	10,76	27	10,76	1	0,40	-	0,00	212	84,46	1	0,40
Fazenda Nova	730	112	15,34	111	15,21	9	1,23	1	0,14	654	89,59	12	1,64
Firminópolis	510	159	31,18	158	30,98	22	4,31	-	0,00	456	89,41	27	5,29
Iporá	746	208	27,88	206	27,61	13	1,74	-	0,00	705	94,50	1	0,13
Israelândia	295	58	19,66	57	19,32	2	0,68	2	0,68	258	87,46	2	0,68
Ivolândia	422	32	7,58	32	7,58	3	0,71	1	0,24	339	80,33	-	0,00
Jaupaci	121	32	26,45	32	26,45	1	0,83	-	0,00	118	97,52	2	1,65
Molporá	204	15	7,35	15	7,35	-	0,00	1	0,49	171	83,82	3	1,47
Nazário	198	138	69,70	138	69,70	6	3,03	2	1,01	178	89,90	26	13,13
Piranhas	656	182	24,70	182	24,70	21	3,20	-	0,00	604	92,07	1	0,15
Sanclerlândia	415	160	38,55	160	38,55	5	1,20	11	2,65	340	81,93	19	4,58
Santa Bárbara de Goiás	111	53	47,75	53	47,75	-	0,00	1	0,90	92	82,88	3	2,70
São Luiz de Montes Belos	1.042	132	12,67	131	12,57	18	1,73	-	0,00	803	77,06	20	1,92
Turvânia	318	204	64,15	204	64,15	7	2,20	5	1,57	290	91,19	69	21,70
Área da GO-060	9.022	2.312	25,63	2.297	25,46	171	1,90	26	0,29	7.611	84,36	448	4,97
Estado de Goiás	153.535	30.219	19,68	29.543	19,24	4.348	2,83	1.174	0,76	105.231	68,54	5.751	3,75

continua...

...continuação (tabela 17 - Uso de fertilizantes, defensivos e práticas de conservação do solo nos municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1960-1996))

MUNICÍPIOS	Estabelecimentos	1980											
		Fertilizantes								Defensivos		Conservação do solo	
		Geral		Químicos		Orgânicos		Calcário		Total*	%	Total*	%
Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%		
Amorinópolis	360	78	21,67	77	21,39	7	1,94	4	1,11	341	94,72	208	57,78
Anicuns	1.132	675	59,63	668	59,01	75	6,63	6	0,63	1.096	96,82	733	64,75
Aragarças	57	38	66,67	38	66,67	2	3,51	12	21,05	55	96,49	19	33,33
Arenópolis													
Aurilândia	239	27	11,30	23	9,62	7	2,93	-	0,00	227	94,98	11	4,60
Avelinópolis	169	118	69,82	116	68,64	13	7,69	-	0,00	164	97,04	148	87,57
Baliza	132	22	16,67	22	16,67	-	0,00	5	3,79	121	91,67	7	5,30
Bom Jardim de Goiás	366	174	47,54	174	47,54	2	0,55	6	1,64	322	87,98	9	2,46
Cachoeira de Goiás	76	25	32,89	23	30,26	3	3,95	2	2,63	47	61,84	-	0,00
Córrego do Ouro	310	53	17,10	49	15,81	6	1,94	-	0,00	304	98,06	31	10,00
Diorama	256	119	46,48	118	46,09	5	1,95	2	0,78	245	95,70	21	8,20
Fazenda Nova	762	421	55,25	417	54,72	31	4,07	8	1,05	736	96,59	2	0,26
Firminópolis	611	304	49,75	303	49,59	6	0,98	3	0,49	477	78,07	6	0,98
Iporá	714	312	43,70	309	43,28	25	3,50	7	0,98	666	93,28	150	21,01
Israelândia	177	88	49,72	87	49,15	15	8,47	7	3,95	166	93,79	12	6,78
Ivolândia	415	142	34,22	142	34,22	2	0,48	4	0,96	414	99,76	17	4,10
Jaupaci	162	65	40,12	64	39,51	1	0,62	5	3,09	155	95,68	1	0,62
Molporá	188	25	13,30	24	12,77	1	0,53	1	0,53	186	98,94	2	1,06
Nazário	164	136	82,93	135	82,32	11	6,71	6	3,66	163	99,39	136	82,93
Piranhas	800	482	60,25	482	60,25	7	0,88	16	1,88	768	94,75	6	0,75
Sanclerlândia	435	200	45,98	197	45,29	15	3,45	1	0,23	417	95,86	296	68,05
Santa Bárbara de Goiás	131	81	61,83	78	59,54	26	19,85	7	5,34	110	83,97	16	12,21
São Luz de Montes Belos	853	389	44,05	380	43,04	37	4,19	5	0,57	795	90,03	34	3,85
Turvânia	322	250	77,64	244	75,78	29	9,01	7	2,17	317	98,45	262	81,37
Área da GO-060	8.861	4.224	47,67	4.170	47,06	326	3,68	113	1,28	8.282	93,47	2.127	24,00
Estado de Goiás	153.770	56.014	36,43	54.183	35,24	9.349	6,08	5.674	3,69	124.566	81,01	16.884	10,98

MUNICÍPIOS	Estabelecimentos	1986											
		Fertilizantes								Defensivos		Conservação do solo	
		Geral		Químicos		Orgânicos		Calcário		Total*	%	Total*	%
Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%		
Amorinópolis	292	90	30,82	89	30,48	90	30,82	1	0,34	264	90,41	180	61,64
Anicuns	1.226	943	76,92	932	76,02	941	76,75	8	0,65	1.149	93,72	84	6,85
Aragarças	69	32	46,38	28	40,58	31	44,93	3	4,35	58	84,06	18	26,09
Arenópolis	389	169	43,44	167	42,93	188	43,19	2	0,51	380	97,69	5	1,29
Aurilândia	319	63	19,75	61	19,12	62	19,44	2	0,63	281	88,09	13	4,08
Avelinópolis	198	179	90,40	173	87,37	177	89,39	5	2,53	197	99,49	25	12,63
Baliza	236	91	38,56	89	37,71	90	38,14	2	0,85	230	97,46	23	9,75
Bom Jardim de Goiás	442	278	62,90	269	60,86	269	60,86	17	3,85	408	92,31	26	5,88
Cachoeira de Goiás	76	11	14,47	7	9,21	7	9,21	4	5,26	75	98,68	-	0,00
Córrego do Ouro	312	98	31,41	92	29,49	96	30,77	2	0,64	307	98,40	2	0,64
Diorama	255	114	44,71	110	43,14	109	42,75	8	3,14	250	98,04	17	6,67
Fazenda Nova	838	564	67,30	557	66,47	568	66,59	7	0,84	824	98,33	18	2,15
Firminópolis	596	411	68,96	408	68,46	408	68,46	6	1,01	541	90,77	75	12,58
Iporá	759	462	60,87	447	58,89	446	58,78	23	3,03	722	95,13	83	10,94
Israelândia	196	140	71,43	133	67,86	133	67,86	10	5,10	195	99,49	5	2,55
Ivolândia	364	169	46,43	163	44,78	158	43,41	19	5,22	356	97,80	81	22,25
Jaupaci	109	80	73,39	79	72,48	80	73,39	-	0,00	109	100,00	3	2,75
Molporá	178	22	12,36	22	12,36	22	12,36	-	0,00	175	98,31	2	1,12
Nazário	188	168	89,36	167	88,83	167	88,83	3	1,60	181	96,28	12	6,38
Piranhas	581	387	66,61	373	64,20	376	64,72	30	5,16	567	97,59	32	5,51
Sanclerlândia	443	225	50,79	214	48,31	223	50,34	5	1,13	425	95,94	53	11,96
Santa Bárbara de Goiás	103	73	70,87	71	68,93	73	70,87	9	8,74	82	79,61	16	15,53
São Luz de Montes Belos	1.051	579	55,09	550	52,33	566	53,85	15	1,43	992	94,39	32	3,04
Turvânia	322	257	79,81	257	79,81	256	79,50	4	1,24	311	96,58	32	9,94
Área da GO-060	9.542	5.605	58,74	5.458	57,20	5.506	57,70	185	1,94	9.079	95,15	837	8,77
Estado de Goiás	131.365	71.682	54,57	68.997	52,52	69.972	53,27	7.084	5,40	108.966	82,95	21.070	16,04

MUNICÍPIOS	Estabelecimentos	1988											
		Fertilizantes								Defensivos		Conservação do solo	
		Geral		Químicos		Orgânicos		Calcário		Total*	%	Total*	%
Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%		
Amorinópolis	360	106	29,44	104	28,89	10	2,78	2	0,56	345	95,83	15	4,17
Anicuns	1.374	815	59,32	806	58,66	38	2,77	101	7,35	1.289	93,81	355	25,84
Aragarças	105	16	15,24	12	11,43	4	3,81	5	4,76	98	93,33	25	23,81
Arenópolis	350	136	38,86	134	38,29	13	3,71	18	5,14	346	98,86	27	7,71
Aurilândia	303	77	25,41	76	24,76	15	4,95	7	2,31	300	99,01	11	3,63
Avelinópolis	185	163	88,11	140	75,68	119	64,32	23	12,43	181	97,84	94	50,81
Baliza	241	27	11,20	25	10,37	6	2,49	4	1,66	220	91,29	6	2,49
Bom Jardim de Goiás	503	148	29,42	123	24,45	11	2,19	30	5,96	458	91,05	72	14,31
Cachoeira de Goiás	101	16	15,84	13	12,87	3	2,97	-	0,00	94	93,07	-	0,00
Córrego do Ouro	396	141	35,61	139	35,10	19	4,80	1	0,25	347	87,63	11	2,78
Diorama	359	155	43,18	145	40,39	34	9,47	12	3,34	357	99,44	26	7,24
Fazenda Nova	740	320	43,24	295	39,86	93	12,57	44	5,95	734	99,19	16	2,16
Firminópolis	604	203	40,28	195	38,69	31	6,15	9	1,79	488	96,83	45	8,93
Iporá	981	480	48,93	460	46,89	111	11,31	45	4,59	954	97,25	99	10,09
Israelândia	224	86	38,39	77	34,38	12	5,36	11	4,91	222	99,11	8	3,57
Ivolândia	463	129	27,86	114	24,62	13	2,81	30	6,48	450	97,19	28	6,05
Jaupaci	132	86	65,00	80	60,61	24	18,18	19	14,39	132	100,00	13	9,85
Molporá	219	61	27,85	58	26,48	8	3,65	2	0,91	212	96,80	8	3,65
Nazário	244	133	54,51	128	52,46	33	13,52	25	10,25	225	92,21	79	32,38
Piranhas	818	168	20,42	175	21,39	39	6,31	47	7,61	596	96,44	69	11,17
Sanclerlândia	402	185	46,02	182	45,27	14	3,48	22	5,47	385	95,77	26	6,47
Santa Bárbara de Goiás	147	87	59,18	82	55,78	11	7,48	12	8,16	132	89,80	39	26,53
São Luz de Montes Belos	874	365	41,76	351	40,16	49	5,61	9	1,03	848	97,03	75	8,58
Turvânia	337	225	66,77	218	64,69	45	13,35	55	16,32	324	96,14	89	26,41
Área da GO-060	10.162	4.328	42,59	4.111	40,45	755	7,43	533	5,25	9.737	95,82	1.236	12,16
Estado de Goiás	111.791	59.250	53,00	55.388	49,55	14.355	12,84	14.764	13,21	106.787	95,52	26.169	23,41

Observação: \* - Inclusive os estabelecimentos que declararam mais de uma atividade.  
Organização: Rodrigo Borges (2001).

Fonte: IBGE (1981a, 1974b, 1979, 1984b, 1991, 1996).



Tabela 19

ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM FINANCIAMENTOS NA ÁREA DA GO-060 E NO ESTADO DE GOIÁS (1960-1996)										
MUNICÍPIOS	1960					1970				
	Estabelecimentos		Estabelecimentos que Obtiveram Financiamento			Estabelecimentos		Estabelecimentos que Obtiveram Financiamento		
	Total Geral	Evolução(%)	Total	Evolução(%)	% do Geral	Total Geral	Evolução(%)	Total	Evolução(%)	% do Geral
Amorinópolis	296	-	28	-	9,46	384	29,73	62	121,43	16,15
Anicuns	885	-	178	-	19,89	1.199	35,48	314	78,41	26,19
Aragarças	38	-	-	-	-	37	(2,63)	4	-	10,81
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aurilândia	225	-	11	-	4,89	351	56,00	64	481,82	18,23
Avelinópolis	-	-	-	-	-	151	-	51	-	33,77
Baliza	79	-	-	-	-	162	105,06	18	-	11,11
Bom Jardim de Goiás	125	-	2	-	1,60	231	84,80	41	1.950,00	17,75
Cachoeira de Goiás	46	-	-	-	-	86	86,96	15	-	17,44
Córrego do Ouro	309	-	-	-	-	375	21,39	92	-	24,53
Diorama	586	-	11	-	1,88	297	(49,32)	71	545,45	23,91
Fazenda Nova	540	-	13	-	2,41	656	21,48	101	676,92	15,40
Firminópolis	258	-	17	-	6,59	497	82,64	142	735,29	28,57
Iporá	484	-	-	-	-	707	46,07	223	-	31,54
Israelândia	144	-	-	-	-	209	45,14	52	-	24,86
Ivolândia	294	-	5	-	1,70	377	28,23	71	1.320,00	18,83
Jaupaci	103	-	-	-	-	146	41,75	70	-	47,95
Moiporá	136	-	2	-	1,47	270	96,53	53	2.550,00	19,63
Nazário	195	-	8	-	4,10	221	13,33	77	862,50	34,84
Piranhas	298	-	1	-	0,34	637	113,76	59	5.600,00	9,26
Sancierlândia	-	-	-	-	-	433	-	129	-	29,79
Santa Bárbara de Goiás	-	-	-	-	-	123	-	32	-	26,02
São Luiz de Montes Belos	615	-	68	-	14,31	958	55,77	274	211,36	28,60
Turvânia	218	-	10	-	4,59	384	66,97	79	690,00	21,70
Área da GO-060	5.874	-	372	-	6,33	8.671	51,02	2.094	462,90	23,61
Estado de Goiás	111.015	-	4.783	-	4,32	145.115	30,72	20.359	324,77	14,03

MUNICÍPIOS	1975					1980				
	Estabelecimentos		Estabelecimentos que Obtiveram Financiamento			Estabelecimentos		Estabelecimentos que Obtiveram Financiamento		
	Total Geral	Evolução(%)	Total	Evolução(%)	% do Geral	Total Geral	Evolução(%)	Total	Evolução(%)	% do Geral
Amorinópolis	375	(2,34)	104	67,74	27,73	360	(4,00)	68	(34,62)	18,89
Anicuns	1.322	10,28	542	72,61	41,00	1.132	(14,37)	418	(22,88)	36,63
Aragarças	32	(13,51)	11	175,00	34,38	57	78,13	14	27,27	24,56
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aurilândia	301	(14,25)	90	40,63	29,90	239	(20,60)	60	(33,33)	25,10
Avelinópolis	130	(13,91)	58	13,73	44,62	169	30,00	71	22,41	42,01
Baliza	159	(7,41)	25	38,69	16,67	132	(12,00)	27	8,00	20,45
Bom Jardim de Goiás	262	13,42	66	60,98	25,19	366	39,69	90	36,36	24,59
Cachoeira de Goiás	77	(10,47)	43	188,67	55,84	76	(1,30)	30	(30,23)	39,47
Córrego do Ouro	354	(5,60)	120	30,43	33,90	310	(12,43)	100	(16,67)	32,23
Diorama	251	(15,49)	109	59,52	43,43	256	1,99	88	(19,27)	34,38
Fazenda Nova	730	11,28	179	77,23	24,52	762	4,38	216	20,67	28,35
Firminópolis	510	2,62	226	59,15	44,31	611	19,80	132	(41,59)	21,60
Iporá	748	5,52	252	13,00	33,78	714	(4,29)	151	(40,08)	21,15
Israelândia	295	41,15	64	23,08	21,69	177	(40,00)	55	(14,08)	31,07
Ivolândia	422	11,94	109	53,52	25,83	415	(1,66)	65	(40,37)	15,66
Jaupaci	121	(17,12)	55	(21,43)	45,45	162	33,88	44	(20,00)	27,16
Moiporá	204	(24,44)	45	(15,09)	22,08	188	(7,84)	27	(40,00)	14,36
Nazário	198	(10,41)	102	32,47	51,52	164	(17,17)	71	(30,39)	43,29
Piranhas	656	2,98	228	266,44	34,76	800	21,95	358	57,02	44,75
Sancierlândia	415	(4,16)	190	47,29	45,78	435	4,82	191	0,53	43,91
Santa Bárbara de Goiás	111	(9,76)	39	21,86	35,14	131	18,02	39	-	29,77
São Luiz de Montes Belos	1.042	8,77	407	48,54	39,06	883	(15,28)	344	(15,48)	38,96
Turvânia	318	(12,64)	137	73,42	43,08	322	1,26	111	(18,98)	34,47
Área da GO-060	9.022	1,70	3.201	52,67	35,48	8.661	(1,78)	2.770	(13,46)	31,28
Estado de Goiás	153.535	5,80	30.357	49,11	19,77	153.770	0,15	33.034	8,82	21,48

continua...

...continuação (tabela 19 - Estabelecimentos que obtiveram financiamento nos municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1960-1996))

MUNICÍPIOS	1965					1986				
	Estabelecimentos		Estabelecimentos que Obtiveram Financiamento			Estabelecimentos		Estabelecimentos que Obtiveram Financiamento		
	Total Geral	Evolução(%)	Total	Evolução(%)	% do Geral	Total Geral	Evolução(%)	Total	Evolução(%)	% do Geral
Amorinópolis	282	(18,88)	14	(79,41)	4,79	360	23,28	3	(78,57)	0,83
Amicuns	1.226	8,30	212	(49,28)	17,29	1.374	12,07	31	(85,38)	2,26
Aragarças	69	21,05	7	(50,00)	10,14	105	52,17	17	142,86	16,19
Aranópolis	389	-	77	-	20	350	(10,03)	14	(81,82)	4,00
Aurilândia	319	33,47	22	(63,33)	6,90	303	(5,02)	10	(54,55)	3,30
Avelinópolis	198	17,16	36	(49,30)	18,18	185	(6,57)	6	(83,33)	3,24
Batalha	236	78,79	42	56,56	17,80	241	2,12	4	(90,48)	1,66
Bom Jardim de Goiás	442	20,77	106	17,78	23,98	503	13,80	12	(88,68)	2,39
Cachoeira de Goiás	78	-	7	(76,67)	9,21	101	32,89	1	(85,71)	0,99
Cáceres do Ouro	312	0,65	18	(82,00)	5,77	396	26,92	31	72,22	7,83
Diorama	255	(0,39)	27	(69,32)	10,59	359	40,78	14	(48,15)	3,90
Fazenda Nova	838	9,97	112	(48,15)	13,37	740	(11,89)	33	(70,54)	4,46
Firminópolis	598	(2,45)	73	(44,70)	12,25	504	(15,44)	6	(81,78)	1,19
Iporá	759	6,30	77	(49,01)	10,14	981	29,25	61	(20,78)	6,22
Israelândia	186	10,73	10	(81,82)	5,10	224	14,29	9	(10,00)	4,02
Ivolândia	364	(12,29)	37	(43,08)	10,16	463	27,20	13	(64,86)	2,81
Jaspaçá	109	(32,72)	15	(85,81)	13,76	132	21,10	24	60,00	18,18
Moiporá	178	(5,32)	5	(81,48)	2,81	219	29,03	8	60,00	3,65
Nazário	188	14,63	31	(56,34)	16,49	244	29,79	15	(51,81)	6,15
Piranhas	581	(27,38)	198	(45,25)	33,73	618	6,37	44	(77,55)	7,12
Sanclerlândia	443	1,84	53	(72,25)	11,96	402	(9,26)	39	(26,42)	9,70
Santa Bárbara de Goiás	103	(21,37)	20	(48,72)	19,42	147	42,72	3	(85,00)	2,04
São Luiz de Montes Belos	1.051	19,03	203	(40,99)	19,31	874	(16,84)	36	(82,27)	4,12
Turvânia	322	-	76	(31,53)	23,60	337	4,68	37	(51,32)	10,98
Área da GO-060	9.542	7,69	1.476	(46,71)	15,47	10.162	6,50	471	(68,09)	4,69
Estado de Goiás	131.385	(14,57)	16.619	(49,69)	12,65	111.791	(14,90)	7.837	(52,84)	7,01

Organização: Rodrigo Borges (2001).

Fonte: IBGE (1961a, 1974b, 1979, 1984b, 1991, 1998).

Tabela 20

## ÍNDICE DE GINI NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DA GO-060 E NO ESTADO DE GOIÁS (1950-1998)

MUNICÍPIOS	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1992	1996	1998
Amorinópolis	-	0,53	0,60	0,56	0,59	0,56	0,56	0,62	0,57
Anicuns	0,64	0,57	0,57	0,60	0,57	0,62	0,59	0,66	0,59
Aragarças	-	0,61	0,64	0,58	0,74	0,71	0,61	0,70	0,64
Arenópolis	-	-	-	-	-	0,60	0,54	0,58	0,56
Aurilândia	0,61	0,60	0,62	0,62	0,67	0,65	0,62	0,64	0,62
Avelinópolis	-	-	0,57	0,51	0,65	0,67	0,57	0,65	0,59
Baliza	0,82	0,59	0,55	0,76	0,78	0,80	0,72	0,73	0,70
Bom Jardim de Goiás	-	0,65	0,70	0,66	0,72	0,71	0,59	0,63	0,64
Cachoeira de Goiás	-	0,49	0,54	0,55	0,56	0,56	0,58	0,55	0,55
Córrego do Ouro	-	0,46	0,49	0,52	0,52	0,49	0,53	0,56	0,53
Diorama	-	0,79	0,52	0,52	0,53	0,53	0,49	0,52	0,49
Firminópolis	0,49	0,48	0,53	0,51	0,57	0,59	0,53	0,55	0,52
Fazenda Nova	-	0,51	0,57	0,62	0,60	0,61	0,58	0,62	0,60
Iporá	0,55	0,48	0,47	0,49	0,50	0,51	0,54	0,55	0,52
Israelândia	-	0,62	0,51	0,64	0,62	0,67	0,63	0,63	0,66
Ivolândia	-	0,48	0,58	0,57	0,59	0,53	0,52	0,55	0,54
Jaupaci	-	0,56	0,60	0,55	0,60	0,51	0,52	0,47	0,53
Moiporá	-	0,57	0,59	0,63	0,66	0,65	0,60	0,61	0,60
Nazário	0,81	0,69	0,72	0,67	0,65	0,68	0,64	0,80	0,69
Piranhas	-	0,61	0,60	0,58	0,60	0,61	0,61	0,57	0,59
Sancierlândia	-	-	0,58	0,58	0,58	0,59	0,61	0,58	0,60
Santa Bárbara de Goiás	-	-	0,68	0,67	0,65	0,68	0,59	0,69	0,57
São Luiz de Montes Belos	-	0,50	0,57	0,59	0,57	0,60	0,59	0,60	0,60
Turvânia	-	0,64	0,65	0,61	0,60	0,61	0,57	0,64	0,62
Área Influência da GO-060	0,70	0,66	0,65	0,66	0,67	0,67	0,64	0,66	0,65
Estado de Goiás	0,70	0,71	0,67	0,66	0,69	0,71	0,66	0,68	0,66

Organização: Rodrigo Borges (2001).

Fontes: IBGE (1956a, 1961a, 1974b, 1979, 1984b, 1991, 1998), INCRA (1999a, 1999b).

Observação: Por terem sido calculados a partir de informações cadastrais do INCRA, os índices referentes aos anos de 1992 e 1998 não permitem uma comparação precisa com os demais, calculados a partir de dados censitários do IBGE.

Tabela 21

	POPULAÇÃO RURAL, URBANA E TOTAL NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DA GO-060 E NO ESTADO DE GOIÁS (1950-2000)																				
	1950			1960			1970			1980			1991			1996			2000		
	Rural	Urb.	Total	Rural	Urb.	Total	Rural	Urb.	Total	Rural	Urb.	Total	Rural	Urb.	Total	Rural	Urb.	Total	Rural	Urb.	Total
Amorimópolis	-	-	-	5.185	1.869	7.052	4.402	2.205	6.607	2.702	2.649	5.351	2.091	2.337	4.428	1.877	2.623	4.500	1.707	2.437	4.144
Anicuns	15.025	1.980	17.005	13.708	4.841	18.547	15.364	7.653	23.017	10.406	13.780	24.186	6.108	12.008	18.115	4.400	13.561	17.951	4.024	14.747	18.771
Aragarças	-	-	-	799	2.311	3.110	686	3.882	4.768	843	9.037	9.880	598	13.033	13.571	515	15.441	15.959	475	18.090	18.565
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.107	2.032	4.139	1.581	2.399	3.980	1.769	2.234	3.993
Aurilândia	10.345	1.516	11.863	3.560	1.999	5.549	4.286	2.960	7.226	2.426	2.599	5.025	1.435	2.734	4.166	1.211	3.398	4.609	1.155	3.076	4.231
Avelinópolis	-	-	-	-	-	-	2.278	673	2.951	1.514	1.262	2.776	956	1.288	2.287	993	1.568	2.531	835	1.968	2.503
Baliza	9.798	1.741	11.539	1.149	808	1.957	1.902	694	2.598	1.932	912	2.844	2.811	1.183	4.004	2.937	1.121	4.058	1.193	1.077	2.270
B. Jd. de Goiás	-	-	-	1.814	1.036	2.850	3.020	1.308	4.328	3.067	4.371	7.438	3.041	4.904	7.945	2.134	5.914	8.048	2.153	5.922	8.075
Cach. de Goiás	-	-	-	425	284	719	1.286	496	1.786	662	594	1.256	593	671	1.404	228	1.144	1.372	271	1.228	1.499
Córr. do Ouro	-	-	-	3.992	721	4.703	4.904	1.197	6.101	2.208	1.620	4.428	1.796	1.472	3.271	1.562	1.612	3.204	1.367	1.817	2.984
Diorama	-	-	-	4.941	1.591	6.532	3.638	1.216	5.054	2.470	1.314	3.784	1.599	1.087	2.636	1.338	1.403	2.741	1.058	1.442	2.498
Firminópolis	3.585	2.187	5.772	4.018	3.238	7.257	6.435	5.275	11.710	3.866	6.378	10.244	2.603	7.056	9.658	2.245	7.423	9.666	2.270	7.630	9.900
Fazenda Nova	-	-	-	7.262	1.871	9.238	6.954	2.668	9.892	6.295	3.981	10.216	3.241	3.898	7.110	3.612	3.610	7.522	2.468	4.824	7.090
Iporá	12.422	1.631	14.053	6.970	4.120	11.090	7.583	10.219	17.802	5.788	22.361	28.127	4.140	25.434	29.574	3.703	27.580	31.283	3.105	28.110	31.216
Israelândia	-	-	-	3.359	471	3.827	4.216	2.241	6.459	2.034	1.642	3.678	906	2.447	3.353	883	2.528	3.411	707	2.289	2.998
Ivolândia	-	-	-	4.989	812	5.481	5.080	867	5.957	2.836	1.589	4.405	1.804	1.388	3.002	1.593	1.588	3.141	1.462	1.535	2.987
Jaupaci	-	-	-	1.625	908	2.433	2.464	1.269	3.753	1.288	1.406	2.702	865	2.254	3.119	640	2.241	2.861	840	2.512	3.152
Molporá	-	-	-	2.331	572	2.903	3.606	1.355	4.991	1.597	1.298	2.895	1.001	1.223	2.224	815	1.255	2.070	730	1.283	2.023
Nazário	1.969	1.585	3.551	2.104	2.198	4.242	2.946	3.268	6.214	1.527	4.364	5.891	1.797	4.469	6.208	1.790	4.966	6.756	761	5.891	6.652
Piranhas	-	-	-	4.841	1.528	6.367	8.965	2.774	11.729	6.783	9.544	18.327	2.641	10.140	12.781	2.283	9.985	12.228	2.273	10.002	12.275
Sanclelândia	-	-	-	-	-	-	6.081	2.432	8.513	4.450	4.462	8.912	2.399	4.913	7.312	2.180	5.487	7.877	1.788	5.713	7.479
Sta. Bár. Goiás	-	-	-	-	-	-	1.874	909	2.783	1.394	1.913	3.307	649	3.264	3.913	608	3.907	4.516	731	4.223	4.954
S. L. Mtes. Beios	-	-	-	11.621	2.158	13.779	14.675	10.571	25.246	8.662	16.565	26.227	5.821	19.218	25.039	4.779	20.621	25.400	4.109	22.244	26.353
Turvânia	-	-	-	4.178	1.070	5.248	4.819	1.941	6.760	3.070	3.061	6.131	1.824	3.518	5.342	1.462	4.038	5.500	1.138	3.998	5.127
Área da GO-060	53.141	10.642	63.783	66.534	34.346	122.879	117.848	68.425	188.273	78.459	117.248	194.948	52.460	132.153	184.603	45.107	148.995	190.902	38.144	151.563	189.737
Est. de Goiás	999.254	245.667	1.214.921	1.365.468	599.404	1.954.962	1.729.535	1.299.035	2.997.570	1.468.704	2.469.203	3.967.907	759.590	3.219.936	3.979.516	642.146	3.573.722	4.615.988	805.769	4.399.109	4.994.937

Fonte: IBGE (1956b, 1961b, 1973, 1982a, 1986b, 1997, 2000).

Organização: Rodrigo Borges (2001).

Observação: 1 - Urb. = Urbana.

Tabela 22

**TAXA DE INCREMENTO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RURAL, URBANA E TOTAL  
NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DA GO-060 E NO ESTADO DE GOIÁS (1950-2000)**

MUNICÍPIOS	1950			1960			1970			1980			1991			1996			2000			
	Rural	Urb. <sup>1</sup>	Total	Rural	Urb. <sup>1</sup>	Total	Rural	Urb. <sup>1</sup>	Total	Rural	Urb. <sup>1</sup>	Total										
Amarinópolis	-	-	-	-15,07	17,98	-8,31	-38,62	20,14	-19,01	-22,61	-11,78	-17,25	-19,80	12,24	-2,89	1,79	-7,09	-3,63				
Anicuns	16,44	-12,08	12,20	12,10	58,09	24,10	-32,27	79,80	4,99	-41,32	-12,73	-25,04	-27,94	12,84	-0,91	-8,55	8,83	4,57				
Aragarças	-	-	-	10,89	67,96	53,31	8,53	132,79	107,21	-36,18	44,22	37,36	-4,28	18,48	17,57	-7,77	4,20	3,82				
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
Aurilândia	-	-	-	19,83	46,82	30,22	-39,08	-18,04	-30,46	-44,79	12,70	-17,03	-15,61	24,29	10,55	-4,62	-9,48	-8,20				
Avelinópolis	-	-	-	-	-	-	-33,54	87,62	-5,93	-34,68	2,85	-17,62	-2,63	20,80	10,67	-13,29	6,38	-1,11				
Baliza	-	-	-	83,27	-63,59	-83,04	65,54	-14,11	32,65	1,58	31,41	9,55	45,50	30,81	4,48	-6,04	1,35	-59,38	-3,84	-44,06		
B. Jd. de Goiás	-	-	-	-	-	-	66,46	26,25	51,86	1,58	234,17	71,88	-0,85	12,19	6,82	29,83	20,60	1,30	0,89	0,14	0,34	
Cach. de Goiás	-	-	-	203,06	69,39	148,40	-48,60	19,28	-29,68	-18,49	46,63	11,78	-57,22	31,34	-2,28	18,86	7,34	9,26				
Córr. do Ouro	-	-	-	23,15	68,02	29,73	-42,74	35,34	-27,42	-35,93	-9,14	-26,13	-11,51	9,51	-2,05	-14,13	0,31	-6,87				
Diorama	-	-	-	-22,32	-23,57	-22,63	-35,84	8,06	-25,13	-36,48	-18,80	-30,34	-14,72	31,49	3,98	-21,08	2,78	-8,87				
Firminópolis	-	-	-	12,08	48,10	25,73	60,15	62,86	61,36	-39,92	20,91	-12,52	-32,67	10,63	5,20	0,07	1,20	2,79	2,42			
Fazenda Nova	-	-	-	-4,24	52,11	7,79	-10,34	32,79	2,65	-48,02	-2,81	-30,40	11,45	1,08	5,79	-31,73	18,28	-5,74				
Iporá	-	-	-	-43,89	152,61	-21,08	8,79	148,03	60,52	-23,96	118,82	58,00	-28,20	13,74	5,14	-10,56	8,44	5,78	-16,12	1,92	-0,21	
Israelândia	-	-	-	25,69	375,80	68,77	-51,78	-26,73	-43,09	-55,46	49,03	-8,79	-2,54	3,31	1,73	-19,93	-9,45	-12,17				
Ivolândia	-	-	-	9,02	6,77	8,68	-44,26	-80,97	-26,05	-43,44	-10,90	-31,85	-3,18	13,59	4,63	-6,50	-3,34	-4,90				
Jaupaci	-	-	-	51,63	59,53	54,25	-47,40	9,08	-28,00	-33,26	60,31	15,43	-26,01	-0,58	-7,63	0,0	12,09	9,41				
Molporá	-	-	-	54,70	136,89	70,99	-57,36	-4,21	-42,85	-34,87	-5,78	-21,55	-18,58	2,62	-6,92	-10,43	3,03	-2,27				
Nazário	-	-	-	7,02	34,89	19,46	40,02	52,85	46,49	-46,17	33,54	-5,20	13,75	2,41	5,35	3,05	-11,17	-8,89	-57,49	18,58	-1,57	
Piranhas	-	-	-	84,98	81,78	84,22	-24,25	244,05	39,20	-61,06	6,24	-21,72	-14,31	-1,73	-4,33	0,44	0,37	0,38				
Sandierlândia	-	-	-	-	-	-	-26,82	83,47	4,69	-46,09	10,11	-17,95	-9,13	-11,89	4,99	-18,99	3,93	-2,58				
Sta. Bárb. Goiás	-	-	-	-	-	-	-25,61	110,45	18,63	-53,44	70,62	18,32	-6,32	19,70	15,38	20,23	8,09	9,72				
S. L. Mtes. Betos	-	-	-	26,28	389,85	83,22	-40,97	56,70	-0,08	-32,80	16,02	-0,75	-17,90	7,30	1,44	-14,02	7,87	3,75				
Turvânia	-	-	-	15,34	81,40	28,81	-36,29	57,70	-9,30	-40,56	14,83	-12,87	-19,85	14,78	2,96	-22,16	-1,21	-6,78				
Área da GO-060	311,62	372,56	320,84	66,60	222,73	92,65	33,41	99,23	51,59	-33,42	71,35	4,66	-33,15	12,71	-5,31	-14,00	11,00	3,36	-15,44	3,34	-0,56	
Est. de Goiás	41,64	72,90	47,01	39,85	143,99	60,90	27,52	111,72	53,34	-13,30	94,57	32,37	-49,32	30,40	0,29	-15,46	20,30	13,48	-5,66	13,30	10,61	

Fonte: IBGE (1956b, 1961b, 1973, 1982a, 1996b, 1997, 2000).

Organização: Rodrigo Borges (2001).  
Observação: 1 - Urb. = Urbana.

Tabela 23

**PESSOAS NAO NATURAIS DO MUNICIPIO ONDE RESIDEM POR LUGAR DE DOMICILIO ANTERIOR  
NOS MUNICIPIOS DA ÁREA DA GO-060 E NO ESTADO DE GOIÁS (1960-1991)**

MUNICÍPIOS	1960										
	Migrantes	Migrantes de Goiás		Migrantes de outros Estados							
		Total*	Total*	%	Minas Gerais		São Paulo		Bahia		Outros Estados
				Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%
<b>Estado de Goiás</b>	834.338	428.299	51,33	186.676	22,61	21.253	2,55	49.928	5,98	146.182	17,52
MUNICÍPIOS	1970										
	Migrantes	Migrantes de Goiás		Migrantes de outros Estados							
		Total*	Total*	%	Minas Gerais		São Paulo		Bahia		Outros Estados
				Total*	%	Total*	%	Total*	%	Total*	%
Amorinópolis	3.086	2.281	74,40	568	18,53	138	4,50	20	0,65	59	1,92
Anicuns	7.898	5.249	66,46	2.174	27,53	110	1,39	166	2,10	199	2,52
Aragarças	2.596	1.354	52,16	50	1,93	149	5,74	12	0,46	1.031	39,71
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aurilândia	2.669	1.895	70,21	475	17,60	276	10,23	32	1,19	21	0,78
Avelinópolis	1.166	783	67,15	152	13,04	164	14,07	29	2,49	38	3,26
Baliza	935	445	47,59	6	0,64	339	36,26	17	1,82	126	13,69
Bom Jardim de Goiás	1.181	509	43,10	117	9,91	332	28,11	21	1,78	202	17,10
Cachoeira de Goiás	785	682	86,88	20	2,55	75	9,55	-	0,00	8	1,02
Córrego do Ouro	2.334	1.672	71,64	601	25,75	30	1,29	9	0,39	22	0,94
Diorama	2.869	2.671	92,14	115	3,97	15	0,52	3	0,10	95	3,28
Fazenda Nova	4.664	3.561	76,35	767	16,45	201	4,31	48	1,03	87	1,87
Firminópolis	5.135	4.070	79,26	940	18,31	71	1,38	23	0,45	31	0,60
Iporá	8.144	6.879	84,47	680	8,35	227	2,79	103	1,26	255	3,13
Israelândia	2.642	1.744	66,01	328	12,41	456	17,26	12	0,45	102	3,86
Ivolândia	3.200	2.518	78,69	355	11,09	202	6,31	15	0,47	110	3,44
Jaupaci	2.015	1.679	83,33	124	6,15	86	4,27	2	0,10	124	6,15
Moiporá	2.327	2.145	92,18	135	5,80	11	0,47	-	0,00	36	1,55
Nazário	3.554	2.761	77,69	713	20,06	42	1,18	11	0,31	27	0,76
Piranhas	4.074	3.209	78,77	177	4,34	435	10,68	59	1,45	194	4,76
Sanclerlândia	5.074	3.644	71,82	1.363	27,26	19	0,37	3	0,06	25	0,49
Santa Bárbara de Goiás	1.633	1.471	90,08	131	8,02	24	1,47	4	0,24	3	0,18
São Luiz de Montes Belos	13.472	10.076	74,79	2.760	20,49	338	2,51	93	0,69	205	1,52
Turvânia	3.898	3.394	87,07	434	11,13	43	1,10	7	0,18	20	0,51
<b>Área da GO-060</b>	85.391	64.692	75,76	13.205	15,46	3.783	4,43	689	0,81	3.022	3,54
<b>Estado de Goiás</b>	1.252.230	718.327	57,36	248.837	19,87	58.400	4,66	35.628	2,85	191.038	15,26
MUNICÍPIOS	1980										
	Migrantes	Migrantes de Goiás		Migrantes de outros Estados							
		Total**	Total**	%	Minas Gerais		São Paulo		Bahia		Outros Estados
				Total**	%	Total**	%	Total**	%	Total**	%
Amorinópolis	1.176	1.059	90,05	60	5,10	11	0,94	5	0,43	41	3,49
Anicuns	5.280	4.626	87,61	335	6,34	35	0,66	125	2,37	159	3,01
Aragarças	3.155	1.707	54,10	119	3,77	79	2,50	22	0,70	1.228	38,92
Arenópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aurilândia	603	492	81,59	31	5,14	-	0,00	55	9,12	25	4,15
Avelinópolis	1.072	971	90,58	21	1,96	-	0,00	42	3,92	38	3,54
Baliza	927	627	67,64	-	0,00	17	1,83	7	0,76	76	8,20
Bom Jardim de Goiás	2.916	2.540	87,11	99	3,40	24	0,82	97	3,33	156	5,35
Cachoeira de Goiás	239	183	76,57	-	0,00	4	1,67	35	14,64	17	7,11
Córrego do ouro	504	363	72,02	95	18,85	7	1,39	3	0,60	36	7,14
Diorama	1.435	1.355	94,43	21	1,46	-	0,00	-	0,00	59	4,11
Fazenda Nova	1.820	1.578	86,70	79	4,34	-	0,00	89	4,89	74	4,07
Firminópolis	2.826	2.547	90,13	176	6,23	-	0,00	39	1,38	64	2,26
Iporá	9.637	8.756	90,86	290	3,01	70	0,73	33	0,34	488	5,06
Israelândia	1.457	1.291	88,61	71	4,87	38	2,61	3	0,21	54	3,71
Ivolândia	1.162	1.101	94,75	37	3,18	7	0,60	8	0,69	9	0,77
Jaupaci	764	691	90,45	34	4,45	-	0,00	5	0,65	34	4,45
Moiporá	585	572	97,78	-	0,00	-	0,00	-	0,00	13	2,22
Nazário	1.168	1.114	95,38	13	1,11	-	0,00	-	0,00	41	3,51
Piranhas	4.541	3.875	85,33	77	1,70	85	1,87	158	3,48	346	7,62
Sanclerlândia	2.793	2.459	88,04	203	7,27	-	0,00	30	1,07	101	3,62
Santa Bárbara de Goiás	1.642	1.535	93,48	-	0,00	24	1,46	-	0,00	83	5,05
São Luiz de Montes Belos	6.020	5.225	86,79	450	7,48	71	1,18	92	1,53	182	3,02
Turvânia	1.605	1.563	97,38	35	2,18	3	0,19	-	0,00	4	0,25
<b>Área da GO-060</b>	53.327	46.430	87,07	2.246	4,21	475	0,89	848	1,59	3.328	6,24
<b>Estado de Goiás</b>	1.055.990	741.212	70,19	83.374	7,90	29.511	2,79	26.921	2,55	174.972	16,57

continua...

...continuação (tabela 23 - Pessoas Não Naturais do Municípios onde Residem por Lugar de Domicílio Anterior nos Municípios da Área da GO-060 e no Estado de Goiás (1960-1991))

MUNICÍPIOS	1991										
	Migrantes Total**	Migrantes de Goiás		Migrantes de outros Estados							
		Total**	%	Minas Gerais		São Paulo		Bahia		Outros Estados	
				Total**	%	Total**	%	Total**	%	Total**	%
Amorinópolis	929	836	89,99	27	2,91	22	2,37	-	0,00	44	4,74
Anicuns	2.903	2.631	90,63	52	1,79	16	0,55	121	4,17	83	2,86
Aragarças	5.322	2.517	47,29	93	1,75	177	3,33	18	0,34	2.517	47,29
Arenópolis	851	681	80,02	22	2,59	-	0,00	-	0,00	148	17,39
Aurilândia	526	449	85,36	25	4,75	2	0,38	-	0,00	50	9,51
Avelinópolis	625	578	92,48	24	3,84	3	0,48	14	2,24	6	0,96
Baíza	1.364	943	68,14	62	4,48	14	1,01	9	0,65	356	25,72
Bom Jardim de Goiás	2.669	1.977	74,07	159	5,96	8	0,30	248	9,29	277	10,38
Cachoeira de Goiás	495	372	75,15	6	1,21	18	3,64	39	7,88	60	12,12
Córrego do ouro	684	575	86,60	6	0,90	11	1,66	23	3,46	49	7,38
Diorama	580	525	90,52	8	1,38	-	0,00	-	0,00	47	8,10
Fazenda Nova	1.361	1.319	96,91	-	0,00	8	0,59	-	0,00	34	2,50
Firminópolis	1.659	1.506	90,78	-	0,00	64	3,86	21	1,27	68	4,10
Iporá	6.077	5.172	85,11	14	0,23	107	1,76	-	0,00	784	12,90
Israelândia	771	638	82,75	-	0,00	27	3,50	2	0,26	104	13,49
Ivolândia	442	424	95,93	-	0,00	8	1,81	-	0,00	10	2,26
Jaupaci	1.289	1.157	91,17	1	0,08	3	0,24	-	0,00	108	8,51
Moiporá	534	408	76,40	21	3,93	21	3,93	24	4,49	60	11,24
Nazário	1.091	1.024	93,86	7	0,64	-	0,00	7	0,64	53	4,86
Piranhas	3.074	2.431	79,08	46	1,50	111	3,61	232	7,55	254	8,26
Sanclerlândia	1.117	1.013	90,69	19	1,70	-	0,00	12	1,07	73	6,54
Santa Bárbara de Goiás	1.501	1.360	90,61	29	1,93	-	0,00	35	2,33	77	5,13
São Luiz de Montes Belos	3.625	2.859	78,87	139	3,83	-	0,00	151	4,17	476	13,13
Turvânia	1.075	1.013	94,23	-	0,00	6	0,56	-	0,00	56	5,21
Área da GO-060	40.544	32.408	79,83	760	1,87	626	1,54	956	2,36	5.794	14,29
Estado de Goiás	1.023.340	618.886	60,48	56.993	5,57	32.088	3,14	41.878	4,0727	273.695	26,75

Observação= \*: Total de migrantes, sem distinção de tempo de residência; \*\*: Total de migrantes, com menos de 10 anos de residência.  
Organização: Rodrigo Borges (2001). Fonte: IBGE (1961b, 1974a, 1982b, 1996a).

Tabela 24

**TAXA DE INCREMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL E MIGRANTE\*  
NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DA GO-060 E NO ESTADO DE GOIÁS (1970, 1980 E 1991)**

MUNICÍPIOS	1970			1980			1991		
	População total	Migrantes	População total	População total	Migrantes	População total	População total	Migrantes	Migrantes
	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Amorimópolis	6.807	1.282	5.351	19,01	1,76	4,28	17,25	929	(21,00)
Anicuns	23.017	3.922	24.166	4,99	5.280	18.115	(25,04)	2.903	(45,02)
Aragarças	4.768	1.379	9.880	107,21	3.155	13.571	37,36	5.322	68,68
Arenópolis	-	-	-	-	-	4.139	-	851	-
Aurilândia	7.226	1.172	5.025	(30,46)	603	4.169	(17,03)	526	(12,77)
Avelinópolis	2.951	640	2.776	(5,93)	1.072	2.287	(17,62)	625	(41,70)
Baliza	2.596	360	2.844	9,55	927	4.004	40,79	1.384	49,30
Bom Jardim de Goiás	4.328	718	7.438	71,86	2.918	7.945	6,82	2.669	(6,47)
Cachoeira de Goiás	1.786	577	1.256	(29,68)	239	1.404	11,78	495	107,11
Córrego do Ouro	6.101	1.289	4.428	(27,42)	504	3.271	(26,13)	664	31,75
Diorama	5.054	1.950	3.784	(25,13)	1.435	2.636	(30,34)	580	(59,58)
Fazenda Nova	9.952	2.423	10.216	2,65	1.820	7.110	(30,40)	1.381	(25,22)
Fimimópolis	11.710	3.168	10.244	(12,52)	2.828	9.659	(5,71)	1.559	(41,30)
Iporá	17.802	4.240	28.127	58,00	9.637	29.574	5,14	6.077	(36,94)
Israelândia	6.459	4.117	3.676	(43,09)	1.457	3.353	(8,79)	771	(47,08)
Ivolândia	5.957	2.781	4.405	(26,05)	1.162	3.002	(31,85)	442	(61,96)
Jaupaci	3.753	1.355	2.702	(28,00)	784	3.119	15,43	1.288	66,10
Mexporá	4.961	1.061	2.835	(42,85)	585	2.224	(21,55)	534	(6,72)
Nazário	6.214	2.218	5.891	(5,20)	1.168	6.206	5,35	1.091	(6,59)
Piranhas	11.729	2.318	16.327	39,20	4.541	12.781	(21,72)	3.074	(32,31)
Sancierlândia	8.513	4.054	8.912	4,69	2.783	7.312	(17,95)	1.117	(60,01)
Santa Bárbara de Goiás	2.783	1.109	3.307	18,83	1.642	3.913	18,32	1.501	(8,59)
São Luiz de Montes Belos	25.246	8.819	25.227	(0,08)	6.020	25.039	(0,75)	3.625	(39,78)
Turvânia	6.780	2.543	6.131	(9,30)	1.605	5.342	(12,87)	1.075	(33,02)
Área da GO-060	186.273	53.495	194.948	4,66	53.327	194.603	(5,31)	40.544	(23,97)
Estado de Goiás	2.997.570	817.806	3.867.907	32,37	1.055.980	3.979.516	0,29	1.023.340	(3,09)

Observação: \* - Total de migrantes, com menos de 10 anos de residência.

Organização: Rodrigo Borges (2001).

Fonte: IBGE (1974a, 1982b, 1996a).



Tabela 26

**ÁREA DE INFLUÊNCIA DA RODOVIA GO-060: PESSOAL OCUPADO EM ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS NOS ESTABELECIMENTOS (1950-1996)**

Período	Total Geral	Resp. memb. não rem. da família <sup>1</sup>	Empregados permanentes	Empregados temporários	Parceiros	Outra condição	Pessoal ocupado res. estab. <sup>2</sup>	Estab. s/ pessoal contratado <sup>3</sup>
1950	16.150	12.070	802	1.564	1.816	-	-	-
(%)	100,00	24,14	4,97	9,63	11,24	-	-	-
1960	32.088	22.534	1.593	4.825	2.486	609	-	3.381
(%)	100,00	70,23	4,96	15,04	7,75	1,90	-	-
Incrém <sup>4</sup> 50-60	98,69	86,69	98,63	208,50	36,89	-	-	-
1970	31.894	18.533	2.399	4.353	5.619	711	-	4.468
(%)	100,00	58,11	7,52	13,66	17,62	2,23	-	-
Incrém <sup>4</sup> 60-70	-0,60	-17,76	50,60	-9,63	126,03	16,75	-	32,15
1975	35.405	19.334	4.078	6.640	3.635	1.718	24.945	4.287
(%)	100,00	54,61	11,52	18,75	10,27	4,85	70,46	-
Incrém <sup>4</sup> 70-75	11,01	4,32	69,66	52,36	35,31	41,63	-	-4,05
1980	38.226	22.578	1.471	6.515	2.636	125	27.844	4.713
(%)	100,00	59,06	3,85	17,04	6,90	0,33	72,84	-
Incrém <sup>4</sup> 75-80	7,97	16,78	-63,93	-1,88	-27,48	-92,72	11,62	9,94
1985	39.229	24.079	6.159	6.301	1.644	1.042	27.579	4.835
(%)	100,00	61,38	15,70	16,06	4,19	2,66	70,30	-
Incrém <sup>4</sup> 80-85	2,62	6,65	318,69	-3,23	-37,63	733,60	-0,95	3,65
1996	34.394	22.614	7.210	3.471	473	726	23.783	6.097
(%)	100,00	65,75	20,96	10,09	1,38	2,11	69,15	-
Incrém <sup>4</sup> 85-96	-12,33	-6,08	17,06	-44,91	-71,23	-30,33	-13,76	24,81

Organização: Rodrigo Borges (2001).

Fonte: IBGE (1956a, 1961a, 1974b, 1979, 1984b, 1991, 1998).

1 - Resp. memb. não rem. da família = Responsáveis e membros não remunerados da família;

2 - Pessoal ocup. res. estab. = Pessoal ocupado residente nos estabelecimentos;

3 - Estab. s/ pessoal contratado = Estabelecimentos sem pessoal contratado.

4 - Incrém. = Taxa de Incremento Percentual.